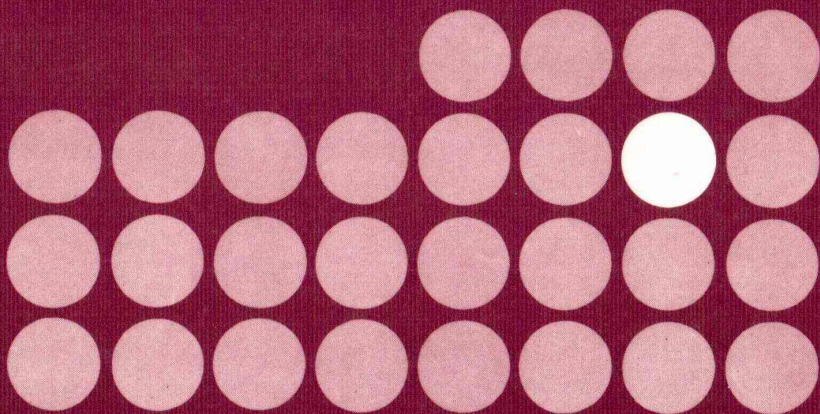


Esdras e Neemias

introdução
e comentário

Derek Kidner



Mundo
Cristão



SÉRIE CULTURA BÍBLICA

Esdras e Neemias

Derek Kidner

Ex-Diretor, Tyndale House, Cambridge

SOCIEDADE RELIGIOSA EDIÇÕES VIDA NOVA

e

ASSOCIAÇÃO RELIGIOSA EDITORA MUNDO CRISTÃO

Rua Antonio Carlos Tacconi, 75 e 79 – Cid. Dutra – 04810 São Paulo – SP

Título do original em inglês:

EZRA AND NEHEMIAH An Introduction and Commentary

Copyright © 1979, por Derek Kidner

Publicado pela primeira vez pela Inter-Varsity Press, Inglaterra

Tradução: Gordon Chown

Revisão: Robinson Norberto Malkomes

Primeira Edição: 1985 – 5.000 exemplares

Publicado no Brasil com a devida autorização e com todos os direitos reservados pela

SOCIEDADE RELIGIOSA EDIÇÕES VIDA NOVA

e

ASSOCIAÇÃO RELIGIOSA EDITORA MUNDO CRISTÃO

Rua Antonio Carlos Tacconi, 75 e 79

Cid. Dutra – 04810 – São Paulo – SP

CONTEÚDO

PREFÁCIO GERAL	6
PREFÁCIO À EDIÇÃO EM PORTUGUÊS	5
PREFÁCIO DO AUTOR	7
UMA SELEÇÃO DE DATAS	8
ABREVIATURAS PRINCIPAIS	9
INTRODUÇÃO	
I. Esdras e Neemias na situação histórica dos seus tempos	11
II. A política religiosa dos reis persas	16
III. Alguns dos temas principais de Esdras-Neemias	18
COMENTÁRIO DE ESDRAS	31
COMENTÁRIO DE NEEMIAS	83
APÊNDICES	
I. A designação, as fontes, os idiomas e a autoria de Esdras - Neemias	151
II. A identidade de Sesbazar	157
III. Os Papiros de Elephantina e algumas declarações de Josefo	161
IV. Uma questão de cronologia: Esdras-Neemias ou Neemias - Esdras?	165
V. O livro da lei de Esdras	179
VI. Esdras-Neemias como história	186

PREFÁCIO DA EDIÇÃO EM PORTUGUÊS

Todo estudioso da Bíblia sente a falta de bons e profundos comentários em português. A quase totalidade das obras que existem entre nós peca pela superficialidade, tentando tratar o texto bíblico em poucas linhas. A *Série Cultura Bíblica* vem remediar esta lamentável situação sem que peque, de outro lado, por usar de linguagem técnica e de demasiada atenção a detalhes.

Os Comentários que fazem parte desta coleção *Cultura Bíblica* são ao mesmo tempo compreensíveis e singelos. De leitura agradável, seu conteúdo é de fácil assimilação. As referências a outros comentaristas e as notas de rodapé são reduzidas ao mínimo. Mas nem por isso são superficiais. Reúnem o melhor da perícia evangélica (ortodoxa) atual. O texto é denso de observações esclarecedoras.

Trata-se de obra cuja característica principal é a de ser mais exegética que homilética. Mesmo assim, as observações não são de teor acadêmico. E muito menos são debates infundáveis sobre minúcias do texto. São de grande utilidade na compreensão exata do texto e proporcionam assim o preparo do caminho para a pregação. Cada Comentário consta de duas partes: uma introdução que situa o livro bíblico no espaço e no tempo e um estudo profundo do texto a partir dos grandes temas do próprio livro. A primeira trata as questões críticas quanto ao livro e ao texto. Examina as questões de destinatários, data e lugar de composição, autoria, bem como ocasião e propósito. A segunda analisa o texto do livro seção por seção. Atenção especial é dada às palavras-chave e a partir delas procura compreender e interpretar o próprio texto. Há bastante "carne" para mastigar nestes comentários.

Esta série sobre o V.T. deverá constar de 24 livros de perto de 200 páginas cada. Os editores, Edições Vida Nova e Mundo Cristão, têm programado a publicação de, pelo menos, dois livros por ano. Com preços moderados para cada exemplar, o leitor, ao completar a coleção, terá um excelente e profundo comentário sobre todo o V.T. Pretendemos, assim, ajudar os leitores de língua portuguesa a compreender o que o texto vetero-testamentário de fato diz e o que significa. Se conseguirmos alcançar este propósito seremos gratos a Deus e ficaremos contentes porque este trabalho não terá sido em vão.

Richard J. Sturz

PREFÁCIO GERAL

O alvo desta série é fornecer ao estudante da Bíblia um comentário conveniente e atual sobre cada livro, enfatizando-se primeiramente a exegese. Questões críticas importantes são discutidas nas introduções e nas notas adicionais, ao passo que detalhes técnicos indevidos têm sido evitados.

Nesta série os autores individuais, naturalmente, estão livres para fazer suas próprias contribuições distintivas e expressar seu próprio ponto de vista sobre todas as questões controvertidas. Dentro dos limites necessários do espaço, freqüentemente chamam a atenção a interpretações que eles mesmos não sustentam mas que representam as conclusões declaradas doutros cristãos sinceros. Os livros de Esdras e Neemias já há muito tempo têm sido o assunto de controvérsias acadêmicas especiais e complexas, principalmente acerca da ordem dos eventos registrados. O autor mantém com sinceridade a ordem tradicional do aparecimento no palco da história destes dois líderes judaicos influentes numa época de grande crise nacional. Outros pontos de vista não são desconsiderados de modo algum; o autor deliberadamente coloca a discussão detalhada dalguns de seus aspectos em Apêndices, para deixar o leitor geral concentrar-se no ensino global, na mensagem e na relevância destes livros do Antigo Testamento.

No Antigo Testamento em especial, nenhuma tradução única é adequada para refletir o texto original. Os autores destes comentários, portanto, livremente citam várias versões ou oferecem sua própria tradução, no esforço de tornar significantes hoje as passagens ou palavras mais difíceis. Onde necessário, as palavras do texto hebraico (e aramaico) que subjazem seus estudos, são transliteradas. Isto ajudará o leitor que talvez não tenha familiaridade com as línguas semíticas a identificar a palavra sendo discutida e assim seguir o argumento. Presupõe-se, a cada passo, que o leitor terá acesso imediato a uma ou mais versões fidedignas da Bíblia em português.

O interesse no significado e na mensagem do Antigo Testamento continua inalterado e esperamos que esta série venha a promover o estudo sistemático da revelação de Deus, da Sua vontade e de Seus caminhos conforme registrados nas Escrituras. É a oração do editor, dos publicadores, bem como a dos autores, que estes livros possam ajudar muitos a entender e a obedecer a Palavra de Deus nos dias de hoje.

D. J. Wiseman

PREFÁCIO DO AUTOR

Estou feliz por aproveitar a oportunidade que um Prefácio oferece para fazer alguns agradecimentos. Sou grato à Srta Ann Bradshaw por sua perícia em decifrar um verdadeiro palimpsesto e em produzir um manuscrito datilografado ordeiro; ao Dr. Hugh Williamson por ter chamado à minha atenção artigos que eu poderia facilmente ter deixado passar despercebidos; à Biblioteca Tyndale por ter fornecido quase a totalidade da matéria de referência que era necessária; e ao Editor desta série por ter-me dado esta tarefa cativante.

Que este comentário não acrescente grandemente aos “muitos escombros” (Ne 4.10), que cercam a cidade de Deus, mas, sim, até mesmo ajude a tapar algumas lacunas nas suas defesas.

Lastimo que a NIV (New International Version / Nova Versão Internacional da Bíblia/, 1979) tenha sido impressa tarde demais para ser consultada entre as demais traduções do Antigo Testamento.

Derek Kidner

UMA SELEÇÃO DE DATAS

	Reinados		Questões Judaicas
539-530	Ciro	538	Os primeiros que voltaram
		537/6	A reconstrução do Templo começada e interrompida
530-522	Cambises		
521-486	Dario I, Histaspes	520	A reconstrução do Templo recomeçada
		516	Completado o templo
486-465/4	Xerxes (Assuero)	486 ou pouco depois:	"uma acusação" (Ed 4.6).
464-423	Artaxerxes I, Longimano	458	Esdras para Jerusalém
		Pré-445	Cessou a fortificação de Jerusalém (Ed 4.7-23)
		445	Neemias para Jerusalém
		433	Neemias volta para Artaxerxes
		Pós-433	Neemias de volta à Jerusalém
423-404	Dario II, Noto	410	Carta dos judeus de Elefantina a Joanã, sumo sacerdote em Jerusalém.
		407	Carta de Elefantina a Bagoas, governador de Judá, e aos filhos de Sambalá, governador da Samaria
404-359	Artaxerxes II, Mnemom		
359/8-338/7	Artaxerxes III, Ocos		
338/7-336/5	Arses		
336/5-331	Dario III, Codomano		
331-323	Alexandre Magno		

ABREVIATURAS PRINCIPAIS

- Ackroyd *1 and 2 Chronicles, Ezra and Nehemiah*, de P. R. Ackroyd (*Torch Bible Commentaries*), 1973.
- AJBA *Australian Journal of Biblical Archaeology*.
- AJSL *American Journal of Semitic Languages and Literatures*.
- ANET *Ancient Near Eastern Texts*, editado por J. B. Pritchard,² 1955.
- ARA Almeida Revista e Atualizada.
- ARC Almeida Revista e Corrigida.
- AV Versão Inglesa Autorizada da Bíblia (“Rei Tiago”).
- BA *Biblical Archaeologist*.
- BASOR *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*.
- Batten *Ezra and Nehemiah* de L. W. Batten (*Internatiol Critical Commentary*), 1913.
- BDB *Hebrew-English Lexicon of the Old Testament* de F. Brown, S. R. Driver e C. A. Briggs, 1907.
- BH *Biblia Hebraica*, editada por R. Kittel e P. Kahle,⁷ 1951.
- Brockington *Ezra and Nehemiah* de L. H. Brockington (*Century Bible*, Nova Série), 1969.
- BWANT *Belträge zur Wissenschaft vom Alten (und Neuen) Testament*.
- Coggins *Ezra and Nehemiah* de R. J. Coggins (*Cambridge Bible Commentary on the New English Bible*), 1976.
- DOTT *Documents from Old Testament Times* editado por D. Winton Thomas, 1958.
- ET *Expository Times*.
- G–K *Hebrew Grammar* de W. Gesenius, editado por E. Kautzsch e A. E. Cowley,² 1910.
- GNB Good News Bible (Today’s English Version – “A Bíblia na Linguagem de Hoje” – ainda não existente em português no A.T.), 1976.

Heb.	Hebraico.
IDB	<i>Interpreter's Dictionary of the Bible.</i>
JB	Jerusalem Bible, 1966
JBL	<i>Journal of Biblical Literature.</i>
JNES	<i>Journal of Near Eastern Studies.</i>
Josefo	<i>Antigüidades dos Judeus</i> de Flávio Josefo (século 1 d.C.).
JSS	<i>Journal of Semitic Studies.</i>
JTS (NS)	<i>Journal of Theological Studies</i> (Nova Série).
K—B	<i>Lexicon in Veteris Testamenti Libros</i> editado por L. Koehler e W. Baumgartner, 1953.
Keil	<i>Ezra, Nehemiah and Esther</i> de C. F. Keil, 1873.
LXX	A Septuaginta (versão grega pré-cristã do Antigo Testamento).
mg	margem.
TM	Texto Massorético.
Myers	<i>Ezra, Nehemiah</i> de J. M. Myers (<i>Anchor Bible</i>), 1965.
NDB	<i>Novo Dicionário da Bíblia</i> , editado por J. D. Douglas, Edições Vida Nova, 1966.
NEB	New English Bible Antigo Testamento, 1970.
OTS	<i>Oudtestamentliche Studiën.</i>
PEQ	<i>Palestine Exploration Quarterly.</i>
RSV	American Revised Standard Version, 1952.
Rudolph	<i>Esra und Nehemia</i> de W. Rudolph, 1949.
RV	English Revised Version, 1881
Ryle	<i>Esra and Nehemiah</i> de H. E. Ryle (<i>Cambridge Bible</i>), 1907.
Sir.	<i>A Pesita</i> (Tradução do Antigo Testamento em Siríaco).
VT	<i>Vetus Testamentum.</i>
Vulg.	A Vulgata (Tradução da Bíblia em Latim, de Jerônimo).
ZAW	<i>Zeitschrift für die alttestamentliche Wissenschaft.</i>

INTRODUÇÃO

I. ESDRAS E NEEMIAS NA SITUAÇÃO HISTÓRICA DOS SEUS TEMPOS

A história diversificada dos Reis, uma questão de aproximadamente cinco séculos, terminara desastrosamente em 587 a.C. com o saque de Jerusalém, a queda da monarquia e a remoção para a Babilônia de tudo quanto tornava Judá politicamente viável.

Foi uma morte que abria o caminho para um novo nascimento. Um milênio antes disto, Israel fora transplantado para o Egito, de onde emergiu, não mais como uma família, mas, sim, como uma nação.¹ Agora, sua longa noite na Babilônia estava para marcar outro ponto crucial, de modo que emergiu, já não como reino, mas, sim, como rebanho pequeno com as qualidades essenciais de uma igreja. É a esta altura que começa o livro de Esdras.

A própria história do livro pode ser contada rapidamente, pelo menos em esboço. Abrange, juntamente com o livro de Neemias, pouco mais do que cem anos, desde 538 a.C. quando Ciro mandou os exilados de volta para casa a fim de reedificarem o seu templo, até cerca de 430, ou na década seguinte, quando Neemias exerceu seu segundo mandato em Jerusalém.² Não é contínua; pelo contrário, centraliza-se em derredor de três movimentos e personalidades. Primeiramente, houve a luta para conseguir reedificar o Templo nos dias de Zorobabel (com Jesua, o sumo sacerdote e finalmente, Ageu e Zacarias, os profetas). Continuou desde 538 até 516, e domina Esdras 1-6, à parte de uma di-

1. Este fato é ensinado enfaticamente em Dt 26.5ss.

2. Esta cronologia é disputada; ver abaixo, Apêndice IV: Uma questão de cronologia, págs. 165

gressão no capítulo 4.6-23. Depois, nada mais ouvimos durante quase sessenta anos, quando outra expedição parte da Babilônia. Desta vez, é dirigida por Esdras, que foi comissionado pelo imperador para fazer valer a lei de Moisés — tarefa esta cujas conseqüências imediatas levam o livro a uma conclusão dolorosa e abrupta. A terceira grande personalidade é Neemias, que pessoalmente conta a maioria da sua própria história revigorante da reconstrução da muralha da cidade, da luta contra seus inimigos, da repopulação de Jerusalém e da derrota dos traidores dentro dos seus próprios arraiais. Já no fim destes dois livros, os exilados que retornaram tiveram suas estruturas, visíveis e invisíveis, reestabelecidas, e sua vocação confirmada para serem um povo instruído na lei e separado das nações.

Este novo senso de identidade, no entanto, andava de mãos dadas com a subserviência política. Por estranho que pareça, agora eram mais distintivamente eles mesmos, mais judeus, do que em qualquer momento da sua existência como estado soberano. Agora havia menos escopo para seus sonhos de grandeza; haviam recebido lições duras; havia alguns homens de aço para serem seus líderes. Providencialmente, também, o império persa deu encorajamento positivo para seus povos praticarem suas próprias religiões em grande estilo e com a devida seriedade.

Isto nos leva para o pano de fundo mais geral destes livros, e para algum breve relato acerca desta potência mundial.

O fundador do império persa foi Ciro Magno, anteriormente rei do pequeno estado de Anã, perto do Golfo Pérsico. Deslocara seu suzerano Astiges em 549 a.C., e assim herdou o vasto império dos medos que formava uma fronteira em arco, ao norte e leste, com o império da Babilônia. Estendeu o império da Média bem para o oeste, para dentro da Ásia Menor, ao derrotar Creso da Lídia em 547, provocando crescente alarme na Babilônia e no Egito, os aliados da sua vítima. Em 539, a cidade da Babilônia caiu diante dele sem resistência, e Ciro começou a cumprir, inconscientemente, as profecias de Isaías 44.28; 45.1ss. ao repatriar os objetos de culto e os povos que o império babilônico levava para o cativo, reconstruindo seus templos e pedindo sua intercessão. Um extrato do seu relato sobre isto no “Cilindro de Ciro” é oferecido na pág. 16.

Em 530, Ciro foi à batalha nas regiões orientais, mas morreu e foi sucedido por Cambises, seu filho, que em 525, com rapidez extraordinária, acrescentou o Egito aos seus domínios. É fato interessante

que, embora muitos templos egípcios fossem profanados durante esta campanha, um santuário judaico em Elefantina, uma cidade com guarnição na fronteira sulina, foi poupado. (Ver abaixo, págs. 16ss. sobre a política religiosa desta dinastia.)

Porém, antes de sair para esta aventura, Cambises tinha garantido seu trono ao mandar assassinar seu irmão Smerdis (também conhecido por Bardes ou Bardiya) e ocultar o fato da sua morte. Se isto foi eficaz a curto prazo, trouxe grande número de problemas para o sucessor de Cambises. Entre os muitos líderes rebeldes que brotavam em todas as partes do império quando o trono ficou vago em 522, havia dois que sucessivamente alegavam ser o herdeiro perdido. Somente a vasta energia e perícia de Dario I (521-486) conseguiu restaurar a estabilidade já no fim do seu segundo ano. Este era o ano 520 quando Ageu e Zacarias começaram a profetizar, e quando o trabalho no Templo foi finalmente recommençado,³ conforme está narrado em Esdras 5 e 6. As duas visões que Zacarias teve de cavaleiros patrulhando a terra (Zc 1.7ss.; 6.1ss.), muito provavelmente devam algo da sua forma aos revezamentos de mensageiros velozes que capacitavam os decretos do rei a percorrerem a totalidade do seu enorme domínio (cf. Et 8.10).

O rei seguinte, Xerxes I, (486-465/4) ou Assuero (estas são as formas grega e hebraica/aramaica do nome persa Khshayarshu), é mencionado apenas de passagem em Esdras (4.6), embora domine o livro de Ester. É memorável na história mundial por sua expedição espetacular, porém infrutífera, contra a Grécia em 480. A campanha do seu pai dera aos gregos a glória de Maratona em 491; a sua, acrescentou os nomes de Termópolis e Salamina à sua história.

É seu sucessor, Artaxerxes I (464-423), que nos traz de volta para um contato substancial com nossos dois livros, desde Esdras 7 até ao fim de Neemias (juntamente com uma menção de Dario (II) em Ne 12. 22⁴) — embora muitos estudiosos colocariam a carreira de Esdras no reinado de Artaxerxes II (404-359) ou até mesmo de Artaxerxes III (359-338). Este abandono da cronologia do nosso autor é discutido por extenso nas págs. 165-179. Supondo, no entanto, que Esdras realmente foi enviado em 458 para regular os negócios em Judá, sua mis-

3. Alguns escritores detectaram alusões a estes distúrbios recentes, e a calma que se seguiu, em Ag 2.6 e (quatro meses mais tarde) Zc 1.11. Ver, no entanto, J. G. Baldwin, *Ageu, Zacarias e Malaquias*, Série Cultura Bíblica, Edições Vida Nova e Mundo Cristão.

4. Alguns argumentam que o Dario deste versículo é Dario III. Ver abaixo.

são pode muito bem ter parecido politicamente útil a Artaxerxes I, cujos primeiros anos de reinado foram importunados pela revolta de Inaros no Egito, e que, portanto, teria estado especialmente ansioso para promover a boa ordem neste território vizinho do Egito. Poucos anos mais tarde (449), Megabizo, seu próprio governador da Síria, haveria de levantar-se em rebelião. A sensibilidade do rei no que diz respeito a esta área é vista em Esdras 4.7ss., onde era fácil jogar com seus temores quanto à deslealdade em Judá. Mais uma vez, no entanto, tinha o bom-senso de reconhecer um homem no qual poderia confiar, ao nomear Neemias como governador de Judá em 445 e dando-lhe carta branca.

Alguma luz sobre os conflitos locais de Neemias e seu resultado posterior vem de fontes extra-bíblica, das quais ficamos sabendo que seus oponentes eram homens de posição considerável. Sambalá foi, na ocasião ou mais tarde, governador da Samaria (ver sobre os papiros de Elefantina, abaixo, pág. 162), Gésem foi o líder de um grupo bastante poderoso de comunidades árabes, e Tobias foi provavelmente governador de Amom e membro de uma família judaica influente. Sua designação como sendo “o servo” é provavelmente uma abreviatura zombeteira de “o servo do rei.” Dos papiros de Elefantina sabemos também que, até 407, os filhos de Sambalá, Delaias e Selemias, estavam agindo em nome dele, e notamos pelos seus nomes que o pai cultuava, pelo menos nominalmente, a Javé — fato este que deve ter aumentado a dificuldade de Neemias em se opor a ele. Os papiros achados em 1962 em Wadi Daliyeh revela que esta família ainda estava no poder, e com a mesma religião, em meados do século seguinte, quando o filho de um segundo Sambalá era governador, com o nome javista de Hananias.⁵

O último rei a ser mencionado no livro de Neemias (mas apenas numa nota cronológica, Ne 12.22) é “Dario, o persa,” i.é, evidentemente Dario II (423-404). Durante o seu reinado as cartas chamadas os papiros de Elefantina foram escritas, dando-nos uma nota de rodapé em primeira mão para nossa história (ver págs. 162ss). Com o fim do século, no entanto, nosso conhecimento dos negócios judaicos até ao fim do

5. Ver F. M. Cross: “The Discovery of the Samaria Papyri,” *BA* 26 (1963), págs. 110-121. Josefo (*Ant.* xi. 7. 2) fala de um Sambalá que é aparentemente o terceiro nos tempos de “Dario, o último rei,” i.é, Dario III, 336/5-331, mas sua confusa cronologia persa, e sua aparente confusão entre esta pessoa e o Sambalá de Neemias, faz dele uma testemunha de pouca confiança neste ponto. Ver H. H. Rowley, *Men of God* (Nelson, 1963), págs. 256-7; H. G. M. Williamson, *JTS* (NS) 28 (1977), págs. 49-66.

império persa em 331 desvanece para quase nada — a não ser que adotemos o ponto de vista, que rejeito, de que o período de vida de Esdras pertence àquele período, no reinado de Artaxerxes II ou III (404-359, ou 359/8-338/7). Algumas migalhas de informação existem, mas pouca coisa certa ou relevante. Baseados em inscrições nalguns cabos de jarra achados em Ramate Rahel, parece que Judá continuava a ter governadores judaicos (embora haja estudiosos que entendam o texto, não como sendo “o governador” [p_hw] mas, sim, “o oleiro” [p_hr], i.é, quem faz as jarras).⁶ Alguns autores antigos, inclusive Eusébio, falando de medidas punitivas contra Sicom e outros focos de distúrbios, dizem que Artaxerxes III deportou um certo número de judeus para a Hircânia (perto do mar Cáspio) no início do seu reinado — mas estão escrevendo muitos séculos depois do evento.⁷

O que é certo e também relevante é que nalgum tempo entre Neemias e o século II a.C. (cf. 2 Mac. 6.2; Ecli. 50.25-26) os samaritanos edificaram seu próprio templo no monte Gerizim, perto de Siquém, tornando o rompimento com os judeus quase irreparável. Josefo (*Ant.* xi. 8) coloca este evento na transição entre o período persa e o grego, i.é, cerca de 330, contando que Sambalá obteve a permissão de Alexandre para edificá-lo e instalar seu genro como sacerdote. Aqui há muita confusão com os eventos de Neemias 13.28 (um século antes) para fazer de Josefo uma boa testemunha dos pormenores; mas talvez tenha razão acerca da data da edificação.

Assim, portanto, os dois séculos do império persa foram um dos períodos mais formativos da história judaica. Das ruínas do pequeno reino de Judá emergira a pequena comunidade cuja preocupação do sentido de ser o povo de Deus pela linhagem e pela prática transformou-a na nação que encontramos no Novo Testamento. Já a futura proeminência do Templo e seus sacerdotes, da lei e seus escribas, bem como a inimizade entre os judeus e os samaritanos, podiam ser vistos no seu desenvolvimento. No decurso deste período, o regime persa recebeu

6. Para “o oleiro” ver F. M. Cross; “Judean Stamps,” *Eretz Israel* 9 (1969), esp. pág. 24; também J. Naveh: *The Development of the Aramaic Script* (Jerusalém, 1970), pág. 61. Para “o governador” ver Y. Aharoni: *The Land of the Bible* (Burns & Oates, 1966), pág. 360; além disto, respondendo a Cross e Naveh com novas evidências, N. Avigad: *Bullae and Seals from a Post-Exilic Judean Archive* (Jerusalém, Qedem 4, 1976), págs. 6-7.

7. Ver, no entanto, D. Barag em *BASOR* 183 (1966), págs. 6-12, sobre indicações arqueológicas de que algumas cidades judaicas possam ter sofrido deportações por volta daquele tempo.

um papel substancial para desempenhar, tanto em enviar e subsidiar as três expedições: a de Zorobabel, a de Esdras e a de Neemias, quanto em apoiar a autoridade destes homens com a da própria Pérsia. Não foi o primeiro império, nem o último, ao qual um papel semelhante foi designado.

II. A POLÍTICA RELIGIOSA DOS REIS PERSAS

Um aspecto notável do império persa foi sua integração de uma grande diversidade de povos num único sistema administrativo, mantendo, porém, ao mesmo tempo, uma tradição de respeito pelos seus costumes e crenças locais. A religião dos reis aqueménidas⁸ era (pelo menos a partir de Dario I) a adoração do único deus Ahuramazda, mas esta não era imposta aos povos doutras religiões. Pelo contrário, eram encorajados a procurar o bem-estar do rei ao observarem as formas apropriadas da sua própria religião.

Ciro, o primeiro rei, identificou-se com seus novos súditos até ao ponto de prestar homenagem a Marduque e aos outros deuses da Babilônia, e, ao mesmo tempo, ao devolver as imagens das divindades não-babilônicas às suas cidades de origem, repatriando os seus adoradores, reedificando seus santuários e solicitando que estas divindades fossem seus patrocinadores. O assim-chamado Cilindro de Ciro, de onde foram extraídas as palavras abaixo, dá o seu próprio relato disto.

“Devolvi a estas cidades sagradas. . . cujos santuários estão em ruínas há muito tempo, as imagens que viviam neles e estabeleci para elas santuários permanentes. Reuni (também) todos os seus habitantes (anteriores) e lhes devolvi suas habitações. . .

“Que todos os deuses que reestabeleci nas suas cidades santas peçam diariamente a Bel e a Nebo que eu tenha uma vida longa. . . ; que digam o seguinte a Marduque, meu senhor: ‘Ciro, o rei que te adora, e Cambises, filho deste. . . ’ ”⁹

8. Seu nome vem de Aquêmenes, sucessor real de Ciro, em cuja família permaneceu a dignidade real durante os dois séculos da existência do império.

9. O restante está danificado. Esta tradução é tirada de *ANET*, pág. 316.

O que isto significou para os judeus, e, assim, para o mundo, começa a ser demonstrado em Esdras 1.

Vislumbres desta política em funcionamento chegam a nós a partir doutras fontes — porque as distribuições de dinheiro de materiais necessários à adoração¹⁰ feitas aos judeus por Ciro, Dario e Artaxerxes, não foram, de modo algum, sem paralelo. No Egito, Cambises e Dario I assumiram nomes reais em homenagem ao deus Re, e embora Cambises se envolvesse em certa etapa numa série de destruições de templos e atos de sacrilégio, esta ação lhe era estranha — possivelmente uma represália por algum complô sacerdotal suspeitado por ele, visto que poupou um templo judaico na mesma área. Anteriormente, prestara as honras costumeiras aos deuses egípcios e fortalecera a autoridade e as rendas dos sacerdotes da deusa Neith na sua capital. Dario, de modo semelhante, gastou, generosamente, dinheiro e mão-de-obra com a religião egípcia, “a fim” (conforme a expressão do seu cronista egípcio) “de sustentar o nome de todos os deuses, dos seus templos, das suas rendas, e as ordenanças das suas festas para sempre.”¹¹

Não foi o Egito um caso excepcional. Os habitantes da ilha grega de Delos, quando fugiram diante da aproximação da frota persa em 490 a.C., receberam uma garantia da veneração de Dario por um lugar tão sagrado, o lugar onde Apolo e Artemis nasceram; e o general persa Dátis fez ofertas profusas ali. De modo mais significativo, o mesmo rei Dario I mencionou especificamente uma política real de longa data nestes assuntos, no decurso de uma repreensão a um dos seus oficiais na Ásia Menor. O oficial, Gadatas, deixara de isentar certos servos cultuais, os “jardineiros de Apolo,” de pagarem o tributo. O mesmo tipo de privilégio, para todos os níveis de oficiais do templo judaico, foi registrado na carta da nomeação de Esdras por Artaxerxes (Ed 7.24).

Finalmente, a preocupação destes reis no sentido de garantirem que as religiões nativas fossem corretamente praticadas é ilustrada no “Papiro da Páscoa” dos textos de Elefantina.¹² Esta é uma carta, com data de 419 a.C., de um oficial judaico provinciano chamado Hananias à um grupo de judeus na cidade-guarnição na fronteira do Egito chamada Elefantina, relatando uma ordem de Dario (II) de que o governador devia autorizá-los a fazer uma Festa de Pães Asmos. Hananias, evidente-

10. Cf. Ed 3.7; 6.4, 8-10; 7.15-24.

11. Das inscrições de Uzahor em Sa'i, conforme a tradução de G.B. Gray em *The Cambridge Ancient History*, IV (CUP, 1926), pág. 25.

12. Sobre estes textos ver também abaixo, págs 162 ss.

INTRODUÇÃO

mente, fôra encarregado de descrever-lhes pormenorizadamente os procedimentos, o que faz em termos que resumem Êxodo 12.6, 14-20. Conclui sua carta com a fórmula: “Por ordem do rei Dario.”

Este pedacinho de papiro não somente forma uma peça para acompanhar o relato da comissão de Esdras no sentido de fazer valer a lei judaica, como também confirma aquilo que os decretos reais naquele livro subentendem pela sua redação: que decisões gerais sobre estas questões eram passadas adiante para conselheiros a fim de receberem a redação pormenorizada; que os conselheiros eram compatriotas do respectivo povo interessado; e que os documentos então eram promulgados em nome do rei.

Estes exemplos avulsos da política persa, embora não sejam essenciais para nossa compreensão dos dois livros, nos capacitam a vê-los, não isoladamente, mas, sim, em relacionamento estreito e convincente com os seus tempos

III. ALGUNS TEMAS PRINCIPAIS DE ESDRAS--NEEMIAS

Bem claramente, estes dois livros são mais do que uma simples crônica. Aqui há eventos dos quais se aprende, e não somente acerca dos quais sabe-se a respeito. Há, na realidade, certo relacionamento entre este último trecho de narrativa no Antigo Testamento e o último no Novo, sendo que os dois levam o leitor a um ponto de chegada que é uma etapa na viagem ao invés de ser o destino e tacitamente o convidam a explorar o propósito de Deus mais profundamente. Com Neemias em Jerusalém, assim como no caso de Paulo em Roma, a narrativa é interrompida abruptamente, sem nos deixar nenhuma dúvida de que há uma pesada viagem pela frente, mas também de que a aventura foi bem iniciada e é de grande potencialidade. “A mão do nosso Deus” (tomando emprestada uma frase favorita de Esdras-Neemias) estava muito evidente, e visto ser Ele o autor reconhecido destes eventos, o que se diz acerca dEle deve ser o primeiro tema a ser estudado.

a. Deus

Não se fala aqui de uma divindade pequena e enclausurada, por

menor que Seu povo tenha se tornado. É ousadamente aclamado Criador e Sustentador do “céu, o céu dos céus, e todo o seu exército,” além da terra e todas as suas criaturas (Ne 9.6); e esta não é nenhuma teologia que se sustenta particularmente. A resposta dos judeus a uma comissão formidável que levava um relatório ao imperador era: “Nós somos servos do Deus dos céus e da terra” (Ed 5.11) — título este que, abreviado para “o Deus dos céus,” realmente já era conhecido pelas autoridades como sendo a forma correta de referência ao Deus de Israel (cf. e.g., Ed 1.2; 6.9). Para o encorajamento mútuo em particular, Seu povo podia recordar uns aos outros que Ele também era “grande e temível” (Ne 4.14 [8, Heb.]; cf. 9.32), e que também estava comprometido com eles como sendo o “nosso Deus.”

Há, na realidade, uma forte ênfase sobre a aliança mediante a qual Deus Se vinculara a Israel desta maneira, e, portanto, ao indivíduo como “meu Deus” (relacionamento este do qual Neemias tinha especial consciência). Sua escolha de Abraão, Seu salvamento de Israel do Egito, e Sua paciência sob a provocação dos israelitas, dominam a grande confissão de Neemias 9 e, de modo menos geral, de Esdras 9; e o mesmo amor fiel enviara Seu Espírito entre eles, por menos atenção que Lhe tenha sido prestada no deserto e na pregação dos profetas (Ne 9.20, 30).

Esta firmeza divina é a primeira coisa que vem ao nosso encontro neste par de livros. Toda a seqüência dos eventos foi posta em andamento para cumprir uma promessa (Ed 1.1). O que está igualmente aparente é a soberania divina. Não há milagres abertos, mas uma decisão imperial após outra é silenciosamente iniciada pelo Senhor, que “despertou o espírito de Ciro” (Ed 1.1), que “moveu o coração do rei” Artaxerxes para ornar a casa do Senhor, e que fez com que “aprouve ao rei enviar” Neemias para inverter uma política anterior (Ed 7.27; Ne 2.6). Igualmente, é lógico, foi Deus quem despertou o espírito de cada voluntário, conforme somos informados, para voltar do exílio (Ed 1.5), e “pusera no coração” de Neemias tratar primeiramente dos muros de Jerusalém (Ne 2.12) e depois, da viva estrutura humana à qual devem servir (7.5).

Finalmente, Deus é visto aqui operando com Seu povo, bem como em Seu povo, e contra os homens do poder, bem como através deles. A história de Neemias é famosa por seu casamento entre o inteiramente espiritual e o insolentemente obstinado. “Oramos. . . e pusemos guarda contra eles, de dia e de noite” (Ne 4.9). “Lembrai-vos do Senhor. . . e pelejai” (4.14). O excelente resultado é registrado com gratidão característica, não levando em conta que Neemias fôra mais esperto do que

o inimigo, embora o tivesse sido, mas, sim, “que Deus tinha frustrado o desígnio deles” (4.15). Este, afinal das contas, era o âmago da questão, e o sinal de maiores coisas que estavam por vir. Assim, até mesmo o inimigo percebeu. Quando o grande muro foi completado em apenas 52 dias, “os gentios nossos circunvizinhos. . . decaíram muito no seu próprio conceito” não porque viam que os judeus tinham uma eficiência inquietante (e realmente a tinham), mas, sim, “reconheceram que por intervenção de nosso Deus é que fizemos esta obra” (6.16).

Se semelhante Deus era por eles, quem poderia ser contra eles? Se Ele escolheu proteger Seu povo através da sua própria vigilância e labuta, conforme acima, ou através dos oficiais e cavaleiros imperiais que escoltaram Neemias a Jerusalém (Ne 2.9), ou invisível e silenciosamente, conforme protegeu Esdras numa viagem semelhante quando teve “vergonha de pedir ao rei” uma escolta militar (Ed 8.22), a operação inteira “era feita pelo Senhor,” e é maravilhosa aos nossos olhos ainda hoje.

b. O povo de Deus

Isaías previra que embora Israel fosse “como a areia do mar” somente um restante deles voltaria (Is 10.22) — ou seja, não somente voltaria do exílio como também se converteria “ao Deus forte” (21). Nossos dois livros nos apresentam os dois aspectos desta questão: a pequenez do remanescente e uma nova consciência de que era um povo à parte.

Ainda que houvesse quase 50.000 que voltaram do exílio (Ed 2. 64ss.), aqueles que retornavam ao lar sentiram-se um mero punhado em comparação aos seus antepassados. “Somos restantes que escaparam” (Ed 9.15). Mas o próprio fato da sobrevivência era uma confirmação da “graça” e “misericórdia de Deus (Ed 9. 8-9) — de modo que o termo, “os exilados”, (a *gôlá*, um substantivo coletivo) tornou-se um título honroso, virtualmente o equivalente ao verdadeiro “Israel.” Este fato deixa-se entrever na proclamação de Esdras 10.8, que ameaça certas pessoas que estavam em falta de estarem “separadas da congregação da *gôlá*,” embora o próprio exílio tivesse acabado oitenta anos antes.

Duas coisas foram ressaltadas nesta nova era: primeiramente, a continuidade com o Israel histórico, cujo nome e herança foram continuados por este remanescente (cf. Ed 2.2b), e, em segundo lugar, a separação das máculas do paganismo. O paciente registro de famílias e de cidades natais em Esdras 2 reflete a primeira destas preocupações, e esta é sublinha-

da pelo alistamento de certos grupos nos vv. 59 e 60 que “não puderam provar que as suas famílias e a sua linhagem eram de Israel.” Não eram somente os sacerdotes (vv. 61-63) que tinham de fornecer um atestado de linhagem.

A segunda preocupação, a de pureza religiosa, era mais difícil e mais arriscada para ser levada a efeito. Levava consigo os perigos do gueto, de atrair hostilidade e de desenvolver a arrogância. A hostilidade foi sentida imediatamente depois da primeira recusa de uma dúbia oferta de cooperação registrada em Esdras 4; mas há pouco sinal da arrogância na exclusividade achada necessária nesta etapa. Ainda era uma tomada de posição defensiva e não ofensiva, e em todas as seções da sociedade havia muitos que a achavam enfadonha. Visto que era o dever dos líderes insistir nela, seria possível acusar Zorobabel, Esdras e Neemias de mero chauvinismo; mas seria mais justo indicar que a tarefa deles era preservar a identidade de Israel como “a linhagem santa” (Ed 9.2; cf. Ml 2.15), e sua lealdade ao Senhor como sendo alguma coisa inteira e absoluta, que não devia ser inundada nem diluída pela cultura que os cercava.

Estas eram questões cruciais. Os vislumbres que temos em Ezequiel e Jeremias (e.g. Ez 8; Jr 44:15ss) da religião popular no começo do exílio, e os vislumbres adicionais nos papiros de Elefantina¹³ dos expatriados judaicos dos tempos de Neemias que não viam incompatibilidade alguma entre Javé e as divindades cananitas, demonstram a direção que o judaísmo pós-exílico facilmente poderia ter seguido. E deve ser acrescentado que os vereditos que afastavam certos vizinhos: “Nada tendes conosco,” e “Vós, todavia, não tendes parte, nem direito, nem memorial em Jerusalém” (Ed 4.3; Ne 2.20), são equilibrados e iluminados pelas boas-vindas dadas aos genuinamente convertidos. Da páscoa que marcou o término do Templo, somos informados: “Assim comeram a páscoa os filhos de Israel que tinham voltado do exílio, e todos os que, unindo-se a eles, se haviam separado da imundícia dos gentios da terra, para buscarem ao SENHOR Deus de Israel” (Ed 6.21). Pela razão oposta, a linhagem israelita não conferia isenções morais quaisquer que fossem. Muito antes de Paulo fazer seu gesto memorável de sacudir suas vestes em rejeição dos seus compatriotas infiéis (Atos 18.6), Neemias tinha feito a mesma advertência dramática contra os usurários e perjuros judaicos, acrescentando: “Assim o faça Deus, sacuda de sua casa e de seu trabalho a todo homem que não cumprir esta promessa” (Ne 5.13). Ape-

13. Ver abaixo, págs. 162 ss.

INTRODUÇÃO

sar de toda a ênfase às coisas externas dada nestes livros, o modo de um homem tratar seu próximo era o teste da sua profissão de fé. E há algo de quase paulino na renúncia que Neemias fez dos direitos à sua manutenção como governador, “por causa do temor de Deus” e “porquanto a servidão deste povo era grande” (Ne 5.14-19; cf 1 Co 9.3-18).

O povo de Deus, portanto, ainda era confrontado com as implicações éticas da aliança e com as chamadas à fé corajosa tal qual tinha sido dada pelos profetas. Mas os três enfoques sucessivos de atividade nestes dois livros, a saber: o Templo, e lei e o muro, dão especial destaque ao caráter de Israel como sendo o grupo minoritário de Deus num mundo estranho, Sua “própria possessão entre todos os povos.” Como tal, esta comunidade era sacerdotal; chamada para oferecer adoração, não somente através de sacrifícios materiais mas também em cânticos e orações para os quais era mantido um corpo do templo altamente organizado (ver especialmente Ne 11.15-24). Estava se tornando, em segundo lugar, o povo de um livro — não somente no sentido em que a lei mosaica agora era rigorosamente aplicada (especialmente no caso dos casamentos mistos) mas também porque era exposta e recebia um papel principal para desempenhar na adoração (cf. Ed 7.10; Ne 8.3, 8; 9.3). Com esta ênfase e o exemplo do erudito Esdras, o papel do escriba em Israel estava começando a emergir na sua forma desenvolvida. O terceiro enfoque da história, a reedificação do muro, quase pede para ser visto como um símbolo do separatismo de Israel: a expressão material de uma mentalidade de cerco. Embora isto não seja inteiramente justo, visto que o muro fôra derribado numa campanha de calúnias e de intimidação, e reedificado num espírito de fé, é verdade que Neemias usou-o não somente para a proteção física como também para a quarentena espiritual, para defender o sábado da violação (Ne 13.15-22). É verdade, também, que a separação estava agora sendo levada com nova seriedade como uma exigência da lei (“Eu. . . separei-vos dos povos, para serdes meus” — Lv 20.26), e, portanto — não muito diferentemente do próprio muro da cidade — potencialmente um meio de preservação ou, se fosse avulmar-se demais, de constrição.

Em resumo, o que vemos em Esdras-Neemias é um Israel podado quase até às raízes, mas tirando nova vitalidade da sua fonte negligenciada de nutrição na lei de Moisés e já demonstrando sinais, mediante sua nova preocupação com a pureza, de crescer até tornar-se o judaísmo que encontramos, tanto pelo bem quanto pelo mal, no Novo Testamento.

c. Os meios da graça

Para colocar o assunto dentro de limites, devemos confiná-lo a três áreas, parcialmente coincidentes: o culto, a oração e a Escritura.

1. Dentro do assunto *culto* podemos tomar nota das disposições regulares para o culto. O altar foi estabelecido na primeira oportunidade, a fim de que o pecado sem expiação e a homenagem negligenciada não acrescentassem o desagrado divino à inimizade dos homens (“estavam sob o terror dos povos de outras nações,” Ed 3.3). O Templo, no entanto, ficou abandonado durante anos, primeiramente por necessidade, e depois por negligência, até que as suas ruínas viessem a ser uma afronta a Deus e um desafio aos Seus profetas (Ag 1.4; Zc 4.9). Quando o Templo foi completado, Israel voltou a ter seu centro visível e um papel para o exército de sacerdotes, levitas, cantores, porteiros e servos do Templo que se apressaram em voltar do cativeiro (Ed 2.36ss). Um pouco da idéia da cor e do movimento das grandes ocasiões de adoração, com instrumentalistas e cantores antifonais, com os gritos de alegria ou de lamentação da congregação, e com o pálido espetáculo do sacrifício, pode ser obtida de passagens tais como Esdras 3.10ss.; 6.16ss.; Neemias 12.27ss. Até mesmo os cultos diários tinham algo desta qualidade, com os sacrifícios da manhã e da tarde e com os coros tendo líderes e pessoas para as respostas, mencionados por nome (cf. Ne 11.17, 23; 12.8-9, 24). Tudo isto era intensificado nas festas, que acrescentavam a dimensão de uma vívida comemoração dos atos salvíficos de Deus – quer se tratasse do cordeiro da páscoa com os pães asmos (Ed 6.20ss.), quer dos ramos, feitos em casa, que transformavam toda Jerusalém num acampamento do Êxodo (Ne 8.14ss.).

2. A *oração* está totalmente entretecida na matéria destes dois livros. Assume uma variedade de formas, desde um relâmpago momentâneo de oração mental até um discurso eloqüente, acompanhada, numa ocasião penitencial, por gestos externos tais como o jejum, o arrancar dos cabelos, o rasgar das vestes, o choro, o lançar-se à terra (cf. Ed 9.3; 10.1), ou o uso do pano de saco, colocando terra na cabeça (Ne 9.1); ou, por outro lado, numa ocasião alegre, o reforço do louvor com a música e os gritos de aclamação que notamos no parágrafo acima.

No seu conteúdo, as orações refletem uma fé vétero-testamentária madura. Há um forte senso da história e da solidariedade israelita, não somente quando isto dá segurança (em virtude da eleição e da aliança, e a lembrança da redenção, Ne 9.7-15) mas igualmente quando é humilha-

INTRODUÇÃO

te. Esdras se envergonha (Ed 9.6) por causa da culpa do presente e do passado, embora não tenha nenhuma participação óbvia em qualquer das duas formas de culpa; de modo semelhante a confissão geral de Neemias: “os pecados. . . que temos cometido contra ti,” é imediatamente personalizada: “pois eu e casa de meu pai temos pecado” (Ne 1.6); e nenhuma desculpa é oferecida. Deus é justo (Ed 9.15; Ne 9.33); realmente o castigo tem sido “menos do que merecem as nossas iniquidades” (Ed 9.13).

Semelhante auto-humilhação, pode tornar-se mórbida por si mesma. Nestes exemplos, no entanto, o resultado é duplamente sadio: não somente extrai-se coragem das promessas bíblicas e dos sinais “pequenos” do contínuo amor de Deus (Ne 1.8-9; Ed 9.8-9), mas em cada caso a confissão leva a uma ação dispendiosa. Esdras 9 é seguido pelo drástico capítulo 10; Neemias 1 leva ao encontro “vitória ou morte” com o rei (e visto que a oração pedia “que seja bem sucedido hoje” (11), podemos suspeitar que Neemias sabia exatamente o que fazia quando deixava seu ar de tristeza atrair a atenção do rei); finalmente, Neemias 9 tem como resultado as reformas prometidas da “firme aliança.”

As orações de petição, acompanhando alguma situação concreta, são outro aspecto bem marcante dos dois livros. A oração inicial de Neemias, conforme notamos, cresceu da confissão e do apelo (durante um período de meses — ver o comentário sobre Ne 2.1) para uma petição exata, mencionando especificamente “hoje” e “este homem” (Ne 1.11). Sua petição seguinte, a famosa “oração-flecha” de 2.4, não tinha tempo para palavras. Entre elas, as duas petições ilustram de modo bastante nítido os fatos gêmeos de que a responsabilidade do homem é orar sobre uma questão até ao fim, com tenacidade, com pensamento concentrado, e envolvimento profundo, e de que Deus, apesar disto, não depende das nossas belas frases e sugestões. As demais orações de petição dão uma impressão bastante semelhante. De um lado, Esdras não permitiu nada de superficial na preparação do seu grupo, com oração, para a viagem saindo da Babilônia. “Então apregoei ali um jejum junto ao rio Aava, para nos humilharmos perante o nosso Deus, para lhe pedirmos jornada feliz para nós, para nossos filhos e para tudo o que era nosso” (Ed 8.21). E, do outro lado, havia ocasiões em que pouca coisa poderia ser dita além de: “lembrai-vos do SENHOR. . . e pelejai,” ou: “Agora, pois, ó Deus, fortalece as minhas mãos” (Ne 4.14; 6.9). A própria brevidade destas orações é eloqüente.

Isto nos leva finalmente às “apartes” de Neemias, principalmente com a forma: “Lembra-te de mim. . .” (Ne 5.19; 13.14, 22, 31). Às ve-

zes, trata-se de “Lembra-te deles. . .”, ou seja, os inimigos jurados, os derrotistas e os traidores (Ne 6.14; 13.29); e numa ocasião a oração contra eles é elaborada numa imprecação: “Caia o seu opróbrio sobre a sua cabeça. . . Não lhes encubras a iniquidade. . .” (Ne 4.4-5). A afinidade disto com certos salmos pode nos dar a chave aos dois tipos de interjeição, positiva e negativa. Neemias está entregando a si mesmo e os seus oponentes ao veredito de Deus. Noutras palavras, está olhando além do sucesso ou do fracasso, além das medidas que toma e deverá tomar contra a oposição; até mesmo além do veredito da história. Ter a pronta ajuda de Deus, e, acima de tudo, o “bem feito” de Deus, é a fome e sede que orientam suas orações. Não é surpreendente que seu livro termine com esta oração.

3. A *Escritura*, ou, mais exatamente, a lei de Moisés, é o terceiro meio de graça destacado em Esdras-Neemias. Logicamente, outras partes da Bíblia são referidas; a história inteira começa com uma profecia cumprida de Jeremias, e dentro em breve ouvimos palavras bem-conhecidas de um Salmo (Ed 3.11); mas a força motriz e diretriz é a lei.

Discutiremos noutra parte (págs. 179-186) a teoria, sustentada em grande escala, de que esta influência poderosa era parcialmente devida à novidade: que Esdras veio da Babilônia com um Pentateuco¹⁴ maior e mais elaborado do que qualquer coisa antes conhecida, graças à labuta de sacerdotes e estudiosos como ele mesmo que tinham (segundo é sugerido) colecionado e modificado as leis e tradições derivadas de vários centros em Israel, harmonizando-as com os livros já conhecidos, atribuindo a Moisés uma vasta quantidade de matéria que se desenvolvera depois dos dias dele mas que, segundo se pensava, representava seu ensino ou seu desenvolvimento legítimo.

Este não é um ponto de vista do qual compartilho, nem é necessário (no meu modo de ver) para explicar o fenômeno de Esdras-Neemias que é nosso assunto no momento. Embora nossos dados pudessem ser explicados, em grande medida, de conformidade com o parágrafo acima, também podem ser explicados à luz do livro de Malaquias, que oferece um quadro revelador do tipo de cenário religioso que confrontava os dois reformadores, e geralmente é considerado que pertence ao período deles. Era uma situação que exigia as medidas que eles introduziram, e

14. I.é, os cinco primeiros livros da Bíblia, também conhecidos pelo termo heb. para “lei” ou “ensino autorizado,” a Torá (*tôrâ*).

INTRODUÇÃO

sua causa principal era a falha dos sacerdotes em não ensinarem a lei.¹⁵ O grande impacto do livro da lei de Esdras era, portanto, comparável na sua causa e no seu efeito àquele da Bíblia na Reforma, e devia seu poder, não ao seu novo aspecto, mas exatamente ao fato de ser antiga e redescoberta, trazida e exposta a todo o povo, e tratada como uma autoridade que julgava os próprios sacerdotes (cf. e.g. Ed 9.1ss.; 10.1ss.; Ne 8.1ss.).

Uma estória apócrifa em 2 Esdras 14 faz de Esdras um segundo Moisés que, ouvindo a voz de Deus numa sarça, recebeu a tarefa de escrever em quarenta dias, com a ajuda de cinco secretários, noventa e quatro livros, dos quais vinte e quatro (i.é, os livros do Antigo Testamento, conforme eram tradicionalmente enumerados) deviam ser revelados, e os demais conservados em sigilo. Aquilo que esta fantasia adorna é o fato de que Esdras deu ao judaísmo uma nova atitude para com a Escritura, e, assim, em certo sentido, deu a Escritura ao povo. Finalmente, as injunções de Deuterônimo 6.6 começaram a ser levadas a sério. Na realidade, a Escritura veio a ser um livro para se estudar tão minuciosamente que, por fim, de modo paradoxal, dificilmente podia ser vista por causa da intervenção dos escribas, ou ouvida em meio aos comentários eruditos (cf. Mc 7.1-13; Lc 11.52; Jo 5.39ss.).

Entretanto, enquanto isso, Esdras tinha dado um exemplo muito necessário do tipo certo de perícia bíblica, resumida nas palavras de Esdras 7.10 onde o estudo dedicado é visto de mãos dadas com a obediência pessoal e com o ensino. O fato de que, para ele, a Torá, apesar de toda a sua força jurídica, era muito mais do que um texto para um advogado, demonstra-se numa palavra reveladora acerca dela em 7.25 (cf. 7.14): “segundo a sabedoria do teu Deus, que possuiis.” Aquela era a frase do rei, mas não devemos duvidar de que refletisse a atitude de Esdras.

Portanto, a Escritura é vista nestes dois livros como lei a ser obedecida e como revelação a ser compreendida; e devemos acrescentar: como promessas e advertências para evocarem a oração e a ação. Seu aspecto de lei é enfatizado pela frase: “os que temem ao mandado do nosso Deus” (Ed 10.3; cf. 9.4; 10.9) e pelas sanções, humanas bem como divinas, que a reforçavam (Ed 8.26; 9.14). Como revelação, era lida “claramente” (para as possíveis implicações disto, ver o comentário sobre Ne 8.8), “de maneira que entendessem o que se lia” — e havia uma equi-

15. Mt 2.6-9; cf. 3.7; 4.4. A palavra traduzida “instrução” pela ARA, etc. em 2.6-9 é *tôrâ*, “lei,” sobre a qual ver a nota de rodapé anterior.

pe de mestres para garanti-lo (Ne 8.7-8). Era também estudada por leigos e sacerdotes em conjunto naquilo que pode ser descrito somente como seminário ou grupo de estudos (Ne 8.13). Como *matéria para oração e ação*, podemos notar seu uso nas confissões de Esdras 9 e Neemias 9, e, de modo mais alegre, nas lembranças confiantes da misericórdia de Deus naqueles capítulos e em Neemias 1. Neste último capítulo especialmente, as próprias palavras das antigas promessas são citadas com um apelo sendo feito.

Desta maneira, a Escritura emerge como um meio de graça, embora não tome o lugar do culto nem da oração individual (mas, pelo contrário, os enriquece), nem por isto deixa de chegar a uma nova posição de destaque neste período. Nunca haveria de perdê-la.

ESDRAS

ESDRAS 1 – 6

UM TEMPLO SURGE DAS RUÍNAS

A maior parte deste livro, embora leve o nome de Esdras, conta acerca dos pioneiros que voltaram do exílio para Jerusalém uma geração inteira antes dele. Não nos encontraremos com Esdras antes do capítulo 7. Naquela época, cerca de oitenta anos de recolonização da antiga pátria já terão passado, e ele virá como um consolidador e reformador; não como um edificador do Templo, como seu antecessor Zorobabel, nem como um reedificador dos muros da cidade, como seu contemporâneo mais jovem Neemias.

Em primeiro lugar, pois, lemos nos capítulos 1-6 acerca daquilo que aguardava os primeiros que voltavam à pátria, provenientes da Babilônia: como procuraram levar a efeito a comissão para edificar um novo Templo, como encontraram a oposição local por quase vinte anos, como finalmente se reanimaram e o completaram, contra um pano de fundo de ameaças e manobras políticas. As ameaças foram desafiadas, as manobras derrotaram-se a si mesmas, e esta parte da história termina numa nota de alto regozijo.

Mais de meio século haveria de separar aquele primeiro clímax dos eventos do capítulo 7, mas uma digressão anterior (4.6-23) terá preenchido uma parte suficiente do quadro para nos demonstrar que os judeus nesse meio tempo continuavam amargamente ressentidos com os seus vizinhos; basta, também, para nos preparar para a abertura devastadora do livro de Neemias.

À parte daquele prenúncio, o presente grupo de capítulo, Esdras 1-6, abrange uma única geração, 538-516 a.C., e se ocupa de um único grande empreendimento: a reedificação da casa de Deus, tema este que compartilha com dois dos profetas daqueles dias, Ageu e Zacarias.

Esdras 1. Liberdade!

1.1-4. Uma Palavra do Rei

1. Este versículo inicial tem a solidez e profundidade típicas da historiografia bíblica, com seu interesse tanto nos pormenores externos de um evento quanto na abertura do seu significado interior. O evento pode ser datado (538 a.C.), e pode tomar seu lugar entre as novas políticas que fluíram da queda de um império e da ascensão de outro. Mas embora Ciro tivesse suas próprias boas razões para aquilo que fez (ver abaixo), o Senhor tinha as dEle; e estas eram, como sempre,¹ o âmago da questão e a chave do futuro.

Era o Senhor, segundo ficamos sabendo, que *despertou* Ciro para agir, assim como despertaria também um grupo de exilados para responder (5). Era o mesmo Senhor quem, sem Ciro o saber, já o “despertara”,² anos antes, para começar sua marcha através do mundo, e quem aplainara seu caminho para a vitória, com exatamente este alvo em mira. Sua realização mais relevante, de modo contrário a todos os cálculos humanos, não era conquistar um império mas, sim, “edificar a minha cidade, libertar os meus exilados” (Is 45.13).

Mais do que isto, Deus dera a Sua *palavra* a Judá no sentido de que o exílio teria passado dentro de apenas setenta anos. “para vos dar,” segundo Ele disse, “o fim que desejais” (Jr 25.12-13; 29.10-11).³ E Deus mais do que cumpriu Sua palavra. Quase não fazia cinquenta anos desde 587 a.C., o ano em que Jerusalém caíra. Tinha havido uma deportação antes disto (597), e outra, simbólica, já em 605 (2 Rs 24.10-17; Dn 1.1ss.), mas até mesmo o mais longo destes períodos não chegou aos setenta

1. Algumas declarações clássicas sobre este controle providencial acham-se em Gn 50.20; Is 10.5ss.; At 2.23; 3.17-18; 4.27-28; 13.27.

2. Ver Is 41.25; 45.13, que empregam esta palavra heb. Ver também Is 44.28 – 45.7 para o cumprimento inconsciente por Ciro do papel que Deus tinha para ele.

3. Daniel lembrou-se disto e orou em prol do seu cumprimento. Recebeu como recompensa uma visão deste padrão repetida numa escala mais grandiosa, e de modo definitivo (Dn 9.2, 24ss.). Em 520 a.C. também, com o exílio terminado, mas o Templo ainda não edificado, Zacarias ouviu o anjo implorando para que houvesse o fim dos “setenta anos” de ira, e recebendo a promessa de que “a minha casa nela [Jerusalém] será edificada. . .” (Zc 1.12-17).

anos designados. Não era a última vez que a misericórdia de Deus encurtaria os dias da provação (Mt 24.22).

Destarte, foi feito um *pregão*. Este (se seguiu o padrão normal) seria gritado por arautos nas principais cidades do império, e possivelmente exposto em inscrições também.⁴ Mas se o *escrito* foi exposto publicamente ou não, foi preservado nos registros, juntamente com os pormenores administrativos para a implementação da decisão. O quanto dependeria deste fato emergiria vinte anos mais tarde nos eventos do capítulo 6.

2, 3. O famoso Cilindro de Ciro lança luz interessante sobre este decreto. A inscrição (ver pág. 16) conta-nos da sua lealdade a Marduque, o principal deus da Babilônia, e do seu respeito pelos deuses dos povos súditos. Ao passo que as imagens daqueles deuses tinham sido tratadas como troféus por seus antecessores, ele agora as restaurava às suas “cidades santas,” reedificava seus templos e repatriava seus adoradores. Expressava a esperança de que estes deuses, portanto, orariam por ele diariamente aos deuses da Babilônia: Bel, Nebo e, acima de todos, Marduque.

Portanto, do seu próprio ponto de vista, mandar reedificar *a casa do SENHOR*. . . *o Deus que habita em Jerusalém*⁵ era apenas mais um exemplo de uma política consistente. Mais de um dos seus sucessores demonstrariam a mesma solicitude pelo protocolo religioso correto (ver págs. 16ss.). A homenagem prestada ao Senhor no v. 2 era, decerto, uma cortesia diplomática, mas indubitavelmente bastante sincera dentro do contexto. Era importante fazer a redação do decreto corretamente para cada grupo repatriado, e *o SENHOR, Deus dos céus* era como os judeus descreviam sua divindade. Além disto, para um politeísta com as amplas simpatias de Ciro, pareceria claro que todos os deuses tinham determinado o triunfo dele; cada um deles, portanto, no seu próprio contexto, poderia ser grato por isto.

No entanto, conforme Josefo, (*Ant.* xi, 1), alguém mostrara a Ciro a profecia de Isaías 44.28, que o menciona pelo nome, e este estava ansioso por cumpri-la. Embora isto não seja impossível,⁶ não tem con-

4. Cf. E. J. Bickerman: “The Edict of Cyrus in Ezra 1,” *JBL* 65 (1946), págs 249ss. (especialmente 272-275).

5. O fim do v. 3 pode ser pontuado, também como na AV, RV, fazendo com que “Ele é Deus” seja uma exclamação completa em si mesma. Mas é um pouco deselegante, e a LXX, a Vulg. e a pontuação massorética apóiam a interpretação adotada pela ARA, etc.

6. Bickermann, de fato, acha que é bem provável. “Os judeus dificilmente se abs-

firmação, e a própria inscrição de Ciro demonstra que qualquer conhecimento que tenha tido do Senhor era, na melhor das hipóteses, nominal. Isaías 45.5-6 insiste em que conhecer ao Senhor envolve o reconhecimento de nenhum deus além dEle..

4. Para um judeu devoto, aqui havia duas expressões para despertar o seu interesse. Uma era *Todo aquele que restar*, que, em hebraico, lembraria a mensagem insistente de Isaías de que “os restantes” voltariam (cf. Is 10.20ss). A outra era um eco do Êxodo, na chamada aos vizinhos dos peregrinos no sentido de ajudá-los nas despesas de viagem com *prata, ouro* e outras dádivas assim como os egípcios tinham feito séculos antes (Êx 12.35-36). Formaria um coro para os cânticos de Isaías acerca de um segundo Êxodo (Is 43.14ss.; 48.20-21, etc.), que erguiam o empreendimento para o mais alto nível.

Além destas dádivas voluntárias haveria pagamentos e verbas da tesouraria real, especificados num documento separado que acabou ficando no arquivo real. Este registro haveria de desempenhar um papel real numa crise posterior, conforme relatado no capítulo 6; entretantes, a devolução integral dos vasos do Templo forma o clímax do presente capítulo.

1.5-11. Os tesouros para Jerusalém

5. Quase duzentos anos depois da desintegração do reino de Israel, os remanescentes do pequeno reino de Judá, que sempre incluía alguns membros das demais tribos,⁷ ainda tinha alguma coesão e podia fazer jus ao nome de Israel (cf. 1.3b; 2.2b). Agora o Senhor, como que para enfatizar que Ele não é o Deus dos grandes batalhões,⁸ desperitou apenas uma parte deste remanescente para a ação. Esta redução sistemática dos números e do poder, desde os tempos do apogeu dos reis, lembra Seu modo de agir com o exército de Gideão e, mais tarde, com as multidões da Galiléia e da Judéia. Mas a ênfase mais óbvia cai sobre a palavra *desperitou*, ecoando o que foi falado acerca de Ciro no v. 1, para tornar duplamente claro que este empreendimento era da parte do Se-

teriam de citar estas revelações ao abordarem Ciro, e ele não negligenciaria a voz divina. Josefo talvez tenha razão. . .” Bickerman, *art. cit.*, pág. 269.

7. Cf. 2 Cr 11.1-4, 13-16.

8. Cf. Zc 4.6, 10, falado a esta geração.

nhor. Doutra forma, conforme demonstra o Salmo 127, os edificadores e os vigias teriam feito seu trabalho em vão.

6. Quanto a este eco da história do Êxodo, ver sobre o v. 4. Aquele versículo demonstra também que o termo *voluntariamente* dado refere-se às dádivas para o Templo propriamente dito, sendo que o restante evidentemente era para os peregrinos. Não havia questão de recusarem este dinheiro dos descrentes; pelo contrário, conforme Ageu 2.7-8 indicaria, uma vez que as coisas preciosas de todas as nações eram do Senhor, estavam às ordens d'Ele para que Ele os usasse.⁹

7. Na ausência de imagens para restaurar, conforme havia no caso das outras religiões (ver sobre os vv. 2-4), os vasos ou artigos (a palavra é muito geral) do Templo eram um substituto óbvio. A ordem escrita para a sua devolução, e para a reedificação do Templo às custas da casa do rei, é preservada em 6.1-5.

8. Os nomes dos dois oficiais nos dão um vislumbre do regime antigo e do novo agora combinados. *Mithredath* é um nome persa em homenagem a Mitras, o deus-sol ("Mitras deu"),¹⁰ e a palavra que o descreve como *tesoureiro* também é persa. O nome *Sesbazar*, por outro lado, está provavelmente vinculado ao deus-sol da nação conquistada, o Shamash babilônico.

Sesbazar é melhor descrito como chefe ou (NEB) "governante" do que como *príncipe*, porque a palavra hebraica não leva nenhuma implicação necessária de descendência real. A questão da sua identidade é discutida no Apêndice II, págs. 157ss. Há um ponto de vista de que Sesbazar era um segundo nome para Zorobabel, usado em todas as transações como o poder reinante (cf. outros casos de novos nomes, e.g., 1 Rs 24.17; Dn 1.7). Alternativamente, Sesbazar e Zorobabel podem ter sido, respectivamente, o líder oficial e oficioso do empreendimento. Nenhum dos pontos de vista está isento de dificuldades.

9-11. A partir deste inventário prosaico (e os problemas textuais que agora nos apresenta — ver "Nota adicional" abaixo) nos é dado a fazer um retrato daquilo que pode ter significado ver este ouro e esta prata sagrados trazidos para fora à luz do dia, sendo cada peça uma

9. Era outro assunto quando a dádiva vinha de uma prática corrupta (Dt 23.18) ou quando pudesse ser considerado que o doador tinha a posição de um patrocinador (Gn 14.23).

10. Há outro Mitredate em 4.7. Era um nome bastante comum; sua forma grega Mitradates é mais amplamente conhecida.

testemunha do cuidado soberano, mas não o “reino de sacerdotes.” A transferência bem organizada dos artigos, “contados” (8) de um administrador para outro, pode ter sido externamente pouco dramático, mas era significativa. As palavras finais do capítulo: *de Babilônia para Jerusalém*, marcam um dos pontos cruciais da história.

Nota adicional sobre a lista de vasos, 1.9-11

Há obscuridades aqui tanto no vocabulário quanto nas figuras. *Bacias (agartelê)* é uma palavra emprestada, fato este que talvez signifique que o autor estava empregando um inventário compilado por um estrangeiro (cf. talvez os arquivos mortos mencionados em 6.1ss.). *Facas* ou “incensários” (cf. 1 Esdras 2.13) fazem parte das muitas conjecturas sobre o heb. *mah^aāpīm*. A LXX tem “trocas” (de roupas? i.é vestes sacerdotais?). A palavra parece derivar da raiz *hlp*, “trocas”, mas provavelmente queira dizer “repetições” ou “variedades” (cf. NEB).

O problema das cifras é que no texto hebraico (apoiado pela LXX) os ítems separados somam menos de metade do total registrado. Por isso, a RSV (diferentemente da ARA, ARC, RV, BJ, NEB) segue as cifras mais harmoniosas de 1 Esdras 2.13-14 (1.9a mil bacias de ouro; 1.11 cinco mil quatrocentos e sessenta e nove). Na defesa do texto hebraico pode-se argumentar que os artigos citados são apenas uma seleção; mas o v. 10 menciona *mil outros objetos*, que deve abranger os demais. Parece, portanto, que ou o total ou os componentes foram erroneamente entendidos (se sinais eram usados para os números), ou houve erro do copista.¹¹ Talvez haja uma indicação de dano textual na palavra hebraica *mišnim* (10), cujo significado: “duplo” ou “segundo,” não é obrigatoriamente relevante aqui.¹² Muitos pensam que é uma parte de uma cifra. 1 Esdras 2.13, adotado pela RSV, tem “dois mil” a esta altura.¹³ Estas são especulações, mas poucos comentaristas duvidam

11. Sobre os sinais usados para os números, ver H. L. Allrik, *Basor* 136 (1954), págs. 21-27. Sobre os totais discrepantes, D. J. Wiseman refere-se (num comunicado escrito) ao “fato bem conhecido de que algumas listas são seleções, embora continuem conservando os totais originais para a lista inteira (e.g., como nos textos de Alalake)”.

12. A ARA tem *de outra espécie* – mas onde está a primeira espécie? A NEB, de modo mais plausível, vê a palavra como sendo um sinônimo de *mah^aāpīm* (“de vários tipos”).

13. Torrey, citado por Batten, fez a conjectura de que as consoantes *mšnym* eram

que o autor estivesse tirando informações de uma lista verídica, cuja forma original mostrava quão completa era a entrega dos vasos do Templo.¹⁴

Esdras 2. Os peregrinos

Este capítulo, por menos atraente que possa parecer, é um monumento aos cuidados de Deus e à vitalidade de Israel. As milhares de pessoas que regressavam à pátria não são simplesmente somadas, mas (de uma maneira característica da Bíblia) relacionadas com aqueles círculos locais e familiares que humanizam uma sociedade e orientam um indivíduo. Assim age Deus, que “faz que o solitário more em família” (Sl 68. 6). E no tocante ao povo, sua memória tenaz dos lugares e dos relacionamentos, ainda forte depois de duas gerações no exílio, demonstrava uma magnífica recusa em ser roubado do seu passado ou do seu futuro.

Estas, pois, eram partes vivas de Israel, com raízes e tudo, para o transplante. Mas o motivo fundamental para este agrupamento não era social, mas, sim, religioso. Esta é a nação santa, que recebeu uma nova oportunidade de viver à altura da sua vocação. Nada há de casual nos seus preparativos. Não somente cada sacerdote devia ter suas credenciais (61-63) como cada membro também (59-60), fosse como israelita de sangue puro, fosse como membro de um lar constituinte (65) ou de uma profissão vinculada ao templo (cf. 43-58) — ou, ainda (conforme ficamos sabendo mais tarde, 6.21) como convertido. Era algo mais que o anti-quarianismo que levaria Neemias, quase cem anos mais tarde, a fazer deste longo catálogo a lista de verificação para sua comunidade reagrupada, e a reproduzir a totalidade dela nas suas memórias (Ne 7.5-73).

Os parágrafos finais demonstram outro aspecto da vitalidade israelita (68-69) e outro vislumbre de uma comunidade estruturada que tinha uma variedade bem-marcada de componentes (70) e um centro de união dado por Deus (3.1).

tudo quanto tinha sobrado de *ʾlpym šnym*, “2.000.” Batten objeta que 2.000 é regularmente escrito como o dual *ʾalpayim* sem o número “dois.” Num texto sem vogais, no entanto, este número não seria supérfluo, de modo algum.

14. 2 Rs 24.13b não parece deixar vaso algum intato em 587 a.C.; mas com base em Dn 5.2ss e nesta passagem fica claro que os objetos que foram retalhados não eram as peças menores, mas presumivelmente tudo quanto era grande demais para ser transportado inteiro.

2.1, 2a. Os líderes

Os títulos das seções que seguem abaixo revelarão quão ordeiro é o relato, grupo por grupo, que este capítulo dá do retorno. Para seu interesse geral, ver o parágrafo acima; as notas que seguem dizem respeito principalmente a pontos secundários de detalhe.

1. A *província (mēḏīnâ)* em epígrafe é Judá, um pequeno distrito dentro da grande área administrativa chamada Além do Rio, i.é, a Síria, e a Palestina (ver sobre 4.10). Judá talvez tenha sido recortada a partir dos distritos adjacentes, recebendo, de novo, uma identidade própria — pois Sesbazar estava chegando ali como governador (cf. 5.14). Se for assim, os sentimentos irritados dos oficiais que foram despojados de parte dos seus domínios talvez tenham ajudado a determinar o tom hostil que eles e seus sucessores tendiam a adotar. E a nível local, a palavra coletiva aqui usada para os *exilados*, a *gôlâ*, haveria de tornar-se algo de irritante, como termo que denotava a comunidade que passara pela sua prova na Babilônia, em comparação com a multidão algo suspeita que escapara àquela purificação.

2a. Há onze nomes aqui, mas a cópia da lista em mãos de Neemias conserva mais um, o de Naamani (Ne 7.7), que decerto foi omitido desta lista no decorrer da cópia. A escolha de doze, como a dos doze apóstolos, era uma declaração tácita de que a comunidade que dirigiam não era um mero resto ou fragmento, mas, sim, a incorporação *do povo de Israel* (note as palavras finais deste versículo) e o herdeiro conjunto das promessas. Compare a lembrança do Êxodo notada em 1.4 e o holocausto dos “doze novilhos por todo o Israel” em 8.35.

Zorobabel, neto do rei Joaquim¹⁵ era o líder natural de semelhante grupo, quer sua posição, nesta etapa, tenha sido oficial ou oficiosa.¹⁶

Jesua, o Sumo Sacerdote (Zc 3.1), cujo nome (em grego, “Jesus”)

15. É conhecido como o filho de Sealtiel (3.2, *et.al.*), que era o filho mais velho de Joaquim. Mas o texto heb, de 1 Cr 3.19 diz que Zorobabel era o filho de Pedaías, que era um irmão mais jovem de Sealtiel. Se é este o texto verdadeiro, implica num casamento de levirato entre Pedaías e a viúva de Sealtiel, mediante o qual o primogênito era considerado como sendo o de Sealtiel para conservar a existência do nome da família (cf. Dt 25.5-6; Rt 4.10). Como herdeiro de Sealtiel, teria o primeiro direito ao trono.

16. Certamente era oficial até aos tempos de Ageu (Ag 1.1). Sobre a questão do seu relacionamento com Sesbazar ver Apêndice II, abaixo, págs. 157ss.

é escrito Josué em Ageu e Zacarias, era líder juntamente com Zorobabel. Esta associação era, na realidade, tão estreita, que era vista por Zacarias como o antegozo do regime perfeito do porvir, quando o sacerdócio e a realeza se uniriam num só homem: “o homem cujo nome é o Renovo.”¹⁷

Alguns dos outros nomes na lista talvez nos pareçam familiares, mas o tempo e o lugar excluem sua identificação com o Neemias ou Mordecai bem-conhecidos, ou com Seraías o pai de Esdras, ou com o Bigvai de Neemias 10.16.¹⁸ Trata-se simplesmente de que tais nomes eram comuns naquele período geral.¹⁹

2.2b-35. Os israelitas leigos

Acham-se aqui duas maneiras de identificar e “localizar” uma pessoa. Alguns israelitas tinham registros de uma família ou clã reconhecido (3-19 ou 20), outros conheciam sua cidade nativa tradicional (20 ou 21-35). Um apêndice à lista mencionará pessoas cuja posição estava em dúvida (59-60), sendo mostradas em grupos de acordo com suas povoações no exílio e com suas famílias. Ficar sem raízes, e anônimo, era a última coisa que um israelita poderia desejar.

Uma comparação desta lista com a cópia que Neemias possuía (Ne 7.7bss.) revela um contraste surpreendente entre a transmissão dos nomes e a dos números — porque os nomes das duas listas revelam pequenas variações²⁰ ao passo que a metade dos números discordam entre

-
17. Zc 6.11-13, onde as ARC/ARA têm a tradução mais fiel. Ver J. G. Baldwin: *Ageu, Zacarias e Malaquias, ad. loc.* Cf. Jr 23.5 para “o Renovo” (*semah*), ou “rebento”, como um título messiânico.
 18. Outra pessoa com este mesmo nome, escrito de modo diferente, é Bagoas, o governador de Judá, c. de 410 a.C., mencionado nos papiros de Elefantina. Ver mais, págs. 164-5.
 19. Alguns comentaristas têm sugerido que temos aqui o bem-conhecido Neemias, etc., e que, portanto, a lista revela a criatividade confusa de um redator posterior (assim Kellermann, *Nehemia: Quellen, Uberlieferung und Geschichte, Beihefte zur ZAW* 102 (1967), pág. 99; cf. a confusão em 1 Esdras 5.8, 40, onde um apelo é feito a este Neemias como sendo um árbitro ou governador), ou que combina várias ondas de imigração. É indicado que em Ne 7.7 o equivalente de Seraías é Azarias, um nome semelhante a Esdras. Este é um material frágil para uma hipótese, que não é fortalecida pela suposição adicional que o Mordecai aqui é o tio de Ester, que acabou tornando-se peregrino.
 20. A única diferença substancial é a ausência de *Magbis* (30) de Ne 7. Há duas al-

si, e o fazem aparentemente a esmo. O fato de os dois tipos de matéria no único documento terem tido sortes tão diferentes dá o peso de um experimento virtualmente controlado às muitas outras indicações no Antigo Testamento de que as cifras eram a perdição dos copistas. Aqui, as mudanças têm todas as marcas de acidentes. Ora uma lista, ora a outra, dará a cifra maior, e as diferenças variarão desde unidades até muitas centenas.²¹ Sobre os totais, ver o comentário do v. 64.

2.36-39. Os sacerdotes

Estas cifras perfazem o total de 4.289, cerca de uma décima parte do grupo peregrino. O rei Davi organizara os sacerdotes em vinte e quatro grupos familiares para fazerem turnos de serviço; mas somente quatro destes foram representados entre os que voltaram à pátria, e as mesmas quatro famílias ainda são as únicas a serem mencionadas em 10.18-22, várias gerações mais tarde. Foi, portanto, a partir destas quatro, de acordo com a Toseftá (ii. 1, 216), que as vinte e quatro rotas de serviço foram reconstituídas, adotando os nomes dos grupos originais de Davi.²²

Wellhausen supôs, de modo infundado, que o *Jesua* cujos 973 descendentes são mencionados aqui (36) era o *Jesua* sumo-sacerdotal (embora isto não seja declarado aqui, e embora haja outro *Jesua* não identificado no v. 40); portanto, o narrador estava alegadamente tirando suas cifras de uma lista muito posterior²³ e deixando de notar o que estava subentendendo. O sentido natural do versículo, no entanto, é semelhante àquele do v. 40, onde as subdivisões de uma família ou clã são

terações da ordem: Ed 2.17 e 19 são transpostos em Ne 7.22-23, e Ed 2.33-34 em Ne 7.36-37. *Jora* (Ed 2.18) torna-se *Harife* em Ne 7.24, e *Gibar* (20) torna-se *Gibeom* em Ne 7.25 (o que levanta a pergunta se este nome marca o último dos clãs ou a primeira das cidades no capítulo).

21. Há diferenças de "unidades" nos paralelos dos vv. 6, 10, 11, 13, 17, 33; uma diferença de 1.100 no v. 12; e várias anormalidades entre estas cifras. Estas são discutidas à luz dos sinais contemporâneos usados para números em H. L. Allrik; "The lists of Zerubbabel (Ne. 7 and Ezr. 2) and the Hebrew numerical notations," *BASOR* 136 (1954), págs. 21-27.
22. Os nomes são citados em 1 Cr 24.7-18. Para sua persistência, cf. 1 Cr 24.10 com Lc 1.5.
23. J. Wellhausen: "Die Rückkehr d. Juden a. d. Bab. Exil," *Nachrichten der königl. Gesellschaft der Wissenschaft zu Göttingen* (1895), pág. 177.

marcadas por nomes-chaves da sua história anterior.

Pasur (38) é um nome não achado em 1 Crônicas 24, mas é possível que indique o ramo sobrevivente do grupo de Malquias, se 1 Crônicas 9.12 referir-se ao Malquias de 1 Crônicas 24.9. Tanto Pasur quanto Malquias, no entanto, eram nomes suficientemente comuns para tornar precária a sua identificação. Cf. os dois juntos em Jeremias 38.1, bem como outros dois em Jeremias 20.1; 38.6.

2.40-42. Os levitas

Como no caso dos sacerdotes, era apenas uma minoria de levitas que voltaram nesta etapa. Embora todos aqueles que são mencionados nestes três versículos fossem da tribo de Levi, o termo *levitas* no v. 40 provavelmente significava os que ajudavam diretamente os sacerdotes, em contraste com as associações nos vv.41-42, cujas origens são descritas em 1 Crônicas 25.1 – 26.19.

Surge aqui, de modo incidental, um interessante raio de luz sobre a antigüidade da lei mosaica e sua isenção de interferência posterior. Agora, pois, os levitas, aos quais a lei dos dízimos trata como sendo muito mais numerosos do que os sacerdotes, repentinamente tornaram-se uma minoria muito pequena, com somente uma fração das suas reivindicações sobre os sustento da comunidade. Mesmo assim, a lei lhes dá tudo, “todo dízimo em Israel,” e somente exige deles que passem adiante uma décima parte dele aos sacerdotes: “os dízimos dos dízimos” (Nm 18.21, 26). Se a lei estivesse sendo escrita ou reescrita a esta etapa, conforme muitos têm procurado argumentar, nunca poderia ter chegado a nós nesta forma. Cite-se Y. Kaufmann, que chama a atenção a isto:

“Nada comprova mais claramente quão errado é o ponto de vista de que, nos tempos pós-exílicos, o livro da Torá ainda estava recebendo acréscimos e sendo revisado. . . Os fundadores do judaísmo pós-exílico não eram os compositores, mas, sim, meramente os colecionadores da literatura da Torá. Não alteraram qualquer coisa que “acharam escrita”, e muito menos fizeram-lhe acréscimos”²⁴

24. Y. Kaufmann; *The Religion of Israel* (Allen & Unwin, 1961), pág. 193.

2.43-54. Os servos do Templo

Somos informados em 8.20 que Davi e seus oficiais tinham fundado esta ordem de assistentes dos levitas. O nome hebraico é Netinins (*netînim*), que significa os “dados” ou “dedicados”, uma variação de uma das descrições dos próprios levitas, dos quais Deus disse: “eles. . . me são dados (*netûnim*).”²⁵

Parece provável que as tarefas mais servis cabiam a estes homens; e a presença de alguns nomes que parecem ser estrangeiros entre os alistados²⁶ talvez indique que alguns destes grupos tenham vindo a Israel pelas conquistas de Davi, sejam como prisioneiros de guerra, sejam como imigrantes. Certamente havia unidades estrangeiras no seu exército (2 Sm 15.18-22), e a partir de uma etapa anterior (embora por uma razão diferente) os gibeonitas tinham sido arrolados em Israel como uma força-tarefa (Js 9.27).

Não muito antes dos eventos deste capítulo, Ezequiel pregara contra o uso de “estrangeiros, incircuncisos de coração e incircuncisos de carne” como serventes do santuário (Ez 44.6-8), e alguns viram nisto um ataque contra os Netinins. É possível que tivesse certos Netinins em mente, mas não os Netinins como tais, porque seu ataque é contra os que são resolutamente estranhos, que recusam as obrigações da aliança. Êxodo 12.48 torna claro que se uma família não-israelita aceitasse a circuncisão, as bênçãos da aliança eram todas dela (cf. Nm 15.14-15). Se tivesse havido qualquer dúvida acerca dos Netinins em princípio, não teriam achado lugar algum neste capítulo.

2.55-58. Os descendentes dos servos de Salomão

Este grupo está estreitamente ligado com o grupo anterior, e um único total serve para os dois no v. 58. Este fato sugere que Salomão os recrutou para suplementar os Netinins de Davi, porém para tarefas seculares. Amostras do tipo de emprego que eles ou seus antepassados

25. Nm 8.16.

26. *E.g.*, noutros contextos do AT: Rezim (48; cf. Is 7.1) e Sísera (53; cf. Jz 4.2); também os plurais tribais, conforme parece, meunitas e nefuseus (50; cf. 1 Cr 4.41 e o ismaelita Nafis de 1 Cr 1.31). Vários outros nomes sugerem uma origem não-israelita pela sua forma ou pela sua ocorrência nos registros estrangeiros. Para os pormenores, ver os comentários maiores.

tinham, talvez sejam preservadas nas palavras *Soferete* (“escriba,” 55) e *Poquerete-Hazebaim* (“guardador das gazelas,” 57).²⁷ A única outra menção desta comunidade está na passagem paralela (Ne 7.57ss.) e em Neemias 11.3, onde, mais uma vez, é aludida imediatamente após os Netinins.

2.59, 60. Alegações não confirmadas: (a) do nascimento israelita

Os nomes dos lugares parecem ser os do cativo, embora não tenham sido identificados por enquanto.²⁸ A importância dos registros das famílias era dupla: para resolver reivindicações a bens imóveis, e para garantir que a comunidade restaurada tivesse uma descendência ininterrupta do Israel original. Mas não houve insistência além deste ponto: os que não tinham sucesso em comprovar suas alegações não foram mandados de volta, mas, segundo parece, receberam provisoriamente a mesma posição que os estrangeiros incurcuncisos, cujos direitos já vimos nos comentários sobre os vv. 43–54.

Mesmo assim, apesar de todo o seu valor em preservar o povo escolhido, esta ênfase sobre um Israel puro tinha perigos consideráveis, conforme demonstra o Novo Testamento nos seus ataques contra aqueles que se envaideciam da sua linhagem. Presumivelmente, o cristão tem sua própria forma desta tentação, e sua própria lição a ser tirada do aforismo de Paulo: “nem todos os de Israel são de fato israelitas.”²⁹

2.61-63. Alegações não confirmadas: (b) do sacerdócio

A ruína que sobreveio a Coré e a seu grupo quando procuraram forçar seu caminho para o sacerdócio era uma lembrança permanente em Israel quanto ao perigo de semelhante comportamento: “para que nenhum estranho, que não da descendência de Arão, se chegue para

27. Estes dois títulos são femininos na sua forma, como a palavra *Qohelete* (aplicada ao autor de *Eclesiastes*) que é usada com predicados masculinos. A forma parece denotar um cargo ou o detentor de um cargo.

28. O prefixo *Tel-* significa um morro do tipo que é formado pelo crescimento de uma cidade nas suas camadas sucessivas de ocupação. O lugar do exílio de Ezequiel na Babilônia era *Tel-Abibe* (Ez 3.15), mas o termo *Tel-* também era usado na Palestina: cf. Js 11.13.

29. Rm 9.6. Cf. Rm 2.28-29.

acender incenso perante o SENHOR” (Nm 16.40). As precauções que agora estavam sendo tomadas, portanto, não eram excessivas, mas, sim, um dever óbvio.

61. *Os filhos de Coz*, segundo parece, finalmente tinham sua reivindicação confirmada, se o contemporâneo de Esdras, “Meremote, filho do sacerdote Urias” (8.33), era a mesma pessoa que “Meremote, filho de Urias, filho de Coz” em Neemias 3.4, 21. Contra isto poderia ser argumentado que o Meremote de Neemias 3.21 parece estar classificado com os levitas dos vv. 17ss., mas não é declarado até onde aquela lista se estende, e, de fato, os colegas de Meremote de cada lado eram, conforme parece, sacerdotes. Ver as notas de rodapé sobre Neemias 3.17ss.

Barzilai era um nome que levava considerável valor: o Barzilai original tinha sido um sólido apoiador de Davi, e um homem de bens (2 Sm 19.32). Pode ser que, ao adotar o nome desta família (e tornar-se seu herdeiro?), o ancestral destes pretendentes deixara-se aberto à acusação de que renunciara sua própria primogenitura, o sacerdócio. Fôra determinado como parte do preço — e da recompensa — de ser um sacerdote que (conforme Deus disse a Arão): “Na sua terra herança nenhuma terás, e no meio deles nenhuma porção terás; eu sou a tua porção e a tua herança. . .” (Nm 18.20).

63. A palavra aqui para o governador é o termo persa Tirsata, que a ARC mantém neste versículo e nas suas quatro ocorrências em Neemias (7.65, 70; 8.9; 10.1).³⁰ Aqui evidentemente se refere a Sesbazar (cf. 5.14, usando a palavra mais comum *pehâ*, que se baseia na língua assíria). Sua identidade é discutida nas págs. 157ss. Aqui é interessante notar que ele, e não o sumo sacerdote, tinha de solucionar esta questão eclesiástica. Se os *Urim e Tumim* (através dos quais a resposta talvez tenha vindo, noutras circunstâncias)³¹ foram perdidos no exílio,

30. As tentativas no sentido de achar uma etimologia para Tirsata têm dado significados tão diversos quanto “excelência” (de um verbo persa “treme”; daí, de modo duvidoso, “inspirador de respeitoso temor”), ou “eunuco” ou “circuncidado” (sendo estes últimos deduzidos de um verbo persa moderno “cortar”). Ver W. Th. In der Smitten: “Der Tirschātā” in *Esra-Nehemia*, VT 21 (1971), págs. 618-620. Uma orientação mais segura do que a etimologia, no entanto, são os sinônimos (cf. *pehâ*, que é usado para Sesbazar, Ed 5.14, e para Neemias, Ne 5.14) e os contextos; e estes indicam a tradução familiar de “governador.”

31. Ver Êx 28.30; Nm 27.21. À luz do texto mais longo (grego) de 1 Sm 14.41

ou se a capacidade de usá-los tinha sido retirada, não fica inteiramente claro; mas esta última hipótese parece ser subentendida pela redação da frase. Cf. o Salmo 74.9: “Já não vemos os nossos símbolos; já não há profeta; nem, entre nós, quem saiba até quando.” Há duas ocasiões, também, em 1 Macabeus (4.46; 14.41) quando decisões tinham de ser adiadas por falta de revelação. O céu parece ter silenciado embora neste caso o silêncio logo seria quebrado, mais uma vez, pela voz da profecia (5.1).

2. 64-67. Os totais

64. A cifra de 42.360 aparece como sendo o total também em Neemias 7.66 e em 1 Esdras 5.41, embora os ítems individuais somados produzam três totais diferentes, como segue: Esdras 29.818; Neemias: 31.089; 1 Esdras: 30.143. Tentativas têm sido feitas para explicar os milhares que faltam: como sendo membros das tribos do norte, ou mulheres, ou adolescentes.³² A narrativa, no entanto, guarda silêncio sobre tais detalhes. No que diz respeito às tribos do norte, não fez distinção entre elas e Judá nas listas classificadas acima, porque aqueles grupos dos que voltavam à pátria são vistos ali como homens de “Israel” (2.2b, 59), não de uma minoridade tribal.³³ No que diz respeito às mulheres, é possível que os homens nestes grupos de famílias tivessem sido mais de duas vezes mais numerosos do que elas? E a menção da idade de doze anos

[“Falou, pois, Saul: ó SENHOR Deus de Israel, por que não respondeste ao teu servo neste dia? Se esta culpa estiver em mim ou em Jônatas meu filho, o SENHOR Deus de Israel, dá Urim; mas se esta culpa estiver no teu povo Israel, dá Tumim. Então Jônatas e Saul foram indicados por sorte, e o povo saiu livre.”], é sugerido que o Urim e o Tumim possam ter sido um par de objetos cujo anverso ou verso significavam o “Sim” ou “Não” de Deus, quando os dois objetos exibiam o mesmo lado para cima quando o sumo sacerdote os tirava do receptáculo. A recusa de Deus em dar uma resposta (1 Sm 28.6) era talvez indicada pela falta de os dois coincidirem. Josefo (*Ant.* 3.8, 9) asseverou que a resposta foi dada por um brilhar milagroso das jóias no peitoral do sumo sacerdote ou das que estavam sobre seus ombros, mas que isto cessara já havia muito tempo.

32. 1 Esdras 5.41, que parece levantar esta possibilidade, exclui do seu total global as crianças abaixo de doze anos.

33. Havia membros doutras tribos que não Judá na comunidade restaurada (1 Cr 9.3) mas não, pelo que sabemos, numa escala tão grande assim.

para cima em 1 Esdras 5.41 deveria ter sido contrastada com uma idade adulta em alistar os grupos separados (conforme indica Keil), se o autor de 1 Esdras pretendesse reconciliar as cifras mediante a inserção desta frase. Há concordância geral de que as divergências são devidas a erros ortográficos que surgem da dificuldade especial de compreender ou reproduzir listas de números. Quanto a isto, veja o segundo parágrafo de comentários sobre os vv. 2b-35, supra. Ver também sobre os dois versículos seguintes.

65. Este número excessivo de escravos (melhor do que *servos*; cf. a NEB), cerca de um para cada seis livres, concorda com as evidências de riqueza no v. 69, e faz da pobreza subsequente descrita por Ageu menos de vinte anos mais tarde, uma lição prática sobre a insegurança material. Uma seqüência de más colheitas e de preços altos (Ag 1.6, 9ss.; 2.17), sem nada dizer da intervenção inimiga (Ed 4), dentro em breve deixaria nada senão suas casas dispendiosas (Ag 1.4) para lembrá-los da sua prosperidade anterior.

Os *cantores* e as *cantoras* eram distintos dos coros do templo no v. 41, e eram simplesmente um acréscimo agradável a um estabelecimento opulento: cf. 2 Samuel 19.35.³⁴

2. 68, 69. As ofertas

Ofertas voluntárias, tais com as que são mencionadas aqui e em 3.5, são um sinal de saúde em qualquer empreendimento, e tanto mais quando uma doação oficial se constitui em tentação para a complacência (se “doação” for a tradução certa em 3.7, conforme penso que é). A frase: *Segundo os seus recursos*, é para a maior honra destes doadores, e talvez Paulo a tivesse em mente na sua exortação os coríntios no sentido de contribuírem em proporção com aquilo que ganhavam (1 Co 16.2); tal-

34. A esta altura, a cópia desta lista em Ne 7 oferece um exemplo clássico dos erros ortográficos (“*homoioteleuton*”). Neste caso, o olhar do copista pulou dos *duzentos* (que em heb. segue *cantores*) para a mesma palavra no versículo seguinte, onde é seguida por “quarenta e cinco.” É assim que em Ne 7.68 as *palavras* intervenientes faltam no texto heb. (embora sejam acrescentadas à margem dalguns MSS), deixando o número dos cantores como 245 e omitindo a menção de cavalos e mulas. A ARA (Ne 7.68) restaura esta omissão, e a RSV, ao fazê-lo, acrescenta uma explicação marginal. É mais uma ilustração dos riscos que sofrem tais listas, já notados acima.

vez, também, na sua admiração por aqueles que tinham dado, não “na medida das suas posses” mas, paradoxalmente, “mesmo acima delas” (2 Co 8.3).

A passagem paralela, Neemias 7.70-72, é mais pormenorizada neste ponto, e menciona separadamente as contribuições dos governadores, alguns chefes de famílias, e do restante do povo, alistando, também, algumas das ofertas em espécie, ao invés de citá-las em termos monetários.³⁵ Nesta conexão, vale a pena notar a avaliação em Esdras 8.27 de “vinte taças de ouro de mil dracmas (ou dáricos).”

2.70. A povoação das cidades

As palavras (habitaram) “em Jerusalém e na sua vizinhança” são

35. Os vários conjuntos de cifras podem ser somados da seguinte maneira:

	Ed 2.68-69	Ne 7.70-72	1 Esdras 5.45
Dracmas de ouro	61.000	41.000	1.000
Arráteis de prata	5.000	4.200 (4.700?)	5.000
Utensílios	----	50	---
Vestes	100	597 (97?)	100

As duas cifras em parênteses refletem o fato de que a palavra “quinhentos” em Ne 7.70 [69, heb.] está colocada numa posição estranha, o que indica que um ítem (arráteis de prata?) caiu do texto, deixando esta cifra de “500” flutuante com a aparência de estar ligada ao objeto errado.

A palavra que é traduzida alternativamente por “dáricos” ou “dracmas” é *darkēmôním*. Se “dáricos” (RV, RSV) for correto, o autor evidentemente está expressando os montantes em termos da moeda dos seus próprios dias, visto que, segundo parece, foram introduzidos por Dario I (521-486), um rei posterior a Ciro. O “dracma” grego (ARC, ARA) não foi moeda corrente na Palestina senão 200 anos mais tarde. Uma sugestão alternativa (ver H. Hamburger em *IDB*, s.v. Daric) deriva a palavra hebraica de um termo muito mais antigo, o assírio *darag mana* (= 1/60 da mina). Este termo, no entanto, não é atentado nos dicionários da língua assíria, e é duvidoso, visto que 1/60 de uma mina seria um siclo.

O dárico de ouro, do qual ainda existem alguns exemplares, pesava pouco mais que a libra de ouro britânica [que deve valer cerca de US\$ 56,00]. A mina ou arrátel de prata (heb. *māneh*), traduzida “libra” (peso) nalgumas versões em inglês, tinha, conforme se calcula, o peso de 500 gramas e valia 60 siclos; havia, no entanto, versões “comum”, “real”, bem como “leve” e “pesada” desta unidade.

um acréscimo tirado de 1 Esdras 5.46 pela RSV e a maioria das versões modernas, supondo-se que, acidentalmente, caíram fora do presente texto. Copiar este capítulo era claramente uma tarefa árdua, conforme já vimos, e a menção de Jerusalém como sendo a habitação dos sacerdotes e levitas e dalguns outros faz um ótimo sentido. Logo haveria sacrifícios diários para oferecer, muitos adoradores para atender, e muito trabalho para supervisionar (3.4ss.).

Esdras 3. O Altar e o Templo

3.1-6a. As primeiras coisas em primeiro lugar

Teria sido fácil limitar-se a ficar contente com o mero fato da chegada e da repovoação da pátria. Havia, no entanto, o negócio do rei — o Templo — a ser tratado; e antes mesmo daquilo, havia a vocação básica de Israel. Aquela vocação, assim como a nossa, era ser “sacerdócio santo, a fim de oferecerdes sacrifícios espirituais” (e no caso deles, literais), “agradáveis a Deus.”³⁶

Assim, pois, a primeira coisa a ser edificada era o altar (2), antes mesmo de os materiais terem sido encomendados para o Templo (7). Abraão tinha marcado sua chegada naquela terra exatamente do mesmo modo, estabelecendo seu altar como um Amém corajoso à promessa (Gn 12.7). Estes recolonizadores, no entanto, eram movidos tanto pelo medo quanto pela fé: *ainda que estavam sob o terror dos povos de outras terras* (3). É possível entender com isso que não ousavam tentar qualquer coisa tão ambiciosa quanto um Templo; mas, tendo em vista o v. 7, onde se vê que põem as mãos àquela obra, é muito mais provável que a implicação é que a situação ameaçadora lhes deu a consciência da sua necessidade de ajuda, e, portanto, daquele acesso a Deus que foi prometido no altar. “Ali,” dissera Ele, “virei aos filhos de Israel para que por minha glória sejam santificados” (Êx 29.43).

Além disto, tornou-os cuidadosos quanto aos pormenores. O altar foi firmado *sobre as suas bases* (3), i.é, seu lugar tradicional e apropriado; e lemos que tudo foi feito *como está escrito. . . como está escri-*

36. 1 Pe 2.5; cf. Êx 19.6.

to (2, 4), até mesmo a seqüência numérica detalhada das ofertas na festa dos tabernáculos (4), que leva vinte e sete versículos para ser descrita no livro de Números (Nm 29.12-38). Destarte, o sistema de ofertas e festas foi colocado em andamento, começando no dia que iniciou o sétimo mês (6) com trombetas (Lv 23.24), o mês que era o clímax do ano judaico. Era um começo condigno à nova era. Tinha o apoio do povo inteiro, que *ajuntou-se . . . como um só homem, em Jerusalém* (1), e cuja família principal, a de Zorobabel, reuniu-se aos sacerdotes na obra de edificar o altar. Nesta ocasião, no entanto, a iniciativa pertencia a Jesua, com justa razão, e é somente aqui que seu nome antecede o de Zorobabel (2).

3.6b-9. Os preparativos para o Templo

Deitar os alicerces é um dos sentidos, mas não o alcance total, desta única palavra hebraica que pode abranger todo o processo de tornar uma estrutura apropriada para o uso — tarefa esta que incluiria aqui o trabalho de carpinteiros bem como de pedreiros, e que em 2 Crônicas 24.12ss. significava os reparos num edifício que, de modo algum, estava em ruínas. No v. 10, obviamente descreve a primeira etapa, mas em Ageu 2.18 marca o recomeço desta obra depois de muitos anos de negligência.³⁷

7. Na transação com Sidom e Tiro há um eco — talvez uma imitação consciente — dos preparativos de Salomão para o primeiro Templo. Ele, também, mandou vir a madeira para Joje por via marítima, e a pagar com as exportações naturais de trigo, vinho e azeite do país (2 Cr 2.10, 15-16), que podiam, segundo se supõe, ser carregadas nos navios que voltavam. Tudo isto agora foi possibilitado não somente pelas ofertas registradas em 2.68-69 mas, sim, pela “doação³⁸ (*permissão*) . . . de Ciro” (que é mencionada aqui pela primeira vez), porque os novos recolonizadores ainda não tinham produtos próprios para exportarem. Era um pequeno antegozo das “riquezas das nações” e da “glória do Líbano” que, segundo foi prometido, um dia fluiriam “para adornarem o lugar do santuário (de Deus)” (Is 60.11.13).

37. Sobre as implicações disto, ver Apêndice II, pág. 158.

38. “Doação” é achada somente aqui, e basicamente significa *permissão*. Visto que dificilmente seria necessária especificar a permissão para comprar materiais, é razoável entender que a palavra inclui o fornecimento juntamente com a permissão, como na nossa própria palavra “doação.”

8, 9. Era apropriado, ainda, que a obra começasse *no segundo mês* do ano novo, porque o primeiro foi dominado pela Páscoa. Além disto — e o fato dificilmente teria escapado à atenção deles — o segundo mês foi aquele em que o Templo de Salomão fora iniciado (1 Rs 6.1).

O cuidado no planejamento e no registro da operação são impressionantes. Havia entusiasmo refletido em *todos* os que se apresentaram para a obra (8b), mas havia atenção rigorosa prestada aos padrões certos, conforme a dupla menção da fiscalização (*superintender e vigiar*): primeiramente da *obra* (8), e, em segundo lugar, dos *que faziam a obra* (9). Evidentemente os levitas como um todo³⁹ supervisionaram o trabalho dos leigos, e eram, por sua vez, dirigidos por suas famílias principais (9).⁴⁰

3.10-13. Clímax e anticlímax

Assim continua o crescendo, até ao fim estranho do capítulo. Mais uma vez, há ecos conscientes das celebrações, embora também haja contrastes. Desta vez, não há arca, nenhuma glória, até mesmo nenhum Templo: apenas alguns começos, e além disso, começos pequenos. Deus, porém, está entronizado sobre os louvores de Israel, e estes podiam ser tão gloriosos quanto os de Salomão. Talvez fossem ainda mais gloriosos, porque embora se equiparassem à ocasião anterior, palavra por palavra e quase instrumento por instrumento (2 Cr 5.13), foram cantados em condições mais apropriadas à humildade do que ao orgulho, e exigiam uma fé que tinha poucas garantias para apoiá-la.

39. A idade da habilitação para o serviço variava com a época, com a natureza do trabalho, e talvez da força numérica da tribo. Para carregar os utensílios sagrados durante a marcha, a idade foi 30 anos (Nm 4.3ss.); para o serviço geral do tabernáculo, 25 (Nm 8.24); aqui e em 1 Cr 23.27 (mas ver 23.3) e 2 Cr 31.17 era 20.

40. Brockington indica que o termo para trabalhadores (9, *os que faziam a obra*) pode designar oficiais (Ne 2.16; Et 3.9; 9.3), *i.é.*, neste caso provavelmente os capatazes levíticos. Um sentido menos provável é que os levíticos comuns eram encarregados do aspecto técnico da obra, ao passo que as famílias mencionadas pelos nomes eram responsáveis pela disciplina.

Dos nomes no v. 9, as famílias de Jesua e de Cadmiel encabeçavam a lista de levitas em 2.40, e o nome Hodovias aparece ali ao invés de Judá, corretamente, com toda a probabilidade (os dois nomes são bem semelhantes em heb., e o nome tão conhecido “Judá” facilmente entraria no texto). Quanto à família de Henadade, achada outra vez com este grupo, ver Ne 10.9 [10, heb.].

Os dois últimos versículos têm todos os aspectos inesperados da realidade. O grito espontâneo de decepção, irrompendo no meio das celebrações, era um prenúncio de muito daquilo que haveria de se seguir. Ageu reconheceria aquela nota e pregaria contra ela (Ag 2.3ss.); Zacarias teria de desafiar aqueles que “desprezam o dia dos humildes começos” (Zc 4.10). Estes profetas, no entanto, assim fizeram com palavras tão memoráveis que podemos nos sentir gratos por terem de enfrentar este estado de ânimo e responder a ele.

Esdras 4. A Confrontação

Deste ponto em diante, até ao próprio fim de Neemias, há conflito. Nada que se procura fazer em prol de Deus agora passará sem enfrentar desafios, e quase não haverá tática alguma que não seja explorada pela oposição. Este capítulo descreve o início das hostilidades e a primeira longa revés da obra; antes, porém, de falar da seqüela imediata, segue o tema de calúnia e de intriga bem para dentro do século seguinte, até ao momento do desastre que traria Neemias às pressas para Jerusalém. Se fôssemos seguir apenas aquele tema, poderíamos ir diretamente do v. 23 para a notícia dele em Neemias 1; mas grandes coisas tinham acontecido nesse meio tempo, e o v. 24 nos chama de volta ao ponto que a narrativa atingira no v. 5, antes da digressão.

Sem aquele prenúncio da história para revelar a plena seriedade da oposição, não apreciaríamos as realizações registradas nos dois capítulos seguintes (5 e 6) nem os perigos escondidos nos casamentos que Esdras se dedicaria a extirpar (caps. 7-10). Sendo assim, a digressão é importante e funcional; somente causa equívocos se o leitor desconsidera as notas cuidadosas sobre a cronologia, que marcam o decurso destes eventos e finalmente nos levam de volta ao nosso ponto de partida, prontos para o capítulo seguinte. Basta o dispositivo modemo dos parênteses, começando no v. 6 e terminando depois do 23, para tornar isto ainda mais claro. Vale a pena colocá-las.⁴¹

41. A despeito da maneira da passagem começar (ver sobre o v. 6), às vezes há pessoas que dizem que o autor imaginou que os eventos dos vv. 6-23 e os reinados de Xerxes e Artaxerxes ocorreram, todos eles, na década entre Ciro e Dario.

4.1-5. Uma oferta recusada

1. É fácil desconsiderar ou minimizar a descrição desta delegação como sendo *os adversários* e assim formar uma impressão do encontro como sendo uma recusa grosseira de um gesto sincero e amigável. Pelo contrário, devemos vê-lo como sendo o início de uma batalha de inteligências: o primeiro assalto num ataque contra a integridade da nação-igreja, tentativa que seria repetida com mais pressão com todo tipo de tática, desarmadora ou ameaçadora, difamadora ou obstrutiva, mas sempre vinculada a um só objetivo.

Podemos notar de passagem a menção de *Judá e Benjamim*, as duas tribos que, com Levi, tinham sido o núcleo do reino do sul (2 Cr 11. 12-13). Alguns membros isolados das demais tribos também tinham compartilhado da sua sorte em diferentes ocasiões (cf. 2 Cr 30.11, 18; 34.9). A expressão: *os que voltaram do cativo* é literalmente “os filhos do cativo” (*benê ha-gôlá*): ver sobre 2.1.

2,3. A menção do *rei da Assíria, que nos fez subir para aqui*⁴² fornece uma indicação da história em 2 Reis 17.24ss., e outra perspectiva daqueles que falavam e da sua religião. Aquela história, em resumo, fala das comunidades estrangeiras que foram forçadas a se estabelecerem na terra despovoada de Israel depois da queda da Samaria. Para ensinar-lhes “a maneira de servir o Deus da terra” um sacerdote israelita acabou sendo enviado a eles, mas o resultado final não passou de uma mistura de religiões: “temiam o SENHOR e ao mesmo tempo serviam aos seus próprios deuses.” A passagem resume de modo franco o que realmente significava aquilo: “Até ao dia de hoje fazem segundo os antigos costumes; não temem o Senhor. . .” (2 Rs 17.34).

O resto do seu livro, no entanto, demonstra que ele não pode ter pensado assim, pessoalmente, nem ter desejado que seus leitores assim fizessem. Insistir em entender assim a sua intenção é fazê-lo não simplesmente ignorante como também totalmente inconseqüente: alguém que, logo de início, nega tudo quanto está para dizer. Somente as evidências mais sólidas, e certamente não uma mera suposição, poderiam apoiar uma conclusão tão estranha. Ver mais sobre os vv. 6, 7, 12, 23, 24.

42. Esar-Hadon (681-669) começou seu reinado 40 anos após a queda da Samaria, mas o transplante de populações evidentemente era uma política já de longa data. Ainda estava sendo praticado no reinado seguinte, o de Assurbanipal (o Asnapar do v. 10). O v. 10 também mostra que aquilo que é dito acerca das “cidades da Samaria” em 2 Rs 17 não estava confinado a uma área pequena, mas, sim, afetou o restante da província.

Tal, pois, é o veredito, sem meios-termos, da Escritura quanto à alegação de que *como vós, buscaremos a vosso Deus*, quando é apresentada como uma proposição visando uma mistura de religiões.⁴³ Esta foi claramente a razão subjacente para a resposta dos judeus, embora deixassem de declará-la, limitando-se a uma recusa direta e a uma referência às instruções do imperador. A recusa é expressa na forma que nos é familiar nos Evangelhos: “o que temos a ver contigo?”, só que aqui é uma declaração. A NEB a expressa bem: “não é assunto vosso.”

4, 5. A campanha resultante do tormento pela população local^{43a} tinha a força dupla da persistência (o heb. tem uma fileira de participios: continuava fazendo estas coisas) e da variedade. Desanimar aos outros (4a) depende das armas sutis da sugestão e da zombaria; da intimidação (4b) e das ameaças. Não satisfeitos com estas, tinham de desacreditar suas vítimas e colocá-las contra as autoridades — e estavam dispostos a pagar ajuda profissional (5) para realizar isto.

Não é surpreendente que tenham conseguido. As linhas de suprimento do Líbano (3.7) eram longas e vulneráveis, e a nova comunidade se sentia exposta a cercada; além disto, conforme a pregação de Ageu haveria de revelar, a desculpa para adiar alguma coisa tão dispendiosa e onerosa como a construção da casa de Deus era um pouco tentadora (cf. Ag. 1.2ss.). Durante cerca de dezesseis anos, até 520 a.C., a pressão contra eles foi mantida, e como o v. 24 mostrará, isso foi totalmente eficaz.

4.6 - 23. Um parêntese: mais perseguições

Qualquer idéia de que os judeus tinham superestimado seus inimigos é logo dissipada por este vislumbre das coisas que haveriam de vir (ver acima as observações introdutórias sobre este capítulo), por mais

43. Há uma pequena dificuldade textual por trás das palavras *já lhe sacrificamos desde*. . . visto que o heb. tem “não” (*lô*) ao invés de *lhe* (*lô*). O TM e virtualmente todas as versões vêm nisso um erro de ortografia. As duas palavras soam idênticas, e são confundidas em vários lugares (notavelmente Is 9.3a, onde a AV deselegantemente retém “não”). Aqui, a ordem das palavras favorece *lhe*; assim também o tom do pedido. Concebivelmente, “já não sacrificamos” poderia subentender “porque não tínhamos templo;” mas visto que tudo quanto era necessário para o sacrifício era um altar (cf. 3.6), teria sido uma observação irrelevante.

43a. O termo *as gentes da terra* (*'am-hā-'āres*) é suficientemente geral para tomar seu sentido do contexto, embora finalmente viesse a ser um termo-padrão para os

verdade que pareça que tenham subestimado a Deus.

6. *Assuero*, que nos é familiar no livro de Ester, é a forma hebraica do nome persa Khshayarsha, cuja forma grega é Xerxes. Este era evidentemente Xerxes I (486-465). A menção dele aqui marca simplesmente a passagem do tempo, que ainda não arrefecera o antagonismo do inimigo. Parece, porém, que esta tentativa não deu resultado.

7-23. *Artaxerxes I* reinou de 464 até 423, e era o rei cujo reinado (ao meu ver⁴⁴) abrangeu os eventos desde Esdras 7 até ao fim de Neemias. Estas queixas dirigidas a ele, e o resultado delas, demonstram não somente a persistência contumaz dos inimigos de Israel, como também a incerteza do patrocínio de um grande rei — foi este, pois, o rei que se dera ao trabalho de enviar Esdras, o reformador, para Jerusalém. Vem à lume também a delicadeza da tarefa de Neemias, sendo que envolvia a obtenção de uma inversão da política do rei; e nos é permitido ver a lacuna providencial que deixava lugar para semelhante mudança.

7. Este versículo, a julgar pelo novo grupo de nomes no v. 8, é mais provavelmente completo em si mesmo, porque simplesmente menciona (conforme fez o v. 6) que uma carta foi enviada sem, porém, dar pormenores dela. Neste caso, os vv. 6-23 falam acerca de três, e não de duas, queixas separadas, sendo que a última foi bem-sucedida. *Bislão* foi entendido pela LXX no sentido de “em paz,” que o texto de consoantes permitiria; logo, a NEB traduz: “com a concordância de Mitredate,⁴⁵ Tabeel. . . lhe escreveram.” Isto bem pode estar correto, visto não haver nenhum “e” entre estas palavras. A expressão “em aramaico” é repetida no fim do versículo; a RSV mg. e a ARA explicam: *a carta estava escrita em caracteres aramaicos e na língua siríaca*, provavelmente para anunciar a mudança de idioma⁴⁶ que agora sobrevém.

vulgares e ignorantes. Aqui significa a população local em geral, cuja hostilidade foi expressa ou atizada pelo grupo achado nos vv. 1-3. Em Ag 2.4, de modo igualmente natural, significa o povo comum da comunidade judaica.

44. Pontos de vista alternativos são discutidos nas págs 165ss.

45. Sobre o nome Mitredate, ver sobre 1.8. Este homem parece ter sido um oficial persa cujo apoio seria útil. Tabeel é um nome aramaico, presumivelmente de um líder local; cf. outro “filho de Tabeel,” num contexto que envolve intrigas dos arameus, Is 7.6 (discutido em W. F. Albright: “The Son of Tabeel (Isaiah 7.6)”, *BASOR* 140 (1955), pág. 35).

46. Alternativamente, a menção dupla do aramaico pode indicar “escrita aramaica e língua aramaica” (BJ) ou a palavra escrita e falada (cf. NEB). A palavra “traduzida” (RSV — *na língua*, ARA) é a origem da palavra “Targum”, que originalmente denotava a tradução oral do trecho bíblico em aramaico depois

8ss. Não somente esta carta e a resposta a ela, comò também tudo até 6.18, estão escritos em aramaico; assim também 7.12-26. Sobre razões sugeridas para isto, ver págs. 000.

O estilo repetitivo dos próximos poucos versículos vem parcialmente do modo de redigir cartas na época (onde as palavras “e agora” ou “e em tal tempo” [10c, 11c – ARC, omitidas na ARA] são o equivalente a um sinal para começar um novo parágrafo), e parcialmente da decisão do autor no sentido de reproduzir a importante introdução à carta (9, 10) bem como o arcabouço da sua própria narrativa (8, 11a). A NEB lhe dá uma disposição mais moderna, mostrando que os vv. 9 e 10 formam este preâmbulo (“De Reum. . .” etc.), 11a como a nota do redator, e, depois, 11b e 12ss. como o endereçamento e o texto principal.

9,10. A longa lista visava impressionar, como também as homenagens excessivas ao tirano Asnapar (Assurbanipal,⁴⁷ 669-627), que, como seus antecessores, tinha desarraigado populações inteiras (cf. v. 2). Os epítetos *grande e afamado* trazem à mente os mordazes comentários em, respectivamente Lucas 22.25-26 e Isaías 32.5-8. Os escritores da carta, no entanto, não se preocupam com pormenores tais como a verdade: somente queriam fazer pressões a alegarem que falavam em nome da província⁴⁸ e que temiam pela segurança do reino (cf. 13-16).

12. *Os judeus que subiram de ti* seriam o grupo de Esdras de 458 a.C. (ver capítulos 7ss.), ou um grupo posterior. De qualquer maneira, alguns anos teriam passado antes de estarem prontos para as operações combinadas de **construção que provocaram esta carta**, após a **transformação social** e as mágoas das reformas de Esdras. Tudo indica uma data que se aproxima ao ano de 445, em que Neemias ouviu a notícia que (ao meu ver) corresponde ao nosso v. 23 (Ne 1.3)

Não deveria ser necessário enfatizar que os *muros* e os *fundamentos* são os da *cidade*, não do Templo; mas as duas operações são frequen-

da sua leitura formal em heb. na sinagoga. Daí a NEB: “e lida em voz alta em aramaico.”

47. A forma como seu nome aparece aqui (*Asnapar*) é discutida por A. R. Millard em *JSS* 21 (1976), pág. 11.

48. O termo “Além do Rio” (aram. ‘*abar naharâ*; bab. *Eber-nâri*; heb. ‘*eber hanâhâr*) é usado invariavelmente como um nome, i.é., “Transeufrates”, e não como uma frase descritiva. A palavra “província,” acrescentada por algumas traduções, não está presente no original. Esta grande área, que abrange a totalidade da Síria-Palestina, era administrada por um governador provincial, ou sátrapa, com autoridade sobre os governadores de distritos tais como a Samaria, Judá, Amom, etc. Ver. ainda, sobre 5.3.

temente confundidas. Já no reinado de Artaxerxes o novo Templo tinha sido edificado há meio-século; seremos trazidos de volta à sua história no capítulo 5.

As aparências de lealdade tocante continuam reforçadas pela alusão dos escritores a comerem “o sal do palácio” (14 – *somos assalariados do rei*), i.e., a considerarem-se pessoalmente ligados ao rei pelos laços sagrados da hospitalidade. Para o leitor familiarizado com a precária situação dos judeus há ironia nesta postura de alarme com seu crescendo desde a contemplação chocante da evasão dos impostos (13) para a de uma tomada pelos judeus de toda a vasta província a oeste do Eufrates (16).

17-23. Ainda mais surpreendente é a reação oficial: um produto da pesquisa (19) sem inteligência. Os grandes dias de Davi e de Salomão (20), e até mesmo dos seus sucessores mais animados, pertenciam claramente a uma era já desaparecida. Há, porém, um raio de bom-senso na última cláusula do 21: *a não ser com autorização minha*. Tornou possível uma revisão da política e, juntamente com ela, pela graça de Deus, a missão de Neemias. O decreto também evitou de antemão, até certo ponto, conforme acabou acontecendo, a reprovação de inconsistência na sua revogação, porque autorizara somente a paralisação da obra, e não a demolição e queima que realmente aconteceram (Ne 1.3). Indo além das suas instruções as autoridades provinciais somente enfraqueceram a sua posição.

4.24. A narrativa recomeçada

A palavra *pois* nos apontaria, à primeira vista, o versículo imediatamente antes deste; mas somente faz sentido, conforme já vimos (pág. 51), se estiver retomando o fio do v. 5 que fora interrompido para o longo parêntese (6-23). O tempo, mais uma vez, é o de Zorobabel, e termina com a mesma frase como no v. 5. *o reinado de Dario, rei da Pérsia*; agora somos informados daquilo que a declaração anterior não chegou a dizer: primeiramente, que a obra não somente foi prejudicada como também *paralisada*, e, em segundo lugar, em que ano de Dario foi quebrado o impasse.

Esdras 5. A coragem para reedificar

Como todo avanço espiritual, desde o de Abraão até a expansão missionária em Atos, este empreendimento começou com uma palavra do Senhor. E, em comum com os demais, foi rapidamente testado e ameaçado. Este capítulo e o seguinte demonstrarão qual foi o resultado disto, e completará a primeira parte da história pós-exílica de Israel.

5.1, 2. Deus quebra o silêncio

Felizmente, possuímos as próprias palavras de *Ageu e Zacarias*, e podemos ver nos seus livros não somente o contraste fascinante entre os dois profetas (Ageu, que fala com clareza e que põe os pingos nos is, ao passo que Zacarias é provocantemente enigmático e visionário), como também a persistência e a competência da sua pregação à medida em que o empreendimento avançava lentamente. Por detrás das palavras *com eles e que os ajudavam* (2), há mais do que se percebe à primeira vista: quatro anos de envolvimento íntimo e de apoio inspirador.

Não devemos, outrossim, deixar de perceber a suave lembrança da responsabilidade do homem e da ajuda celestial na expressão: *em nome do Deus de Israel, cujo Espírito estava com eles*, no final do v. 1.⁴⁹ Estes obreiros não estavam sozinhos, em qualquer sentido daquela expressão.

5.3-5. As apreensões oficiais

A intervenção veio tão depressa que ficou claro que os construtores tinham intenções sérias. Era compreensível. O império já estava fervendo com revoltas no decurso dos dois primeiros anos de Dario; e agora houve esta explosão local de atividade. Por que eram consideradas

49. A cláusula *estava sobre eles*, no entanto, representa uma única palavra aramaica, que pode significar simplesmente "a eles" i.é., "(profetizaram) a eles." Mas assim a expressão nada acrescentaria àquilo que já foi falado, e a palavra original está tão longe quanto possível do verbo "profetizaram", que é a primeira palavra da frase aramaica.

necessárias estas *grandes pedras* (8)? Tratava-se simplesmente de um Templo, ou dalguma coisa mais? Era claramente o dever do governador da província apurar os fatos, uma vez que foram levados à sua atenção. Sem dúvida, os oponentes locais da obra tinham se precipitado para informá-lo.

Menciona-se o nome de *Tatenai* (provavelmente) e seu cargo (certamente) num registro da Babilônia com data de 502 a.C. que fala de "Ta-at [-tan-ni], governador de Ebernari"⁵⁰ (i.é, de "Além do Rio" aqui chamado *daquém do Eufrates*). Judá decerto pertenceria à sua jurisdição, juntamente com toda a Síria e a Palestina, e parece que este governador era responsável perante um oficial ainda mais alto, chamado Ushtani que estava sobre a satrapia da Babilônia e de Ebernari. Supõe-se que *Setar-Bozenai* era assistente de Tatenai, e *seus companheiros* são citados no v. 6 como sendo governadores ou inspetores (A NEB, ARC e a ARA transliteram *afarsaquitas*).⁵¹ Era um agrupamento impressionante.

A exigência de credenciais e, acima de tudo, de *nomes*, pressagiava novos riscos. As credenciais certamente tinham existido, mas é bem possível que, depois de tantos anos, tivessem se extraviado; e os nomes anotados poderiam se tornar reféns das circunstâncias. Mas *os olhos de Deus* sobre eles eram melhores do que os riscos, e a integridade dos líderes claramente revelava-se suficientemente bem para tornar imprópria qualquer outra ação que não fosse a de fazer um relatório. Aquilo que a palavra de Deus pusera em andamento (1.1), como sempre, não tinha a falta dos Seus cuidados e do Seu olhar vigilante, para levá-lo até ao fim. Nesta etapa, somente o medo poderia ter paralisado a obra.

5.6-17. O relatório a Dario

Como bom historiador, o autor nos dá matéria em primeira mão sempre que possível: aqui como em 4.11 *a cópia* da correspondência; de modo semelhante, em 1.2-4 e 6.2-5, matéria dos arquivos; mais tarde, extratos vívidos das memórias tanto de Esdras quanto de Neemias.

50. Ver A. T. Olmstead em *JNES* 3 (1944), pág. 46; A. F. Rainey: "The Satrapy 'Beyond the River'," *AJBA* 1.2 (1969), págs. 51-78.

51. A palavra (achada somente aqui e em 6.6) é *'āparskāyē'*, a ser distinguida de *pehā* ("governador") no v. 3. Parece ser de origem persa, mas por enquanto nada se sabe dos deveres de tais oficiais. Pode até significar simplesmente "persas" (cf. BDB), embora poucos apoiariam este significado hoje.

6. Quanto aos termos *daquém do Eufrates* (i.é, a oeste do Eufrates) e *os afarsaquitas*, ver sobre o v. 3.

8. A expressão *o grande Deus*, conforme é usada por alguém de fora, provavelmente significava nada mais do que "o Deus principal deles." Conforme notamos antes (sobre os vv. 3-5), as *grandes pedras* despertaram suspeitas de segundas intenções para o projeto. A menção de *madeira*. . . *posta nas paredes* demonstra que o método de Salomão de edificar estava sendo seguido (1 Rs 6.36; cf. Ed 6.3 que prescreve a mesma proporção entre a pedra e a madeira quanto no Templo de Salomão). Carreiras de madeira entre as de pedra ou de tijolo foram um aspecto da construção no decurso de um período longo no antigo Oriente Próximo, e talvez tenham tido sua origem como meio de fortalecer as construções contra os terremotos.⁵²

11, 12. O título de Deus nestes dois versículos deve ter soado de modo familiar a Dario, que era um adorador zeloso de Ahuramazda, "o Deus dos céus." Não se segue, no entanto, que os judeus estava sendo diplomáticos no uso de semelhante frase, como se quisessem subentender que *o Deus dos céus* poderia ser adorado sob muitos nomes e estilos. Aquela questão já lhes havia sido definida.⁵³ Se houver nisto um sentido especial, o emprego de um título tão grandioso para seu Deus era um desafio mais do que uma concessão, e o v. 12 assegura que o exílio é visto como um exercício do Seu poder, e não como derrota para Ele.

14. A identidade de *Sesbazar*, uma questão controvertida, é discutida nas págs 157ss. Este versículo é nosso meio de saber da sua nomeação como *governador (pehá)*,⁵⁴ o cargo agora detido por Zorobabel (Ag 1.1).

16. Somente aqui temos *Sesbazar* mencionado como quem inaugurou o projeto abortivo de construção no capítulo 3. A ausência do seu nome naquele capítulo pode ser explicada pelo fato de ter desempenhado um papel meramente formal nos procedimentos, ou pela teoria de que *Sesbazar* era um nome alternativo e oficial para Zorobabel, e, neste caso, seria o nome certo para se procurar nos arquivos (cf. v. 17).

52. Ver H. C. Thomson: "A Row of Cedar Beams," *PEQ* (1960), págs. 57-63, ao qual Ackroyd chama a atenção em 6.3-5.

53. Ver, e.g., Is 42.8; 43.10-11; 44.6-8; 45.5-7, 22-25.

54. Ed 1.8 (*príncipe, naśí'*) em si mesmo não precisa significar mais do que isto: era o principal membro da comunidade judaica; e 2.63 não dá o nome do governador.

17. É uma pequena confirmação de que estamos lendo uma cópia legítima da carta (cf. 6a), que exigiu uma pesquisa dos registros na *Babilônia*, uma vez que acabou sendo revelado que as informações estavam arquivadas noutra cidade, conforme demonstrará o capítulo seguinte.

Esdras 6. O Templo é completado

Este capítulo trará a história dos primeiros vinte e tantos anos da Volta a uma conclusão satisfatória, finalizando o que sabemos acerca da era de Zorobabel e Jesua. Uma nova era, a de Esdras e Neemias, abrirá no capítulo 7, um novo período de vida.

6.1-5. O decreto de Ciro redescoberto

A vastidão do império persa, e os atrasos que suas grandes distâncias podiam impor são bem ilustrados por esta pesquisa, iniciada na Palestina, encaminhada para a Babilônia, e finalmente respondida com registros na distante *Acmeta*.⁵⁵ Seja qual for o resultado final, os edificadores tiveram a oportunidade, neste interim, de prosseguirem com pressa, e fizeram bom uso dela.

E. J. Bickerman⁵⁶ teve a aceitação geral para seu argumento de que a proclamação em hebraico em Esdras 1.2ss. e o *memorial* aramaico em 6.2c-5 têm todas as marcas da autenticidade e de que “não são duas variantes do mesmo registro mas, sim, dois registros independentes a respeito do mesmo caso.”⁵⁷ A primeira era para os arautos anunciarem (e os “cartazes” confirmarem, 1.1b) aos exilados aos quais dizia respeito; o outro era uma “minuta” para a referência oficial, definindo os promenores administrativos subentendidos na decisão. Memoriais semelhantes, anotados em vários tipos de materiais para escrita (cf. *um*

55. E. J. Bickerman: “The Edict of Cyrus in Ezra 1,” *JBL* 65, págs. 249-275, indica que Ciro ficara em Ecbatana (*Acmeta*) no verão do seu primeiro ano como rei da Babilônia, o ano em que tomou esta decisão (1.1).

56. Ver nota de rodapé 1, acima.

57. *Ibid.*, pág. 250.

rolo, v. 2), foram recuperados de vários centros do antigo império romano. Aqui, como resposta ao pedido de informações de Tatenai, somente questões que dizem respeito ao Templo e aos seus vasos são transcritas de um documento que talvez fosse maior.

3. As *grandes pedras* que tinham levantado suspeita, agora foram confirmadas como tendo sido expressamente autorizadas — são, pois, as mesmas que se acham em 6.8 — literalmente pedras para rolar, enormes demais para serem transportadas por qualquer outro meio. Quanto à *despesa*. . . *paga da casa do rei*, não se tratava de um gesto quixotesco, mas, sim, de uma implicação lógica do projeto, que foi induzido pelo desejo de ganhar a boa vontade e as intercessões de quaisquer deidades que Ciro “repatriou” (ver sobre 1.2-4). Não poderia haver melhor uso do dinheiro público; além disto, a despesa contra a receita real poderia ser coletada na respectiva província, conforme Dario não deixou de indicar (8-9). O peso do gasto não seria sentido na capital.

5. A liberação dos *utensílios* foi registrada em 1.7-11. Aqui, a instrução no sentido de restaurar *cada utensílio para o seu lugar* é um pormenor novo, que se harmoniza com a preocupação que Ciro tinha com a obtenção do favor divino, que acabamos de notar. Nem era necessário dizer que a adoração, para ser aceitável, devia ser correta em cada ponto. Dario compartilharia totalmente deste ponto de vista, e aceitaria suas implicações adicionais fornecendo o material para os “sacrifícios de aroma agradável” e pedindo a intercessão sacerdotal pelo trono (9-10). A prática devida das religiões locais continuaria, de fato, a ser uma preocupação da política *persa*,⁵⁸ e teria algumas conseqüências de grande alcance, sendo que levou finalmente à missão reformadora Esdras, assunto dos demais capítulos.

6.6-12. Dario autoriza a obra

Nenhum resultado final poderia ter sido mais favorável, ou um exemplo mais notável da verdade que William Cowper captou nas linhas:

“As nuvens que tanto temeis
Estão cheias de misericórdia. . .”

— porque a resposta do rei agora colocou os edificadores do Templo numa posição muito mais forte do que antes. Deu a Zorobabel todos os benefícios do dinheiro e proteção estatais, sem o toque profanador da interferência estatal.

58. Ver a introdução, págs. 16ss.

8, 9. Sobre o uso dos fundos públicos, tanto inicial (8) quanto subsequentemente (9), ver sobre o v. 4 no que diz respeito ao seu provável motivo e meio. Podemos deduzir da lista exata de material para a adoração (9) que o conselho judaico foi procurado na redação do decreto; e isto é confirmado pela teologia exata de 12a (na qual se percebe que Deus habita no Seu Templo, não por necessidade nem por algum tipo de presença física, mas, sim, pelo *seu nome* — ou seja, determinando que Se revelaria ali [cf. Dt 12.5; 1 Rs 8.27-29]).

11. A pessoa que *alterar* o decreto provavelmente incluía quem o violasse (cf. Ryle). Visava-se a justiça poética ao fazer da própria casa do homem seu instrumento de execução pelo fato de lidar indevidamente com a casa de Deus. A forma de punição pode ter sido, ou não, a empalção (RSV; cf a elaboração do tema na GNB); certamente esta prática horripilante não era novidade, conforme demonstram os monumentos assírios. Mas o aramaico diz literalmente “e erguido será ferido sobre ela,” que a NEB entende no sentido de “atado ereto à ela e chicoteado,” ao passo que a BDB entende que é alguma forma de crucificação,⁵⁹ e I Esdras 6.32 como sendo o enforcamento. O que há em comum entre tais castigos era o espetáculo público que ofereciam para a vergonha e a advertência. É um alívio saber que a lei israelita colocava duas restrições cruciais em semelhante prática: a vítima era executada antes disto, e não por meio dele (Dt 21.22; note a seqüência), e a exibição do seu cadáver não devia ser prolongada (Dt 21.23).

Se a casa do transgressor devia ser feita *um monturo* ou ser “confiscada” (NEB) é outra questão aberta, conforme indica a margem da NEB, tanto aqui quanto em Daniel 2.5; 3.29.⁶⁰ Vale a pena selecionar os termos enfáticos que avivam o decreto do rei para causarem seu próprio impacto. No que diz respeito à inferência externa: *Retirai-vos para longe*

59. *I.é.*, entende que “ferido” significa “pregado.” Myers, sem se comprometer com este ponto de vista, nota que, segundo Heródoto, Dario mandou crucificar 3.000 babilônios quando ocupou a cidade. Ryle chama a atenção ao significado técnico que a palavra “erguido” adquiriu (além do seu sentido comum) como termo para “empalado” ou “crucificado,” e indica a possível relação disto com o uso enigmático que nosso Senhor fez de semelhante linguagem em Jo 12.32 (“E eu, quando for levantado da terra, atrairei todos a mim mesmo”).

60. A LXX, aqui e em 1 Esdras 6.32, entende que o aramaico *n^ewālū* significa “ser confiscado” (pelo rei). Uma raiz árabe, *wly*, talvez apóie isto (cf. Brockington), mas *monturo* ou “ruína” acha confirmação um pouco mais perto do caso em pauta, no heb. pós-bíblico e no judeo-aramaico. A LXX em Daniel também entende que a palavra semelhante *n^ewālī* significa destruição.

dali. Não interrompais. . . Suprimentos? Se pague pontualmente a despesa. . . dia após dia, sem falta, aquilo de que houverem mister. Sanções legais? Com toda a pontualidade. Os motivos políticos desta franqueza podem ter sido muitos, inclusive um desejo de demonstrar respeito para com as políticas de Ciro e de promover a estabilidade numa parte do império que era importante para as comunicações com o Egito, num período em que os distúrbios generalizados tinham sido recentemente dominados.

Por detrás de tudo isto, no entanto, havia questões maiores do que as políticas imperiais, e melhor segurança para Israel do que o bom-senso de um rei. A “providência sombria” de Deus (citando Cowper outra vez), ao deixar a oposição soar o alarme, não ocultara simplesmente Seu “rosto sorridente” como também dera um novo ímpeto aos eventos evocando a fé e a coragem dos construtores e liberando uma grande quantidade de ajuda material da parte do rei.

6. 13-15. Avançando até completar

13. A expressão *com toda a pontualidade* é como uma nota tônica nestes capítulos, expressando primeiramente a maneira segundo a qual os construtores enfrentavam a obra deles (“com diligência,” 5.8), depois, a urgência do decreto do rei (“pontualmente,” 6.8, 12).⁶¹ e, finalmente, a cooperação total do poder civil (“pontualmente,” 6.13). *Tatenai*, como governador da província, agira de modo responsável no decurso dos eventos, fazendo o pedido de informações, esperando a confirmação (5.5), e colocando o decreto em pleno vigor. Não era nenhum Sambalá.

14. Fizemos uma pausa em 5.1, 2 para notar o papel produtivo dos dois profetas, cujas palavras vivificaram uma situação e dois líderes imóveis levando-os à fé e à ação. Agora o cenário desenvolve profundidade e ímpeto, e nos mostra *os anciãos*, os líderes menores, retomando a obra e prosseguindo com urgência para acabá-la, e em segundo plano há os sucessivos reis com seus *decretos*, e no ápice, o *mandado* (ou decreto⁶²) *do Deus de Israel*. É um modelo da maneira segundo a qual Deus

61. “Totalmente” (6.8, RSV) é uma tradução variante da mesma palavra aramaica. Note também 7.17, 21 e (RSV “rigorosamente”) 26. Nos decretos reais, no entanto, parece ter sido uma questão de ênfase formal.

62. A única distinção entre o *mandamento* (*ta'am*) e o *decreto* (*te'em*) é a mu-

opera, e dos meios que Ele usa.

A menção de Artaxerxes, que pertence ao século seguinte, nos leva para a restauração dos muros da cidade por Neemias, que este rei autorizou. Seu nome, como sendo o terceiro patrocinador real da reabilitação de Israel, é acrescentado aqui para completar o quadro pelo autor, ou por um escriba antigo.⁶³

15. O Templo foi completado no início do último mês de 516,⁶⁴ apenas quatro meses e meio após a primeira chamada à ação por Ageu. Este empreendimento da fé, portanto, começado em tempos difíceis (Ag 1.6-11) e continuado num “dia dos humildes começos” (Zc 4.10) e de investigações ominosas (Ed 5.3ss.), terminou em triunfo. Haviam-se passado — embora não se **ressalte** o fato aqui — cerca de setenta anos desde a destruição do Templo de Salomão (cf. Zc 1.12-17).

6.16-18. O templo é dedicado

A palavra para *dedicação* (*h⁴nukkâ*) haveria de tornar-se o nome de uma festa para lembrar a *reconsagração* do Templo em 165 a.C., depois da sua profanação por Antíoco Epifânio (cf. Jo 10.22-23). Aplicava-se, no entanto, a qualquer coisa recém-terminada e colocada à disposição de Deus, desde um altar até a casa de uma pessoa (Dt 20.5) ou o muro de uma cidade (Ne 12.27). Até mesmo o treinamento de uma criança pode estar expresso em semelhante linguagem (Pv 22.6, heb.), embora não seria seguro atribuir muito sentido a este fato.

As ofertas não deixaram de ser dispendiosas, embora fossem incom-

dança artificial de vogais feita pelos massoretas com gesto de reverência. A LXX emprega a mesma palavra para ambos, como também fazem a AV, ARC, BJ; cf. GNB.

63. Já estava no texto usado pela versões gregas. A GNB cria uma contradição ao inserir no v. 14 a palavra “Templo” (“Completaram o Templo”) ao passo que o aramaico deixa lugar para a visão do futuro, para Artaxerxes, com seus termos mais gerais (“Pararam de construir”), antes de voltar explicitamente para o Templo no v. 15.
64. Este mês, imediatamente anterior ao mês da Páscoa, Abibe/Nisã, é usualmente equiparado com fev./março. 1 Esdras registra o 23^o dia, e não o 3^o; mas se aquele era o texto certo de onde caiu uma palavra antes de vir a existir o texto que temos, ou se 1 Esdras escolheu uma data que deixaria que uma semana de festividades fosse imediatamente seguida pelo ano novo (cf. Brockington), permanece incerto.

paravelmente ofuscadas pelos 22.000 bois e 120.000 ovelhas (1 Rs 8.63) do dia de dedicação celebrado por Salomão. Mas o próprio contraste já é um comentário sobre aquela glória de curta duração. Este grupo, sem rei e duramente oprimido, era tudo quanto sobrava dela, quanto à parte externa. A oferta pelo pecado de todo o Israel era um comentário mais explícito: não sobre Salomão, mas, sim, sobre a nação como um todo. Era uma confissão de fracasso como também de fé. Ainda estava a expiação e a aliança com todo o povo — porque esta era a implicação dos doze sacrifícios.

18. O livro de Moisés estabeleceu os deveres básicos dos sacerdotes e os levitas, e as distinções entre eles (cf. e.g., Nm 18); mas as divisões e os turnos eram a obra de Davi: ver sobre 2.36-39.

Note que este versículo toma por certo que os exilados que voltaram tinha conhecimento da lei sacerdotal muito tempo antes de Esdras vir para fazer cumpri-la.

6.19-22. Uma Páscoa alegre

A festa seguiu-se apenas poucas semanas depois da dedicação (ver sobre o v. 15). De modo bem apropriado, o idioma da história volta agora para o hebraico, e somente volta para o aramaico no registro da carta de Artaxerxes em 7.12-26. (A seção aramaica que acaba de terminar também começara com uma carta naquele idioma: 4.8ss.).

21. Este é um versículo crucial para corrigir a impressão que alguém pudesse obter de 4.1-3 de um partido amargamente exclusivista. Aquela impressão parece com dificuldade, mas, na realidade, descobrimos que somente aqueles que se excluíam a si mesmos não recebiam as boas-vindas. O convertido achava uma porta aberta, conforme Raabe e Rute tinham achado.

22. A palavra Assíria é uma surpresa aqui. Se for um erro de copista, é antigo, porque ocorre na LXX. Talvez, no entanto, vise despertar lembranças do opressor tradicional (cf. Ne 9.32), cujo império fora herdado primeiramente pela Babilônia e depois pela Pérsia, mas cujas políticas agora foram dramaticamente invertidas.⁶⁵

65. Os próprios persas se referiam a esta antiga província da Assíria como *Athura* (Assíria) nos contextos não-oficiais (ver A. F. Rainey *AJBA* 1.2 (1969), págs. 51, 73 n. 19).

Assim termina a primeira etapa, da reabilitação de Israel que durou uma geração. Começara quando o Senhor “despertou o espírito de Ciro, rei da Pérsia” (1.1), e terminou quando Ele mudou o coração de um dos sucessores mais poderosos daquele rei.

Nesta nota de regozijo a narrativa se interrompe, e passa em silêncio o longo intervalo entre os tempos de Zorobabel e o de Esdras. O silêncio foi pontuado em 4.6 por uma única nota do reinado de Xerxes (486-465/4). Noutro lugar, o livro de Ester conta acerca de eventos distantes dentro daquele reinado, centralizados na cidade real de Susa. Em Jerusalém, é bem possível que Malaquias tenha profetizado pouco depois da vinda de Esdras, dando-nos, se for assim, um sabor nítido da disposição e do gênio dos tempos que ocupam nossos capítulos 7-10.

Esdras 7 – 10

O PRUMO DA LEI

Agora, finalmente, encontramos o homem de quem todo o livro herdou o nome. Este capítulo e o seguinte introduzirão o sacerdote e erudito Esdras, sua tarefa e sua expedição. Os outros dois demonstrarão a desordem moral que encontrou em Jerusalém, e as medidas contrárias que tomou, sem poupar ninguém. Boa parte do relato é seu registro pessoal, usando o “eu” e “nós” do discurso direto.

Esdras 7. A comissão que Esdras recebeu de Artaxerxes

7.1–10. O homem e sua sabedoria

Estes dez versículos oferecem um esboço da história que será dobrada em detalhes e com muitos toques pessoais no restante deste capítulo e no capítulo 8.

Ia. A frase: *Passadas estas coisas* coloca quase sessenta anos entre este capítulo e o anterior. Algumas cronologias, de fato, fazem o período consideravelmente mais longo ao identificar este *Artaxerxes*, não

com o primeiro rei com este nome 464-423), mas, sim, com o segundo (404-359), de modo que a missão de Esdras, no sétimo ano (v.7), ocorreria, não em 458 a.C. (conforme sustento) mas em 398.⁶⁶

1b-5. A genealogia garante a posição de Esdras como sacerdote (cf. 2.62); e os porrenores com que ela é dada nos prepara para nos encontrarmos com um homem de considerável importância.⁶⁷ Seu nome ocupa uma posição elevadíssima na tradição judaica, onde veio a ser considerado um segundo Moisés;⁶⁸ e realmente foi ele, mais do que qualquer outro homem, aquele que deu a Israel o seu caráter permanente do povo de um livro.

6. Com Esdras, o retrato de um escriba adota cada vez mais as feições de um erudito e de um perito na lei sacra. No seu caso é enfatizado pela palavra *versado*, ou literalmente “rápido” (cf. Sl 45.1 [2, heb.]) – o que sugere velocidade em dominar esta matéria completa e facilidade em movimentar-se no meio dela, capacidades estas que eram o fruto do estudo dedicado descrito no v. 10. Aliás, o presente versículo não compartilha de nenhuma das dúvidas de parte da crítica moderna quanto à antiguidade (*Moisés*) ao à autoridade (*dada pelo SENHOR*) da lei, nem vê Esdras como um revisor ou um compilador. Ele se ocupa com ela como coisa *dada*.

A última frase deste versículo fornece um pormenor que está ausente nos vv. 11ss.; o fato de que quando Deus “moveu o coração do rei” conforme é mencionado no v. 27, o próprio Esdras tinha um papel para desempenhar (*tudo quanto lhe pedira*). A coragem que isto exigia pode ser aquilatada à luz da história doutra provação semelhante enfrentada por Neemias (Ne 2.2ss); mas não somos deixados em dúvida quanto ao fator decisivo: *a mão do SENHOR*. Aquela frase torna-se quase um refrão nestes capítulos (7.6, 9, 28; 8.18, 22, 31; Ne 2.8, 18).

7-10. Este pequeno resumo da expedição não dá indício algum da decepção e do atraso iniciais, dos jejuns e orações, e dos perigos de tal

66. Ver Apêndice IV, págs. 165-179.

67. Mesmo assim, passa por cima de várias gerações entre Esdras e seu antepassado Serafas (1), que viu a queda de Jerusalém (2 Rs 25.18) e cujo filho Jeozadaque foi para o exílio (1 Cr 6.15). Há, também, sete nomes omitidos, aparentemente, por um erro de copista, por causa da dupla ocorrência de certos nomes na história da família (Amarias até Zadoque, 1 Cr 6.7-8 e 11-12).

68. Para um exemplo extremo, ver o livro apócrifo 2 Esdras 14, onde Esdras é inspirado a ditar aos seus assistentes 94 livros, que consistiam, aparentemente, da totalidade do AT mais 70 escritos secretos.

viagem, que emergirão no relato completo. Aqui, porém, ficamos sabendo do período de tempo envolvido (quatro meses, v. 9), e, no v. 10, o segredo da influência duradoura de Esdras. É um reformador-modelo porque tinha vivido primeiramente aquilo que ensinava, e aquilo que vivia tinha primeiramente averiguado nas Escrituras. Com o estudo, a conduta e o ensino colocados deliberadamente nesta ordem certa, cada uma destes podia funcionar corretamente nas suas melhores condições: o estudo foi livrado da irrealidade, a conduta, da incerteza, e o ensino, da insinceridade e da superficialidade.

7.11-26. A autoridade por escrito para Esdras

Esta carta, como as demais no livro, é citada em aramaico (12-26), o idioma da correspondência oficial. Autorizou Esdras, acompanhado de quaisquer membros do seu povo que quisessem (13), a ir para Jerusalém para garantir a observância apropriada da lei divina (14, 25ss.). Tratou também de duas questões de fornecimentos: primeiramente uma verba para o custo dos sacrifícios (15-18), e uma alocação de utensílios para o Templo (19); em segundo lugar, uma ordem aos tesoureiros provinciais, dando a Esdras poderes de exigir certos fornecimentos adicionais (21-23), além de isentar os oficiais do Templo, de todas as categorias, de pagarem impostos (24). Seu parágrafo final (25-26) conclamou Esdras a estabelecer um sistema judicial com plenos poderes para punir, mas também para cuidar de não deixar o povo na ignorância da lei.

Alguns pormenores merecem comentários.

12. Depois de *Deus do céu*, o aramaico acrescenta a palavra *gemlr*, *perfeita*, que parece ter perdido seu substantivo. Provavelmente a saudação *paz* deve acompanhá-la: cf., e.g., “toda a paz.” 5.7.

14. *Seu sete conselheiros*: cf. Ester 1.14.

17. O conhecimento exato das exigências rituais deve ter sido dado pelo próprio Esdras (note “tudo quanto lhe pedira,” v. 6) ou por um conselheiro judaico na corte. Cf. Neemias 11.24.

19. *Os utensílios* podem ter sido alguns que passaram desapercibidos quando os vasos levados foram devolvidos por Ciro (1.7ss.), mas é igualmente provável que fossem uma dádiva voluntária recém-ofertada.

23. *Pois para que haveria grande ira sobre o reino do rei...?* é ainda outra preocupação com a solicitude que tivera Ciro (ver sobre 1.24) e Dario depois dele (6.10), para granjear a boa vontade dos deuses adora-

dos no império. Em termos mais políticos (mas a religião e a política eram inseparáveis), um rei prudente desejaria todo o contentamento e boa ordem possíveis entre seu povo sujeito.

24. Dario ordenara uma isenção semelhante para os servos cultuais de Apolo (ver pág. 19).

25. Note a descrição alternativa da Torá não somente como sendo *as leis de teu Deus*, mas também *a sabedoria do teu Deus*. Sublinha o fato de que Torá é um termo mais amplo do que “lei,” que abrange instrução, até mesmo revelação, bem como mandamentos.

Todo o povo que está além do Eufrates deve significar, em semelhante contexto, todos aqueles aos quais se aplica a lei judaica, seja qual for a sua distância de Jerusalém.⁶⁹

26. Este poder para aplicar penalidades, e a *confiscação* em especial, foi invocado nos processos de divórcio: ver 10.8.

7.27, 28. Uma interjeição pessoal⁷⁰

De repente, conscientizamo-nos do homem Esdras, sendo que sua própria voz irrompe na narrativa com um deleite grato que a passagem do tempo não pôde diminuir. Pessoalmente retomará a história até ao fim do capítulo 9; e Neemias, como ele, fará a maior parte da sua própria narração no livro seguinte, aspergindo sua história com ainda mais interjeições e apartes vívidas.

Ao passo que o v. 6, conforme vimos, revela que Esdras tinha de pedir tudo quanto obteve, esta doxologia vai diretamente àquilo que determinou a questão: a operação interna de Deus, que “inclina o coração do rei segundo o seu querer” (Pv 21.1). O v. 28, no entanto, relembra o formidável agrupamento de cortesãos que Esdras tinha de enfrentar, e a certeza correspondente de que nada menos do que *a boa mão do SENHOR* estava nesta questão. Sobre isso, ver o comentário final sobre o v. 6. Precisaria desta ajuda igualmente para a tarefa seguinte, porque às

69. Ackroyd, no entanto, insiste em compreender *todos* de modo não-qualificado, e o atribui à visão idealizada da província como tendo sido submetida inteiramente ao domínio dos judeus. Mas a maioria dos comentaristas dão crédito ao escritor bíblico e seus leitores com mais realismo do que isto.

70. Deste ponto em diante, o idioma é heb. (as seções em aramaico foram 4.8 6.18, e 7.12-26).

vezes é mais fácil obter e dar uma assinatura poderosa, do que conseguir voluntários para pôr em prática a autorização dada.

Esdras 8. O êxodo de Esdras

8.1-14. Os voluntários

1. Esdras conhecia a estrutura da sua sociedade suficientemente bem para dirigir seu apelo aos *cabeças de família* (7.28; 8.1), sabendo que, na maioria dos casos, se eles viessem, trariam consigo os seus grupos. Ver os vv. 3-14 para o efeito desta palítica.⁷¹

Nota a palavra *comigo*, na frase inicial (que a GNB **infundadamente** altera para “com Esdras”). É um relato pessoal, que continua de 7. 27-28 até ao fim do capítulo 9, à parte de uma breve volta à terceira pessoa em 8.35-36, onde “eles” toma o lugar de “nós” em dois versículos.

2-14. O interesse que há nesta lista pouco atraente de nomes e cifras acha-se no fato de que finalmente em todos os grupos menos um, os descendentes dos pioneiros da sua própria linhagem, que tinham feito parte do primeiro grupo que voltou da Babilônia oitenta anos antes, estão se juntando a estes. Todos os nomes das famílias nos vv. 4-14 podem (menos Joabe, v. 9) ser achados em 2.3-15,⁷² e a presente lista começa com dois sacerdotes (acompanhados, segundo parece, por vários dos seus parentes: ver sobre o v. 24) e um descendente de Davi (2), que **semelhantemente tinham sido precedidos** por seus parentes. Assim, **sublinha** o fato de que o desafio original quanto à volta, nos dias de Ciro, tivera uma resposta muito mista, dividindo clãs individuais pelo meio — embora Zacarias 6.9-11 e o livro de Ester ilustrem o forte sentimento de fraternidade que ainda podia vinculá-los. Nada há para indicar que, mesmo agora, estas famílias estavam completas, sem deixar nenhum dos seus membros para trás.⁷³

71. É, pelo menos, matéria para meditação que a estratégia da igreja frequentemente tende a inverter a ordem, e se concentra nas crianças, a parte final da família, e negligencia o cabeça.

72. Conforme explica a mg. da RSV, Zatu (5 — ausente na ARA/ARC) e Bani (10) não se acham no texto heb., mas na lista correspondente em 1 Esdras 8.32, 36. O padrão dos versículos em derredor confirma a probabilidade de que 1 Esdras conservou corretamente estes nomes, ao invés de acrescentá-los.

73. É possível que o v. 13 deva ser traduzido “os últimos (da família),” conforme

8.15-20. Os levitas que faltavam

A pausa de três dias perto do rio⁷⁴ não foi perda de tempo: este era o momento certo para avaliar a situação e estar preparado para descobertas desagradáveis. A ausência dos levitas e dos demais servos do Templo é um contratempo revelador; era natural que estes homens se retraíssem de uma perspectiva que era duplamente amedrontadora: não somente o desarraigamento que todos os peregrinos enfrentavam, como também a mudança drástica das atividades comuns para as severas rotinas do Templo. Não é, portanto, surpreendente ler que Esdras escolheu com cuidado os emissários que haveriam de retificar a situação (nove deles por causa da autoridade que tinham na comunidade, e mais dois por causa da sua perícia diplomática v. 16), e notar que lhes deu instruções explícitas (*as palavras que deveriam dizer e com que deveriam falar*, 17).⁷⁵

18. O resultado foi altamente satisfatório, não somente numericamente como também na adesão de um líder talentoso; e Esdras, como sempre, reconheceu nisto *a boa mão de Deus sobre nós*. Sobre esta frase, ver o comentário de 7.6.

20. Quanto aos *servidores do templo*, ou Netinins, ver sobre 2.43-54, onde são discutidos com pormenores.

8.21-23. Para pedirmos jornada feliz

A sondagem que Esdras fez do seu coração, e sua franqueza quanto a isto coloca-o muito perto do cristão que tem lutado com este tipo de questão numa escala menor. E há um interesse adicional no fato de que Neemias, nos seus dias, veria a questão de modo bem diferente, aceitando uma escolta militar como parte da generosidade de Deus (Ne 2.7-9).

Brockington sugere; mas “os que vieram mais tarde” (RSV, etc.) parece mais provável.

74. A expressão: *o rio que corre* (lit. vem) *para Aava*, sugere um canal, visto que recebe o nome do seu destino (cf. o v. 31: “o canal de Aava”?). Havia muitos canais na Babilônia. A localização de Aava é desconhecida.

75. A escolha de Casifia (sua localização ainda é desconhecida) sugere que havia um santuário ali, e isto pode ser indicado pela expressão repetida “o lugar” (17, lit. “o lugar Casifia”), que às vezes era um sinônimo para um lugar santo (cf. Dt 12.2, 3, 5). Temos conhecimento de um templo judaico em Elefantina, no Nilo, neste período.

As duas atitudes eram de fé, e cada uma, com sua maneira diferente (como as opções em Rm 14.6) prestou honra aceitável a Deus.

8.24-30. Os sacerdotes como tesoureiros

Revela-se agora que os dois cabeças de famílias sacerdotais que foram mencionados no v. 2 devem ter trazido com eles certo número dos seus parentes, assim como também os demais chefes daquele grupo devem ter feito (cf. 3-14).⁷⁶ O tesouro que agora lhes foi confiado para a viagem era enorme (um *talento* pesava cerca de 30 kg.). A recusa de Esdras em ter uma guarda armada, e sua lembrança aos sacerdotes quanto à sua responsabilidade sagrada (28), iniciou-os abruptamente na disciplina da fé.

Artaxerxes, como seus antecessores, marcou a ocasião com uma dádiva oficial, e conclamou os judeus que não fariam parte da expedição a participarem com um pouco (25). Era um corolário da sua autorização do empreendimento. Se o Deus dos judeus nada mais fosse do que um nome (poderia ter argumentado), a atividade inteira não teria razão de ser; se, porém, Ele existisse, esperaria cortesias tangíveis da parte de um rei — e a escala delas deveria refletir o poder e a majestade do doador.

8.31-34. A viagem e a chegada

31. *O dia doze* é consistente com “o primeiro dia” em 7.9, quando Esdras “partiu da Babilônia,” realmente, os eventos de 8.15-23 foram adiantados com notável velocidade.

A palavra traduzida *ciladas* está no singular, i.é, coletiva, e subentende, provavelmente, a ausência de tais eventos ao invés de uma série de fugas.

32. A viagem de quase 1.600 km. é deixada quase sem comentá-

76. O texto do v. 24 dá a impressão de que Serebias e seus companheiros eram sacerdotes, ao passo que 18-19 e Ne 12.24ss, demonstram que eram apenas levitas. Provavelmente a NEB tenha razão em seguir o texto em 1 Esdras 8.54 onde a palavra “e” antecede o nome de Serebias. I.é, conforme confirma o v. 30, o tesouro foi confiado a sacerdotes e levitas, *viz.*, “doze dos principais sacerdotes, juntamente com Serebias,” etc. (v. 24, NEB).

rio. Tudo quanto importava era o lugar de destino e a missão a ser cumprida.

33, 34. O procedimento era bem organizado, e a implicação é que nada faltava, a despeito da viagem imensa e arriscada. Tal era “a boa mão do nosso Deus. . . sobre nós” (31).

Encontraremos alguns destes nomes outra vez no livro de Neemias: viz. Meremote (Ne 3.4, 21), Jozabade (Ne 11.16), e Binui (Ne 3.24).

8.35, 36. Obrigações a serem cumpridas

Estes dois versículos (usando a terceira pessoa) acrescentam uns poucos detalhes para suplementar o relato do próprio Esdras, que continuará no capítulo 9.

35. A homenagem e a dedicação era as notas tônicas dos *holocaustos*, e a expiação era a ênfase da *oferta pelo pecado*. O número doze e seu múltiplo, noventa e seis, *significava todo o Israel*. A razão pela oferta de *setenta e sete cordeiros* não é tão óbvia, embora pareça convidar conjecturas acerca do número perfeito. É possível que 1 Esdras 8.66 tenha razão com “setenta e dois.” outro múltiplo de doze.

36. Depois das obrigações diante de Deus, vêm aquelas que dizem respeito aos homens. *As ordens do rei* eram presumivelmente os documentos que tinham Esdras como aquele que estava autorizado a administrar a lei judaica entre seus compatriotas nas várias regiões da província. Esta autoridade mais ampla, que se estendia além da área imediata em derredor de Jerusalém, foi mencionada em 7.25-26.

A frase final deve corrigir qualquer impressão de que a missão de Esdras era puramente disciplinar. Sua intenção era construtiva, e a situação revelada no capítulo seguinte, que exigiu medidas dolorosas, claramente o tomaram de surpresa.

Esdras 9. O escândalo dos casamentos mistos

9.1-5. A notícia é contada a Esdras

1, 2. Há um sabor marcante dos livros de Moisés na maneira

pela qual os casamentos mistos são denunciados a Esdras. A lista de povos estrangeiros no v. 1, com seu som arcaico, relembra imediatamente a fileira de nomes que, com variações secundárias, tinha sido uma nota tônica das antigas promessas e advertências a respeito de Canaã.⁷⁷ Em especial, há uma semelhança deliberada com Êxodo 34.11-16 e Deuterônimo 7.1-4, onde listas que são marcadamente semelhantes a esta introduzem a proibição dos casamentos com estrangeiros.

Sendo assim, a campanha de Esdras para disseminar o conhecimento da Escritura estava dando o furto característico da reforma, menos de cinco meses após a sua chegada (cf. 7.9 com 10.9). Lançara novas luzes, não somente sobre um mal que fora tolerado, como também sobre a alta vocação desta comunidade como *linhagem santa*⁷⁸ (2) e como herdeiros do Êxodo (reencenado, numa nova forma, nos seus próprios tempos: cf. Is 48.20-21). E sem Esdras induzi-los a isto, esta verdade raiara sobre os líderes que agora vieram em grupo até Esdras com um relatório que era novidade para ele. É também estranho que estes homens, *os príncipes (sārím*, o termo comum para os principais homens da nação), eram evidentemente os líderes estabelecidos que até agora tinham aceito as anomalias. Não era uma iniciativa dos recém-chegados, que seriam menos tentados a encobrir a questão.

3-5. A reação de Esdras foi típica dele. Era quase a inação, porém mais poderosa de que qualquer atividade precipitada, visto que levou outras pessoas a tomarem as iniciativas que melhor poderiam vir delas. Os verbos sucessivos que se referem a ele neste episódio são quase todos deste tipo: verbos de aflição e de auto-rebaixamento, e de intercessão. Matthew Henry, comentando Neemias 13.25, fez um contraste esmerado entre Esdras e seu sucessor mais militante: Neemias arrancou os cabelos aos transgressores, Esdras arrancou os seus próprios. Para outra comparação entre eles, ver sobre 8.21-23, acima.

9.6-15. A oração de Esdras.

Um pouco da devoção e do entendimento do homem orando pode ser percebido nesta confissão. Seu envolvimento com aqueles em prol

77. Gn 15.19-21; Êx 3.8, 17; 13.5; 23.23; 33.2; 34.11; etc.

78. Lit. "a santa semente": cf., em vários termos, Gn 28.14; Êx 19.6; Mt 2.15. A expressão heb., "a santa semente, ocorre em Is 6.13.

dos quais falava, aparece imediatamente, na rápida transição de “eu”, na primeira frase, para “nosso” e “nós” durante o restante da oração. Esdras poderia ter protestado seu inocência, mas, como o Servo em Isaías 53.12, foi impelido a considerar-se “contado com os transgressores,” mais profundamente *envergonhado* da culpa nacional do que qualquer um deles,⁷⁹ e, portanto, mais digno de ser seu porta-voz na confissão. Em segundo lugar, não podia esquecer-se da devastação que eles tinham sofrido – e merecido (7) – especialmente na sua perda de liberdade (note as palavras *cativo* (7), *servidão* (8, 9), *servos* (9), e a dizimação dos seus números, ressaltada na repetida ocorrência da palavra *restante*: 8, 13, 14, 15). Noutras palavras, estava altamente consciente da glória que eles tinham traído, e não podia reconciliar-se com aquilo que vieram a ser. Em terceiro lugar, no entanto, estava agudamente consciente da misericórdia de Deus. O próprio fato de que qualquer restante sobrevivera era prova disto (8), porque até mesmo o castigo deles tinha sido leve, pela misericórdia de Deus (13), e os vv. 8 e 9 empregam termos vívidos – caracteristicamente concretos⁸⁰ – para a misericórdia multifacetada de Deus. Ao mesmo tempo, era uma mera sombra daquilo que Deus poderia fazer e dar – *nos dar um pouco de vida* (8), *nos reviver* (9) – e já estava correndo perigo, depois deste *breve momento* (8) de graça; porque até mesmo os oitenta anos desde Ciro não eram nada mais do que isto aos olhos de Deus.

A partir do v. 10, a confissão se torna específica, deixando a Palavra de Deus formular sua própria acusação formal. Os vv. 11 e 12 citam a substância de uma passagem tal qual Deuteronômio 7.1-3, mas a menção dos *profetas* (plural; i.é., não somente Moisés) sugere que a mensagem também tinha sido pregada. Há uma amostra de semelhante pregação, por um provável contemporâneo, em Malaquias 2.10-16.

A oração termina com o claro reconhecimento de que Deus temeria toda a razão se quisesse romper com esta comunidade, como certa vez ameaçara fazer com uma geração anterior (Êx 32.10). Esta não era nenhuma fantasia exagerada. Havia outros israelitas espalhados no es-

79. Cf. Jr 6.15, dito a respeito de uma geração anterior: “. . . sem sentir por isso vergonha; nem saber que coisa é envergonhar-se.”

80. *Estabilidade* (8) é lit. um prego, uma estaca (inclusive para tendas) (cf. Is 22. 23; 54.2), e a *segurança* (9) é lit. um “muro”, daí *muros de segurança* na ARA. Como a primeira, a última, conforme Ackroyd indica, é “claramente metafórico” (como no Sl 80.12) e não deve ser confundida com o muro da cidade (para o qual uma palavra diferente é usada) reedificado por Neemias.

trangeiro, através dos quais as promessas poderiam ser cumpridas. Esdras nem sequer tinha o ânimo para argumentar, conforme Moisés fizera, que o nome de Deus sofreria em tal caso. Sua oração era confissão aberta, sem desculpas, sem a pressão nem sequer de um único pedido.

Esdras 10. O rompimento dos laços

10.1-8. A iniciativa do povo

Ao invés de fustigar um povo relutante até que agisse, Esdras afligiu a consciência dele ao ponto de o povo agora conclamá-lo para somar a iniciativa. O desespero dele, que está aparente, provoca-os a procurar *esperança para Israel* a qualquer custo (2-3), e a entrega de si mesmo à mágoa desperta-os para sentirem impaciência por uma resposta mais positiva – conforme testificam no v. 4 seu conselho dinâmico e sua sincera promessa de ajuda. Sendo assim, as medidas extremas que Esdras passou a obrigar cada seção da sociedade aceitar sob juramento (5) eram totalmente segundo a escolha dos líderes do povo, e muito mais obrigatórias por causa disto. Mesmo seu conselho desempenhou um papel bem modesto: *o conselho do SENHOR*⁸¹ tomou seu lugar dentro do consenso dos piedosos e dos preceitos da lei (3). Pelo que conseguimos entender, aquele conselho nem sequer foi explícito, mas apenas uma inferência da aflição dele.

6. O apelo de Esdras para atos mais assertivos, no v. 5, foi estritamente limitado. As palavras: *Então Esdras se levantou* (5) cedem lugar, tão brevemente quanto possível, à seqüela: *Esdras se retirou*; e esta retirada foi para o jejum e o pranto solitário. Esta reclusão confirma, aliás, a evidência das suas orações públicas, em Esdras 9 e Neemias 9, que seus gestos dramáticos de aflição eram totalmente sinceros. Tinha um impacto poderoso, mas não eram artifícios: vinham do coração.

81. Os massoretas entendem que esta palavra é *'aḏōnāy*, i.é., “o Senhor” (Deus); (Deus); mas à parte da Vulg. [seguida pela ARC e ARA], as versões antigas e modernas (e 1 Esdras) concordam em entender o texto como sendo *'aḏōnī*, “meu senhor.” As consoantes são as mesmas, e embora qualquer das duas alternativas seja possível, a última parece preferível, tendo em vista os termos mais enfáticos usados no restante do versículo para aquilo que o próprio Deus diz.

Além disto, não eram escapistas: deixavam lugar para a resposta doutros homens mas, dada aquela resposta, Esdras falou e agiu com resolução (5, 10-11).

Quanto à sugerida relevância de *Joanã* para a data da missão de Esdras, ver o Apêndice IV, págs. 173-175

7, 8. O *pregão* era corporativo (lit. “emitiram uma proclamação), não publicado exclusivamente em nome de Esdras, embora ele tivesse a autoridade do imperador para castigar 7.26). O que teria mais peso moral do que os decretos imperiais era o *conselho* (como no v. 3)⁸² dos líderes locais. A palavra traduzida *destruidos* é muito enfática: emprega-se principalmente para a destruição ordenada contra inimigos especiais, e.g., Jericó, mas pode ter o significado de “confiscados” para o uso dos sacerdotes; cf. Levítico 27.21.

10.9-15. A grande aglomeração do povo em Jerusalém

Era quase final de ano, com o equivalente ao mês de dezembro bem avançado, e o v. 9 capta para nós a tristeza estremeceadora da cena. Esdras está tipicamente envolvido na questão principal (10-11), mas, não menos tipicamente, está aberto à razão e às iniciativas dos outros. Neste pequeno parágrafo vívido podemos retratar mentalmente as sugestões que foram sendo levantadas enquanto a multidão passou a conversar e a fazer suas várias considerações — não sem algumas vozes em contrário. Dos dissidentes no v. 15, *Mesulão* pode ter sido um dos “chefes” que voltaram com Esdras (cf. 8.16), e *Sabetai*, levita, poderá ser considerado alguém que tinha um conhecimento da lei mais do que um leigo teria. Não há comentário sobre a oposição deles, que pode ter sido motivada por uma variedade de razões, não necessariamente desonrosas. Nenhum dos seus nomes aparece na lista de partes interessadas nos vv. 18-44 a não ser o de Mesulão (15, 29); mas o nome dele era extremamente comum naquele tempo.⁸³ É possível que tenha havido amigos ou pa-

82. A NEB traduz assim: “deve ficar dentro da alçada dos oficiais principais. . . confiscar,” etc. É possível, mas a direção seguida pela frase parece favorecer a tradução mais usual. Presumivelmente os poderes do tribunal de exercer discreção em casos difíceis tinham pouca necessidade de serem explicitamente declarados.

83. Há pelo menos dez Mesulão mencionados em Esdras-Neemias, dois deles em versículos quase contíguos, Ne 3.4, 6.

rentes que alguns destes quatro homens queriam proteger; por outro lado, a severidade do remédio e a falta de qualquer exigência legal quanto à sua aplicação podem ter despertado neles as mesmas apreensões que o leitor moderno sente.

Um fato a ser conservado em mente no que diz respeito a esta questão é que o divórcio era permitido em Israel, embora não sem alguma causa séria (Dt 24.1); e casamentos desfeitos estavam grassando neste tempo por causa do oposto da presente razão: i.é, havia um número escandaloso de esposas judias abandonadas por causa da preferência pelas mulheres pagãs (Ml 2.10-16). Embora o divórcio seja sempre odiado por Deus (Ml 2.16), e uma testemunha da “dureza de coração” dos homens (Mc 10.5), a situação descrita em Esdras 9 e 10 era um exemplo clássico de quando o menor dos dois males teve de ser escolhido. Se existisse uma razão séria para o divórcio, esta tinha mais direito de estar naquela categoria do que a maioria delas.

Presumivelmente porque o divórcio não era nada de novo em Israel, mas não nesta escala horripilante, não somos informados sobre o que foi feito em prol das vítimas dele. Parece mais provável que neste caso a esposa voltaria para seu lar paterno; mas isto não passa de suposição. Simplesmente nos falta o conhecimento daquilo que era habitual.

10.16-44. Os processos legais

O fato de que as audiências duraram três meses comprovou a sabedoria de aceitar uma segunda opinião sobre solucionar tudo num ou dois dias, e isto numa multidão (cf. 12-14). Também demonstrou, no entanto, até onde o problema se alastrara. Claramente, Esdras não tinha previsto uma tarefa desta monta.

18. Ao passo que poderíamos ter esperado que a culpa dos sacerdotes fosse parcialmente encoberta, este catálogo faz um esforço especial para lhe dar destaque, com verdadeira franqueza bíblica, invertendo a ordem seguida no capítulo 2. Ali, foram os israelitas leigos os primeiros a serem enumerados; aqui, são seus líderes espirituais, encabeçados por descendentes do honrado sumo sacerdote Jesua, filho de Jozadaque (cf. 3.2; 5.2, etc.). Claramente, nem a linhagem nem o cargo podem ser uma garantia de integridade moral. Talvez seja até significativo que os sacerdotes, que compunham 10 por cento do grupo no capítulo 2, perfazem 15

por cento dos casos aqui.⁸⁴

19. Embora a promessa e a oferta pela culpa sejam mencionadas somente neste trecho, provavelmente devam ser entendidas como sendo o procedimento padrão no decurso da lista. A promessa foi feita *com um aperto de mão*: um modo tão comum de selar um acordo quanto o é entre nós hoje (cf. 2 Rs 10.15; Ez 17.18). Sobre a oferta pela culpa, note o v. 10; ver também, e.g. Levítico 5.17-19, onde é ensinada a lição de que até mesmo violações inconscientes da lei de Deus criam a culpa e requerem a expiação.

23, 24. Os levitas e estas suas duas subdivisões são agrupados da mesma maneira em 2.40-42.

25ss. Nove das trinta e três famílias e agrupamentos das cidades que apareceram em 2.3-35 são representadas aqui, e há duas famílias novas: uma segunda família Bani (34) e a de Binui (38).

44. A última metade deste versículo é obscura,⁸⁵ e a maioria das versões modernas depende do paralelo em 1 Esdras 9.36, que não somente faz sentido mas também é informativo, demonstrando que a política defendida no v. 3 foi adotada.

Com esta nota dolorosa a história do ministério de Esdras é levada ao fim. Não deixa de ser apropriada. Sua missão era aplicar a lei ao seu povo (7.14), e a lei traz o conhecimento do pecado. Mas um pós-escrito seguir-se-á, onde Esdras apresentará os aspectos positivos e festivos da lei: sua dádiva de luz para a mente (Ne 8.8), e seu testemunho de Deus como libertador e provedor (Ne 8.9-18).

Até aquele momento, cerca de treze anos depois dos eventos deste capítulo, Esdras desaparecerá do registro. Enquanto isso, outras provas sobrevirão aos recolonizadores judeus, até à chegada de Neemias para transformar o cenário.

Na Bíblia Hebraica, o livro de Neemias segue imediatamente após este trecho, para formar a parte final de uma única história.

84. Não se deve atribuir importância demasiada a isto, porque é bem possível que a proporção de sacerdotes entre a comunidade tenha mudado nestes últimos 80 anos. Mas pelo menos parece que os sacerdotes não eram melhores que os demais.

85. Lit. o heb. diz: "e alguns deles (masc.) eram mulheres, e eles (masc.) nomearam filhos." Semelhante embaraço é prova de um texto danificado, e ver sentido nele envolve mais violência do que aceitar a versão alternativa.

NEEMIAS

NEEMIAS

Mais de metade deste livro é um registro pessoal, pontuado com “apartes” e comentários francos que o tornam (em tais seções) um dos mais vivos trechos de composição na Bíblia inteira. Boa parte da história de Esdras também foi contada na primeira pessoa (Ed 8.15 - 9.15), mas Esdras era uma personalidade mais quieta do que o formidável e prático Neemias; não se destaca nas páginas conforme faz este homem.

A ação principal se passa na primavera e no verão do ano de 445 a.C., período em que Neemias não somente fez a viagem de perto do Golfo Pérsico para Jerusalém, como também restaurou os muros e os portões da cidade, e começou a cuidar da sua defesa. Tudo isto ele narra pessoalmente.

A partir do capítulo 8 até perto do fim do capítulo 12, outra voz retoma a história, para contar acerca do fortalecimento espiritual da mesma comunidade, pela leitura da lei, por um ato de penitência, e por uma aliança especial, e pelos dispositivos para a adoração que Deus requeria.

Depois (12.31ss.) o próprio Neemias nos retrata o dia da dedicação, com suas duas procissões e seu regozijo expresso em altos brados pela restauração dos muros da cidade. Finalmente, no capítulo 13, deixa-nos algumas fortes lembranças de que uma batalha contínua ainda está em progresso. Claramente seus doze anos como governador, e sua volta temporária à corte imperial, nada fizeram para diminuir a velocidade das suas ações ou para arrefecer seu espírito de luta. Se o judaísmo mereceu fama por causa do seu zelo pela retidão, a devia em grande medida a estes dois homens resolutos. Esdras e Neemias.

1.1-3. A triste situação de Jerusalém

1. Segundo nosso calendário, a data desta conversação, que colocou em andamento os grandes eventos deste livro, era entre meados de novembro e meados de dezembro de 446 a.C., e a abordagem ao rei no capítulo 2 deve ter ocorrido logo após, no mês de março/abril de 445. Os dois incidentes aqui registrados são considerados dentro do vigésimo ano¹ de Artaxerxes, que reinou desde 464 até 423. Passaram cerca de treze anos depois de Esdras ter partido para Jerusalém (Ed 7.7).²

Na cidadela de Susã (cf. Et 3.15, onde é talvez distinta da “cidade de Susã” de modo geral), estava a residência de inverno dos reis persas.

2. Hanani pode ter sido um irmão ou somente um parente, visto que a mesma palavra serve para os dois casos. Reaparece em 7.2 como um homem a quem Neemias podia confiar um alto cargo. Na pergunta e na resposta, a palavra traduzida escaparam e restantes é semelhante a uma das expressões prediletas de Isaías: “o resto” – aquela pequena porção de Israel à qual o futuro haveria de pertencer. Realmente, a escolha de palavras por Neemias, ecoada por seu irmão, pode ter sido uma alusão consciente à promessa dos “restantes” e dos que “se tiverem salvado”, que não meramente escapariam à destruição mas, sim, “com efeito, se estribarão no SENHOR” (Is 10.20-22).

3. A resposta seria gravemente mal-entendida se a tomássemos

1. Segundo nosso calendário, o calendário persa, e o calendário judaico normal que começa com Nisã (2.1), *i.é.*, março/abril, a data em 1.1 teria de ficar no décimo-nono ano do rei, visto que o vigésimo ano é corroborado noutras fontes para os eventos de 2.1ss. (cf. 5.14). Há, porém, indicações de que o AT adotava para algumas das suas datas dos reis um cálculo de outono para outono: cf. E. R. Thiele: *The Mysterious Numbers of the Hebrew Kings* (Chicago, 1951; Paternoster, 1966), pág. 30; ver, porém, D. J. A. Clines, *JBL* 93 (1974), págs. 25, 34-36. Uma explicação alternativa é que “vigésimo” em 1.1 é um erro de redator ou de escriba. A omissão do nome do rei talvez indique alguma anormalidade textual no versículo. Parece que isto envolve menos dificuldades do que a hipótese do outono-para-outono, visto que as demais datas em Neemias são baseadas no calendário normal que começava com o mês da Páscoa, Nisã (anteriormente conhecido como Abibe), e que realizava a Festa dos Tabernáculos no sétimo mês (Lv 23.34; Ne 8.2, 14).

2. Sobre esta disputada questão, ver o Apêndice IV, págs. 165-179

apenas como referência às ruínas deixadas por Nabucodonosor. Aquilo era história antiga (587 a.C.), mas isto era novidade, e um golpe esmagador. Sua situação histórica mais provável é a seqüência em Esdras 4.7-23, onde uma tentativa de reconstruir os muros tinha sido relatada ao rei Artaxerxes e imediatamente “de mão armada os forçaram a parar com a obra.” Era um desenvolvimento ominoso, porque o círculo de vizinhos hostis em derredor de Jerusalém agora podia reivindicar o apoio do rei. O patrocínio do qual Esdras desfrutara (cf. Ed 7.21-26) estava repentinamente em ruínas, tão completamente quanto os muros e as portas da cidade. Jerusalém não estava apenas desarmada, como também abandonada.

1.4-11. A oração de Neemias

4. Visto que a tendência natural de Neemias era a ação rápida e decisiva, seu comportamento aqui é notável. Demonstra onde estavam as suas prioridades. Revela, ainda mais, através de cada frase neste versículo, o pano de fundo cuidadoso e longe de ser superficial da famosa “oração-flecha” de 2.4 e das realizações que haveriam de segui-la.

5. Há mais do que retórica nesta abertura requintada. Deliberadamente adia o grito por socorro, que doutra forma poderia ser sem fé e cheio de auto-comiseração. Sobee imediatamente para os céus (conforme também faz a Oração Dominical), onde a perspectiva será certa, e reflete sobre o caráter de Deus — não somente por seu aspecto encorajador de firmeza e de amor, mas primeiramente pela majestade que coloca o homem, qual seja amigo, quer inimigo, no seu devido lugar.

6, 7. A lembrança da aliança de Deus no v. 5, suscitou a questão da resposta da outra parte (“que te amam e guardam os teus mandamentos,” 5c). Isto leva inevitavelmente à sondagem do coração e à confissão, onde Neemias, diante de um padrão tão alto, reconhece a culpa pessoal (6c) bem como a coletiva. Terá de chegar-se de mãos vazias com suas petições.

8-10. Está de mãos vazias, mas não sem convite. Conhece as ameaças e as promessas das Escrituras suficientemente bem para fazer uma petição enfática, e não uma mera tentativa. Faz uso de várias passagens de Deuteronômio (cf. o v. 8b com Dt 28.64; o v. 9 com Dt 30.1-4 e Dt 12.5). De modo mais significativo, no v. 10 cita as palavras em que Moisés pleiteara em prol de Israel no monte Sinai (Dt 9.29), no sentido de Deus ficar ao lado dos Seus (*teus servos e o teu povo*) e da obra que

Ele começara tão dinamicamente. Àquela altura, Israel tinha sido ameaçado com a extinção; agora, parece, Neemias vê a situação como sendo pouco menos perigosa. Como Moisés, deve preencher a lacuna³ com sua intercessão.

11. A oração chega a um clímax repentino com as palavras *hoje e este homem*. Não fôra um substituto para ação. E Neemias guardou uma surpresa para o leitor, que até esta altura não teve a menor idéia da sua posição, nem da identidade de *este homem*.

O *copeiro* (a mesma palavra que aparece na história de José, Gn 40. 2ss.) era um alto oficial no palácio real, cujo dever básico de escolher e provar o vinho para comprovar que não fora envenenado, dava-lhe acesso freqüente à presença do rei e tornava-o potencialmente um homem de influência. Myers chama a atenção à honra que os persas atribuíam a este cargo, e ao retrato em Tobias 1.22 de Aicar como sendo não somente o copeiro como também o ministro principal do rei assírio Esar-Hadom.⁴

Neemias 2. O autor é enviado à Jerusalém

2.1-8. A questão é levantada

1, 2. A menção do mês de *nisã*, aproximadamente o equivalente a abril e o começo do ano persa e judaico, revela quanto tempo Neemias persistira no jejum e na oração (cf. 1.4). Foram quatro meses desde o tempo em que a notícia chegou a ele. Agora sua oração chegara ao ponto registrado em 1.11, o tempo para agir.

É possível que seu grande medo diante do comentário do rei sobre o desânimo dele tenha surgido de uma consciência repentina de uma quebra de etiqueta — porque os sentimentos particulares de um servo usualmente devem ser conservados consigo mesmo, mormente se soassem

3. Cf. Sl 106.23.

4. Uma versão da LXX (B) faz de Neemias um “eunuco” (*eunouchos*) ao invés de “copeiro” (*oinochoos*); mas isto não tem base no texto heb., e tem as marcas de uma confusão entre as duas palavras gregas semelhantes. (Quanto à conjectura de que o título persa Tirsata deva ser traduzido “eunuco,” ver a nota de rodapé sobre Ed 2.63).

uma nota dissonante. Mas embora isto faça bom sentido, a razão, decreto, é mais profunda. Neemias resolvera declarar-se “hoje” (1.11). Pode até ter resolvido precipitar a pergunta ao permitir que seus sentimentos se tornassem óbvios. Agora chegara o momento, e se não o manejasse corretamente, não haveria outro. Além disto, estaria pedindo que o rei fizesse uma revisão da sua política, porque a decisão contra Jerusalém tinha sido oficial. É verdade que o decreto deixara uma lacuna para uma alteração (ver sobre Ed 4.21), mas uma reviravolta tão rápida seria pedir muito e “o furor do rei são uns mensageiros da morte.”⁵

3. O assunto é introduzido de modo sensível. É possível atribuir muito valor ao fato de que, conforme indica Myers, Jerusalém não é mencionada em qualquer parte desta conversação — porque está claramente subentendida no v. 8. Mas, certamente, Neemias, assim como Ester,⁶ tinha a sabedoria de apresentar o assunto primeiramente como notícias de um golpe pessoal, não como uma questão política. Nalguma altura na conversa revelou-se que *a cidade onde estão os sepulcros de meus pais* era Jerusalém, e até então, a simpatia do rei já tinha sido granjeada, e sua disposição para ajudar já estava clara (4).

4, 5. A cena memorável aviva-se para nós nesta narrativa íntima e rápida. Envolvemo-nos prendendo a respiração juntamente com Neemias enquanto, ofegante, ora e se fortalece para responder. As trocas de palavras são características: o suplicante fala com a leve verbosidade que a cortesia exige; o rei, com a brevidade dalguém cujo papel habitual é decidir questões. Cada uma das suas perguntas vai ao âmago do assunto seguinte.

6. A menção da *rainha* talvez indique que se tratasse de uma ocasião particular, pois parece que não era habitual o comparecimento da rainha num banquete formal. É possível, também, que a decisão do rei devesse algo à influência dela. A entrevista inteira dá a impressão de que eram as qualidades pessoais de Neemias que lhe granjearam o direito de falar e que lhe deram a vitória no seu argumento, sobrepujando todos os obstáculos políticos.

O prazo estabelecido para sua volta dificilmente teria sido os doze anos mencionados em 5.14 e 13.6. É mais provável que tivesse voltado para prestar um relatório após a dedicação dos muros, dentro de um ano, e depois, que tivesse renovado sua nomeação como governador.

5. Pv 16.14.

6. Et 8.3-4.

7, 8. Se ficamos impressionados com o realismo e a coragem destes pedidos, o rei também ficou. Qualquer atitude vaga a esta altura teria demonstrado que o projeto era um mero sonho ou impulso repentino; Neemias, porém, orara por tempo suficiente (ver sobre o v. 1), e tivera fé suficiente, para visualizar a operação com bastante detalhe, até mesmo a técnica de construção que empregaria no muro (quanto a isto, ver sobre Ed 5.8). Mas o fator decisivo, conforme reconhecia, não era sua fé mas, sim, o objeto dela: o Deus que era seu Deus, cuja *boa* (i.é, graciosa) *mão* estava sobre ele. Cf. o v. 18 e as referências em Esdras 7.6.

2.9-16. A viagem, a chegada e a vistoria noturna.

9. Havia mais do que a proteção a ser ganha da escolta militar. Significava uma chegada em fino estilo, reforçando de modo impressionante a apresentação das credenciais aos governadores vizinhos, e tornando muito clara a mudança da política real (ver sobre 1.3; 2.2). Talvez isto explique por que os inimigos de Neemias apelaram ao blefe e não à força na sua campanha contra ele. Quanto ao desdém de Esdras por uma escolta armada, ver o comentário sobre Esdras 8.21-23. (Quanto à província *dalém do Eufrates*, ver sobre Ed 4.10 e 5.3).

10. Estes dois homens lançarão uma longa sombra sobre a história. Os dois eram homens de influência e poder, conforme pode ser visto não somente nas conexões que estabeleceram com a família do sumo sacerdote (13.4ss., 28), mas também em fontes externas. Um documento de 407 a.C. (38 anos após os eventos deste capítulo) refere-se a Sambalá como sendo “governador da Samaria,”⁷ e o nome judaico *Tobias* é usado por uma família poderosa em Amom durante séculos mais tarde. Há pouca dúvida de que o rótulo: *o servo*, ou “escravo” (NEB), era uma abreviatura desdenhosa de um título: “o servo do rei,” e que *amonita* descrevia, não a descendência de Tobias, mas, sim, sua esfera escolhida, onde ganhara um cargo elevado.⁸

7. Ver os papiros de Elefantina em, e.g., ANET, pág. 492b; DOTT, pág. 264. Talvez não tenha chegado até esta posição antes de Neemias atravessar seu caminho, visto que o v. 10 fala que ouviu a notícia, e não que recebeu os credenciais segundo o v. 9. Os papiros dão a entender que já em 407 era um homem de idade, com seu poder delegado aos seus filhos. Este fato harmoniza-se com sua convivência com o Sambalá que foi o contemporâneo de Neemias.

8. Tobias (“Javé é bom”) é um nome judaico, e não amonita. Evidência da posição

11-15. Neemias, como sempre, é um modelo de bom-senso, de piedade, e de atenção aos pormenores. Apesar de toda a sua velocidade e dinâmica, não se precipita para a ação (11) nem para a conversa (12). Prevê a objeção óbvia de que um recém-chegado não pode ter idéia da tarefa, de modo que se informa de modo eficiente e escolhe seu momento para revelar seu jogo (16). Não somente ocultou do inimigo os seus planos: também conservou a iniciativa no que diz respeito aos líderes aos quais deve convencer e despertar. Teria perdido esta vantagem se tivesse exposto idéias semi-formadas, aos pedaços, a todos os conhecidos. Por cima e além da sua tática sadia, no entanto, havia a convicção de que, basicamente o projeto não era dele. Veio da parte de Deus e “para Jerusalém” (12) — não da parte de Neemias nem para o seu prestígio.

O itinerário que seguiu na sua vistoria noturna somente pode ser construído pela conjectura, depois de ter passado tanto tempo. Dos nomes nesta passagem, sabemos que a *Porta do Vale* (mencionada também em 2 Cr 26.9) e a *Porta do Monturo* distavam cerca de 500 metros entre si; também é razoavelmente certo que a Porta do Monturo ficava na extremidade ao sul ou sudeste da cidade, levando para o lugar do despejo do lixo da cidade, o Vale de Hinom (Geena). Pode ter sido um nome alternativo da Porta do Oleiro (ou dos cacos de barro, i.é, lixo) em Jeremias 19.2. A *Porta da Fonte do Dragão* decerto levava para a fonte chamada En Rogel perto da extremidade sudeste, onde se encontram os vales do Hinom e de Cedrom, visto que outra porta, a certa distância na subida do lado oriental (a Porta da Água, 3.26) dava acesso à outra fonte principal, a de Giom. As opiniões diferem quanto ao *açude do rei*, mas a referência em 3.15 ao “açude de hasselá, junto ao jardim do rei” parece apoiar a identificação que K. M. Kenyon fez dele com o Tanque de Siloé, do rei Ezequias, “que fica ao lado da extremidade [suli-

de destaque desta família em Amom durante longo tempo acha-se numa inscrição em ‘Araq el-Emir, e outra vez numa carta de 259 a.C. entre os papiros Zenon que retrata um Tobias (Tubias) no cargo no reinado de Ptolomeu II. Em Jerusalém no século II a.C. os Tobíades teriam uma influência corrompedora na religião e na política no período que levou à perseguição por Antíoco Epifânio. Alguns viram o início destes eventos na rejeição parcial dos “filhos de Tobias” em Ed 2.59-60 pela falta de uma linhagem atestada. A inimizade e a apostasia bem possivelmente podem ter sido a reação a semelhante repúdio, mas não há meios de comprovar que os Tobias em Amom eram membros desta família. Para pormenores arqueológicos e literários, ver C. C. McCown: “The ‘Araq el-Emir and the Tobiads,” *BA* 20 (1957), págs. 63-76.

na] da cumeeira oriental.”⁹ O nome Selá (*šelah* — na ARA com o artigo definido Hasselá, 3.15) tem estreito relacionamento com *šilōah*, o equivalente hebraico da palavra Siloé, proveniente da raiz “enviar,” i.é., trazer água por um aqueduto.

Parece, pois, que Neemias começou a partir do lado ocidental da cidade, saindo pela porta arruinada e voltando-se para a esquerda em direção ao sul, circulando, assim, para o lado oriental. Ali, logo foi forçado a descer e continuar a pé ao longe desta cumeeira acima do vale de Cedrom (14b, 15a) antes de voltar¹⁰ e reentrar na cidade no seu ponto de partida. É bem possível que a obstrução tenha sido o enorme derramamento de entulho, decerto um resultado do ataque de Nabucodonosor, que foi redescoberto nas escavações da Dra. Kathleen Kenyon em 1961-3.¹¹

2.17-20. Reações ao plano

Às vezes é necessário um estranho para enxergar com clareza aquilo que foi abrandado pela familiaridade. A perspectiva de Neemias é significativa. Do lado do débito é o *opróbrio* que chama a sua atenção — porque Jerusalém deve ser vista como “a cidade do grande Rei” e “a alegria de toda a terra.”¹² E do lado do crédito, fala primeiramente da *boa mão do seu Deus* que estivera sobre ele, e somente então das *palavras (do) rei*. Esta realmente era a ordem certa, como causa e efeito. Era também sua convicção genuína — ver o fim do v. 8 — e, como tal, era contagiante. Mas na realidade uma resposta tão completa de semelhante grupo era tão milagrosa como a de Artaxerxes.

19. Um terceiro nome é agora acrescentado àqueles de Sambalá e de Tobias. Há evidência de que *Gesém* (cf. 6.1ss.), longe de ser um estranho desprezível, foi uma figura ainda mais poderosa do que seus companheiros, embora provavelmente menos seriamente dedicado à causa deles. Seu nome aparece num vaso de prata doado a uma deusa árabe Han-’ilat perto do fim do século V a.C., i.é., dentro de aproximadamente

9. K. M. Kenyon: *Digging up Jerusalem* (Ernest Benn, 1974), pág. 181.

10. Brockington, no entanto, indica que “voltei, entrei” pode ser um hebraísmo comum para “entrei de novo,” e não exclui a possibilidade de que o circuito foi completado.

11. Ver *BA* 27 (1964), págs. 34-52, esp. pág. 45.

12. Sl 48. 2.

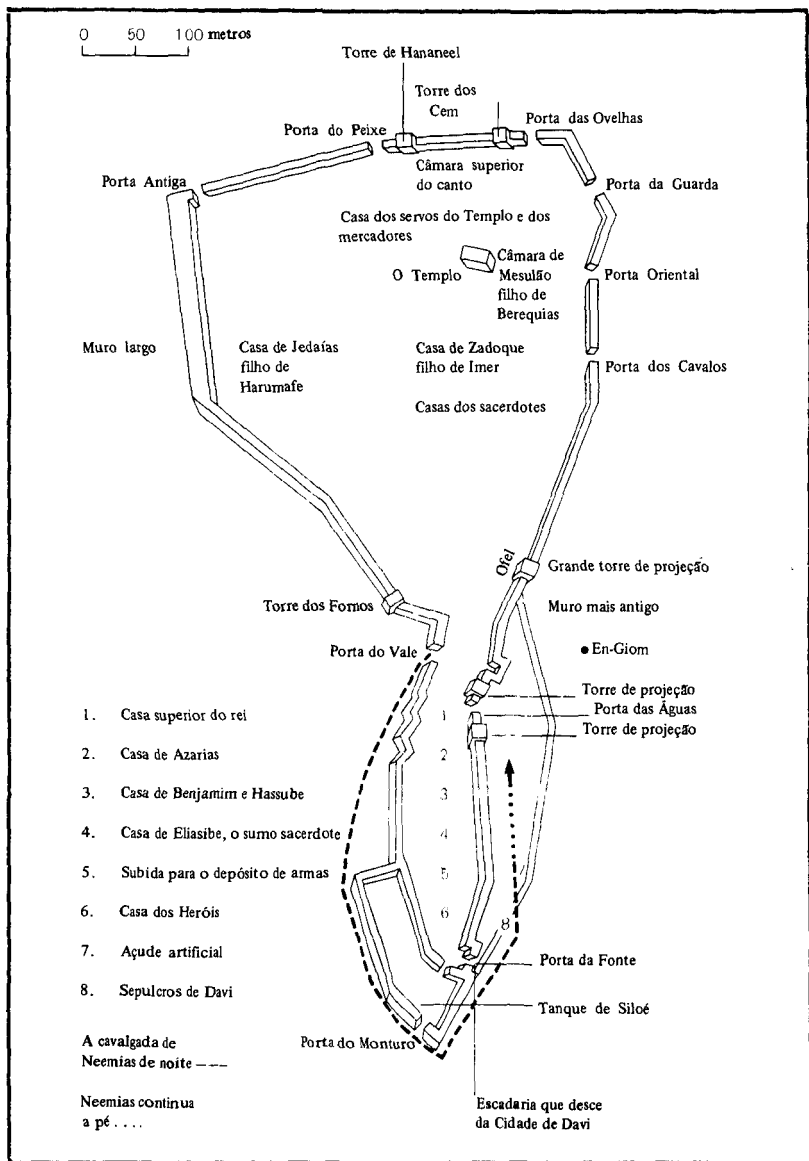
quarenta anos após estes eventos. A inscrição dá o nome do doador como sendo “Caim (Qaynu) filho de Gesém (Gashmu), rei de Qedar.”¹³ Outras fontes de informação revelam que Gesém e seu filho reinavam sobre uma liga de tribos árabes que tomaram o controle de Moabe e Edom (os vizinhos de Judá ao leste e ao sul) juntamente com partes da Arábia e das áreas em direção ao Egito, sob o império persa.

Destarte, com a Samaria e Amom, já hostis, ao norte e a leste, Judá estava praticamente cercada, e a guerra de nervos começara. Havia um fio cortante na zombaria da palavra *rebelar-vos*, porque uma acusação sempre poderia ser forjada que serviria para mudar a opinião do rei e desculpar um ataque ou um assassinato.

20. Mesmo diante dos seus inimigos, Neemias faz seu trunfo, não do mandado que recebeu do rei, mas, sim, da sua autoridade da parte de Deus. Há, também, um nobre toque de orgulho na sua cidadania, por mais arrasada que Jerusalém parecesse naquele momento. Nas três palavras: *parte direito . . . memorial*, desconsidera o passado, o presente e o futuro destes estranhos que não provocam inveja. O aspecto positivo de uma atitude tão animada é bem captado nas linhas de John Newton sobre o Salmo 87:

“Salvador, uma vez que eu, pela graça,
 Sou membro da cidade de Sião,
 Que o mundo zombe ou tenha dó,
 Gloriar-me-ei no Teu nome:
 Desvanece o prazer dos mundanos,
 Toda a pompa e aparência tão jactadas;
 Alegrias sólidas e tesouro eterno
 Só os filhos de Sião conhecem.”

13. Ver F. M. Cross, Jr.: “Geshem the Arabian, Enemy of Nehemiah,” em *BA* 18 (1955), págs. 46-47. Sobre a forma Gashmu ver Ne 6.6 (RSV mg. que explica que é a ortografia heb.).



A Jerusalém de Neemias (segundo Aharoni e Avi-yonah). Os nomes das localidades são derivados de Ne 3.1-32, procedendo em sentido anti-horário a partir da Porta das Ovelhas no canto NE.

Neemias 3. O trabalho é distribuído

Este catálogo de nomes e lugares quase totalmente esquecidos revela uma façanha extraordinária de organização e de ação conjunta. Tem todas as marcas de um entusiasmo compartilhado, demonstrado nos grupos heterogêneos que se puseram a trabalhar nos seus trechos adjacentes do muro, uns como unidades familiares, outros segundo suas cidades, suas perícias (e.g., os ourives e os perfumistas do v. 8), suas profissões (os mercadores: 31-32) e suas vocações (os sacerdotes: 1, 21-22, 28; os levitas; 17-18; os servos do templo: 26; os maiores dos distritos: 9, 12, 15-17). Certo homem até mesmo mobilizou suas filhas (12; ver comentário). Há, também, uma única nota discordante (ver sobre o v. 5) — o suficiente para ressaltar o grau extraordinário de unanimidade que foi conseguido.

Com base nas escavações da Dra. Kathleen Kenyon na década de 1960, parece mais do que provável que no lado oriental da cidade o muro de Neemias tenha seguido de perto a crista da cumeeira acima do vale estreito do Cedrom, ao passo que o muro anterior fizera um arco mais amplo num nível inferior, suficientemente perto do fundo do vale para dominar a fonte de Giom. Na nova situação, com uma massa de entulho pesado ao lado do vale, com a importância reduzida de Giom (depois do desenvolvimento de cisternas eficientes de armazenamento) e com uma população bem pequena para defender a cidade, Neemias tinha toda a razão para encurtar as linhas de defesa e conservar-se no terreno alto. Ver, ainda, sobre os vv. 20ss.¹⁴

1. O relato é dado em sentido anti-horário, começando e terminando na *Porta das Ovelhas* (cf. v. 32), que sabemos ter ficado perto da extremidade do nordeste. Sua posição nos é fixada pela sua proximidade do tanque de Betesda (Jo 5.2), local este que tem sido claramente identificado.

A liderança dada por *Eliasibe e os sacerdotes* foi decisiva, e o fato de que *consagraram* sua parte da obra enfatizou a natureza do empreendimento inteiro. Depois de estar completado, o muro inteiro seria dedicado numa cerimônia de procissões, cânticos e sacrifícios (22.27ss.). Esta seção do muro estava perto do Templo, que ficava na extremidade setentrional da cidade; mas a posição exata das duas torres mencionadas

14. Para mais detalhes, ver K. M. Kenyon: *Digging up Jerusalem*, esp. págs. 89, 96, 181-187.

ainda não é conhecida; sabe-se somente que eram pontos aos quais se chegava quando a pessoa avançava para o oeste ao longo do muro setentrional. Na realidade, bem poucos destes pontos cuidadosamente registrados agora são identificáveis, visto que uma cidade atualmente habitada oferece pouco escopo para a escavação.

2, 3. Vários dos nomes topográficos deste capítulo acham-se também na lista dos grupos locais dos primeiros que voltaram do exílio, em Esdras 2 (reproduzido em Ne 7). Os “filhos” de Jericó e de Senaá estavam entre estes (Ed 2.34-35), que torna provável que *Hassenaá* neste versículo (i.é, Senaá com o artigo definido prefixado) é um lugar, e não uma pessoa.¹⁵

4. A palavra *reparou* dominará agora o capítulo. Conforme indicou Coggins, o verbo hebraico é um termo geral que significa “tornar firme ou forte.” Não significa necessariamente restaurar tudo como era antes.

Meremote é importante, visto que ele e Malquias (11) fornecem ligações entre as missões de Esdras e Neemias, que, segundo às vezes se pensa, não teriam nada em comum.¹⁶ Em Esdras 8.33 Meremote, filho de Urias, averiguaram o tesouro que Esdras trouxe da Babilônia; e em Esdras 10.31 Malquias, filho de Harim, foi um daqueles que se submeteram ao expurgo que Esdras fez dos casamentos mistos. Ver, no entanto, o comentário sobre Esdras 2.61.

5. Este é um toque vívido, um vislumbre do orgulho mesquinho mais do que do desânimo. A falta de sujeição é um quadro-padrão desta atitude espontânea (e.g., Sl 75.5, ou, com uma palavra diferente, Êx 32.9), e provavelmente *seu senhor* signifique aqui “seus supervisores.” (A palavra está no plural, mas pode ser um plural de majestade, com referência a Deus, conforme a RSV dá a entender com “Senhor”). Se, porém, os *nobres* desempenharam um papel triste (o que teria dito Amós, seu concidadão!) o restante da sua comunidade não tinha do que se envergonhar: eram responsáveis por duas seções do muro (ver v. 27). Nem houve qualquer apoio proveniente doutros da mesma posição social para estes nobres: ver, e.g., vv. 9 e 12.

7. O fim deste versículo pode subentender que Gibeom e Mispá ficavam fora da fronteira de Judá, e que, por alguma razão, estavam sob o controle direto do governador da província (ver sobre Ed 4.10 o

15. Em Ne 11.9, no entanto, o nome Senua [ou Hassenua] é pessoal, ou possivelmente descritivo (ver o comentário ali).

16. Ver o Apêndice IV, esp. pág. 178

termo *Além do Eufrates*). Mas a cláusula: *que pertenciam ao domínio de* é apenas uma interpretação de uma expressão hebraica um pouco enigmática.¹⁷

8. Sobre a variedade de ajudantes (pondo as mãos em uma obra totalmente diferente das suas próprias especialidades) ver os comentários iniciais sobre o capítulo.¹⁸

9. Aqui e no v. 12 encontramos dois oficiais governantes, entre os muitos deste capítulo que envergonhavam os nobres de Tecoa (5). Esta palavra, *maioral*, é usualmente traduzida como “príncipe” em outras partes do Antigo Testamento, embora não tenha nenhuma implicação real. “Distrito” (RSV “metade do distrito de Jerusalém”) significa basicamente “fuso”, e parece indicar o “círculo” ou área circunvizinha mais do que a cidade propriamente dita, e é usado em conexão com outras cidades neste capítulo: ver, além do v. 12, os vv. 14-18.

11. *Malquias, filho de Harim* é de interesse especial como um vínculo com as atividades de Esdras: ver sobre o v. 4.

12. Ver sobre o v. 9 para a posição deste homem. Alguns escritores (e.g., Ackroyd) sugeriram que as *filhas* significam as aldeias no seu distrito. Mas aldeias apenas são chamadas de “filhas” com relação às suas cidades-mães (como em Ez 16.53ss.), não com relação aos seus governantes. Trata-se de um verdadeiro esforço em família.

13-15. *A Porta do Vale* fôra o ponto de partida para o giro de inspeção feito por Neemias. Para localizações sugeridas das balizas nestes três versículos, ver o segundo parágrafo sobre 2.11-15.

16. Este *Neemias* é uma de três pessoas com este nome, inclusive um dos primeiros que voltaram à pátria com Zorobabel, quase um século antes (Ed 2.2). O nome significa “Javé consolou.”

Os sepulcros de Davi estão presumivelmente no plural para incluir os dos seus descendentes. Aprendemos de 1 Reis 2.10 que Davi foi se-

17. Heb. *l^ekissé*, lit. “para (ou “pertencente a”) a sede de:” daí a NEB: “. . . fizeram os reparos até à sede de. . .” Mas quão provável seria que o sátrapa teria uma residência oficial nesta cidade tão longínqua? Além disto, o capítulo não tem outra ocorrência da preposição *l^e* no sentido de “até” (com um significado local). Cada expressão deste tipo aqui representa o heb. ‘*ad*’.

18. A palavra aqui traduzida *reparou* tem a mesma forma do heb. que significa “abandonou”. É, porém, uma raiz distinta, cujo significado está claro, tanto aqui quanto em 4.2 (3.34, heb.), e é colocada além de dúvidas em Êx 23.5, onde ocorre três vezes: viz.: “. . . deixarás pois de ajudá-lo? Certamente o ajudarás” (lit. restaurando o restaurarás) (ARC). Há uma raiz ugarítica aparentemente relacionada ‘*db*, “preparar, estabelecer.”

pultado na cidade que levava seu nome, i.é, esta parte sulina de cumeeira oriental de Jerusalém. Seu túmulo tradicional, no entanto, está na cumeeira ocidental, embora a evidência arqueológica esteja bem clara de que a cidade de Davi não estava naquele lado.¹⁹

O *açude artificial* é talvez outro nome para o “Açude do Rei” mencionado em 2.14; mas outro candidato para aquela identificação é “O Açude de Hasselá, junto ao jardim do rei” (3.15) se for diferente do tanque de Siloé discutido em 2.11-15.

17-19. De cada lado da casa do sumo sacerdote (20)²⁰ a obra era feita por levitas (17-19) e sacerdotes (20-22). Esta era uma seção do muro ocidental, mas a principal responsabilidade sacerdotal era parte do muro setentrional, mencionado no v. 1. O *maioral de Mispa* (19) deve ter administrado a cidade com aquele nome, distinta do *distrito* circunvizinho com o mesmo nome, mencionado no v. 15. O *ângulo* (19-20) não se refere a uma esquina principal do muro, visto que ainda estamos traçando a linha do muro oriental que segue do sul para o norte paralelamente ao vale estreito do Cedrom; e dentro em breve, há outro “ângulo” nos vv. 24-25. Pode ter sido uma projeção ou recorte na linha do muro, ou a NEB talvez tenha razão em traduzir: “a escarpadura.”

20ss. Foi indicado pela primeira vez por Roger Dienty, pesquisador da Escola Bíblica de Jerusalém e membro da equipe de escavação da Dra. Kenyon em 1962, que as indicações de que Neemias encurtou a linha de construção ao longo do lado oriental da cidade conservando-se no topo da cumeeira (ver acima o segundo parágrafo introdutório do capítulo), podem ser indiretamente confirmadas pelas balizas mencionadas nestes versículos finais. As casas particulares são, a partir daqui, os principais pontos de referência, e onde a narrativa menciona portas da cidade é para estabelecer uma posição como estando “defronte” a alguma delas (26, 31), ou “para cima” doutra delas (28), não para registrar seu reparo conforme o caso nos vv. 1, 3, 6.13, 14, 15.

21, 22. *Meremote*, como alguns outros indivíduos e grupos (e.g., os tecoítas, vv. 5 e 27), reedificou mais de uma seção do muro. Quanto à sua identidade e ao seu significado, ver sobre o v. 4.

24, 25. Quanto ao *ângulo*, ver acima sobre os vv. 19-20.

26, 27. *Ofel*, que significa uma inchação ou eminência, era o co-

19. Ver, e.g., K. M. Kenyon, *op. cit.*, págs. 37-38.

20. Tanto Baruque (20) quanto Meremote (21) aparecem na lista de sacerdotes em 10.1-8. Quanto a Meremote, ver também sobre o v. 4 do presente capítulo.

meço da colina do Templo, e, portanto, uma área conveniente para os *servos do templo*, os Netinins (ver sobre Ed 2.43-54). Subia em direção à extremidade setentrional da cumeeira oriental de Jerusalém. A *Porta das Águas* estava, presumivelmente, defronte à fonte de Giom, o suprimento principal de água para a cidade, à parte das cisternas para as águas de chuva; se for assim, estaria pouco menos de meio-caminho a longo do muro oriental indo do sul para o norte, antes de chegar ao começo do Ofel, de acordo com a confirmação do fim do v. 27. *O muro de Ofel* pode referir-se àquilo que sobrara do “muro de fora da cidade de Davi, ao ocidente de Giom. . . abrangendo Ofel, e o levantou muito alto” (2 Cr 33.14). Se for assim, é mencionado aqui de como uma baliza vista de cima (cf. “para cima da Porta dos Cavalos,” no versículo seguinte, 28), ou marca o lugar onde o muro antigo subiu a encosta do vale onde o muro novo se junta a ele.

Sobre os *tecoítas* (27) com sua dupla, tarefa²¹ ver sobre o v. 5.

31, 32. *A esquina* é uma palavra diferente de “ângulo” dos vv. 19-20, 24-25, e talvez marque o ponto em que o muro ocidental encontrava-se com o muro setentrional. Mas a palavra já foi usada em 24b, onde não marcava qualquer mudança importante de direção. Finalmente, no entanto, somos trazidos de volta ao ponto de partida desta viagem dos muros pela esquerda, na *Porta das Ovelhas* que foi mencionada de início, para então descobrir que o sumo sacerdote e seus companheiros (1, 2) estão trabalhando lado a lado com os artesões e os comerciantes. Simboliza o empreendimento inteiro.

Neemias 4. O círculo de inimigos

4.1-6. Um ataque contra a moral

Era válida a tentativa de abrir o ataque com uma barragem de palavras. É a arma mais antiga do inimigo, e na forma de ridicularização não

21. Há seis outras menções de trabalho duplo, pois “outra” significa lit. “uma segunda,” nos vv. 11, 19-21, 24, 30. Mas na maioria destes casos não se menciona a tarefa original para a qual “uma segunda” foi acrescentada. (As exceções, além dos *tecoítas*, são: Meremote, vv. 4 e 21, e possivelmente Binui (24), se o Bavai do v. 18 for um erro ortográfico para seu nome.). Destarte, a lista evi-

precisa de munições baseadas nos fatos; nem sequer de argumentos. Nesta ocasião, a moral que atacou estava muito bem fundamentada para ser subvertida. As palavras doeram, mas não produziram o menor tremor de indecisão, somente indignação.

1.²² A ira e a ridicularização podem ser péssimos parceiros: uma zombaria para acabar com o caso precisa de controle-próprio para ser realmente esmagadora, e a ira de Sambalá demonstrou que estava mais preocupado do que queria admitir.

2, 3. Seu desprezo, portanto, era uma pose, mas foi bem projetado. Empregou as técnicas do demagogo: uma parada do exército (2a); um estadista visitante para apoiá-lo (3; ver sobre 2.10); numa fileira de perguntas retóricas. Era altamente eficaz dentro das suas próprias fileiras, como fica evidente nas atitudes de desprezo que adotaram para com os judeus depois disto (4) e no prazer evidente da multidão, cuja disposição pode ser adivinhada pela facécia de Tobias (3). Até mesmo partindo de um homem de importância, uma piada tão fátua parece de um pouco de ajuda do ambiente.

Examinando as perguntas de Sambalá (2) com mais pormenores: quanto à rara palavra hebraica traduzida “restaurar” [ARA *Permitir*’], ver sobre 3.8. A razão de ser de *Sacrificarão?* é provavelmente: Estes fanáticos farão os muros subir com *oração?* É a única esperança deles! *Darão cabo da obra num só dia?* I.é, têm alguma idéia daquilo que estão empreendendo? E a pergunta final simplesmente exagera a destruição, porque havia bastante pedra disponível. As portas da cidade tinham sido queimadas, mas os muros não tinham sido calcinados, mas, sim, apenas derrubados (1.3; 2.13).

4, 5. Esta oração repentina, totalmente inesperada (a despeito da GNB), transporta o leitor de volta para o próprio momento da aflição, como se este fosse uma transcrição do registro do dia, simplesmente copiada conforme constava. Ainda que fosse uma lembrança mais distante, Neemias mais uma vez fica imerso na experiência enquanto escreve. É uma oração como muitas outras nos Salmos e especialmente Jeremias (e.g. SI 123, com a experiência deprimente do desprezo: Jr 18.

dentemente não é exaustiva, e nem toda a ocorrência de “depois dele/deles” necessariamente significará “imediatamente após” – diferentemente da expressão aparentemente mais rigorosa “junto a ele/eles” nos, e.g., vv. 2, 4, 5, etc.

22. No texto heb., os vv. 1-6 são numerados 3.33-38, e o cap. 4 (heb.) começa em 4.7 (port.).

23 entre outras, insistindo na retribuição.²³ Não é certo se sua frase final se refere à provocação a Deus (a palavra *te* não está no texto heb.) ou, como na maioria das versões modernas, aos edificadores. Mas em qualquer dos casos, é a obra do Senhor que está sendo insultada. O cristão, embora lhe tenha sido mostrada uma melhor resposta para o mal, pode aprender com Neemias a olhar para Deus e não para si mesmo, quanto à sua vindicação (Neemias guardou silêncio diante das zombarias), e nem sequer por um momento aceitar a baixa estimativa que o mundo faz da sua vocação.

6. *Assim edificamos o muro*: a simplicidade sólida daquela declaração, e do comportamento que registra, torna Sambalá e seus amigos repentinamente um pouco pequenos, transformados em anões diante da fé, da união e da energia dos fracos. O método dos construtores, também, foi sadio por ter dado prioridade ao fechamento do círculo, por mais modesta que seja a altura, ao invés de completar certo número de seções separadas sucessivamente.

4.7-14. O apelo às armas

7, 8. Um novo grupo, *os asdoditas*, agora junta-se à aliança do norte (Sambalá da Samaria), do leste (Tobias e os amonitas), e do sul (os árabios), para trazer uma ameaça também do oeste. Quanto aos três primeiros destes grupos, ver sobre 2.10, 19.

Quanto de tudo isto era um mero brandir de espadas, é difícil saber com certeza (ver mais sobre os vv. 11-12). A falta da parte deste grupo em dar um só golpe sugere que “as cartas do rei” (2.9) os fizeram hesitar. Mesmo assim, seus complôs, por mais fracos que tenham sido, claramente incluíram incursões e molestação (8), e tinham de ser levados a sério.

9. A observação célebre: *oramos . . . e pusemos guarda*, reflete com exatidão a fé de Neemias. A associação entre o céu e a terra, de confiança e de boa organização, é tomada por certo como sendo algo de normal e harmonioso; e a ordem de precedência entre eles não é mera

23. O v. 5a, por amargo que seja, deve ser colocado dentro do horizonte limitado deste mundo do AT, e interpretado, não como um pedido em prol da condenação eterna, mas, sim, no sentido de não haver desculpas ou cancelamento da ofensa.

formalidade: está de acordo com os preparativos no capítulo 1 para o capítulo 2, com a seqüência mais rápida em 2.4-5 (“Então orei . . . e disse ao rei”), e com os vv. 4-6 no presente capítulo (“Ouve, ó nosso Deus. . . Assim edificamos o muro”). Haverá outra ocorrência no v. 14: “Lembrai-vos do Senhor. . . e pelejai.”

10. O quadro não é idealizado: os próximos versículos transmitem o ambiente de dúvidas crescentes e de boatos enervantes dentro do grupo, que poderiam fazer tantos danos quanto o inimigo do lado de fora. A consternação sobre a pura imensidão da tarefa deu origem a uma copla de versos populares — pois é assim o ditado no v. 10 — que logo estava nos lábios de todos (note o termo coletivo: *Então disse Judá*).²⁴ A idéia do hebraico é que “não poderemos *edificar*”, no futuro; não se trata de desânimo para trabalhar (RSV). Estavam duvidando da sua capacidade de completar a tarefa. Cf. a NEB: “. . . nunca poderemos reedificar o muro sozinhos.” Era um desfalecimento natural dos corações, a esta etapa com meio caminho andado; e estamos lembrados daquele cansaço total que não era o menor dos seus fardos.

11-13. A conversa altiva do v. 11 soa como se a intenção fosse ser ouvida e transmitida; mas se os judeus na vizinhança agiram como transmissores inconscientes da propaganda ou como informantes úteis, é difícil discernir. Os próprios conspiradores, a julgar pela sua falta em levar a cabo qualquer ataque, parecem ter ficado indecisos entre uma guerra fria ou quente. A reação decisiva de Esdras agora despojou-lhes de qualquer inicitiva que tiveram. A intimidação falhara, e a surpresa agora estava fora de cogitação.

A forma exata da disposição de defesa de Neemias nos é obscura,²⁵

24. A GNB, de modo louvável, o imprime como poesia, mas o “jingle” rimado que produz não está de acordo com a natureza da matéria.

25. 13a começa com “então pus” (omitido na RSV), que é repetido na metade do versículo. Uma variação na LXX é “e ficaram em pé”, de que a NEB deduz um texto heb. “e que se colocariam” — fazendo com que 13a se referisse ao inimigo. Mas visto que “por detrás do muro” dificilmente pode significar fora dele, a referência diz respeito evidentemente aos defensores. A escolha dos *lugares baixos* da área cercada era presumivelmente ditada pela altura ainda inadequada dos muros (cf. v. 6), e os lugares *abertos* (ou “rocha descoberta”) pela necessidade de mobilidade não estorvada pelo entulho ou pelas construções. A BJ o coloca bem: “Tomamos posição, pois, em lugares baixos, no espaço atrás da muralha” [v. 7 naquela versão]. A GNB interpreta os “lugares abertos” como sendo brechas no muro, que é reconciliável com 4.6, visto que as portas ainda não foram colocadas (6.1); mas se for assim, o fato poderia ter sido expresso mais claramente.

a não ser que os vários setores fossem guarnecidos por grupos que já tinham uma coesão natural de parentesco: método este caracteristicamente simples e eficaz. Parece, além disto, ter envolvido uma interrupção temporária da construção, mediante uma chamada geral às armas ao invés da mera colocação de guardas como no v. 9.

14. A NEB capta o sentido da seqüência rápida de verbos (lit. "E vi e levantei-me e disse"), nas palavras: "Então examinei a posição e imediatamente me dirigi aos nobres. . ."26 O apelo de Neemias demonstra um excelente reconhecimento dos planos vertical e horizontal da vida: *o Senhor*, como sempre, é a primeira realidade para ele (ver sobre o v. 9), mas também tem perfeita consciência que laços terrestres e lealdades singelas também fazem parte integrante da vida e do caráter humanos. Há menos perigo de excesso e de distorção da chamada de lutar *pelos vossos irmãos. . . vossas mulheres e vossas casas*, do que nalgum brado de guerra altissonante, ideológico.

4.15-23. A força-tarefa que luta

Esta é a quarta das rápidas contra-medidas tomadas por Neemias apenas neste capítulo. Não era um homem que travava novas batalhas com táticas antigas. As zombarias foram enfrentadas com oração e com trabalho concentrado (1-6); os complôs, com oração e com a colocação de sentinelas (7-9); as ameaças mais fortes por uma chamada geral às armas e pela exportação: "Pensai no Senhor. . . e combatei" (10-14, cf. a JB). Agora a calma temporária é aceita por aquilo que é: uma oportunidade de recomeçar a construção, mas não de desarmar-se.

A famosa operação da espada e da colher de pedreiro, que poderia ter sido um grande fracasso, fora bem planejada. Os construtores, que precisavam ter as duas mãos livres, tinham espadas às cinturas; os carregadores, que se aventuravam em percursos maiores e corriam maiores riscos, precisavam ter as armas na mão. Mas o equipamento mais pesado, trazido de mais longe (16) não podia ser tratado segundo estas maneiras, nem a defesa poderia ser simplesmente uma questão de cada homem

26. A BJ tem "Vendo seu medo" [v. 8. naquela versão] (cf. GNB) e pressupõe que a palavra "medo" acidentalmente caiu do texto por causa da semelhança entre "ver" (*r'h*) e "temer" (*yr'*). Mas a semelhança está principalmente presente na 3a. pessoa do imperfeito, não entre "vi" (*'ère'*) e "seu medo" (*yir'atām*).

lutar por si mesmo. A resposta era o sistema de revezar plantões no caso dalguns, e da colocação de oficiais conforme a descrição no v. 16, unificados por um só comandante e por comunicações claras (18b-20). Para Neemias, no entanto, estas não passavam de precauções práticas de valor limitado. Sua confiança era mais profunda: *O nosso Deus pelejará por nós* (20). Conhecia a verdade do Salmo 127: “Se o SENHOR não edificar a casa. . . Se o SENHOR não guardar a cidade, (é) em vão.”

21. 22. O parágrafo final demonstra que as ameaças e as contra-medidas tiveram um efeito, dissipando a cansaça e o desânimo do v. 10. Cada minuto da luz do dia agora era precioso, e a escuridão não deve desfazer as realizações do dia. O perigo de deixar Jerusalém quase como uma concha vazia era uma preocupação que volta a ocorrer com Neemias: ver 7.4; 11.1, 2.

23. Neemias emerge aqui como um líder no sentido adicional de que deu um bom exemplo daquilo que pedia às outras pessoas que fizessem (*cf.* o versículo anterior). Não era um igualitário, mas usou seus recursos especiais para tornar mais eficaz sua contribuição. O próximo capítulo demonstrará outros exemplos disto, ainda mais notáveis.

As últimas poucas palavras deste versículo são ininteligíveis no hebraico conforme agora o temos, que diz: “cada um sua arma a água.” A maioria das versões modernas emendam *ha-mayim* (a água) para *beyādō* (na sua mão) ou, muito menos drasticamente, a *hêmîn* (à sua direita). Esta última parece a melhor de muitas sugestões.²⁷

Neemias 5. Uma ameaça de dentro

Neste capítulo, os inimigos e os muros da cidade desaparecem de cena para revelarem um problema mais sutil. Aqui, a ameaça é a fome e a exploração, e a estrutura que corre risco é a própria comunidade. O capítulo pode ser uma digressão, uma visão prévia de problemas posteriores e mais profundos, para contrabalançar a ênfase recente, dada às ameaças militares e à lealdade que evocaram, e para demonstrar outro

27. A AV, “só que cada um as tirava para lavar-se,” segue a Vulgata que interpreta *šilhō* (*as armas*) como sendo um verbo, “a deixava ir,” i.é., “deixava-a de lado.” Mas esta tradução deixa várias palavras para serem mentalmente supridas; assim também faz a RV: “cada um ia como as armas para a água.”

aspecto dos fardos de Neemias e da sua liderança. Certamente o parágrafo final nos leva doze anos adiante.

Os vv. 1-13, no entanto podem estar no seu apropriado lugar tanto cronológica quanto topicamente. Embora as poucas semanas da reedificação certamente pareçam um tempo curto demais para estes desenvolvimentos (o empreendimento inteiro levou somente cinqüenta e dois dias, 6.15), a história pós-exílica de Judá não começara com a chegada de Neemias, nem sequer com a “grande miséria e desprezo” que lhe fora relatada em Susã. Seu desvio da mão-de-obra do plantio para a edificação dos muros pode ter sido o fardo final; não tinha de ser o primeiro.

5.1-5. Um grande clamor

As tensões ocultas dentro da comunidade, mascaradas pelo efeito do esforço conjunto da defesa (se pertenciam a este período — ver acima), precisavam ser trazidas à tona, como, e.g., as da igreja primitiva (cf. At 6.1); e neste caso, como no outro, graças à excelente liderança, nada senão o bem haveria de advir do desmascaramento. Revela-se, aliás, que as esposas podiam merecer algum crédito pelo protesto (1).

Os problemas eram bastante concretos. O v. 2 revela uma tendência natural de argumentar que um sacrifício demasiado estava sendo feito por causa do projeto de Neemias.²⁸ “Afim das contas,” conforme tais cidadãos poderiam ter dito, “não se pode comer muros.” Nos vv. 3 e 4 a seriedade subjacente da posição vem à luz — porque quando um pequeno sitiante precisa hipotecar as escrituras do terreno para levantar dinheiro para sementes e impostos, está quase totalmente arruinado. Mesmo assim, o v. 5 administra um choque duplo ao revelar não somente o fim daquele caminho: a venda dos filhos do sitiante, como também a identidade (*nossos irmãos*) daqueles que forçaram esta situação sobre suas vítimas.

5.6-13. Uma injustiça remediada

Felizmente para o seu povo, Neemias estava longe de ser impassível.

28. A JB e NEB adotam a conjectura de que uma consoante caiu antes de *muitos* (*rbym*), e entendem, portanto: “estamos empenhando (*'rbym*) nossos filhos. . . para obtermos trigo.” Isto é muito plausível, mas sem apoio textual.

Sua ira era a medida da sua solicitude, ou do seu amor, como era a do nosso Senhor em, e.g., Marcos 3.5; João 2.14ss.; ou a de Paulo em 2 Coríntios 11.29. Mas a mesma solicitude tornava-a controlada e construtiva, como a passagem revela em seguida.

7. A NEB tem a tradução um pouco marcante: “Dominei meus sentimentos e arrazoei com os nobres. . .”; mas a RSV tem mais probabilidade de estar certa com “Aconselhei comigo mesmo,²⁹ e levantei acusações. . .” O segundo destes verbos tem associações fortes com os processos legais. O *grande ajustamento*³⁰ acrescentaria pressão poderosa às acusações.

Qual, pois, era exatamente a repreensão no v.7? Cobrar juros (RSV)? Impor fardos (JB, cf. a GNB)? A palavra normal para “juros” (cf. Dt 23.19-20) não é empregada aqui, e “impor fardos”³¹ está fora de harmonia com o hebraico do v. 10. Os termos aqui e no v. 10 significam, no seu sentido mais simples, “emprestando” (não “extorquindo”) e “empréstimo” (não “juros”). Mesmo assim as palavras subentendiam um relacionamento rigoroso de negócios (cf. o heb. de 1 Sm 22.2), e a acusação de Neemias é, portanto, que (em nossa linguagem) os que emprestavam estavam agindo como penhoristas — e ainda por cima severos — ao invés de como irmãos. Estavam emprestando somente com a melhor garantia (cf. NEB) e, no caso deles, com os piores motivos. Era perfeitamente legal exigir um penhor material mediante um empréstimo (cf. e.g., Dt 24.10-13), e o próprio Neemias provavelmente exercera este direito (ver sobre o v. 10). Mas em tempos difíceis os direitos, sem mencionar as injustiças, podem desferir golpes mortais.

8. Trazidos para o campo aberto (cf. Mc 9.33-34), e medidos contra as ações generosas, os negócios vivazes agora parecem impossivelmente vergonhosos, até mesmo para os próprios negociantes. Neste ver-

29. *Considerado* trata a raiz *mlk* como tendo um sentido achado no aramaico. “Dominei” identifica-a com o verbo “reinar,” mas esta seria a única ocorrência daquele verbo na conjugação do *niph'al*. Um verbo diferente é usado em Pv 16.32 para dominar seu próprio espírito.

30. A NEB, sem razão suficiente, não acha referência a este *ajuntamento* no heb. Mas *q^ehilá* claramente significa “assembléia” em Dt 33.4.

31. Esta tradução envolve uma leve alteração de duas palavras heb. no v. 7 (alterando a letra *š* para *s*) mas deixando-as intatas, de modo inconsistente, quando voltam a ocorrer no v. 10. Uma dificuldade adicional é que (*p^ace Rudolph*) *masáa'* . . . *nó's'im*, como é proposto para o v. 7, significaria mais naturalmente carregar um fardo do que impor um fardo.

sículo Neemias soa implacavelmente a mesma nota do comprar e do vender, e faz pouca diferença para seus argumentos se está descrevendo aquilo que ele e outros tinham feito em prol dos escravos judeus no estrangeiro ou para aqueles que caíam nas mãos dos gentios na pátria judaica — só que neste último caso algumas das próprias pessoas agora vendidas de volta³² pelos gentios tinham primeiramente sido vendidas a estes pelos judeus.

9. A vergonha deles deixa-o subir a um terreno mais alto; e não é somente um aumento da acusação (a de provocar desonra ao próprio Deus) mas, sim, um apelo a motivos mais altos. Há um convite, além de uma repreensão, nas suas palavras: *Porventura não devíeis. . .?* ou mais simplesmente: “Não quereis. . .?”

10. Agora, de modo conciliador, Neemias inclui-se a si mesmo na acusação.³³ Bem claramente (a julgar pela sua reação chocada no v. 6) ele mesmo oferecera empréstimos em condições bem diferentes daquelas que eles ofereciam, mas agora percebe que a profundidade da pobreza exigira dádivas, e não empréstimos, e não traz desculpas — a não ser indiretamente mediante a mudança de “eu” e “nós” neste versículo para “vós” no versículo seguinte, conforme exigia a verdade.

11-13. Sempre realista, Neemias não deixa lugar para o adiamento ou para ter idéias diferentes, e assegura-se que as promessas são feitas a nível de juramentos, devidamente juramentados diante dos sacerdotes. Não satisfeito apenas com aquilo, realiza algo que é mais do que uma ajuda visual: um ato de julgamento condicional, que se realiza a si mesmo, comparável aos dos profetas (e.g., 2 Rs 13.15-19; Jr 19.10ss.). Cf., no Novo Testamento, o gesto semelhante de Paulo em Atos 18.6, e as instruções do nosso Senhor aos Seus enviados em Mateus 10.14-15. Talvez estejamos inclinados a retratar a resposta entusiasta em 13b como sendo a da *congregação* à parte da minoria culpada e contra ela (cf. 7c); mas a declaração final fala de uma obediência geral (*o povo*), talvez dando a entender que, como o próprio Neemias (10), outros além

32. A ARA: *para que sejam vendidos a nós*, é fiel ao texto hebraico, ao passo que a GNB altera *nós* para “vós.”

33. Alguns comentaristas entendem que Neemias ainda está contrastando sua generosidade com a severidade dos outros. Emprega, porém, para si mesmo os termos que condenara no v. 7, e seu apelo final aqui (10b) renuncia o *empréstimo* que reconhecera anteriormente no versículo. O subs. é cognato com o verbo, e os dois, ao meu ver, significam “emprestar” (ver sobre o v. 7), *i.é.*, emprestar mediante penhor.

dos principais transgressores tinham descoberto que havia ajustamentos a serem feitos (cf. 10), e acharam alegria em acabar fazendo a coisa certa.

Nota. No v. 11 o *centésimo* seria um retorno surpreendentemente baixo para o capital, mas o cálculo pode ser em termos mensais (i.é, 12 por cento ao ano). A exigência nesta metade do versículo visa ou a devolução dos juros cobrados sobre os empréstimos (cf. a ARA), ou conforme prefiro) das rendas que os credores derivaram dos bens que tomaram como penhor (cf. a NEB: “Devolvem hoje aos seus devedores os campos e as vinhas deles. . . bem como as rendas em dinheiro e em trigo. . .”). A palavra *centésimo* (*me'at*) pode, presumivelmente, denotar esta renda e fixar sua avaliação; mas alguns fizeram a conjectura de que a letra *ś* ou *š* foi omitida desta palavra, dando a entender ou *maśś'at* (fardo, tributo, entendido aqui como sendo as rendas dos campos e vinhas confiscados),³⁴ ou *mašš'at*, “empréstimo” (com penhor), daí “dívida” (cf. a BJ: “Restitui-lhes sem demora seus campos. . . e perdoai-lhes a dívida do dinheiro, do trigo, do vinho e do óleo que haveis emprestado”).

Uma tarefa central para o tradutor, na totalidade desta passagem, é dar uma interpretação consistente consigo mesma das palavras estreitamente relacionadas entre si, traduzidas na ARA pelos termos “usuários,” “empréstimo,” e “exigir,” nos vv. 7, 10 e 11. Ver os comentários sobre os vv. 7 e 10.

5.14-19. Um padrão de liderança

A história da crise que acaba de ser contada, e especialmente o papel nela desempenhado pelo exemplo de Neemias (10), oferece um momento apropriado para que ele faça uma pausa e descreva seu estilo de governo.

É aqui (14) que ficamos sabendo da sua posição oficial de *governador*,³⁵ e da duração do seu primeiro mandato, i.é, de 445 até 433 a.C., Alguns eventos do seu segundo mandato, ou visita, são descritos com bastante animação em 13.6-31.

34. É assim que a NEB chega a palavra “renda;” mas a conjectura textual talvez não seja necessária.

35. A palavra usada nesta passagem e na maioria das demais é *pehî*, derivada do acadiano. A equivalente persa, transliterada na ARC como Tirsata, é empregada para Neemias em 8.9; 10.1; e ocorre também em Ed 2.63 (ver a nota ali); Ne 7.65, 70 [69, heb.].

O pão devido ao governador (14, 18), embora lhe tivesse sido atribuído por uma autoridade mais alta, teria sido um peso para a população local, peso descrito pela conta de hospedagem descrita nos vv. 17 e 18. O fato de Neemias ter enfrentado toda esta despesa sozinho é prova — se houvesse necessidade de provas — de que, para ele, o empreendimento inteiro era uma labuta de amor.

Revela sua dupla motivação: primeiramente, a reverência de filho para com Deus, que o refreou de “dominar sobre o povo” (15b), e que lhe tornou o veredito do céu coisa da máxima importância (19); e, em segundo lugar, a compaixão fraternal, “porquanto a servidão deste povo era grande” (18). No seu próprio estilo brusco, exemplificava os dois grandes mandamentos, e antecipou a alegre desconsideração dos seus próprios direitos que Paulo haveria de expor em 1 Coríntios 9.

Neemias 6. O inimigo desafiado

6.1-9. Cinco mensagens de Sambalá

As obras de defesa já tinham chegado àquela etapa crucial, perto do seu término, em que tudo ainda poderia ser perdido ou logo ganho. Os portais vazios (1) eram a última esperança dos inimigos de ganharem a vantagem sem propriamente montar um cerco, que estaria fora de cogitação contra outros súditos da Pérsia.

2, 3. Quanto ao poder exercido por *Sambalá*, *Tobias* (v. 1) e *Gesém*, ver os comentários sobre 2.10, 19. A sugestão do *vale de Ono*³⁶ era plausível, porque estava aproximadamente equidistante da Samaria e de Jerusalém. Ao mesmo tempo, estava para Neemias mais de um dia de viagem da sua cidade, e (conforme indica Brockington) bem no limite do seu território ao noroeste, formando fronteira como os distritos da Samaria e de Asdode. Visto que estas duas regiões eram hostis (cf. 4.2, 7) o plano cheirava traição. Na melhor das hipóteses, a viagem teria desperdiçado dias preciosos; portanto, de modo bastante sábio, baseou

36. A expressão (numa das) *aldeias* parece um pouco vaga, e a palavra traduzida “aldeias” não é o plural normal. A NEB e a BJ provavelmente tenham razão em entender que é um nome próprio, Cefirim. Um nome semelhante, Quefir, ocorre em 7.29, e a cidade de Ono em 7.37.

sua recusa nisto, e não nas suas suspeitas. Aliás, a tradução familiar: *Estou fazendo grande obra*, talvez pareça ter um gosto de louvor-próprio. O sentido é melhor transmitido na, e.g., NEB: “Tenho trabalho importante em mãos,” ou de modo ainda mais objetivo: “. . . uma tarefa enorme. . .”

4-9. Já na quarta vez de enviar o pedido, Sambalá deve ter reconhecido que sua ansiedade estava começando a revelar-se. Sua mudança de tática, o envio de uma carta aberta, era uma garantia de que os boatos maliciosos que continha se tornariam, mais cedo ou mais tarde, de domínio público, e que Neemias reconheceria este fato. Exigiria alguma coragem para pôr de lado toda a questão, e, realmente, o v. 9 confirma o fato com sua pequena oração urgente.

6.10-14. Profetas subornados exercem sua influência

O profeta Semaías (que fora deste trecho nos é desconhecido, embora talvez tivesse conexões com a família Delaías mencionada em Ed 2.60) empregou todas as suas artes nesta confrontação. Seu confinamento à sua casa³⁷ tomou-se uma oportunidade conveniente para pedir que Neemias fosse a ele, ao invés de ele ir a Neemias; porque esta visita importante seria notada, e sua ida para lá seria interpretada como uma busca de orientação e um sinal de incerteza. O fato de que Semaías estava para propor uma ida ao Templo demonstra que sua incapacidade, se realmente existia, era apenas temporária, não realmente uma razão suficiente para trazer o governador à sua casa.³⁸

Tendo obtido a entrevista, o profeta enfeitou sua proposta na linguagem de um oráculo, quase em versos, de maneira que sua forma fosse tão compulsiva quanto seu conteúdo. A BJ a dispõe em linhas separadas, e termina com a copla.

“porque virão para te matar,
sim; esta noite, virão te matar!”³⁹

37. Presumivelmente era por causa de alguma impureza ritual, como em e.g. Nm 19. 11ss., ao invés da prisão domiciliar que Jeremias talvez estivesse descrevendo em Jr 36.5 com a mesma palavra heb., *asûr*, “confinado.”

38. A conjectura de Kellemann de que Neemias era de sangue real (cf. v. 7), e de que Semaías estava planejando uma coroação secreta, é discutida na pág.

39. *De noite* seria mais exato.

11. A resposta animada de Neemias demonstra um orgulho e uma humildade que são apropriados. Um equivalente daquele é expresso de excelente modo por José em Gênesis 39.8-9, por Jesus em Lucas 13. 31-33, e por Paulo em Atos 21.10-14. Esta última qualidade, uma humildade apropriada, fala claramente na RSV (cf. a NEB): "E qual homem como eu poderia entrar no templo e viver?"⁴⁰ — porque Neemias não era sacerdote algum, e não tinha o direito de acesso ao templo propriamente dito (em comparação com os átrios em derredor). O rei Uzias, violando os limites, tivera sorte em escapar com nada mais do que a lepra (2 Cr 26.16ss.; cf. Nm 18.7). Neemias, se tivesse procurado salvar-se de tal maneira, teria perdido, possivelmente, sua vida e certamente sua honra; e teria feito periclitar a própria causa que tinha em mente.

12, 13. A decisão certa fora rapidamente tomada, segundo princípios que eram mais fortes do que a situação aparente ou o temor da morte. Era isto, e não qualquer falha na técnica do profeta, que capacitou Neemias, mediante reflexão, a ver transparentemente todo o estratagem, desde sua origem até seu resultado pretendido.

14. Esta interjeição é, à parte da oração mais pormenorizada em 4.4-5, a primeira numa série de apelos rápidos a Deus (realmente apelando, em mais de um sentido) achados fora daqui em 5.19 e 13.14, 22, 29, 31. O que têm em comum é uma resolução no sentido de fazer a coisa certa e deixar o resultado para Deus, seja uma recompensa, seja um castigo. São discutidas em maiores detalhes nas págs. 190-191

Ficamos sabendo aqui, de passagem, que a voz de Semaías era apenas uma voz num coro impressionante de desencorajamento. E a menção de Noadia fornece uma lembrança de que as profetisas, boas e más, não eram tão incomuns nos tempos do Antigo Testamento quanto se pode imaginar. Miriã, Débora e Hulda são exemplos honrosos, ao passo que Noadia tinha algumas antecessoras malignas, que misturavam a magia e lucro vil com suas profecias nos dias de Ezequias (Ez 13.17-23).

6.15-19. O triunfo e a mortificação

Depois dos ânimos elevados em ambos os lados, há uma simplicidade agradável nas palavras: *Uma vez reedificado o muro. . .* Lembra

40. A tradução alternativa também é possível, mas um pouco forçada: ". . . entraria no templo para salvar sua vida?" (AV, RV; cf. BJ, GNB).

a seqüência no cap. 4 à salva inicial de ultrajes da parte do inimigo: o relatório quieto, depois de uma explosão inicial de indignação: “Assim edificamos o muro. . .” (4.6). A operação foi, do começo ao fim, um triunfo de concentração no meio de todos os tipos de distrações. Sua rapidez é medida pelo fato de que *Elul* era o sexto mês do ano, que começou com Nisã (2.1) na primavera. Naquele período Neemias encaixara todos os eventos dos capítulos 2 até 6.

16. O sentido em que todos os povos em derredor *temeram*⁴¹ é que sentiam reverente temor mais do que apreensão. Seu respeito para com os judeus e seu Deus aumentou e seu respeito-próprio diminuiu.⁴² Sendo assim, o próprio tamanho do círculo que Sambalá conseguira reunir em derredor de Jerusalém (ver sobre 4.7) trouxe ainda mais reconhecimento do poder de Deus. Cf. e.g. a experiência de Paulo dos frutos da perseguição em Filipenses 1.2ss.

17-19. Embora o cap. 5 tenha trazido à luz as tensões severas por debaixo da unidade temporária, estes três versículos revelam uma ameaça ainda mais séria nas deslealdades que poderiam ter feito sabotagem do empreendimento inteiro, e que persistiriam até ao fim da história de Neemias (ver o capítulo final).

Este mal, como o outro, permaneceu nos níveis mais prósperos da sociedade, desta vez por causa do amor ao poder e da posição social do que primariamente por causa do amor ao dinheiro. *Tobias* era uma influência mais insidiosa neste aspecto do que Sambalá, visto ser ele, provavelmente, um colega israelita, além de ser (conforme indicam seu nome e o do seu filho) um partidário nominal de Javé.⁴³ Seus numerosos contratos obrigatórios (*ajuramentados*, 18) dentro da comunidade judaica eram provavelmente contratos comerciais, facilitados por suas conexões através de casamentos. A família da sua esposa, os descendentes de *Ara*, é mencionada em Esdras 2.5, e embora nem *Secanias* nem este *Mesulão* possam ser identificados, sabemos através de 13.4 que Tobias tinha laços familiares com a família sacerdotal ou sumo-sacerdotal de Eliasibe, pro-

41. O texto alternativo, “viram,” é igualmente possível, mas não tão provável, por ser menos vigoroso.

42. A NEB (cf. BJ) altera uma consoante e algumas vogais para ler *wayyipālē* (“e era maravilhoso”) ao invés de *wayyipēlū* (“e caíram”). É atraente e fácil, mas desnecessário.

43. Ver sobre 2.10. O nome do seu filho, Joanã (“Javé mostrou misericórdia”), tornou-se cada vez mais comum entre os judeus, e no NT nos é familiar em nossa ortografia como “João.”

vavelmente pelo casamento. Embora semelhantes elos e lealdades fossem suficientemente embaraçosos em si mesmos, agora ficamos sabendo quão ativamente eram explorados por intrigas, conversas persuasivas, transpirações de informações confidenciais, e cartas ameaçadoras. Tudo isto, além das pressões externas já descritas, submetiam Neemias ao ataque de quase todos os lados. Tinha sido um teste digno dele, e ainda não acabara.

Neemias 7. Depois da cidade, os cidadãos

A maior parte deste capítulo é um extrato dos arquivos, para o propósito revelado no v. 5: a fim de se ter certeza da continuidade da cidade com o passado. Sendo assim, os vv. 6 até ao fim do capítulo copiam a totalidade de Esdras 2, a lista dos primeiros repatriados do exílio, e das suas origens.

7.1-4. Os primeiros passos para a comunidade

1. As primeiras palavras relembram de relance as duas últimas etapas da refortificação que foram notadas em 6.1 e 15, vendo-as como uma base para progressos adicionais, e não como um fim em si mesmas. Nem a comunidade haveria de ser um fim em si mesma. Juntamente com os *porteiros* (i.é, guardas das portas da cidades, não as do Templo, cf. v. 3), os *cantores* e (os demais) *levitas* compartilhavam entre si a prioridade, visto que a adoração era a razão de ser de Jerusalém.⁴⁴

2. *Hanani, meu irmão* era aquele cujas notícias tristes acerca de Jerusalém puseram em movimento a totalidade das ações de Neemias, lá em Susã (1.2). Aquela longa viagem para a capital real tinha sido na realidade uma delegação oculta, na esperança de resultados exatamente assim? Se for assim, marcava Hanani como homem de iniciativa e li-

44. A NEB e alguns comentaristas omitem os *cantores* e os *levitas*, considerando-os um acréscimo de um copista que entendia que os *porteiros* eram os guardas levíticos do templo, como os do v. 45 (cf. 1 Cr 9.17, 23), e que, portanto, acrescentou à listas as demais ordens levíticas, como em 43-44. Trata-se porém, de uma conjectura, sem apoio textual.

derança, de modo semelhante ao seu irmão ou parente. No julgamento de Neemias, a qualificação decisiva de *Hanania*s para compartilhar da autoridade de Hanani foi seu caráter e sua atitude. A competência profissional, por vital que fosse, e subentendida pela posição que já detinha, não era suficiente em si mesma, tendo em vista as lealdades divididas de tantos cidadãos da liderança (6.17-19). O *castelo* (*bîrâ*) é a mesma palavra para “cidadela” em 2.8, que fala da “cidadela do templo,” possivelmente a torre de Hananeel (3.1) no monte do Templo.

3.4. Se havia uma tentação para confiar nos muros e nas portas, Neemias (ou Hanania^s) era a prova em contrário. Os jebuseus tinham se enganado (2 Sm 5.6), esquecendo-se que a força ou fraqueza final de uma cidade é o seu povo. O hebraico do v. 3a, no entanto, é obscuro. Embora obviamente fale de precauções adicionais, estas podem referir-se ou à siesta do meio-dia (NEB: “não devem ser deixadas abertas durante o calor do dia. . . enquanto os porteiros estão descansando”⁴⁶) ou, mais provavelmente, à rotina da manhã e da noite, ordenando que as portas sejam abertas tarde e fechadas cedo (cf. ARA, GNB). A precaução adicional de arrolar guardas civis era realista ao colocá-los para defender aquilo que mais lhes importava, embora seus lares fossem pouco mais do que ruínas esperando a reedificação (cf. 3b com 4b).

7.5-73. A busca da continuidade

5. De todas as personagens bíblicas, Neemias é talvez a mais explícita sobre “a prática da presença de Deus.” Aqui, seu senso de ter sido divinamente induzido (5a) a conclamar o povo para ser arrolado, ia ser confirmado pelos eventos colocados em movimento, a saber: o escrutínio dos corações e a rededicação a serem narrados nos caps. 8 - 10. Enquanto isso, sua preocupação imediata era deixar seu povo corretamente orientado, com certeza tanto da sua herança quanto da sua vocação.

45. O texto consonantal do v. 3 diz: “E ele lhes disse. . .” Tradicionalmente, entende-se que é um erro, pois deve ser “E eu lhes disse. . .” mas estas instruções bem possivelmente eram aquelas do líder militar mencionado imediatamente acima.

46. Lit. “ficando em pé.” Pode denotar inatividade, mas semelhante sentido é mais provável quando “ficar em pé” é colocado em contraste com “passar adiante” ou com algum outro verbo de ação: e.g. I Sm 9.27; 2 Rs 13.18 (heb.).

6-73. Estes versículos, portanto, são uma transcrição quase exata de Esdras 2. Concorda-se geralmente que as divergências ocasionais surgiram da cópia; há notas sobre os exemplares principais disto no comentário do livro de Esdras, naquele capítulo.

Neemias 8. A leitura da lei

Esdras agora faz sua primeira aparição neste livro, para desempenhar um papel de liderança no âmbito da lei e da aliança.⁴⁷ Durante vários capítulos, as memórias de Neemias cederão lugar a registros na terceira pessoa. Depois, ele mesmo retomará a história com a dedicação do muro da cidade (12.27ss.) e, no capítulo final, com o relato de sua batalha incessante contra todas as coisas estrangeiras.

8.1-8. A grande congregação

O capítulo talvez devesse começar, como nas divisões dos parágrafos na RSV, com a segunda metade de 7.73. Há uma transição natural do registro antigo de Esdras 2, copiado em Neemias 7, para a cena que agora se desdobra, visto que os dois nos apresentam a uma grande congregação em Jerusalém no sétimo mês, a coroa do ano. Neemias não perdera tempo: o muro tinha sido completado apenas poucos dias antes desta ocasião (6.15; 8.2), mas uma plataforma de tamanho considerável tinha, enquanto isso, sido construída para a grande ocasião (4).

1. Havia uma disposição de considerável receptividade, demonstrado não somente na vinda do povo em multidões para Jerusalém *como um só homem* (assim como seus antepassados se tinham reunido depois da Volta: Ed 3.1), como no seu pedido no sentido de Esdras ler as Escrituras diante deles. Embora este não fosse um impulso repentino — a plataforma estava pronta para ele — era claramente um desejo geral, e, neste sentido, espontâneo, não uma formalidade imposta pela liderança.

47. Em 1 Esdras, um fragmento que corresponde aos nossos vv. 1-13a segue imediatamente após o equivalente de Ed 10.44. Para opiniões sobre a relevância disto, ver o Apêndice IV, págs. 169-170

A atenção em escutar (3) e o esquadrihar dos corações que se seguiu (9) deu mais evidência disto.

Desta maneira, Esdras agora emerge da obscuridade, e lhe é peculiar ter esperado em silêncio até que fosse procurado: cf. suas retiradas anteriores, tão poderosas na sua influência, em Esdras 9.3ss.; 10.1, 6.

Por mais comum que pareça, a expressão: *o livro da lei de Moisés, que o SENHOR tinha prescrito a Israel*, ensina duas lições importantes e contestadas: primeiramente, aquilo que o povo pediu, e aquilo que Esdras ostensivamente produziu, não era nenhum novo manifesto, mas, sim, os artigos fundamentais da fé, decretados no Êxodo; em segundo lugar, que estes tinham o crédito da plena autoridade divina.⁴⁸ *O SENHOR tinha prescrito* lit. é: “o Senhor tinha mandado;” e ninguém re-dispõe um material descrito em tais termos. Isto quase não precisaria ser dito se não existisse a hipótese largamente sustentada (popularizada por Wellhausen na década de 1870) que o livro da lei de Esdras era uma revisão e uma recomposição da tradição, mosaico no nome e, duvidosamente, no espírito, mas não na realidade. Aceitar este ponto de vista é concluir, por mais cuidadosamente que se expresse a idéia, que Esdras cometeu uma fraude piedosa naquele dia, fazendo passar sua versão melhorada pela original que fora pedido, não somente “emendando os oráculos de Deus” como também lendo em voz alta suas repetidas advertências (Dt 4.2; 12.32) contra fazer semelhante coisa.⁴⁹

2. *Esdras, o sacerdote* recebe sua descrição mais plena no v. 9 como “sacerdote e escriba,” e suas qualificações impressionantes para estes dois títulos em Esdras 7.1-6.⁵⁰ Quanto à congregação, não é assunto de somenos importância o fato de consistir não de homens apenas, nem somente de adultos, mas, sim, *de todos os que eram capazes de entender o que ouviam*. A lei sempre levava em conta “um povo sábio e de entendimento,” instruído desde a infância não somente sobre as palavras de Deus como também a respeito do significado das palavras e dos rituais (Êx 12.26-27; Dt 4.6; 6.6ss.; 31.12-13). A superstição irracional era a marca do paganismo (“já não podem entender,” Is 44.18-19), e fôra a perdição do Israel apóstata (Os 4.6: “O meu povo está sendo destruído, porque lhe falta o conhecimento”).

48. Cf., e.g., Rudolph, págs. 145, 149.

49. Ver além a seção “O livro da lei de Esdras,” abaixo, Apêndice V, págs. 179-186.

50. Cumpriu, assim, a verdadeira, porém negligenciada missão de *ensino* do sacerdote, e não somente de adoração. Note a ordem em que estas duas funções aparecem em Dt 33. 10, e o destaque dado ao ensino em Mt 2.6-9.

3. *A Porta das Águas* ficava no lado oriental da cidade (3.26), e dava acesso à fonte principal, a de Giom, no vale em baixo. É interessante que esta congregação, diferentemente daquela de Esdras 3.1ss., não foi reunida no átrio do Templo onde o altar era o ponto de enfoque, mas, sim, num dos centros da vida da cidade, no tipo de lugar onde a sãbedoria de Deus roga mais urgentemente ser ouvida (cf. Pv 1.20-21; 8.1ss). A própria lei insistia que sua voz não devesse estar confinada ao santuário mas, sim, ouvida nas casas e nas ruas (Dt 6.7ss.).

Seria um erro procurar calcular quanto do Pentateuco Esdras poderia ter lido durante esta manhã prolongada, visto que sua preocupação primária era dar ao povo uma compreensão da mensagem. Note a ênfase dada ao entendimento, nos vv. 2, 3, 7, 8, 12. Sobre a atenção geral, ver o comentário sobre o v. 1.

4. O *púlpito* (lit. "torre") era uma plataforma suficientemente grande para acomodar Esdras e seus treze ajudantes, e suficientemente alta para dominar o cenário. Estes treze homens muito possivelmente podem ter sido sacerdotes; e há outro grupo de treze mencionado segundo os nomes no v. 7.⁵¹

Não fica exatamente claro como estes grupos operavam, mas podemos fazer a conjectura de que aqueles que estavam na plataforma sucessivamente liam trechos da lei (assim como, na sinagoga, sete ou mais leitores podem participar desta tarefa no sábado), e que os treze, ou mais,⁵² do v. 7 movimentavam-se entre a congregação nos intervalos entre estas leituras, averiguando se eram compreendidas. Ver mais, sobre os vv. 7 e 8.

5. A demonstração e abertura formais do rolo sagrado tinha sua **contrapartida** na sinagoga; **mas se tais aspectos em comum tiveram sua origem nesta ocasião, ou se a antecederam, ou se surgiram independentemente, não podem ser mais do que questões de conjectura.** O que é notavelmente aparente é o recebimento real dado à Palavra de Deus. Este dia haveria de ser um ponto crucial. De agora em diante, os judeus seriam predominantemente "o povo de um livro." Na dedicação do Templo de Salomão, tinha havido glória e beleza, natural e sobrenatural, para impressionar os adoradores. Aqui o ponto de enfoque, à parte de uma

51. 1 Esdras 9.43-44 difere quanto a alguns dos nomes em nosso v. 4, e coloca sete à direita de Esdras e seis à sua esquerda, em contraste com nosso texto.

52. O texto heb. do nosso v. 7 faz os levitas *adicionais* aos homens que são mencionados ali (ver RSV *mg.*, e AV, RV); mas 1 Esdras 9.48 talvez tenha razão em omitir o "e", conforme fazem a RSV e a maioria das versões modernas.

plataforma de madeira, era um rolo — ou, mais exatamente, aquilo que nele estava escrito. O ato de abri-lo fez com que o povo ficasse de pé.

6. Este versículo e os dois seguintes excluem qualquer idéia da bibliolatria, como se o rolo estivesse sendo venerado simplesmente como relíquia. A adoração era à Deus, e as atitudes eram demonstrações das principais facetas da adoração: a saudação, ou o anseio, mediante as mãos erguidas; a auto-humilhação, ou a petição, pelo gesto de prostração.

7. A observação de que *o povo estava no seu lugar* pode subentender que os treze instrutores mencionados pelos nomes aqui (que não devem ser confundidos com os treze na plataforma; ver o comentário e a segunda nota de rodapé sobre o v. 4) estavam livres para movimentar-se entre o povo, explicando e expondo.

8. Embora não possamos ter certeza quanto aos pormenores, a primeira metade deste versículo, que diz respeito à leitura, talvez se refira àquilo que Esdras e seus companheiros faziam na plataforma, ao passo que a segunda metade nos traz de volta para a multidão e para os oficiais que ensinavam. Muita coisa depende da palavra *claramente*, que a BJ e a GNB entendem no sentido de “traduzindo-o,” embora este fosse um significado incomum para a palavra. Certamente uma tradução oral em aramaico veio a ser o costume estabelecido no decurso do tempo (os Targuns são as versões escritas desta tradução), mas não podemos ter certeza de que começou em data tão recuada assim. De fato, a indignação de Neemias ao achar famílias que “não sabiam falar judaico,” na sua segunda visita a Jerusalém cerca de doze anos mais tarde, sugere que durante seu primeiro mandato podia esperar que o hebraico fosse geralmente compreendido.⁵³

O significado básico da palavra em epígrafe é “tornar distinto ou separado,” que pode denotar ou que a leitura era bem-articulada, ou que foi feita uma exposição seção por seção.⁵⁴ Qualquer destas interpretações seria apropriada, provavelmente as duas sejam aplicáveis. A ocasião inteira enfatiza a clareza e a sinceridade do modo de Deus tratar com Seu povo, e, não menos, o contraste tirado noutra trecho da Bíblia entre Seus ministros e “os necromantes e os adivinhos, que chilreiam e murmuram” (cf. Is 8. 19-20).

53. Ver 13.6-7, 23ss. Sobre a cronologia de Esdras e Neemias, que colocaria nova data no presente capítulo e tornaria irrelevante o argumento acima, ver o Apêndice IV, págs. 165 ss.

54. A palavra “parasha,” o termo dos massoretas para um parágrafo do Pentateuco,

8.9-12. Uma chamada à festividade

Três vezes neste curto parágrafo é indicado que a santidade e o desânimo não são bons companheiros. O que toma o fato um pouco marcante aos nossos ouvidos é a calma pressuposição de que isto esteja subentendido automaticamente. É verdade que o Dia da Expição, com sua chamada a “afligir-se”, era santo (Lv 23.27), mas existia para limpar o ambiente para ocasiões mais felizes. “Alegrar-se de todo” era a perspectiva oferecida diante dos hóspedes de Deus (Dt 16.15), e as palavras que acompanhavam mais naturalmente a “santidade” não eram somente a “justiça e a retidão” como também a “glória,” a “beleza,” a “força,” e a “alegria.”⁵⁵

9. *Neemias*, cuja presença durante a reunião de ensino o leitor deve ter pressuposto,⁵⁶ caracteristicamente toma a liderança agora. O fato de que o dia era *santo* é confirmado por Levítico 23.24. Sobre as implicações festivas, ver o parágrafo acima.

10. Era igualmente típico de *Neemias* que definisse a situação com sugestões imediatas e criativas. Naquilo em que insistia ao povo levava em conta os fatos elementares da vida: os pequenos luxos que podem transformar uma refeição em festa,⁵⁷ mas também a solicitude e o amor que podem transformar a simples festividade na *alegria do SENHOR* — alegria esta que revigora, e que não é escapista nem evanescente. A atenção de *Neemias* para com os *que não têm nada preparado para si* estava bem-arraigada no seu próprio ponto de vista e prática; cf. 5.14-19.

11. *Os levitas fizeram calar*. . .; eles também estavam aquietando o povo, embora suas palavras suavizantes não tivessem nada da força imaginativa daquelas de *Neemias*. O leigo, não pela primeira vez nem pela última, demonstrou ter um domínio mais seguro da realidade do que os profissionais.

provém desta raiz.

55. Ver, e.g., Sl 96; 99; Is 35.

56. Aqueles que, por outros motivos, sustentam que Esdras e *Neemias* não foram contemporâneos, precisam excluir o nome de *Neemias* deste versículo. Para uma crítica das suas razões, ver às págs. 167 ss.

57. Aliás, não havia nenhuma quebra da lei em Lv 3.17 na exortação de *Neemias* no sentido de *comer carnes gordas*. A palavra que empregou significa “alimentos saborosos,” não a gordura animal proibida segundo a lei em Levítico.

12. Mais uma vez, nas palavras finais, somos levados ao âmago da questão. Os muros completados, a multidão e a convivência eram todos periféricos ou secundários. Ter *entendido* o que Deus estava dizendo é que fez a ocasião. Era um passo da religiosidade cega para algum grau de comunhão entre o divino e o humano. Seu florescimento completo estaria na nova aliança com sua certeza: “conhece-me-ão;” a antiga aliança, no entanto, já continha muitas promessas aplicáveis à sua sucessora.

8.13-18. A festa dos tabernáculos

13. Após a parte extensiva de ensino veio a intensiva, o que demonstra quão seriamente estava sendo posta a ênfase sobre a Escritura. A expressão: *para atentarem nas palavras da lei*, sugere algo mais do que escutar passivamente. Como *os cabeças das famílias de todo o povo*, estes homens deveriam espalhar o conhecimento da Escritura através das famílias dentro de seus clãs, se é que o ideal de Deuterônimo 6.6ss. deveria ser realizado. Não seria possível deixar tudo para os sacerdotes e os levitas.

14,15. Temos a impressão de que as regras para a festa, que se acham em Levítico 23.39-43, agora vieram como uma descoberta. Não é que a festa propriamente dita tinha desaparecido “desde os dias de Josué” (17) — ver, e.g., Esdras 3.4 — mas, sim, que seu elemento de acampar fora tinha sido omitido ou tinha sido reduzido a um mero símbolo. A festa tinha dois lados: era uma festa da vindima, “a festa da colheita no fim do ano” (Êx 34.22), mas também um memorial do deserto quando Deus “fez habitar os filhos de Israel em tendas” (Lv 23.43). Parece ter sido este aspecto que fora negligenciado. O costume, como acontece tão freqüentemente na história religiosa, tinha sobreposto e modificado “a fé que uma vez entregue aos santos,” de modo que a Escritura, como uma pintura depois de uma limpeza, agora revelava algumas das cores que, havia muito tempo, tinham sido esquecidas.

16,17. Havia quase uma quinzena para que “publicassem e fizessem passar pregão” (15) acerca dos preparativos para a festa, cuja data estipulada era o décimo-quinto dia do mês. Entrementes, no décimo dia, havia o Dia da Expição (Lv 16.29ss.; 23.27ss.), conforme o preceito da lei. Nossa passagem não o menciona, presumivelmente por-

que não envolvia uma peregrinação geral para Jerusalém, porque o assunto dos capítulos 8-10 é sobre as reuniões do povo inteiro. O dia de jejum especial nos capítulos 9 e 10, realizado antes das multidões finalmente se dispersarem da festa, era mais significativa para o progresso da história, porque culminou na aliança nacional.⁵⁸

A estranha mistura da vida estabelecida e nômade, apresentada pela visão incongruente de cabanas montadas nos telhados das casas e enchendo as praças das cidades, era um lembração impressionante, experimentada durante uma semana inteira, das condições da peregrinação e da viagem milagrosa para a terra prometida. Havia, agora, um segundo Êxodo para reforçar a mensagem, e a referência no v. 17 à história antiga e à volta mais recente do cativo sugere que a lição fôra compreendida.

Quanto às questões de detalhe: é possível que as duas praças tenham sido as mais próximas da área do Templo, que era o monte de Ofel na extremidade nordeste da cidade, visto que a *Porta das Águas* estava a meio caminho ao longo do muro oriental (cf. 3.26) e a *Porta de Efraim* deve ter ficado no lado norte, voltada para o território que lhe deu o nome. Quanto à cláusula central do v. 17, ver os comentários sobre os vv. 14 e 15, acima.

18. Os regulamentos para a festa, espalhados em vários trechos, foram todos procurados e seguidos com boa vontade. O v. 15 retomou a instrução dada em Levítico 23.40ss. no sentido de procurar ramos de árvores frondosas; a última frase do v. 17 entra com a nota da *grande alegria* prescrita em Deuteronômio 16.13-15; e agora ficamos sabendo da leitura *da lei* preceituada em Deuteronômio 31.10-13 para cada sétimo ano, e da *assembléia solene* em Números 29.35. Se esta ocasião coincidia com o sétimo ano, o ano da remissão (conforme argumenta A. Pavlovsky: *Biblica* 38 (1957), págs. 273-305, 428-456), ou se Esdras estava indo além da exigência mínima da lei e introduzindo uma leitura anual, não há meio de saber; mas este veio a ser o costume no decorso do tempo.

58. Alguns comentaristas têm argumentado, com base no silêncio da narrativa, que o livro da lei de Esdras ainda não continha nenhuma menção do Dia da Expição, ou pelo menos nenhuma menção da sua data. Isto requer o ponto de vista de que o Pentateuco era um documento em lenta evolução (embora seja geralmente concordado que o Dia da Expição revela aspectos muito antigos), mas em si mesma a sugestão é tão precária como são todos os argumentos baseados no silêncio. Ver também o comentário final sobre o v. 1, acima.

Desta maneira, o movimento para fazer da Escritura o princípio orientador da vida judaica foi poderosamente iniciado. A grande operação de ensino no primeiro dia do mês, a sessão de treinamento que a seguiria, e agora os sete dias de leituras na festa expuseram ao povo os fundamentos da sua fé com eficiência considerável. Mas o ponto decisivo ainda estava no futuro, conforme demonstrarão os dois capítulos seguintes.

Neemias 9.1-37. A grande confissão

Este capítulo flui diretamente para o capítulo 10 (que começa na Bíblia Heb. em nosso v. 38) onde o prolongado perscrutar dos corações culmina numa série de compromissos específicos.

9.1-5. O culto de seis horas de duração

1. A ocasião deste ato de penitência: *No dia vinte e quatro deste mês*, é de algum interesse, primeiramente porque inverte a seqüência que poderíamos ter esperado, ao colocar o jejum depois das festas do capítulo 8, e, em segundo lugar, porque deixava um dia de intervalo entre as duas ocasiões. A festa terminara no dia vinte e dois; aqueles que permaneceram o fizeram por escolha deliberada. Quanto à seqüência, a rápida reação de Neemias contra uma triste resposta à lei na sua primeira leitura (8.9-12) demonstra que tinha um desejo profundo de associar a vontade de Deus com o prazer (como também faziam os salmistas: e.g. 19.7ss.; 40.8; 119.14, 16, etc.). Mas agora era igualmente importante colocar este prazer em firme contraste com o fel do pecado, e enfrentar os fatos do passado e o desafio do futuro. Destarte, neste ponto crucial na história do povo, a festa de sete dias deve deixar alguma coisa maior do que um doce sabor na boca. A disposição deve estar unida à vontade. E, com o realismo daquela cultura, o corpo e suas vestes devem expressar a mesma auto-humilhação que as palavras e o tom de voz.

2. As leituras repetidas da lei estavam dando fruto. As palavras: *se apartaram de todos os estranhos* refletem a ênfase de, e.g., Levítico 20.26: “separei-vos dos povos, para serdes meus.” A aceitação deste

preceito, nas circunstâncias de carestia naquele tempo, subentendia um espírito de dedicação mais do que de arrogância, porque os gentios na vizinhança ofereceriam boas vantagens sociais se sua amizade fosse cultivada (cf. 6.17-18). Ver também o comentário sobre Esdras 6.21.

O senso da solidariedade na culpa, expressado aqui, frequentemente se acha no Antigo Testamento (e.g. Ne 1.6; Sl 106.6), e somente se fala contra ele quando é usado para questionar a justiça de Deus, ou para cortar o nervo da responsabilidade pessoal (Ez 18, *passim*).

3. Mais uma vez, o livro da lei é básico para as atividades do dia. Seus ensinamentos devem ter tanto evocado quanto informado as três horas de adoração que se seguiram às três horas de leitura. À luz do capítulo anterior, podemos subentender que a leitura não era uma mera corrente de palavras, mas estava pontuada com comentários explicativos e aplicações à situação presente.

4, 5. O *estrado dos levitas* podem ter sido escadas de um átrio do Templo para outro (tais como os quinze degraus que levavam do átrio das mulheres para o átrio de Israel, onde, no complexo do Templo de Herodes, “os levitas cantavam,” conforme a Mishna⁵⁹). Ou, visto que não somos informados onde esta assembléia foi realizada, a palavra traduzida “escadas” (lit. “a subida”) pode referir-se à plataforma em 8.4 (BJ, GNB, cf. Myers). As duas listas de oito levitas têm cinco nomes em comum, e cada lista tem mais três só dela. Parece, pois, que os dois grupos tinham funções diferentes, parcialmente vislumbradas em 4b e 5b, onde o primeiro grupo parece ter expressado a aflição do povo de Deus (a palavra *clamaram* tem esta qualidade), e o segundo dirigia o louvor em conjunto.

A chamada no v. 5b; *Levantai-vos, bendizei ao SENHOR*, e a própria bênção, continuam a ser ouvidas no hino magnífico de James Montgomery que começa com estas mesmas palavras [em inglês]. A cidade dificilmente habitável, os pagãos em derredor, a pobreza e a aparente insignificância dos judeus, todos são transcendidos pela gloriosa realidade de Deus. Os fatos não são desconsiderados, conforme demonstrará a oração que se seguirá, mas serão vistos no contexto da eternidade (*de eternidade em eternidade*) e da grandeza inconcebível de Deus (*que ultrapassa todo bendizer e louvor*).

59. Middoth 2.5.

9.6-15. O Criador e Salvador

É bem possível que o v. 5b seja a primeira frase desta oração, visto que as palavras "E Esdras disse" (6a, RSV, não na ARA) não existem no texto hebraico. Foram tiradas da LXX, e embora seja possível que fossem originais, não há nenhuma razão obrigatória para aceitá-las como tais.⁶⁰

Esta oração é, como alguns dos Salmos (*e.g.* 78; 105; 106), um exemplo de confissão nos dois sentidos da palavra: *i.é.*, confessa a glória e a graça de Deus bem como a ingratidão do homem. É, portanto, adoração e não uma simples entrega à auto-reprovação. Demonstra, também, a influência da leitura das Escrituras durante as semanas anteriores, porque começa, como Gênesis, na criação (note a expressão: *e todo o seu exército*, como em Gn 2.1), faz uma pausa com o novo nome e a fé de Abraão (7-8) que nenhuma passagem no Antigo Testamento depois de Gênesis seleciona para menção, e nota não somente a aliança de Deus com ele como também a lista de pentateuco característica das nações a serem desapropriadas, desde os cananeus até aos girgaseus (8). Note, também, o eco inconfundível do cântico à beira do mar Vermelho na frase: *como uma pedra nas águas impetuosas* (11; Êx 15.5, 10).

Desta maneira, o tema da promessa e do cumprimento, declarado em 8b, desdobra-se nos eventos familiares do Êxodo (9 – 15); e em todo o trecho dos vv. 6-15, Deus é o sujeito de cada frase.

9.16-25. O Deus generoso e paciente

Eles agora se alternará com *Tu* à medida em que a confissão se desenvolve. Cada uma das duas partes, Deus e o homem, destaca-se com clareza especial contra o pano de fundo da outra. O pecado abunda, a graça superabunda. Israel opta em favor de volta para o Egito e escolhe um deus diferente; o Senhor fica firme ao lado do Seu povo, guarda

60. Há alguma aspereza de estilo, senão um erro ortográfico, na última frase de 5b, que diz: *Bendito seja o nome da tua glória. . . .* que talvez indique que, a esta altura, os levitas ergueram as mãos para os céus, com um gesto que captava a resposta da congregação. A GNB, portanto, acrescenta (mas sem apoio textual) uma abertura explicativa a 6a: "E então o povo de Israel proferiu esta oração."

Suas promessas e satisfaz as necessidades mais profundas (20) e mais elementares (21).⁶¹ Durante toda a peregrinação milagrosa *nada lhes faltou* (21) – e nada lhes inspirou gratidão (17). Esta parte da sua história termina com uma herança imerecida e sem restrições, *cheia de toda sorte de coisas boas* (25).

9.26.31. O Deus que adverte e disciplina

A confissão avança para o período dos Juízes (e além, porque os *profetas* viveram – e morreram, 26-27 – principalmente no período da monarquia) reproduzindo o ritmo daquela era com sua repetição firme de pecado, declínio, apelo e salvamento, ciclo este que nenhuma advertência dada pela experiência nem pela pregação servia para romper. Aqui, mais uma vez, o contraste marcante *entre o homem* e Deus destaca-se, delineado (para nós⁶²) pelas palavras: *Ainda assim (eles) . . .* no primeiro versículo do parágrafo (26) e: *Mas pela tua. . .* no fim (31).

9.32-37. O declínio do povo de Deus

32. A fileira de epítetos divinos no começo deste versículo, e dos detentores de cargos humanos no seu fim, não é mera retórica. Os problemas são colocados em perspectiva pelos primeiros, e as estruturas e recursos humanos são destacados pelos últimos. Exatamente quão esmagadora a perda de *reis. . . príncipes*, etc. tinha parecido, ainda pode ser agudamente sentida nas palavras agonizantes de Lamentações 4.20; 5.12; 2.9, 20. . . , e não teria sido realista negar este fato. Mas as palavras aplicadas a Deus indicam realidades muito mais sólidas, e cada uma delas é distintiva. Tratando apenas dos adjetivos: *grande* é uma lembrança de que Deus não participa da nossa estreiteza de visão e de existência; *poderoso* é uma palavra viril, apropriada para descrever os heróis que fizeram façanhas para Davi (2 Sm 23.8ss.), ou “o Rei da Glória. . . poderoso nas batalhas” (SI 24.8), ou o príncipe divino em Isaías 9.6. *Temível*, conforme a palavra heb. empregada aqui, significa “inspirador de reverência,”

61. Com o v. 20 cf. Êx 31.3; Nm 11.17; 27.18ss.; Is 63.10, 14. Com o v. 21 cf. Dt 8.4.

62. O heb., no entanto, tem simplesmente a conjunção que serve para “e” ou “mas” de acordo com o contexto.

e não “implacável.” É relacionada com a expressão: “o temor do SENHOR,” aquele relacionamento filial que, no mais positivo dos sentidos, coloca-nos seguramente em nosso lugar, e Deus no lugar dEle (tema este que é desenvolvido com gratidão em, e.g., Sl 34.7ss.).

Os reis da Assíria foram os primeiros reis das potências mundiais que ameaçaram e depois subjugaram Israel e Judá desde a escravidão no Egito. Desde meados do século IX a.C. até os meados do século V, primeiramente a Assíria, de modo intermitente, e depois a Babilônia, e agora a Pérsia tinham dominado este pequeno povo. E a Grécia e Roma estavam para seguir o mesmo caminho.

33-35. Há toda a diferença aqui entre a auto-piedade e o auto-conhecimento. A dolorosa confissão: *Porque tu és justo em tudo quanto tem vindo sobre nós*, como aquela do ladrão arrependido, abriria a porta à misericórdia; e a triste relação de *reis, príncipes* e outros, lamentados no v. 32 tornou-se matéria para confissão nos vv. 34-35.

36, 37. Alguns escritores têm questionado se Esdras ou Neemias, como protegidos de Artaxerxes, teriam falado desta maneira acerca do poderio persa. Outros, porém, têm reconhecido aqui o zelo apropriado por Deus e por Israel que nenhuma quantidade de patrocínio real tinha direito de comprometer. Esta oração não transpira rebeldia, nem se queixa contra injustiças (note a frase: *por causa dos nossos pecados*, 37, em harmonia com 33ss.), mas nem finge que servir e enriquecer um regime estrangeiro é aquilo que foi prometido a Abraão e à sua descendência. *A grande angústia* que termina a oração é um sinal da vida e de uma visão que não foi calmamente abandonada.

Neemias 9.38 – 10.39. A declaração obrigatória

Este capítulo⁶³ confirma a confissão que acaba de ser feita. Aqueles que oraram pediram misericórdia, mas não pretendem abusar dela, conforme sua “declaração obrigatória” (9.38, NEB; *aliança fiel*, ARA) deixa claro.

9.38. O termo *aliança* não está no texto original, que emprega a palavra *'amanā*, “uma (promessa) firme” (cf. 1.23, e o comentário);

63. Na Bíblia Heb., o capítulo 10 começa em nosso 9.38.

mas o verbo traduzido *estabelecer* é *kāraṭ*, “cortar,” que tem fortes associações com o estabelecimento de alianças. As três classes de signatários⁶⁴ dividirão a lista de nomes que se segue, embora os sacerdotes antecederão os sacerdotes ali.

A citação da oração cessa em 9.37, porque a presente passagem (inclusive a lista dos nomes) está especificamente na primeira pessoa do plural como também a oração que a originou.

10.1-27. Os signatários

1. Há um *e* entre Neemias e Zedequias, mas não entre os nomes que se seguem nos vv. 2-8, nem antes deles; o que indica que os dois primeiros são um grupo à parte, que decerto representa o poder civil.

2-8. Há vinte e um nomes sacerdotais aqui, dos quais pelo menos quinze são nomes de famílias. Este fato fica claro com base no capítulo 12, cuja lista dos que regressaram da Babilônia para a pátria tem muitos dos nomes que se acham outra vez aqui (Seraías, Jeremias, Amarias, etc.), e que passa a mencionar separadamente os indivíduos que, num certo período, foram cabeças de famílias (ver sobre 12.1-7).⁶⁵ Isto explica, aliás, o não-aparecimento do nome de Esdras entre os signatários, porque ele era membro da família que encabeça a lista, a casa de *Seraías* (que também incluía o sumo sacerdote): cf. Esdras 7.1(-5) com 1 Crônicas 6.(3-14).

9-13. Destes dezessete nomes de levitas, alguns podem indicar grupos de famílias já antigas (e.g., os três primeiros nomes coincidem com aqueles levitas em 12.8a que voltaram à pátria com Zorobabel⁶⁶), mas vários são nomes de indivíduos contemporâneos. Seis deles, possivelmente sete, estavam entre o grupo de ensino quando Esdras leu a lei (Ne 8.7), e encontramos *Serabias* não somente ali mas também (se for o mesmo homem) como um membro destacado da expedição original de Esdras (Ed 8.18). *Hasabias* estava com ele (Ed 3.17) — se, outra vez, for a mesma pessoa em cada contexto.

64. A própria expressão usada em 9.38; 10.1 (10.1, 2, heb.) é “sobre a(s) coisa(s) selada(s) são. . .” (nossos príncipes, etc.). I.é, “estes nomes são afixados pela presente;” ou, com alguma possibilidade: “o documento foi selado sob a fiscalização deles” (cf. NEB).

65. Cf. também Ed 2.38 (Pasur), 39 (Harim).

66. Cf. também Ed 2.40 (os filhos de Jesua e Cadmiel).

14-27. *Os chefes do povo* são alistados predominantemente (talvez inteiramente) em termos das famílias que representavam; na realidade, os primeiros vinte e um nomes (de Parós até Magpias, 14-20a) seguem de perto a lista em Esdras 2.3-30, com algumas poucas variações na ordem e na ortografia. Neemias, conforme será lembrado, usara aquele documento para arrolar a sua comunidade (Ne 7.5). Alguns dos demais vinte e três nomes, em 20-26, também apareceram como nome de pais, i.é, nomes de famílias, na lista de edificadores dos muros em Neemias 3.⁶⁷ Das muitas famílias novas desde os tempos de Zorobabel (Ed 2), algumas provavelmente teriam surgido como ramificações das mais antigas, e outras como chegadas mais recentemente.

10.28, 29. O juramento geral de obediência

Este trecho retoma e esclarece a declaração feita em 9.38 pelo grupo inteiro e selada em prol dele pelos líderes. Fica completamente claro que todos, até mesmo as crianças menores que podiam compreender (28c; cf. 8.12 e o comentário), participaram deste *juramento* (reforçado por uma *imprecação*, i.é, por invocar desgraça se não cumprissem sua palavra).

A lista não somente enfatiza esta unanimidade, como também retrata o povo como sendo um grupo com a devida ordem, arrolado (7.5 outra vez) nos seus agrupamentos tradicionais conforme é exemplificado em Esdras 2.36ss. (quando os exilados que tinham voltado fizeram questão de restaurar a vida autêntica de Israel) e consciente da sua vocação de estar *separado dos povos*. A leitura da lei (e.g. Lv 20.26) não deixara lugar para dúvida acerca disto.

10.30-39. Os compromissos específicos

O grupo inteiro se curvara diante de toda a lei (29b), mas havia partes dela que incidiam sobre os participantes com força especial.

30. *Casamentos mistos*. A lei os condenara fortemente (não por

67. E.g., Mesezabeel, Baaná, 3.4; Harim 3.11; Halões, 3.12. Há outros nomes em comum nos dois contextos, mas sempre deve ser levado em conta que um nome pode pertencer a mais de uma pessoa ou família.

razões raciais, mas, *sim*, religiosas, Êx 34.12-16; daí a pronta aceitação de Rute, a convertida). A ascensão social, no entanto, era uma tentação naqueles dias difíceis, e o casamento oferecia uma escada atraente. Malaquias (2.10-16), Esdras (9.1ss.) e Neemias (13.23-29), todos se confrontaram com o problema, tratando dele firmemente em suas diferentes maneiras. Finalmente, para o cristão não pensar que deixou de ser uma questão em pauta, Paulo a expõe com lógica irrefutável, e com intensidade em 2 Coríntios 6.14 – 7.1.

31. *O sábado.* A presença de comerciantes estrangeiros abria uma brecha na lei do sábado, porque alguém poderia argumentar que ninguém dentro da aliança estava sendo submetido a qualquer trabalho ao comprar deles. Mesmo assim, o povo agora podia ver que o tom e o espírito daquele dia estavam sendo ameaçados. Mais tarde, quando deixaram de cumprir sua decisão, logo ficou aparente quão séria era a ameaça que constituía (ver o vívido relatório em 13.15-22).

Quanto ao *ano sétimo*, ver Êxodo 23.11; Levítico 25.4-7, 20-22 (“Que comeremos no ano sétimo. . .?”); Deuteronômio 15.1-11.

32, 33. *O imposto do Templo.* Em Êxodo 30.11-16 todas as pessoas com 20 anos de idade para cima tinham de pagar metade de um siclo como “resgate de si próprio,” e este dinheiro era usado para o “serviço da tenda da congregação.” Era, porém, cobrado somente quando era feito um censo, ao passo que este trecho promete uma soma um pouco menor, *porém anual*. (Nos tempos do NT viera a ser meio siclo: Mt 17.24, “duas dracmas”). Conforme indica Brockington, embora os decretos de Ciro, de Dario e de Artaxerxes autorizassem verbas regulares dos cofres públicos para os custos da adoração (e.g. Ed 6.8-10), não se poderia esperar que estas continuassem indefinidamente; nem (podemos acrescentar) semelhante dependência de patrocinadores estrangeiros teria sido saudável para o judaísmo.

34-39. *Ofertas em espécie* Alguns dos pormenores são novos; outros reafirmam o que está escrito na lei. A experiência decerto demonstrara que “aquilo que é dever de todos não é dever de ninguém,” daí a designação de responsabilidade pela lenha (34). Era, também, boa administração deixar claramente entendido que os levitas estavam autorizados a receber os dízimos rurais (37b), e que não o fizessem sem supervisão (38a).

Os dízimos dos dízimos (38) referem-se a Números 18.26, numa passagem que demonstra que os levitas, que eram os beneficiários dos dízimos da totalidade de Israel, deviam tirar o dízimo daquilo que tinham

recebido e passar esta décima parte para os sacerdotes. Nos dias de Moisés, quando os levitas eram muito mais numerosos do que os sacerdotes, isso deu uma proporção razoável a ambos os grupos, mas agora o efeito era pesado para os sacerdotes. O fato de que, mesmo assim, aceitavam a posição, demonstra quão sacrossanta a lei era para eles. Algumas implicações disto para a crítica do pentateuco, indicadas por Y. Kaufmann, são discutidas no comentário sobre Esdras 2.40-42.

O compromisso final: *E assim não desampararíamos a casa do nosso Deus* (39), resume, não somente o parágrafo, como também boa parte da preocupação dos profetas pós-exílicos, Ageu, Zacarias, e Malaquias. Antes do exílio, o Templo muito freqüentemente tinha sido um mero talismã, e seus cultos bem-freqüentados, um calmante para a consciência (ver, acima de tudo, Jr 7). Agora, a tentação era inversa: ressentir-se do esforço e da despesa daquilo tudo. Esta disposição é captada e castigada em Malaquias. O tom bem diferente deste capítulo dá alguma medida do impacto da Palavra de Deus sobre aqueles que foram expostos a ela no seu comprimento e na sua profundidade. Sobre isto, ver outra vez 8.7-8, 12-13, 18; 9.3.

Neemias 11. Uma sociedade bem-ordenada

Não é o pedantismo burocrático que preservou estes nomes. A razão de ser disto é, mais uma vez, que estas pessoas e seu cronista têm consciência das suas raízes e da sua estrutura como o povo de Deus. Esta não é qualquer ralé de refugiados, estabelecendo-se em qualquer lugar: tem a dignidade da ordem e dos seus parentescos conhecidos; acima de tudo, da sua vocação para ser "reino de sacerdotes e nação santa" (Êx 19.6).

Ficamos sabendo em 1 Crônicas 9.3 (num capítulo que completa a presente lista com mais nomes e com vislumbres dos serventes do Templo no seu trabalho) que israelitas doutras tribos além das três mencionadas aqui passaram a residir em Jerusalém. Mas estas três, Judá, Benjamim e Levi, eram o núcleo. Tinham ficado com os herdeiros de Davi, para formarem o reino de Judá quando as demais se separaram; agora o futuro de Israel estava com elas e com aqueles que se juntaram a elas, provenientes das demais tribos.

11.1-24. O povoamento de Jerusalém

1-3. A disposição básica. Jerusalém, como a capital e a *cidade santa* (1), era o centro óbvio para os líderes e para a maioria do pessoal do Templo; mas precisava também doutros cidadãos para fazer dela uma comunidade equilibrada e defensível. As condições de desolação estão evidentes em 7.1-4. No presente capítulo, o v. 1a. fala sobre um novo passo, não de uma situação existente, e é melhor traduzido pela NEB, etc., assim: “Os líderes do povo se estabeleceram em Jerusalém.” Se os voluntários no v. 2 eram adicionais àqueles que foram escolhidos por sortes, ou se o versículo está dizendo que estes últimos aceitaram a decisão de bom grado, não podemos saber com certeza. Era, porém, um começo promissor, e outro exemplo da nova ansiedade para ver Judá e Jerusalém restauradas à sua glória apropriada.

O v. 3 demonstra que, à parte dos oficiais mais altos, havia um grupo representativo da comunidade razoavelmente completo, inclusive sacerdotes, habitando nas demais cidades de Judá. O termo *Israel*, neste contexto, significa os cidadãos comuns. Quanto às duas últimas categorias deste versículo, ver sobre Esdras 2.43-58

4-6. **Membros da tribo de Judá em Jerusalém.** A lista em 1 Crônicas 9.4-6 acrescenta outra ramificação da tribo: os descendentes de Zerá, gêmeo de Perez (gn 38.27-30). O grupo liderado por Maaséias (5) decerto descendia do filho de Judá, Selá (Gn 38.5, 26), visto que *silonita* quase certamente deve ter as vogais de selanita (NEB; cf. GNB, BJ) como em Números 26.20. *Homens valentes* pode ser traduzido “homens de bens” (NEB), ou “homens de destaque” (GNB), porque pode denotar riquezas, força ou capacidade, e não está tão estreitamente ligado à proeza física quanto à expressão no v. 14. Mesmo assim, visto que uma razão para povoar Jerusalém era defendê-la, *valente* está provavelmente correto.

7-9. **Benjamitas em Jerusalém.** A lista em 1 Crônicas 9.7-9 é mais pormenorizada e chega a um total um pouco maior (956); menciona, também, que as respectivas pessoas eram todas “cabeças de famílias nas casas de suas famílias.” A menção do *superintendente deles* (9; cf. vv. 14 e 22, e 12.42) torna duplamente claro que a população não era uma massa amorfa mas, sim, uma sociedade ordenada, conforme era apropriado para o povo da “*cidade santa*” (1, 18). O cargo detido por Judá, filho de Senua⁶⁸ é um pouco enigmático, tendo em vista a nomeação de Hana-

68. Este nome, se for soletrado com um “s” diferente (*ś*), poderia significar “a (esposa) não amada;” cf. Gn 29.31. Mas embora os dois tipos de “s” possam

nias em 7.2, mas é possível que Judá fosse o responsável pelo “segundo 1/4” da cidade (NEB mg.; cf. 2 Rs 22.14).

10-14. Os sacerdotes em Jerusalém. Já notamos (ver sobre 10. 2-8) que listas deste tipo referem-se, às vezes, às famílias, nem sempre mencionando pelo nome (conforme faz 12.12ss.) o chefe atual do clã. Isto, juntamente com a tendência do sacerdócio para perpetuar na família um pequeno grupo de nomes prediletos (cf. Lc 1.61), torna este registro difícil de interpretar com alguma certeza.⁶⁹

A expressão: *que faziam o serviço do templo* (12), subentende que alguns deveres menos cerimoniais cabiam a outros grupos. Uma daquelas tarefas era a de ensinar (Ml 2.7); outra, por enquanto, na situação precária de Jerusalém (cf. Ne 7.3-4), provavelmente tenha sido a da defesa. *Homens valentes* (14) é normalmente um epíteto militar, mais enfático no original, do que o do v. 6. Embora em Rute 2.1 seja usado para Boaz como homem de riqueza ou capacidade, aqui provavelmente tem mais seu significado familiar da proeza física.

Gedolim ou “Hagedolim” é uma forma plural (“os grandes”), é um pouco incomum como um nome pessoal. A GNB talvez tenha razão em entender que se trate de “uma família de destaque.”

15-24. Os levitas e os servidores do Templo em Jerusalém. Os vislumbres das pessoas envolvidas nos deveres do Templo são de brevidade torturante, mas suficientes para indicar a colméia de atividades que era mantida ali. O quadro toma mais vida em 1 Crônicas 9.17-34, onde vemos o posicionamento dos porteiros, o registro da saída e da devolução dos utensílios, a preparação dos bolos para a oferta, e assim por diante. Aqui a menção do *serviço fora da casa de Deus* (16) conta sua história dos fornecimentos e da manutenção que um estabelecimento grande exige, ao passo que o versículo seguinte nos relembra a razão de ser de tudo isto: *os louvores nas orações* (17).⁷⁰ Os nomes *Asafe* e *Jedutum* neste

ser trocados entre si, a forma variante *Hassenaá* (Ne 3.3) e o nome de cidade (?) *Senaá* (Ed 2.35) deve desencorajar a especulação etimológica tal como em BDB; “as classes mais pobres” (seguindo E. Meyer).

69. Há também alguma incerteza textual no v. 10, onde *ben* (*filho de*) talvez deva ser omitido. Está ausente do versículo paralelo 1 Cr 9.10, em que Joaribe, Jedaías e Jaquim são cabeças de três casas sacerdotais, e não de duas; assim também em 1 Cr 24.7, 17. Mas não há base textual para a emenda na BJ, NEB, que omite Joaquim (*ykyn*) como uma suposta cópia errada de *ben*, “filho de,” (*bn*), e faz com que toda a lista de nomes seja uma genealogia para Jedaías.

70. O heb. é difícil a esta altura, embora o sentido geral esteja razoavelmente cla-

versículo, remontam à fundação de Davi dos coros e das bandas do Templo (2 Cr 5.12). Há mais acerca dos cantores nos vv. 22-24.

18. Note outra vez a expressão significativa: *a santa cidade*, como no v. 1. Era um nome que exigia que se vivesse à altura dele. O número dado para todos os levitas talvez inclua os 172 porteiros mencionados no versículo seguinte, visto que estes também pertenciam a Levi (Ed 2.40-42). Por outro lado, *levitas* no presente versículo pode ser usado no seu sentido mais estreito de assistentes dos sacerdotes.

19, 20. Os deveres destas famílias de porteiros sobre cujos membros há mais menções nominais em 12.25 são explicados mais plenamente em 1 Crônicas 9.17-27, onde parece que a segurança da área do Templo era a incumbência hereditária deles, e que seu número era suplementado por parentes não-residentes (daí, sem dúvida, o total maior em 1 Cr 9.22) que entravam, vindo das suas aldeias, por uma semana de plantão por vez. O Templo precisava de uma forte guarda por causa dos seus tesouros e por ser tão sagrado. As perguntas e respostas em, e.g., Salmos 15 e 24 acerca de subir ao monte do Senhor, e a breve troca de palavras no Salmo 118.19-20, podem ser ecos do tipo de desafio que estes guardas do santuário colocariam diante daqueles que buscavam a entrada. Aliás, a famosa linha no Salmo 84:10: "Prefiro estar à porta da casa do meu Deus. . ." não se refere a estes oficiais honrados, os porteiros, mas sim, ao adorador nas mais distantes orlas da multidão, que não se aventurou além do limiar.

21. Quanto aos *servidores do templo*, ou Netinins, ver sobre Esdras 2. 43. Eles, diferentemente dos grupos mencionados no v. 20, não tinham colegas não-residentes. *Ofel* (cf. 3.26) era a colina que levava para o Templo na extremidade norte da cidade.

22, 23. Em contraste, segundo parece, com os oficiais que supervisionavam o "serviço fora da casa de Deus" (ver sobre v. 16), o asafita *Uzi*⁷¹ era responsável por aquilo que é simplesmente chamado *o serviço da casa de Deus*, que o contexto subentende ser a adoração coral. O *certo acordo com os cantores por um mandado do rei* deve referir-se a "re-

ro. Diz: ". . . o cabeça do começo, (que) ofereceu ações de graças na oração." É possível que "começo" (*tehillá*) deva ser "louvor" (*tehillá*), conforme a Vulg. entende o texto; mas conforme indica Ryle, a fraseologia obscura talvez conserve termos técnicos empregados no coro.

71. Como bisneto de Matanias-ben-Mica parece, à primeira vista, um contemporâneo improvável do Matanias-ben-Mica do v. 17. Mas conforme indica Brockington, este último provavelmente recebeu o nome do bisavô que tinham em

gumentos” (Heb. *ʾamānā*, algo seguro e firme).⁷² A expressão: *concerne às obrigações de cada dia* é, literalmente; “o assunto do dia no seu dia,” e o versículo provavelmente diz respeito aos horários de serviço dos coros, pelos quais o “superintendente” no v. 22 era responsável. A adoração era demasiadamente importante para ser deixada sem planejamento.

24. A menção do rei no v. 23 agora é esclarecida: na corte ele tinha seus comissários dos povos vassalos para aconselhar sobre as questões deles. Há um Petaías mencionado em Esdras 10.23, e um Meseza-beel em Neemias 3.4.

11.25-36. As aldeias de Judá e de Benjamim

Como uma província do império persa, o território inteiro governado por Neemias era chamado Yehud (Judá), e formava fronteira ao norte com a província da Samaria, e ao sul com a Iduméia (Edom). Historicamente, no entanto, a sua parte que ia desde Jerusalém para o norte pertencera a Benjamim, de modo que as duas tribos ocupavam seus respectivos territórios, definidas de modo breve nos vv. 30b, 31a, com Levi distribuída entre as duas (36); também (conforme ficamos sabendo doutros trechos, e.g., 1 Cr 9.3) com certos sobreviventes das tribos do norte.

O que é surpreendente à primeira vista é que esta repovoação vai além dos limites da pequena província nova, para incluir lugares que tinham pertencido a Judá nos dias antigos. *Quiriate-Arba* (25), i.e., Hebrom (Js 14.15), uns trinta km. ao sul de Jerusalém, quase certamente ficava na Iduméia, e não há dúvida acerca de *Beerseba* (27), a duas vezes aquela distância. Mas como cidadãos de um só império, estas pessoas estavam livres para estabelecer-se onde queriam, na condição de conservarem a paz; o que, portanto, é demonstrado aqui é a volta das famílias para seus locais de nascimento sempre que possível, e não uma tentativa de expan-

comum, visto que a “paponomia” (dar às crianças o nome dos avôs) era a crescente moda no judaísmo pós-exílico. Ver também sobre o v. 10, e note também a seqüência repetida de Amarias-Aitube-Zadoque em 1 Cr 6.7-8 e 11-12.

72. Sua única ocorrência está em 9.38 (10.1, heb.), onde é traduzida “aliança fiel.”

dir a província. É possível que a expressão: *Acamparam-se* (30), reflita este senso de estarem presentes até certo modo sob tolerância, até na sua própria pátria – senso este que achou palavras no grito do coração em 9.36-37.

Entre os nomes dos locais, podemos notar brevemente *Dibom* (25), diferente do Dibom moabita em Isaías 15.9; o *Vale de Hinom* (30), fora do muro meridional de Jerusalém, registrado como uma fronteira de Judá em Josué 15.8; *Hazor* (33), que não deve ser confundido com a fortaleza de Jabim no norte (há várias cidades com o nome de Hazor no AT); *Ono* (35): ver sobre 6.2. Brockington sugere que os *Artífices* daquele distrito foram artífices em madeira, visto que o local não estava longe de Joze, o lugar onde a madeira proveniente do Líbano era descarregada (Ed 3.7).

Neemias 12.1-26. Registros de sacerdotes e levitas

A *continuidade* é, *mais uma vez*, o principal interesse aqui. Por pouco emocionante que seja a primeira metade do capítulo, tem sua lição para ensinar a não tratar as gerações passadas como já não sendo interessantes. E se o registro da história antiga inevitavelmente distorce a realidade concentrando-se em pessoas de destaque e nas forças de mudança, aqui temos alguma coisa para corrigir o equilíbrio.

1-7. **As casas sacerdotais por ocasião da volta do exílio.** Há vinte e dois nomes aqui, e fica claro com base nos vv. 12-21 que as famílias dos sacerdotes continuavam a ser conhecidas com referência àqueles nomes – aliás, quinze dos contemporâneos de Neemias selaram a “aliança fiel” do capítulo 10 com estes nomes das famílias (ver a lista abaixo), ao passo que somente uma pequena minoria parece ter usado seus nomes pessoais.

Visto que originalmente havia vinte e quatro divisões sacerdotais para os deveres do santuário (1 Cr 24.7-19), e que este número estava em vigor novamente no judaísmo posterior, pode ser que dois nomes foram omitidos na cópia, assim como um nome na presente lista (*Hatus*, v. 2) deixou de reaparecer nos vv. 12-21. Mas é igualmente possível que o roteiro de serviços ainda não tinha sido restaurado.

Para a comparação, estas são as casas sacerdotais mencionadas em

três lugares do livro:

Neemias 12.1-7 (os primeiros que regressaram à pátria)	Neemias 12.12-21 (a, ou uma, geração subsequente)	Neemias 10.2-8 (a geração de Neemias)
Seraías	Seraías	Seraías
Jeremias	Jeremias	Azarias
Esdras	Esdras	Jeremias
Amarias	Amarias	Pasur +
Maluque	Maluqui	Amarias
Hatus	Sebanias	Malquias +
Secanias	Harim	Hatus
Reum	Meraiote	Sebanias
Meremote	Ido	Maluque
Ido	Ginetom	Harim
Ginetoi	Abias	Meremote
Abias	Miniamim	Obadias +
Miamim	Moadias	Daniel +
Maadías	Bilga	Ginetom
Bilga	Semaías	Baruque +
Semaías	Joiaribe	Mesulão +
Joiaribe	Jedaías	Abias
Jedaías	Salai	Miamim
Salu	Amoque	Maazias
Amoque	Hilquias	Bilgai
Hilquias	Jedaías	Semaías
Jedaías		+ nomes confinados a esta lista

Entre as variações ortográficas, o nome Azarias (o segundo na coluna da direita) deve provavelmente ser incluído, sendo uma forma mais longa de nome Esdras (“socorro”): i.é., “Javé socorreu.” Outra das variações, menos óbvia, é provavelmente Reum (12.3) para Harim (12.15; 10.5), que representa uma transposição das duas primeiras consoantes, visto que as vogais não faziam parte do texto original.

8, 9. **Famílias levíticas na volta do exílio.** Esta lista completa o resumo dado em Esdras 2.40-41, que tem somente os nomes das famílias Jesua, Cadmiel, e Hodovias e (dos cantores) Asafe. Provavelmente

Judá em nossa passagem seja o mesmo que o Hodovias de Esdras 2.40 com 3.9 (da mesma raiz heb.); e Binui pode ter conexão com Esdras 3.9 à luz de Neemias 3.24. Outros nomes na lista (*e.g.* Serabias; cf. 8.7; 9.4; 10.12) eram suficientemente estimados para ainda serem usados como nomes levíticos nos dias de Neemias, ligados nalguns casos ao mesmo cargo ocupado pelos primeiros. Sendo assim, Matanias e Bacbuquias, líderes do canto antifônico na época da volta do cativo, são os nomes que encontramos em papéis idênticos em 11.17 num cenário um século mais tarde, e outra vez em 12.25, onde a continuidade com o regime original de Davi é enfatizada.⁷³

10, 11. A família sumo-sacerdotal. Este trecho cobre a lacuna entre a primeira geração depois do exílio (o período dos vv. 1-9) e os contemporâneos de Neemias. Leva adiante a genealogia de 1 Crônicas 6.3-15, que vai desde Arão até o exílio na Babilônia; e como aquele documento, que omite alguns nomes que nos são conhecidos doutras partes das Escrituras, não inclui necessariamente todas as gerações. Entre Jesua, que voltou do cativo na Babilônia em 538, e Eliasibe, sumo sacerdote nos tempos de Neemias cerca de um século mais tarde, Joaquim (10) pode não ter sido o único elo na corrente, embora não é impossível que tenha sido.

Os nomes de Jônatas e Jadia aqui (11), e de Dario e Joanã nos vv. 22-23, levantam algumas questões históricas que são discutidas na Apêndice III, págs. 163-164. Resumidamente, a questão em discussão é se a lista nos leva até ao fim do período persa, cerca de cem anos depois de Neemias, no reinado de Dario III (336/5-331), ou se nos leva apenas até Dario II (423-404), o rei que sucedeu o patrocinador de Neemias, Artaxerxes I. Depende da confiança que pode ser atribuída à cronologia de Josefo e da legitimidade muito duvidosa de identificar, *e.g.*, Jônatas-ben-Joiada (11) com Joanã-ben-Eliasibe (23), e de equiparar certos nomes mencionados por Josefo com nomes semelhantes doutras origens: os papiros de Elephantina. Conforme argumenta o Apêndice III, parece mais seguro concluir que as listas aqui não vão além de Dario II (i.é, durante a vida de Neemias, ou pouco tempo após) e que o relato de Josefo acerca do sumo sacerdote assassino Joanes e do seu filho Ja-

73. O nome Buquias (1 Cr 25.4), alistado com Matanias entre os músicos de Davi, é provavelmente o protótipo da forma Bacbuquias. Uni é outro de tais nomes em 1 Cr 15.20. E Abda (Ne 11.17) é uma forma curta de Obadias, nome este que é alistado com Matanias e Bacbuquias em 12.25.

dua refere-se, não às pessoas mencionadas nos vv. 11 e 22-23, mas, sim, aos seus sucessores de uma ou duas gerações mais tarde. Ver também sobre 11.28-29.

12-21. Cabeças de famílias sacerdotais na segunda geração. Joiaquim (12) era filho de Jesua, que era sumo sacerdote por ocasião da volta da Babilônia. (Quanto ao decurso aparentemente longo da carreira de Joiaquim, ver sobre os vv. 10-11, acima). Conforme já notamos nos comentários sobre os vv. 1-7, o interesse específico deste parágrafo acha-se na sua evidência clara de que as casas sacerdotais retinham seus nomes tradicionais, sem mudá-los com os líderes sucessivos.

22-26. Cabeças das famílias levíticas. Antes da monarquia, as eras sucessivas eram calculadas pela duração da vida dos sumos sacerdotes (cf. Nm 35.28), e agora, outra vez, na ausência de um rei, são os nomes deles que marcam os períodos.

22. Eliasibe era o sumo sacerdote no cargo na ocasião da chegada de Neemias a Jerusalém (3.1). Joanã é descrito como sendo seu filho⁷⁴ (23); logo (se “filho” tem o sentido literal), parece ter seguido seu irmão Joiada no sumo-sacerdócio. Isto é mais discutido no Apêndice IV, pág. 174. Sabe-se dos papiros de Elefantina (ver Apêndice III, pág. 161. sabe-se que o sumo sacerdote em 410 a.C., no reinado de Dario II,⁷⁵ era chamado Joanã. O nome e a data harmonizam-se bem com nossa passagem.

a GNB dá o passo adicional de substituir o nome Joanã por Jônatas aqui, sem comentário.

74. A BJ, NEB, GNB, no entanto, pressupõem que Jônatas (11) e Joanã (23) eram a mesma pessoa, e traduzem “filho” como “neto”. Embora este significado estendido seja possível, sua adoção aqui toma por comprovada uma questão importante de cronologia, que é discutida na Apêndice IV, pág. 175. Somente
75. A frase: *até ao reinado de* (22), é uma emenda. O TM, apoiado pelas versões antigas, tem a preposição ‘*al* (“sobre;” possivelmente “em conexão com,” cf. BDB 754e), daí a RV “no reinado de.” Isto parece subentender que os sacerdotes foram registrados por um período mais limitado do que os levitas, o que é improvável. A conjectura mais simples é um erro ortográfico antigo (*‘al* para *‘ad*, como no v. 23, “até”), antes da compilação da LXX. Quanto à questão Dario II ou III, ver sobre os vv. 10, 11, acima, ou o Apêndice III, págs. 162ss.

23. O livro das crônicas (“o livro dos eventos do dia-a-dia”) era o livro de registros, não os 1 e 2 Crônicas da Bíblia. Sobre Joanã, ver o v. 22 e sua nota de rodapé).

24, 25. Os nomes no v. 24 estão também na lista dos levitas que aplicaram seu selo à declaração no cap. 10, e a maioria deles ocorreu de novo no presente capítulo, v. 8. No v. 24 há quase certamente um erro ortográfico entre os nomes Jesua e Cadmiel, onde “filho de” (Heb. *ben*) deveria ser, ao invés disto, “Binui” como no v. 8; cf. 10.9.

No sistema de Davi, a frase *coro contra coro* ou “vigia que correspondia a vigia,” era aplicada aos porteiros (1 Cr 26.16). Aqui, parece que governa primariamente os cantores, que também são mostrados em pé, uns opostos aos outros, anteriormente neste versículo como também no v. 9. Mas parece que o v. 25 faz dos primeiros três nomes tanto cantores (ver sobre os vv. 8, 9) quanto porteiros, a não ser que consideremos que o v. 24 deve continuar até o nome de Obadias na sua lista de cantores, e que o v. 25 deve começar com Mesulão.⁷⁶

26. Este versículo ressalta, mais uma vez, a continuidade das responsabilidades das famílias para o culto do Templo, abrangendo a melhor parte de um século. As várias notas cronológicas, principalmente introduzidas pela frase: *nos dias de*. . . (cf. os vv. 7, 12, 22, 23), nem sempre são fáceis de relacionar umas com as outras, mas as dificuldades surgem principalmente da multiplicidade das listas usadas pelo compilador. Podemos notar de passagem que o texto hebraico deste versículo liga Neemias e Esdras mais estreitamente do que fazem a maioria das nossas traduções, que devem omitir a palavra *de* antes do nome de Esdras.⁷⁷

76. Sobre Obadias, ver a nota de rodapé dos vv. 8, 9. Mesulão pode ser uma variação do nome Salum, que se acha na lista de famílias de porteiros em Ed 2.42, juntamente com Talmom, Acube e outros.

77. Sobre a intenção do texto de apresentar os dois homens como contemporâneos, sendo que Neemias tinha uma posição superior, ver Rudolph, pág. 195. Cf. W. Th. In der Smitten: *Esra: Quellen, Überlieferung und Geschichte* (Van Gorcum, 1973), págs. 95-96. A GNB, saindo da imparcialidade, encaixa “nos dias de” a esta altura, evidentemente influenciada pela teoria de que os dois homens não eram contemporâneos.

Neemias 12.27-43. O muro é dedicado

Nesta altura, ou no v. 31, estamos de volta às memórias de Neemias, na primeira pessoa do singular. Sua voz foi ouvida diretamente em 7.5, anteriormente a este trecho, onde introduziu a lista dos primeiros que regressaram à pátria; depois disto, o editor retomou a narrativa, falando sobre Neemias na terceira pessoa (8.9; 10.1; 12:26).

27-30. Os preparativos para o dia. As festividades aprimoradas podem ser ocas, mas quando a ocasião é grandiosa, a exigência de planejamento dos negócios, a proclamação, a reunião⁷⁸ e o ensaio fazem boa matéria para despertar as emoções; não um substituto dos preparativos mais perscrutores vistos no v. 30 (quando ninguém e nada foi deixado sem purificação), mas de modo algum pode ser desprezado. Se o Novo Testamento enfatiza aquilo que é interior e espiritual na adoração há um lugar, também, para os meios naturais de encorajamento e despertamento. Nosso Senhor foi para o Getsêmane fortalecido não somente pela oração com também por uma refeição cerimonial e pelo cântico em grupo, assuntos estes que ocupam não somente o espírito como também o corpo e os sentidos.

31-43. As duas procissões. Havia muito mais do que pompa neste ato de abranger a cidade e seus muros com procissões. Eram ações de graças e reconsagração em maior escala, era reivindicar estas pedras para Israel e para Deus; e se, conforme parece provável, aconteceu antes dos eventos do capítulo 11, dá mais razão de ser à expressão ali: “a santa cidade” (11.1, 18). Entenderíamos erroneamente o acontecimento, no entanto, se pensássemos nele como um desenhar de um círculo sagrado nalgum sentido semi-mágico, porque sua nota dominante era a confissão daquilo que Deus fizera (ver sobre o v. 31). O Salmo 48 descreve um ato um pouco semelhante de consagrar os limites, e enfatiza aquilo que este ato deve fazer pelos adoradores, e não pelas muralhas, através da sua lembrança tangível da providência de Deus.

“Fazei a ronda de Sião em procissão,
contai o número das suas torres,
tomai boa nota dos seus baluartes,
passai em revista os seus palácios,

78. Os pontos mencionados aqui do “circuito ao redor de Jerusalém” estão ao sul (Netofa, em Judá, Ed 2. 22), ao leste (se Bete-Gilgal for o mesmo que Gilgal, Js 4. 19) e ao norte (Geba e Azmavete em Benjamim).

para narrardes às gerações vindouras:

Deus é assim,
o nosso Deus para todo o sempre;
Ele será nosso guia eternamente.”
(Sl 48.12-14, NEB)

É notável que a expressão: “grupos que davam ações de graças” (RSV; *coros*, ARA – 31), e as frases semelhantes nos vv. 38 e 40, traduzam uma única palavra hebraica *tôdôt*, “ações de graças” ou “confissões” – quase como se estes coros fossem a corporificação daquilo que cantavam. Assim sendo, uma “ação de graças” foi para a direita (31), a outra para a esquerda (38), e finalmente, as duas permaneceram de pé na casa de Deus (40).

Não sabendo seu ponto de partida, não podemos ter total certeza dos seus itinerários, mas o primeiro parágrafo relembra tanto a vistoria noturna feita por Neemias em 2.12ss. que podemos conjecturar que, como ele, partiram da Porta do Vale no lado ocidental (segundo parece), sendo que a procissão de Esdras (36c) avançava no sentido anti-horário ao longo do muro meridional e, depois, do ocidental⁷⁹ (cf 31c e 37 com capítulos 2.13-14 e 3.13-26) em direção ao Templo, ao passo que o grupo de Neemias (38) foi em outra direção, em direção ao muro setentrional e ao longo dele. Algumas das divisas dos vv. 38-39 foram mencionadas em 3.1-11 e 28-32, no relato das obras de reparação. Cada centímetro destes baluartes trazia lembranças especiais para um ou outro grupo.

Mesmo assim, o destino era a casa de Deus (40), porque os muros eram, apropriadamente, a circunferência e não o foco das celebrações, e eram os coros, e não os oficiais, que foram na frente. Destarte, ao passo que *Esdras, o escriba* (36) ia adiante da primeira procissão, o lugar de Neemias no outro grupo era após o coro (38);⁸⁰ e o clímax foi este: *ofereceram grandes sacrifícios, e se alegraram* (43). Desta vez, em contraste com Esdras 3.13, não era um som incerto que *se ouviu até de longe*.

79. A “direita” (31) e a “esquerda” (*em frente*, 38) são, portanto, relativas à pessoa que está voltada para o muro ocidental da parte de fora, ou que está em pé sobre o muro e tendo uma vista da cidade a partir deste ponto.

80. Myers indica a simetria das disposições, que expõe do seguinte modo (abreviado e um pouco modificado aqui):

Neemias 12.44 – 13.3. “Com ordem e decência”

12.44-47. As fontes da adoração

Uma coisa é gritar numa ocasião grandiosa, outra coisa é oferecer o sacrifício de louvor continuamente e fazer provisões realistas para as necessidades da igreja. A expressão: *Ainda no mesmo dia* (44), sugere que nenhum tempo foi perdido até atender a isto; e seria típico de Neemias malhar em ferro quente, obtendo algum resultado prático deste momento de júbilo e de boa vontade — porque o entusiasmo de Judá com seus clérigos (44c) não era nada com que se podia contar, conforme demonstrará 13.10ss.

Mesmo assim, em 13.1 a mesma frase, traduzida: “Naquele dia,” deve ser entendida de modo bem geral (“Naquele tempo,” BJ), visto que 13.4, 6 subentendem o decurso de vários anos “antes disto.” Destarte, a GNB provavelmente tenha razão em colocar “Naquele tempo” aqui. Estes dois parágrafos, 12.44-47 e 13.1-3, são um aparte histórico, encaixado entre duas passagens das memórias de Neemias na primeira pessoa do singular.

45, 46. A menção de *Davi* e *Salomão* distingue as corporações de cantores e porteiros, fundadas quando Jerusalém tornou-se o lugar fixo para a adoração,⁸¹ dos sacerdotes e dos outros levitas que serviam no altar (45a). Encontramos *Asafe* principalmente em 1 Crônicas 15, 16 e 25 e nos títulos dos Salmos 50 e 73-82.

47. *As porções de cada dia* traduz a mesma expressão hebraica marcante (“o assunto do dia no seu dia”) em 11.23, traduzida ali “concernente às obrigações de cada dia.” Ali, provavelmente refere-se aos deveres diários (ver o comentário ali), mas aqui, às provisões diárias. O cristão pode refletir que seu Provedor tem uma melhor memória do que a dos homens de Judá (ver, outra vez, 13.10).

Sobre o “dízimo dos dízimos” que era o subsídio dos sacerdotes, e suas implicações, ver Esdras 2.40-42.

*O grupo dirigido por Esdras,
para direita:*

Coro de ações de graças
Hosaiás

*O grupo que continua para a
esquerda:*

Coro de ações de graças
Neemias

13.1-3. Um povo à parte

Podemos identificar a passagem *no livro de Moisés*, visto que os vv. 1 e 2 resumem fielmente Deuteronômio 23.3-5. Fiel ao estilo do Antigo Testamento, a proibição é inflexível e sem qualificações, para causar o impacto mais poderoso, mas o leitor sabe que noutros trechos há considerações que dão equilíbrio. É o amonita ou moabita na sua capacidade nativa de inimigo e corrompedor inveterado de Israel que está em mira, o adorador ou “adoradora de deus estranho” (Ml 2.11), subvertendo a vida e até mesmo o idioma de Israel (vv. 23ss.). Mas basta vir como convertido, tal qual Rute, a moabita, e terá direito a uma recepção bem diferente.

Mais uma vez, foi a leitura pública das Escrituras que tornou Israel consciente das suas obrigações diante de Deus como um povo (cf. 8.1ss., 13ss.; 9.3ss.). A ocasião exata em que esta leitura foi realizada é incerta, visto que a expressão: *Naquele dia*, não é necessariamente precisa, e os vv. 4-6 demonstram que foi depois do primeiro mandato de Neemias como governador (ver o segundo parágrafo de comentários sobre 12.44-47, acima).

Neemias 13.4-31. Neemias volta

Mais uma vez, após o interlúdio editorial de 12.44 – 13.3, Neemias fala na primeira pessoa do singular, numa passagem mais contundente e pitoresca do que qualquer outra no livro. Após doze anos como governador (445-433), voltara ao imperador; depois, *ao cabo de certo tempo* (v. 6) obteve permissão para voltar a Jerusalém. Se na sua primeira visita fôra um redemoinho, na segunda era todo fogo e terremoto para uma cidade que se acomodara na sua ausência a um meio-

“Metade dos príncipes” (V. 32)

Sacerdotes com trombetas
(sete deles mencionados,
de Azarias até Jeremias)

Instrumentistas

(Zacarias e outros oito)

81. 1 Cr 23.24ss.

“Metade dos magistrados”(v.40)

Sacerdotes com trombetas
(sete deles mencionados, de
Eliaquim até Hananias)

Cantores

(Jezraías e outros oito)

termo confortável com o mundo gentio.

13.4-9. Os móveis de Tobias

O antigo inimigo de Neemias sempre tivera admiradores e apoiadores ligados por juramento a ele, nos mais altos círculos de Judá (6.17-19). Sendo o próprio Tobias portador de um bom nome judaico (ver sobre 2.10), casara-se dentro de uma das principais famílias, e seu filho dentro doutra delas, conforme foi narrado anteriormente;⁸² agora sabe-se que o próprio sumo sacerdote era uma conexão.⁸³

A Tobias nunca faltava audácia. Onde introduzir até mesmo um dedo no Templo teria sido uma conquista, obtém uma câmara do tamanho de um pequeno armazém, e as próprias autoridades religiosas a desocupam para ele (7). Sem dúvida alguma, era uma satisfação ver seus pertences pessoais tomarem precedência sobre o próprio incenso para Deus e sobre os dízimos para os Seus ministros; mas, melhor de tudo, estava no centro nervoso de Jerusalém, idealmente colocado para a influência e a intriga.

Diferentemente dos eclesiásticos daqueles tempos, que podiam enxergar todos os lados de uma questão, inclusive o lado para apoiarem, Neemias entrou numa tempestade tão violenta quanto um dia seu Mestre faria. No decurso deste capítulo, destaca-se dos seus contemporâneos mediante sua recusa em admitir, nem sequer por um momento, que a santidade é negociável ou que o costume sozinho pode santificar coisa alguma.

Para a cronologia deste incidente, ver o v. 6, com 5.14 e os comentários sobre 13.4-31, acima.

82. Cf. 6.18 com Ed 2.5 e Ne 3.30.

83. *Aparentado com* é lit. "perto de", que pode significar "de mãos dadas com" (cf. GNB) mas também é um termo para um elo familiar. Alguns têm questionado se este *Eliasibe* era o sumo sacerdote, porque *encarregado da câmara da casa do nosso Deus* parece ser um cargo comparativamente secundário. Um alto oficial, porém, pode ter muitos desses poderes, e o que está em pauta aqui é o abuso do cargo relevante. O v. 28 mostra a família do sumo sacerdote num embaraço semelhante a este.

13.10-14. Um estabelecimento em estado precário

Uma atitude rancorosa para com os dízimos e as ofertas era uma marca daqueles tempos. Antes do exílio, a superstição tornou as pesos generosas em suas ofertas religiosas (cf. Am 4.4-5; 5.22), mas agora a tentação era dar o mínimo possível — já não com o intuito de subornar a Deus, mas, sim (na expressão de Malaquias), “roubá-Lo” por omissão. Neemias, confrontado agora com a deserção dos cargos pelos levitas, tinha entendimento suficiente para colocar a culpa no grupo certo: não sobre os ausentes do v. 10, mas, sim, sobre os magistrados do v. 11. Ocorreram resoluções grandiosas de fiel mordomia na “aliança fiel” do capítulo 10, prometendo que “não desamparíamos a casa do nosso Deus” (10.39); mas agora as palavras agradáveis não estavam alimentando ninguém. A repreensão dada pelo próprio Neemias teria realizado igualmente pouco, se não a tivesse seguido com a boa administração de 11b e com as nomeações cuidadosas no v. 13.

14. Ler semelhante interjeição (ver suas companheiras em 5.19 e nos vv. 22, 29 e 31 do presente capítulo) é quase achar-se escutando clandestinamente. As memórias tornam-se um derramamento pessoal e nós somos os intrusos. Mas a consciência de Neemias está em perfeita harmonia com a consciência pública: sincera, totalmente franca, e piedosa do começo ao fim. Se criticarmos sua petição no sentido de ser lembrado, ele pode nos pronunciar demasiadamente sofisticados; e os Evangelhos o apoiariam. Brota do amor, e não do amor-próprio, conforme seu zelo incansável por Deus tem testificado. Ouvir o “Bem feito” de Deus é a mais inocente e a mais purificadora das ambições. Além disto, a petição brota da humildade, e não do convencimento, porque é um apelo por socorro. A “lembração” de Deus sempre subentende Sua intimação, não meramente a recordação ou o reconhecimento. Neemias está entregando sua pessoa e sua causa (cf. 29) às únicas mãos seguras. Aliás, *as beneficências que eu fiz* pode ser traduzido: “meus atos de amor leal,” i.é, de *hesed*, que Brockington define admiravelmente aqui como sendo “aquela qualidade que aceita uma obrigação e a cumpre, custe o que custar.” No v. 22 é Deus quem demonstra esta qualidade (“amor inabalável”).

13.15-22. Uma ameaça ao sábado

Antes do exílio havia uma crescente impaciência com a lei do sábado. Amós, no século VIII a.C. via os mercadores impacientes no fechamento semanal dos negócios (Am 8.5); e sem dúvida, já nos tempos de Jeremias tinham imposto a sua vontade. Encomendas após encomendas entravam e saíam da cidade em grandes quantidades no sábado. A advertência de Jeremias acerca daquilo que haveria de ocorrer (Jr 17. 19-27), claramente estava na mente de Neemias quando via as *cargas*⁸⁴ proibidas em trânsito (15; cf. Jr 17.21, etc.), e falava da possibilidade da a história se repetir (18). A cena movimentada dos vv. 15 e 16 demonstra quão rapidamente o gotejar que deve ter começado na ausência de Neemias (cf. v. 6) tomara-se — conforme fazem tais filetes d'água — uma inundação.

19ss. Mais uma vez, a repreensão é reforçada com precauções sábias, e as precauções com o alerta e a pugnacidade. Nem sequer mascates podem ludibriar uma pessoa tão dedicada. E Neemias tem a sabedoria de passar este encargo para aqueles que devem zelar pelo seu cumprimento, assegurando-se de que o aceitam como tarefa santa (*que se purificassem, e viessem guardar as protas, para santificar o dia de sábado, 22*).

Também nisto, Deus meu, lembra-te de mim. . . (22): ver sobre o v. 14.

13.23-27. Uma ameaça à solidariedade

“Efraim,” disse Oséias (7.8-9), “se mistura com os povos; . . . Estrangeiros lhe comem a força, e ele não o sabe.” No Antigo Testamento, muito caso se faz das deslealdades imediatas inerentes aos casamentos mistos, mas Neemias ficou impressionado com outro aspecto, quase nem tocado pela lei ou profetas (a não ser pelas palavras “semente de piedosos,” Ml 2.15, ARC), a saber: a corrupção da geração seguinte. A balbúrdia de idiomas entre as crianças (24) não era apenas um

84. A condenação do homem curado em Jo 5.10 por causa de carregar seu leito deixou desapercibida a razão de ser da proibição de Jeremias e igualmente a do mandamento do nosso Senhor.

sintoma, mas, sim, uma ameaça: importava numa erosão contínua da identidade israelita no nível da totalidade do pensamento e da expressão, e uma perda de acesso à Palavra de Deus efetivamente paganizaria os israelitas. O compromisso feito por uma única geração poderia desfazer a obra de séculos.

A explosão de Neemias foi tão característica quanto a *implosão* de Esdras. Mas ambas eram poderosamente eficazes, e ambas achariam algum paralelo nas confrontações de nosso Senhor com o mal. O tratamento chocante de Neemias era devastador da mesma maneira que o ataque contra os cambistas, e a demonstração de angústia por Esdras (Ed 9.3ss.; 10.1ss.) era tão comovedora, da sua maneira, quanto a lamentação sobre Jerusalém.

Muita coisa tem sido deduzida do fato de que Neemias não fez uso do procedimento do divórcio estabelecido por Esdras, meramente tomando medidas para paralisar a disseminação ou mais um irrompimento do mal. Isto é discutido no Apêndice IV, págs. 172-3, onde argumento que a razão acha-se na preferência de Neemias pela ação imediata e pessoal, reforçada, bem possivelmente, pela observação dos efeitos da dissolução das famílias segundo o regime anterior (Ed 10.18-44) — ao invés de na inversão pelo narrador da verdadeira sequência dos eventos.

As medidas do v. 25 não eram simplesmente as reações cegas de um homem irado. *Contendi* é o mesmo verbo dos vv. 11 e 17, *i.é.*, a palavra para pleitear a sua causa contra um oponente (argumentos tirados da história e de uma instância mais forte são empregados no v. 26). O restante do ataque de Neemias empregou a alavanca das sanções divinas (a maldição; a promessa sob juramento), a dor física, a vergonha (cf. 2 Sm 10.5; Is 50.6 com o arrancar dos cabelos) e um apelo à lealdade (27). Era um ataque temível, mas a questão era crucial.

13.28, 29. Uma ameaça ao sacerdócio

Anteriormente no capítulo (vv. 4ss.) o vínculo de família e a amizade estreita entre Eliasibe e o notório Tobias tinham vindo à tona. Sambalá tinha uma posição mais alta no círculo daqueles que queriam o mal para Neemias, e agora, com uma filha colocada na família do sumo sacerdote⁸⁵ penetrara ainda mais profundamente que seu aliado. Era um golpe atingindo quase o coração. Nada senão um casamento com o próprio sumo sacerdote poderia ter sido mais contaminador. Se a filha de

Sambalá era legalmente desqualificada por Levítico 21.7 ou não, a posição segura que seu pai obteve na família através dela tornou indesculpável o consentimento dado ao casamento por Joiada. Ao “caçar” (palavra gloriosa!) o marido dela do cenário, Neemias efetivamente deslocou também Sambalá e a sua filha, e levou sua própria série de intervenções robustas a um clímax apropriado.⁸⁶

13.30, 31. Epílogo

É bem possível que seja uma reflexão da escala de valores de Neemias que, embora nos lembremos dele por causa dos muros da cidade,⁸⁷ ele termina suas memórias com um trio de realizações que são consideravelmente menos espetaculares. O presente capítulo exemplificou as duas primeiras (havendo mais detalhes nos capítulos 10 a 12), e os ítems do v. 31 relembram 10.34-35. Este homem da corte imperial não trouxe consigo nenhum valor mundano.

*Limpei . . . designei . . . “forneci”*⁸⁸ . . . faz um resumo menos brilhante do que a jactância de César: “Vim, vi, venci.” O trabalho de Neemias, no entanto, foi aquilo que formou o seu povo. Seu zelo re-

85. O heb. do v. 28 é ambíguo sobre a questão de se “sumo sacerdote” se refere a Joiada ou a Eliasibe. É bem possível que Joiada tenha sucedido ao cargo nesta altura.

86. Josefo (*Ant.* xi. 7.2) fala de um Sambalá da Samaria, um oficial de Dario III (um século após a data usualmente atribuída a Neemias), que casou sua filha Nicaso com Manassés, irmão de Jada, o sumo sacerdote. Manassés, segundo Josefo, vingou sua expulsão ao edificar o templo rival no monte Gerizim, fundando, assim, a seita samaritana. No entanto, concorda-se, agora, de modo geral, que Josefo conserva “uma versão confusa” (Coggins) da história de Neemias, sendo que sua confusão surgiu parcialmente do fato de que dois ou talvez três dos governadores da Samaria no século entre Neemias e Dario III tinham o nome de Sambalá (conforme indicam os papiros samaritanos de Uadi Daliyeh), e que havia, segundo parece, mais de um Jada na família sumo-sacerdotal. Ver sobre 12.10, 11; também Apêndice III, pág. 164. Os papiros samaritanos são discutidos por F. M. Cross em *BA* 26, págs. 110-121.

87. Ecli. 49.13 acrescenta a isto a sua reedificação de casas.

88. Este verbo não faz parte do texto hebraico, em que o *fornecimento de lenha*, etc., são objetos adicionais do verbo *designei*.

formador, acompanhado pela eficiência educativa de Esdras, deu ao Israel pós-exílico uma virilidade e clareza na fé que nunca perdeu totalmente. Esta lhe teria sido a memória mais agradável. Esta, realmente, agora coroada pelos benefícios duradouros do seu livro para a igreja cristã, por certo se constitui numa parte principal da resposta do céu à sua oração repetida (acerca da qual, ver, outra vez, sobre o v. 14): *Lembra-te de mim, Deus meu, para o meu bem.*

APÊNDICES

APÊNDICES

I. A DESIGNAÇÃO, AS FONTES, OS IDIOMAS E A AUTORIA DE ESDRAS-NEEMIAS

a. Designações comumente usadas

Na Bíblia Hebraica nossos dois livros são tratados, em certos aspectos, como sendo um só, com uma única contagem massorética dos parágrafos dos dois livros juntos no fim de Neemias. Há evidência de que no judaísmo primitivo eram coletivamente chamados Esdras.¹ Assim também acontece na Septuaginta e na Vulgata, mas a questão é mais complicada por causa da existência de dois livros apócrifos com aquele nome (e por variações nos títulos usados em diferentes versões e edições). A tabela que se segue, e que em grande parte depende de uma sinopse em Myers, pode ser útil para referência, mas não esgota as permutações, de modo algum.

<i>Português</i>	<i>Septuaginta</i>	<i>Vulgata</i>
Esdras	Esdras B (ou B 1 – 10)	Esdras I
Neemias	Esdras C (ou B 11 – 23)	Esdras II
1 Esdras (Apócrifo)	Esdras A	Esdras III
2 Esdras (Apócrifo)	-----	Esdras IV

Dos dois livros apócrifos, 1 Esdras é um fragmento que consiste em um paralelo com 2 Crônicas 35.1 até Esdras 10, mais Neemias 8.1-13a e,

1. *Talmude*: Nezikin, Baba Bathra 15a.

num ponto anterior, uma história de um concurso de discursos (ver págs. 158-160). Está escrito em grego. 2 Esdras é um apocalipse provavelmente de fins do século I d.C., cujo original em hebraico ou aramaico e sua tradução em grego já pereceram, à parte dalguns poucos versículos desta última. Suas versões em latim e noutros idiomas parecem ser traduções secundárias derivadas do grego.

b. As fontes

Existem todos os sinais da historiografia cuidadosa nos nossos dois livros canônicos, sendo que quase a totalidade da matéria é tirada de fontes primárias.² Estas são de vários tipos:

1. *As memórias de Esdras* (Ed 7.27 –8.34 e a totalidade do capítulo 9). São um registro na primeira pessoa do singular da expedição de Esdras para Jerusalém e da lassidão que achou ali.

2. *As memórias de Neemias* (Ne 1 e 2; 4.1 - 7.5; 12: (27 ou) 31-43; 13.4 – fim). Este relato, que é extremamente franco, ocupa cerca de metade do livro.

3. *Listas judaicas*. Algumas destas foram evidentemente copiadas dos arquivos do Templo, e outras da administração leiga. A importância atribuída a tais registros pode ser vista em Esdras 2.59, 62. Incluía inventários (Ed 1.9ss.; 8.24-34; note o v. 34), genealogias (Ed 2 = Ne 7.6ss.; Ne 12.1-26), a lista dos construtores e das suas tarefas (Ne 3), um registro de famílias e categorias dos oficiais do Templo residentes em Jerusalém (Ne 11.1-24), e uma lista das principais cidades e aldeias atribuídas a Judá e Benjamim (Ne 11.25-36). Havia, também, registros de sacrifícios (Ed 8.35-36; cf. 7.17, 22); além disto, havia uma lista de nomes do tribunal de divórcios estabelecido por Esdras (Ed 10.16-44), e uma cópia da “aliança fiel” de Neemias 10, juntamente com sua lista de signatários.

4. *Correspondência e decretos imperiais*. Os administradores antigos eram tão cuidadosos como seus correspondentes modernos na conservação dos registros de decisões e cartas, e há evidência direta (Ne 11.24) bem como indireta em prol do fato de que os persas empregavam conselheiros nativos para fazer a minuta dos regulamentos locais. Evidentemen-

2. As opiniões contrárias são discutidas às págs. 187 ss.

te, nosso autor tinha acesso aos arquivos (note as palavras: “Eis a cópia da carta. . .” em Ed 5.6; 7.11), e permite que elas falem por si mesmas, e nos oferece não somente, por exemplo, a proclamação de Ciro visando o consumo público (Ed 1.2-4), como também a minuta que dava os pormenores administrativos (Ed 6.1-5). Trocas de correspondência entre oficiais locais e o rei ocupam Esdras 4.7-22 e 5.6 – 6.12, e a carta que declara a nomeação de Esdras por Artaxerxes é preservada em 7.12-26. O idioma oficial para tais comunicações era o aramaico, o que nos leva à seção seguinte.

c. Os idiomas empregados

Os dois livros canônicos estão escritos em hebraico, excetuando-se duas seções: Esdras 4.8 – 6.18 e 7.12-26, que estão escritas em aramaico. Há uma razão óbvia para a maior parte disto, porque a matéria consiste principalmente em cópias da correspondência oficial, para a qual o aramaico era o idioma-padrão. Brockington indica que 52 dos 67 versículos se classificam nesta categoria, e que deixa apenas 15 como passagens de conexão. Quanto à razão para a retenção do aramaico para estas ligações narrativas, três sugestões têm certo grau de plausibilidade: *a.* a matéria em aramaico é extraída de uma história do período, escrita naquele idioma; *b.* consiste em (nas palavras de L. E. Browne) “notas preparadas para um advogado nalgum tempo posterior, . . . quando os judeus estavam buscando algum favor na corte, para demonstrar que sua lealdade sempre fora reconhecida;”³ *c.* posto que o autor e seus leitores eram bilíngües (doutra forma as cartas teriam necessitado de tradução ao invés da simples inclusão), as passagens curtas de conexão foram escritas em aramaico para evitar um número grande demais de transições de um idioma para outro. Embora alguém possa perguntar por que, neste caso, os quatro últimos versículos de Esdras 6 voltam para o hebraico (capítulo 7 marca uma nova seção do livro), a terceira sugestão parece ser a mais forte, visto que não exige qualquer postulação de documentos hipotéticos.

3. *Peake's Commentary*: Revisado (Nelson, 1962), pág. 371.

d. A autoria dos livros

Já há muito tempo, tem sido tomado por certo que Crônicas, Esdras e Neemias são obras do mesmo autor, chamado convenientemente de "Cronista." Não somente Esdras começa onde Crônicas cessa, ao ponto de repetir o parágrafo final desta última obra, como também o estilo e o ponto de vista destes livros parecem, à primeira vista, virtualmente idênticos, a não ser onde as memórias pessoais de Neemias dão sua própria nota distintiva. A questão parecia confirmada pelas formidáveis listas, feitas por S. R. Driver, de palavras e construções que são características desta literatura.⁴

No entanto, foi feito um exame mais minucioso desta questão, num artigo de Sara Japhet: "The Supposed Common Authorship of Chronicles and Ezra-Nehemiah,"⁵ e mais recentemente por H. G. M. Williamson no seu livro: *Israel in the Books of Chronicles* (CUP, 1977), levando à conclusão que, embora estes livros compartilhem dos aspectos estilísticos do seu período pós-exílico, em comparação com as obras de narrativa doutros períodos, têm diferença marcante entre si (isto é: entre Crônicas e Esdras-Neemias) em numerosas questões de linguagem e de interesses. A lista de palavras feita por Driver, suplementada por Curtis e Madsen em *ICC*, tendo a intenção de demonstrar o contraste entre esta literatura e livros anteriores do Antigo Testamento, continham um grande número de exemplos (Williams acha 47) de palavras achadas numa ou outra das obras em sentido especial (i.é, em Crônicas ou em Esdras-Neemias), mas não nas duas; que são, portanto, irrelevantes à nossa questão específica. Entre os demais exemplos, parece que muitos "favorecem a diversidade da autoria"⁶ mais do que a unidade. Sob o microscópio, por assim dizer, o contraste entre Crônicas e Esdras-Neemias destaca-se com certa clareza, demonstrando preferências divergentes a respeito de, por exemplo, as formas mais curtas ou mais longas de certas

4. S. R. Driver: *Induction to the Literature of the Old Testament* (T. & T. Clark,⁷ 1898), págs. 535-540.

5. *VT* 18 (1968), págs. 330-371.

6. Williamson, pág. 59.

classes de palavras,⁷ ou advérbios, sinônimos, e fórmulas introdutórias prediletas.

Não somente estes sinais lingüísticos, como também considerações mais amplas indicam um autor-compilador diferente para Crônicas. Williamson indica, por exemplo, que a questão urgente dos casamentos mistos em Esdras-Neemias não é uma questão em Crônicas, que até mesmo silencia sobre o exemplo fatal de Salomão neste âmbito, ao qual Neemias chamou a atenção (Ne 13.26). Além disto, ao passo que 2 Rs 17.24ss. e Esdras 4.2, 10 falam acerca dos estrangeiros desastrosamente levados para Israel pelos reis da Assíria, Crônicas não achou lugar para o assunto, embora lançasse uma sombra tão longa sobre os exilados que regressaram.

Outro argumento é a estranha disposição destes livros na Bíblia Hebraica, onde Crônicas segue Esdras e Neemias, para então tornar-se o último livro do Antigo Testamento. A única explicação satisfatória é que foi escrito mais tarde, porque não há evidência de que (conforme alguns têm sugerido) foi inicialmente excluído do cânon e somente admitido mais tarde.⁸ O fato de que o parágrafo final de Crônicas aponta firmemente para Esdras como sendo a seqüela pode ser argumentado em qualquer uma das duas direções; porque embora faça um vínculo firme entre os livros, também é verdade que, conforme observou Welch: "os homens não se dão ao trabalho de unir dois documentos a não ser que tenham estado originalmente separados."⁹

Concluimos, portanto, que é improvável que o compilador de Esdras-Neemias tenha sido o Cronista. Além disto, pode-se notar que a tradição do Talmude, seja qual for o seu valor, é que Esdras foi o au-

7. *E.g.*, entre os muitos exemplos citados por Japhet, e a forma mais longa da 1a. pessoa imperf. consec. (terminando em *-â*) ocorre 50 vezes em Ed-Ne, mas nunca em Cr. Além disto, embora Cr tenha várias formas de nomes teofóricos (que terminam em *-yâhû*, *-yô* ou *-yâh*), em Ed-Ne sempre são escritos com *-yâh*. Ver mais, Japhet, *passim*.

8. A razão sugerida para esta exclusão hipotética é que duplicava outra matéria. Mas, conforme indica Williamson (págs. 10-11), semelhante objeção não era impeditiva à exclusão doutras duplicações, ainda mais estreitas (*e.g.*, Is 36-37 com 2 Rs 18.13ss.).

9. A. C. Welch: *Post-Exilic Judaism* (Blackwood, 1935), pág. 186, citado por Williamson. pág. 7.

tor (Baba Bathra 15a.). Este bem provavelmente podia ser o caso, se o argumento nos parágrafos seguintes, acerca da data provável da obra, for sólido, porque tem sido frequentemente notado que as memórias pessoais de Esdras, diferentemente daquelas de Neemias, têm nitidamente o tom e o estilo da matéria editorial. Devemos nos lembrar, no entanto, que a derradeira palavra sobre este assunto deve ser o fato de que o autor achou por bem deixar sua obra anônima.

Quanto à data da composição, as opiniões podem ser apenas tentativas, e é mais fácil chegar à data mais recuada em que Esdras-Neemias poderia ter sido completado do que falar com alguma certeza mais do que isto.

Nossa estimativa desta data mais recuada será, naturalmente, afetada por nossa resposta à pergunta de se Esdras viveu no reinado de Artaxerxes I ou no de Artaxerxes II, que é discutida às págs. 165ss., abaixo. Se decidirmos em prol deste último reinado, isso subentenderá uma data avançando bem para dentro do século IV a.C., para permitir que as memórias tivessem enfraquecido por tempo suficiente para Esdras ter sido contemporâneo de Neemias. Para um erro tão radical ter passado sem ter sido notado, é provável que precisemos avançar ainda mais a data da composição, digamos até ao século III. Mas então surge a pergunta de como as listas dos nomes em Neemias não chegam até aquela data.

Se, por outro lado, decidirmos que não houve confusão de cronologia em Esdras 4 (ver os comentários iniciais sobre aquele capítulo) nem no fato de Esdras e Neemias serem retratados como sendo contemporâneos, não precisaremos postular qualquer diferença apreciável entre os eventos e o registro deles. Segundo este ponto de vista, que também sustento (ver pág. 179 e a discussão que conclui), os livros podiam ter sido compilados a qualquer tempo a partir dos últimos anos de Dario II (423-404).

Um nome fundamental para este assunto é o de Jadua em Neemias 12, visto que Josefo conta acerca de um sumo sacerdote com este nome que foi testemunha da queda do império persa diante de Alexandre Magno em 331 a.C. Mas já dei motivos noutra lugar para não associarmos o Jadua daquela história com o Jadua-ben-Jônatas em Neemias 12.11, 22, o sucessor de Joanã, mas não seu filho.¹⁰ À parte de Josefo, Jadua, se-

10. Ver págs. 163ss., e o comentário sobre Ne 12.11. Para uma discussão plena, ver H. G. M. Williamson: "The Historical Value of Josephus' Jewish Antiquities

gundo se vê, floresceu por volta da virada entre os séculos V e IV a.C., e o livro de Esdras-Neemias, portanto, pode ter sido escrito (ou suas listas atualizadas) a qualquer tempo depois dele assumir seu cargo.

II. A IDENTIDADE DE SESBAZAR

Sesbazar é mencionado pelo nome em apenas dois parágrafos. Em Esdras 1.8-11, Ciro confia a ele os utensílios do Templo e a tarefa de reedificá-lo. Em Esdras 5.14-16, um relatório judaico relembra este fato e fala da sua nomeação por Ciro para ser governador (*pehá*), acrescentando que lançou devidamente os alicerces do Templo. Em nenhuma outra parte a narrativa o menciona. Em vez disto, fala em Zorobabel como sendo o líder conjunto da comunidade, com Jesua, o sumo sacerdote. Estes são os nomes que encontramos no regresso à pátria (Ed 2.2), no lançamento dos alicerces (3.8), na confrontação (4.2ss.) e, finalmente, no reinício do projeto (5.2). E a esta altura Zorobabel é referido como sendo governador (*pehá*) em Ageu 1.1, que é o título anteriormente usado por Sesbazar (Ed 5.14).

Várias teorias têm sido oferecidas para esclarecer este fato.

1. Um ponto de vista muito antigo é que Sesbazar era apenas outro nome, talvez um nome da corte, para Zorobabel, como Beltessazar o fôra para Daniel. Contra isto há a falta de qualquer nota explicativa neste sentido, e, especialmente a maneira de Zorobabel e os demais anciãos se referirem a Sesbazar como sendo aparentemente uma personagem do passado na sua declaração às autoridades (“... um homem cujo nome era Sesbazar,” 5.14; “. . . Então veio o dito Sesbazar.” 5.16), quando teria fortalecido a posição deles se pudessem identificá-lo como ainda sendo seu líder. Outro argumento contra esta teoria é que os dois nomes parecem ser babilônicos,¹¹ ao passo que Daniel recebeu seu novo nome para substituir o nome israelita. Porém, esta não é uma objeção fatal, visto que o nome Zedequias é um exemplo de um apelativo oficial que foi tirado da mesma cultura do nome que substituiu (2 Rs 24.17). Até

XI.297-301,” em *JTS* (NS) 28 (1977), págs. 49-66. Devo a este artigo muito da minha matéria.

11. Brockington (pág. 53) argumenta, no entanto que Zorobabel poderia tão facilmente ter sido um nome heb. (abreviado de *zerú ‘bâbel*, “nascido na Babilônia”) tanto quanto um nome babilônico.

mesmo a falta de qualquer anotação para identificar os dois não ficaria sem precedente; *cf.* os nomes Azarias e Uzias, que em nenhum lugar são colocados juntos, mas são usados de modo alternado em 2 Reis 15, o primeiro, sete vezes e o outro, quatro. Em Esdras, as variações podem ser ditas pelos contextos: Sesbazar em âmbitos imperiais, e Zorobabel em âmbitos judaicos. Uma variação desta teoria é que os dois nomes são duas abreviaturas de um nome mais longo: ver a reconstrução conjectual de R. D. Wilson mencionada no *NDB* (art. Sesbazar).

2. Alguns daqueles que suspeitam que o autor bíblico emendou suas fontes sugeriram que Zorobabel e o grupo principal dos exilados não tiveram pressa em voltar quando Ciro promulgou seu decreto em 538, e somente aceitaram o desafio no reinado de Dario I (522-486), conforme é registrado em Esdras 5 e 6 e em Ageu e Zacarias. Para encobrir esta resposta lenta (conforme diz certa forma do argumento) nosso autor fê-los voltar com o primeiro grupo dos que regressaram à pátria, ou identificando Zorobabel com Sesbazar ou deixando em seu relacionamento uma questão aberta, e pôs a culpa da demora na reedificação, não na falta de começar mas, sim, porque foram forçados a parar.

Apela-se a uma boa testemunha e a uma testemunha dúbia para apoiar esta teoria. Ageu, cuja pregação no ano 520 instigou Zorobabel e os demais para reedificarem o Templo, é uma testemunha em primeira mão, e não parece ter consciência de qualquer trabalho anterior no projeto. Esta impressão, no entanto, deve-se parcialmente às traduções que fazem com que ele fale em fundar o Templo (Ag 2.18), que soa como um absoluto início; ao passo que usou um termo mais geral do que este (*yāsāq*, “estabelecer” ou “consertar”¹²). Além disto, deixa de perceber as realidades morais da situação apresentada em Esdras, que exigia de Ageu a ênfase do pregador sobre a vergonha do presente em vez de sobre os sinais do passado. Estes sinais, de qualquer forma, teriam sido pequenos depois de quase duas décadas de negligência. Reedificar agora era, com efeito, uma obra pioneira seja o que tivesse sido iniciado de modo breve nos dias de Ciro.

12. Embora certamente possa significar “lançar alicerces,” também é usado para a obra de reparos de Joás em 2 Cr 24.27. Para uma discussão deste verbo, ver A. Gelston: “The Foundations of the Second Temple,” *VT* 16 (1966), págs. 232-235; também F. I. Andersen: “Who built the second Temple?,” *Australian Biblical Review*⁶ (1958), esp. págs. 13-27.

A outra testemunha é o livro apócrifo de 1 Esdras, que intercala entre (aproximadamente) Esdras 1 e 2¹³ a história divertida de uma concorrência de retórica entre três guardas do Rei Dario. Um daqueles que fez um discurso, e que ganhou, é Zorobabel, que escolhe como seu prêmio o privilégio de fazer Dario lembrar-se do seu próprio voto, e do de Ciro, no sentido de devolver os utensílios sagrados a Jerusalém e mandar reedificar o Templo. Embora os utensílios já tenham sido devolvidos em segurança por Ciro para Sesbazar num capítulo anterior do mesmo livro (1 Esdras 2.14), o narrador parece inconsciente de ter mencionado o fato, e agora faz com que fossem devolvidos por Dario (1 Esdras 4.57), que envia Zorobabel com um grupo grande de exiliados que voltaram para Jerusalém. A história, depois, volta a acompanhar, na sua maior parte, Esdras 2ss., e, na realidade, de volta ao reinado de Ciro. Pode ser conscientemente retrospectiva aqui (embora não dê essa impressão); mas mesmo se for assim, ainda consegue fazer com que Dario se torne rei depois de um período de dois anos após a morte de Ciro. (1 Esdras 5.73).

O único valor como evidência seriamente defendido por esta estória, é que talvez indique, mesmo de modo confuso, a evidência de uma tradição variada quanto à data da volta de Zorobabel. Isto é, naturalmente, concebível, mas trata esta mistura de fantasia e de auto-contradição mais seriamente do que merece. É mais simples, e esclarece uma parcela maior de dados, concluir que ou autor ou revisor de 1 Esdras não conseguiu resistir a uma boa estória, e a intercalou num ponto mal-escolhido de uma narrativa com a qual nada tinha a ver.

3. Um terceiro ponto de vista é que Sesbazar e Zorobabel foram, respectivamente, os líderes oficial e não-oficial da primeira onda de colonizadores. Aos olhos do governo, e em qualquer relatório a ele apresentado, Sesbazar seria o responsável por tudo quanto era feito; para uma liderança positiva, no entanto, o povo teria confiado em Zorobabel e Jesus, seus próprios homens e descendentes dos seus reis e sacerdotes. Destarte, em Esdras 3 a tentativa da reedificação é corretamente creditada a eles, ao passo que em 5.14-16, com igual justificativa, é relatada às autoridades como sendo a obra de Sesbazar, de quem era a responsabilidade oficial, e cujo nome, mais do que o deles, podia ser

13. Mais exatamente, entre Ed 1 mais 4.7-24 e Ed 2.

averiguado nos arquivos (5.17). Mais tarde, e certamente até 520 a.C., o próprio Zorobabel foi nomeado governador (Ag 1.1).

Uma questão levantada por esta interpretação é a nacionalidade de Sesbazar. Se fosse um babilônio, era natural que a liderança verdadeira viesse doutro lugar: de Zorobabel, da linhagem real, e de Jesua, da linhagem sacerdotal. Mas Sesbazar é chamado “príncipe de Judá” (1.8), e embora este termo hebraico (*nāśi'*) não seja um título real, certamente sugere que tinha uma alta posição na comunidade judaica. É o termo usado para os líderes antigos das tribos (Nm 1.16) e é retomado por Ezequiel para o Messias davídico (Ez 34.24). Embora isto não seja conclusivo, visto que *ha-nāśi' lîhûdâ* talvez possa ser traduzido: “aquele que foi estabelecido para Judá” (sendo, destarte, uma alternativa hebraica para os termos estrangeiros usados noutros trechos para “governador”), este argumento é um pouco forçado. O significado normal é um príncipe ou chefe nativo, não um oficial estrangeiro.¹⁴

No entanto, se este homem era judeu, conforme parece ter sido, por que recebeu precedência sobre Zorobabel, que era da descendência real? A resposta pode ser que os persas hesitaram em nomear um pretendente em potencial ao trono, e que preferiram a esta altura um homem que imporia respeito mas não entusiasmo. Uma sugestão bem diferente, que tem desfrutado de apoio bastante generalizado, é que o próprio Sesbazar era de sangue real, não sendo outro senão Senazar, tio de Zorobabel (1 Cr 3.18). As variações quase intermináveis do nome Sesbazar nas versões gregas dão alguma plausibilidade a isto,¹⁵ mas tem sido demonstrado recente que, além de qualquer dúvida razoável, no texto hebraico (conforme alegara C. C. Torrey já em 1920) os dois nomes em epígrafe, Sesbazar e Senazar, são “corretamente transmitidos e perfeitamente dis-

14. Ezequiel (e.g., 12.10, 12) emprega o termo regularmente para Zedequias, o títere de Nabucodonosor que mantinha em cativeiro o rei verdadeiro. Zedequias, no entanto, era judeu, e de sangue real. Para o *nāśi'* em Ez 40-48 ver H. Gese: “*Der Verfassungsentwurf des Ezechiel*,” *Beiträge zur historischen Theologie*, 25 (1957), esp. págs. 116ss. Para o conceito de que foi usado acerca de Abraão como quem tinha autoridade de Deus, seu soberano, ver D. J. Wiseman: “Abraham the Prince,” *Bibliotheca Sacra* 134 (1977), esp. pág. 233.
15. A abordagem mais próxima do “Sanesar” grego de 1 Cr 3.18, LXX, é “Sanamassar” ou “Sanabassar” 1 Esdras (Esdras A) 2.11.

tintos.” A conjectura, portanto, é deixada sem a evidência — pobre na melhor das hipóteses — à qual apelara.¹⁶

Um fato final, e talvez decisivo, é que nenhuma identidade familiar é atribuída a Sesbazar. Esta é uma objeção adicional, se fosse necessária uma, a identificá-lo com Senazar, filho do rei Joaquim; mas também conta contra sua posição de judeu de alta posição. Restam-nos, conforme parece, apenas duas alternativas viáveis: ou ele era um oficial estrangeiro (se o título “príncipe de Judá” pode significar legitimamente “governador,”) ou, a despeito do silêncio da narrativa, Sesbazar era o nome oficial de Zorobabel, cuja linhagem é citada somente quando é mencionado com seu próprio nome.

Tenho dificuldades em escolher entre estas alternativas, mas pela margem de probabilidade sou atraído pela primeira.

III. OS PAPIROS DE ELEFANTINA E ALGUMAS DECLARAÇÕES DE JOSEFO

No comentário são feitas algumas referências aos papiros de Elefantina, uma coletânea de documentos aramaicos (principalmente cartas legais e comerciais) achados em Asuã, na fronteira meridional do Egito. O nome Elefantina refere-se a uma pequena ilha no Nilo àquela altura, também chamada Yeb, onde estava estabelecida uma colônia militar de judeus — talvez originalmente mercenários mas, já no período destes documentos do século V a.C., uma comunidade estabelecida com esposas e famílias e propriedades.

Uma referência à ocasião em que seu templo foi poupado quando Cambises destruía muitos templos egípcios (525 a.C.) sugere que a comunidade já tinha longo tempo de existência no começo do período persa, e somos lembrados de que o Egito parecera um lugar natural de refúgio para os judeus dos tempos de Jeremias, no início do século VI. Como

16. Ver P. R. Berger: *ZAW* 83 (1971), págs. 98-100, que indica que agora há evidência direta nas inscrições da forma *šaššu* para *šamaš* (o deus-sol babilônico) e, portanto, da validade do nome hebraizado Sesbazar (para *šaššu-aba-usur*: “que *šamaš/šaššu* proteja o pai”) que, portanto, não precisa de explicação alguma nos termos do deus-lua *sîn* ou do nome Senazar. A declaração de Torrey, citada por Berger, está em *AJSL* 37 (1920/21), pág. 93 n. 1.

os que seqüestraram Jeremias (Jr 43.5-7; 44.15ss.), estes desterrados estavam longe de ortodoxos, juntando alegremente o nome de Javé aos deuses e deusas de Canaã. Como tais, oferecem uma nítida amostra do judaísmo não-reformado, colocando-o ao lado da comunidade reformada que voltou arrependida da Babilônia, para receber mais educação de Esdras e Neemias. Como a deputação local que abordou Zorobabel em Esdras 4.1ss., teriam protestado: "Adoramos a vosso Deus como vós;" seus documentos, no entanto, nos ajudam a perceber quão séria era a diferença teológica que aquela frase podia ocultar. Conforme indicou A. Cowley, o judaísmo conforme o conhecemos é "o crescimento natural do sistema que nasceu sob os cuidados de Esdras: não poderia ter crescido de um sistema religioso tal como o dos colonizadores de Elefantina."¹⁷ Pode ser relevante que este grupo apelou por ajuda a Jerusalém e à Samaria numa mesma ocasião, e certamente foi recusada por aquela. Numa carta de 407¹⁸ a.C. a Bagoi, governador de Judá, pedindo seu apoio para os seus esforços no sentido de reconstruir seu templo depois de um massacre, os colonizadores queixam-se de que Joanã o sumo sacerdote e seus colegas em Jerusalém desconsideraram seu apelo feito três anos antes, e que tinham escrito também "para Delaías e Selemias, os filhos de Sambalá, governador da Samaria."

Acontece que esta carta também é importante para a história das épocas. *a.* Revela a posição de Sambalá e, dando a entender que já em 407 a.C. era governador pouco mais do que nominalmente, com seus filhos agindo em seu nome, encaixa com o relato de Neemias acerca dele no vigor dos anos em 445, o que ajuda a confirmar que o patrocinador de Neemias era Artaxerxes I (464-423) e não Artaxerxes II (404-359). *b.* Por outro lado, a menção de Joanã como sumo sacerdote em 410 é um dado importante para aqueles que argumentam que Esdras seguiu Neemias ao invés de anteceder-lo (ver págs 173ss.). *c.* O nome de Bagoi, governador de Judá, apresenta-nos a uma série de identificações de pessoas e eventos feitas por Josefo (*Ant.* xi. 7, 8), que emprega uma forma grega do nome, *viz.* Bagoses. Josefo apresenta o sumo sacerdote Joanes (i.é, Joanã), como sendo o filho, e não o irmão de Joiada, filho de Elia-

17. A. Cowley: *Aramaic Papyri of the Fifth Century B. C.* (Oxford, 1923), pág. xxviii.

18. Cowley: N^o 30, págs. 108-119.

sibe,¹⁹ e registra que tinha um irmão chamado Jesus para quem Bagoses planejou obter o sumo sacerdócio. No decurso de uma contenda, Joanes matou Jesus no templo, e diante disto, Bagoses impôs um castigo de sete anos sobre o povo judaico. Josefo, que identificara Bagoses como sendo “o general doutro Artaxerxes,” passa a contar sobre o sumo sacerdócio de Jada, filho de Joanes, que também entrou em conflito com seu próprio irmão. Este irmão, Manassés, casou-se com Nicaso, filho de Sambalá que “fora enviado para a Samaria como sátrapa por Dario, o último rei.” O casamento escandalizou os anciãos judeus, que deram a Manassés a escolha estre divorciar sua esposa e perder o direito ao sacerdócio. Sambalá, no entanto, teve a última palavra ao edificar um templo no monte Gerizim para seu genro, com o consentimento de Alexandre Magno, a quem já transferira sua lealdade.

Tudo isto nos leva muito além dos papiros de Elefantina ou o livro de Neemias, mas tem um número suficiente em comum com estes documentos para criar um emaranhado que exige ser desembaraçado com cuidado.

A primeira coisa que precisa ser dita é que a carta de Elefantina é evidência em primeira mão de que três pessoas cujos nomes voltam a ocorrer na passagem de Josefo, *viz.*, Joanã (grego: Joannes), Bagoí (Bagoses) e Sambalá (Sanballates), estavam no seu cargo quando os encontramos nos anos décimo-quarto e décimo-sétimo de Dario II (i.é, 410 e 407 a.C.).

Em segundo lugar, Neemias conta acerca de um membro da família sumo-sacerdotal, um filho de Joiaba-ben-Eliasibe, que tornou-se genro de Sambalá e que foi “afugentado” da presença de Neemias, não muito depois de 432 a.C. (Ne 13.6-7, 28).

Em terceiro lugar, Josefo data firmemente sua história de um genro cismático de Sambalá no tempo em que Alexandre estava tomando controle do império persa, i.é, 331 a.C., um século depois do incidente com Neemias.

Sendo assim, restam-nos duas possibilidades no que diz respeito a esta parte do relato de Josefo: ou a história se repetiu em grande parte, ou Josefo apanhou desordenadamente a sua cronologia. Realmente, pode haver elementos das duas, porque o fato de que em várias famílias de destaque deste período, inclusive a de Sambalá, certos nomes continuam

19. Esta pressuposição é criticada na pág. 175

ocorrendo de novo em gerações alternadas (ver as observações e a nota de rodapé sobre os papiros samaritanos, supra, pág. 14), produz semelhanças entre certos eventos que criam confusão, e Josefo revela noutros trechos alguma falta de entendimento acerca do período persa.²⁰ O que está fora de consideração é que o Sambalá de Josefo tenha qualquer luz cronológica para lançar sobre o Sambalá de Neemias e do papiro de Elephantina.

Sendo assim, seria precipitado depender das demais identificações de Josefo, mediante as quais o Jadua, a quem menciona como sendo sumo sacerdote na ocasião da queda do império persa em 331, era o filho e sucessor imediato do Joanes/Joanã que, segundo sabemos, detinha o cargo em 410, quase oitenta anos antes. Tanto a cronologia quanto a tendência de os nomes das famílias voltarem a ocorrer em intervalos regulares tornam mais provável que o Joanes e Jadua de Josefo viviam nos reinados dos últimos reis da Pérsia e são diferentes daqueles de Neemias 12.11, 22. De qualquer maneira, o Jadua bíblico era o filho de Jônatas, não de Joanã (ver o comentário).

O fato de que Bagoes/Bagoí e Joanã são nomes legados tanto em Josefo quanto nos papiros talvez pareça chocar-se com esta conclusão; mas os dois nomes eram comuns,²¹ e o primeiro é qualificado nos papiros pela informação de que quem tinha aquele nome era governador (*pehá*) de Judá no reinado de Dario (II), ao passo que em Josefo é “o general (*stratêgos*) do outro Artaxerxes” (embora subentenda-se claramente que também tinha poder civil). Poderia ser o mesmo homem nos dois contextos, se “o outro Artaxerxes” significa Artaxerxes II (404-359), que sucedeu a Dario, mas a improbabilidade cronológica mencionada acima em conexão com Joanes e Jadua torna um pouco mais fácil, ao meu ver, ligar este Bagoes com Artaxerxes III (359/8-338/7), que coloca-o mais perto dos eventos seguintes em Josefo. Se for assim, é concebível que tenha sido o general persa Bagoas, um personagem agressivo e ambicioso que subiu a grande poder e influência com Artaxerxes III, e em certo período “administrava todos os negócios do rei nas satrapias

20. Ver H. G. M. Williamson; *JTS* (NS) 28 (1977), págs. 49-66.

21. Uma ortografia variante do primeiro é Bigvai: Ed 2.2 = Ne 7.7; Ed 2.14 = Ne 7.19; Ed 8.14; Ne 10.16. É um nome persa, composto com “Baga,” “Deus,” e usado por judeus bem como por persas.

superiores” segundo Diodoro Sículo²² (que, no entanto, não identifica mais exatamente estas regiões). Mas um nome tão comum e dados tão escassos deixam a pergunta totalmente em aberto.

Para uma discussão mais ampla das declarações de Josefo, ver o artigo de H. G. M. Williamson, acima referido. Entrementes, talvez já foi dito o suficiente para demonstrar que, embora Josefo nos traga conhecimentos de eventos e personagens acerca dos quais, doutra forma, não teríamos sabido, o esquema cronológico que lhes dá é por demais questionável para ser usado como base para pôr em ordem diferente a história canônica.

IV. UMA QUESTÃO DE CRONOLOGIA: ESDRAS-NEEMIAS OU NEEMIAS – ESDRAS?

Uma sugestão feita de passagem por M. Vernes em 1889, seguida por um monógrafo de A. van Hoonacker em 1890, levantou a pergunta: Esdras e Neemias serviam ambos ao mesmo rei Artaxerxes, ou, pelo contrário, devem ser atribuídos a reinados diferentes – Neemias a Artaxerxes I (464-423) e Esdras a Artaxerxes II (404-359)? Era a semente de um pensamento que haveria de crescer e proliferar com vigor extraordinário. Em vinte anos, várias proposições novas tinham brotado: que a missão de Esdras começara, não no sétimo ano de qualquer destes reis, mas, sim, no trigésimo-segundo ano de Artaxerxes I (Kosters, 1895), ou no vigésimo-sétimo (Cheyne, 1902), ou, ainda naquele reinado, nalgum tempo entre as duas visitas de Neemias (Kennett, 1909); ao passo que C. C. Torrey seguira uma hipótese ainda mais radical de Vernes: de que Esdras era fruto da imaginação do Cronista. Outras sugestões haviam de vir, colocando a data de Esdras, por exemplo, no trigésimo-sétimo ano de Artaxerxes I (e.g., Albright, 1946; A. Pavlovský, 1957), ou trocando a data de Esdras com a de Neemias, de modo que Neemias veio para Jerusalém no sétimo ano e Esdras no vigésimo (Jellicoe, 1947). Mas a tese de van Hoonacker, retendo os anos dos reinados conforme o texto, ao pas-

22. Diodoro Sículo, XVI. 47, 49, 50. Cf XVII.5.

so que os liga a dois reis diferentes, continuou tendo muitos defensores.²³

Com poucas exceções, há concordância geral de que as datas de Neemias, em contraste com as de Esdras, são seguras (*viz.*, 445-433 para seu primeiro período como governador, e algum tempo pouco depois para seu segundo período), visto que os papiros de Elefantina oferecem apoio incidental para sua exatidão geral.²⁴ Concorda-se, também, que as reconstruções cronológicas que fariam Neemias chegar antes de Esdras envolveriam certa porção de recomposição da narrativa bíblica, e não simplesmente uma reinterpretação dela. O texto conforme consta exclui semelhante seqüência, e, portanto, é emendado em certos pontos na crença de que o autor ou o redator final, segundo a frase de H. H. Rowley: "retocou levemente a história."²⁵ Na realidade, veremos agora quem merece o crédito deste comentário: o escritor antigo ou os estudiosos modernos.

O fio que percorre toda esta diversidade de hipóteses é o caráter inaceitável, no julgamento daqueles que adotam estes pontos de vista, da prioridade cronológica de Esdras sobre Neemias, embora alguns concederiam que tenha chegado ali perto do fim da carreira de Neemias, e,

23. Ver, *e.g.*, J. A. Emerton: "Did Ezra go to Jerusalem in 428 BC"? *JTS* (NS) 17 (1956), págs. 1-19. Para levantamentos convenientes do debate, ver H. H. Rowley: *The Servant of the Lord* (Lutterworth, 1952), págs. 131-159, e *Men of God*, págs. 211-245. Mais recentemente, U. Kellermann em *ZAW* 80 (1968), págs. 55-87 (um guia muito eficiente); R. W. Klein em F. M. Cross *et al.*, *Magnalia Dei* (Doubleday, 1976), págs. 370ss. (ver também seu levantamento, págs. 361ss., doutros aspectos do estudo atual de Esdras-Neemias). Para uma defesa bem-argumentada da cronologia bíblica ver J. S. Wright: *The Date of Ezra's Coming to Jerusalem* (Tyndale Press,² 1958; republicado pela Aliança de Estudantes Teológicos, 1978); também, embora esteja baseada somente em Ed 7.12-26, U. Kellermann, conforme acima.
24. Para alguns pormenores destes papiros, ver págs. 162 ss. Têm aplicação às datas de Neemias por subentenderem que Sambalá, que fora opositor vigoroso no reinado de Artaxerxes, era um homem idoso quando uma certa carta foi escrita em 407 a.C. *Demonstram*, também, que em 410 o sumo sacerdote em Jerusalém era Joanã, e que Ne 12.22 dá a entender que foi o segundo sucessor do contemporâneo de Neemias, Eliasibe.
25. H. H. Rowley: *Men of God*, pág. 233.

portanto, que tenha tido alguns contatos com ele. E, embora muitas razões sejam dadas por estes reagrupamentos dos eventos, a maioria dos seus defensores dão precedência às mesmas quatro anomalias na história, a saber: *a.* a comparativa falta de atividade combinada pelos dois reformadores; *b.* a lacuna de treze anos entre a chegada de Esdras e sua leitura pública da lei, segundo o relato; *c.* a aparente ignorância de Neemias quanto ao mecanismo do divórcio usado por Esdras; *d.* uma série de contatos com o sumo sacerdote Eliasibe e seus sucessores, que parecem colocar entre Neemias e Esdras um período de uma ou duas gerações. Há, também, argumentos secundários, que geralmente são considerados inconclusivos, e que valem a pena discutir somente depois destes quatro primeiros, aos quais agora voltamos nossas atenções.

a. A cooperação infreqüente

Freqüentemente considera-se assunto de estranheza que estes dois homens de destaque, dedicados às mesmas finalidades e com autoridade real nas suas respectivas esferas, sejam vistos juntos tão raramente em ações combinadas. É verdade que lemos que, depois de Neemias ter reedificado as defesas, Esdras foi chamado para ler a lei em público (Ne 8.11ss.); que Neemias ajudou a guiar a resposta do povo a ela (8.9), e que encabeçou a lista daqueles que selaram a aliança que se seguia (10.1); além disto, que na dedicação dos muros dos dois homens tomaram posições de destaque na dupla procissão (12.31, 36, 38, 40). Isto, à primeira vista, é evidência suficiente de que Esdras e Neemias coincidiram parcialmente no tempo e no lugar, e de que cada um apoiava publicamente as realizações distintas do outro — Neemias: a proclamação da lei, e Esdras: a conclusão do muro. Ter esperado uma associação mais ativa do que esta não deixa de ser compreensível, mas exigi-la como condição prévia para acreditar que eram contemporâneos não é razoável; muito mais porque os fatores desconhecidos numa situação que em grande medida nos é inacessível são literalmente incontáveis.

É possível, no entanto, desafiar estas evidências em prol das suas aparições em conjunto.

1. *Textualmente*, o testemunho externo não é unânime, porque há variantes na tradução grega (LXX) das referências acima. Duas destas variantes são pequenas: em Neemias 8.9 e 10.1 [2, TM] a LXX omite “(que era) o governador” (lit. “o tirsata,” ARC) depois do nome de Neemias (embora 1 Esdras 9.49, ao fazer o oposto, indique que “o tirsata”

realmente estava no texto hebraico de Ne 8.9). Em Neemias 12, no entanto, a LXX não somente tem um texto mais curto (omitindo o v. 38 e um fragmento de cada lado dele, bem como os vv. 39c-42c) como também tem “eles” ao invés do “eu” [oculto] no v. 31 — de modo que, nesta tradução do Antigo Testamento, Neemias desaparece do registro da dedicação.²⁶ Por outro lado, mesmo no texto não-corrigido da LXX Esdras está presente (Ne 12.36); e o seu nome é crucial, porque é a sua presença, e não a de Neemias, que não poderia ser tomada por certa naquele grande dia. Seria, portanto, um argumento um pouco precipitado para desconsiderar o registro da cooperação entre os dois por estes motivos.

2. *Gramaticalmente*, uma objeção tem sido levantada contra Neemias 8.9, sendo que o verbo “disse” está no singular, e seu sujeito no plural, o que Brockington considera “uma violação do uso gramatical” (pág. 30) e, portanto, um sinal de que Neemias e os levitas não foram originalmente mencionados neste versículo. Mas esta construção não é somente possível como também bastante normal quando o verbo (como aqui) *antecede* uma lista de sujeitos. Gesenius, notando que este uso do masculino da terceira pessoa do singular, ocorre “muito freqüentemente” (G-K 145 o), cita quatro exemplos nos capítulos do meio de Gênesis (Gn 12.16, etc.) a respeito do seu emprego “antes de coletivos e sujeitos compostos.” Uma ocorrência que está convenientemente perto para referência acha-se em Esdras 8.20, onde “Davi e os príncipes” compartilham de um verbo na terceira pessoa do singular, como aqui. A objeção, portanto, não tem peso, a não ser que um apelo adicional seja feito ao v. 10 com a pressuposição de que Esdras foi originalmente o sujeito daquele versículo.²⁷

As passagens que ligam os dois nomes são, na realidade, questiona-

26. Na margem de Códex Sinaítico, no entanto, os versículos ausentes estão incluídos.

27. J. A. Emerton em *JTS* (NS) 17 (1966), pág. 15, portanto, não acha dificuldade alguma no v. 9, embora trate o verbo no singular no v. 10 como sendo uma indicação de Esdras como sujeito provável dos dois versículos. Esta, no entanto, não é a exigência do próprio texto, que faz de Neemias aquele que interveio, apoiado pelos seus colegas, e que, por implicação, deu as injunções construtivas do v. 10. Se, como hipótese, algum nome teria de ser cortado do v. 9 como sendo secundário, a ordem das palavras indicaria o corte de Esdras e dos levitas, em vez de Neemias.

das por razões mais amplas. A objeção consiste parcialmente em que (conforme já vimos), para algumas mentes, retratam um grau por demais reduzido de cooperação entre Esdras e Neemias, e parcialmente em que estas referências são um obstáculo inconveniente a qualquer recomposição da história em grande escala. O fato de que estes fragmentos de dados são muito poucos, e de que poderiam ser cortados do texto com uma cirurgia bastante pequena, torna-os muito mais provocadores. Assim, *e.g.*, diz H. H. Rowley:

“Estas passagens” [*viz.*, onde os nomes de Esdras e Neemias estão juntos] “são insuficientes para convencer-nos de que Esdras e Neemias foram personagens dominantes que viviam e trabalhavam lado a lado em Jerusalém, cada um agindo independentemente nas mesmas questões. Onde quer que seus nomes sejam achados juntos, um é mera passagem, e pode ser omitido sem a menor consequência para a narrativa.”²⁸

Tal idéia, no entanto, é tanto subjetiva (“insuficientes para convencer-nos”) quanto arbitrária (“... pode ser omitido sem a menor consequência para a narrativa”), e não se pode reescrever suas fontes segundo tais princípios. Para sermos justos: os que sugerem que devemos fazer assim não apelariam a isto sem razões adicionais, porque vêem o relacionamento entre Esdras e Neemias como apenas um dos vários problemas que se entrelaçam.

b. A lacuna de treze anos

Este é o intervalo subentendido entre a chegada de Esdras em Jerusalém no sétimo ano de Artaxerxes para administrar a lei (Ed 7.8), e a sua leitura pública no vigésimo ano, conforme o registro em Neemias 8 (cf. Ne 2.1).

Se nos convenceremos de que esta ocasião pública foi a primeira ação de Esdras em direção à realização da sua tarefa, acharemos aqui uma anomalia enorme. Voltaremos para este “se” crucial no parágrafo final desta seção. Mas, primeiramente, até que ponto podemos ter certeza destes treze anos?

28. *The Servant of the Lord*, pág. 156.

Certamente o compilador de Esdras-Neemias dá testemunho deles. Contra isto, tem sido sugerido que, seja por inadvertência, seja por um desejo de seguir um tema ao invés de uma seqüência no tempo, colocou os capítulos 8-10 de Neemias num lugar que não ocuparam nas suas origens. Mas isto não é sustentável a não ser que o texto seja emendado, porque a própria presença de Neemias liga estes capítulos (Ne 8-10) ao reinado de Artaxerxes I²⁹ e, no mínimo, ao vigésimo ano dele, 445 a.C. Se, no entanto, seu nome fosse cortado destes capítulos (e o de Esdras de Ne 12.36) pelos motivos discutidos na seção 1, os próprios capítulos (Ne 8-10) poderiam ser removidos na sua totalidade de volta para o livro de Esdras, para seguir ou Esdras 8 (nos 4 meses e meio entre a chegada de Esdras e os eventos do capítulo 9) ou Esdras 10, onde formariam um término mais positivo do livro. Esta mudança permitiria a missão de Esdras ser datada sem referência àquela de Neemias, e a leitura da lei poderia ser colocada a qualquer tempo que parecesse conveniente após a sua chegada. Além disto, esta recomposição não ficaria sem apoio visível. O livro apócrifo 1 Esdras continua a história de Esdras conforme a segunda maneira, avançando diretamente do equivalente de Esdras 10 (os processos do divórcio) para o de Neemias 8.1-12 ou 13a (a leitura da lei), onde cessa abruptamente. Esta, também, é a ordem seguida por Josefo, que termina seu relato de Esdras com este evento (e uma nota acerca da velhice e morte de Esdras), antes de passar para a história de Neemias.

A pergunta que importa, no entanto, é *por que* estes autores adotam esta ordem. Tinham acesso independente à história, ou o autor de 1 Esdras (seguido por Josefo)³⁰ julgou melhor completar a história de um reformador antes de (ou sem) introduzir a do outro? A segunda destas alternativas é suficiente para esclarecer aquilo que achamos, especialmente se, na realidade, seu livro, que termina repentinamente a esta altura, nunca pretendeu levar-nos além da carreira de Esdras. E embora

29. As razões para datar Neemias neste reinado são dadas na pág. 167

30. Uma razão para preferência de Josefo pode ser que 1 Esdras inclui a história divertida dos três guardas no seu paralelo de Ed 1-6. Uma razão adicional pode ter sido a narrativa mais fácil que 1 Esdras ofereceu ao passar para o clímax da obra de Esdras antes de envolver-se (se realmente veio a fazê-lo) naquela de Neemias.

esta possibilidade adicional não possa ser comprovada, a alegação de que 1 Esdras pode remontar a uma fonte cuja ordem de eventos era diferente daquela da Escritura, tem sido agora refutada de modo eficaz. H. G. M. Williamson já demonstrou que o contexto de 1 Esdras 9.37 torna claro que o autor estava usando um documento onde, como na Bíblia, Neemias 8 seguia Neemias 7, e não Esdras 10.³¹

O caminho está aberto, portanto, para uma nova visão das próprias evidências bíblicas. Quanto a estas, emerge o fato, talvez surpreendente diante dos argumentos e contra-argumentos, de que pelo menos sobre esta questão (a lacuna de treze anos entre Esdras 8 e Neemias 8) não há problema algum no texto — somente naquilo que é comumente atribuído a ele. Os treze anos estão ali, mas não há sugestão alguma de que foram anos silenciosos: tal sugestão surge apenas da pressuposição de que Esdras produziu o livro da lei pela primeira vez nesta grande reunião. A pressuposição é duplamente infundada porque o limitaria a um só meio específico de instrução, e, dentro deste meio, a esta ocasião específica do seu primeiro emprego dele.³²

Esta violação do silêncio do texto é uma negação tácita do direito, até mesmo da necessidade do historiador em escolher aquilo que vai registrar ou descartar. Mesmo assim, seria difícil achar defeito neste narrador por sua escolha de episódios relevantes para Esdras: a crise sobre as mulheres estrangeiras no seu primeiro ano no cargo, e a celebração da Torá para completar sua carreira. A objeção, além disto, não leva suficientemente em conta o testemunho de Esdras 9.1ss., onde fica claro que, na ocasião da sua chegada, Esdras promovia vigorosamente a sua missão. A preocupação dos oficiais que contaram acerca dos casamentos mistos; a influência do Pentateuco na sua linguagem ao assim fazerem (ver o comentário sobre Ed 9.1, 2); a sensibilidade do povo diante da

31. H. G. M. Williamson: *Israel in The Books of Chronicles* (CUP, 1977), pág. 36.

32. A ampla aceitação desta pressuposição é provavelmente um legado da antiga crítica do pentateuco, que sustentava que o que Esdras trouxe para Jerusalém era o Pentateuco, recém-completado ou quase completado. Naquele caso, seu primeiro passo sem dúvida teria sido chamar uma assembléia pública e ganhar aceitação para a nova lei; e é isto que, segundo se diz, Ne 8 registra no contexto errado. Entre os comentaristas mais recentes, há mais reserva sobre este conceito de Esdras como um inovador (*cf.*, *e.g.*, Brockington, pág. 23); mesmo assim, sua influência persiste, ao perpetuar as suposições que notamos acima. Ver Apêndice V. págs. 158-164.

aflição que Esdras sofreu como consequência, e sua disposição extraordinária para consertar tudo, subentendem, no seu conjunto, uma campanha recente e poderosa de educação na lei. A suposta falta de ação por parte de Esdras durante treze anos é a última coisa que poderia ser extraída corretamente deste relato. Se alguém resolver *atribuir* ao texto os eventos de Neemias 8-10, emendados e transpostos, isso pode naturalmente ser feito segundo aqueles termos; mas não é o texto que requer semelhante operação.

c. O modo de Neemias tratar com os casamentos mistos

A abordagem de Esdras (Ed 10.10ss.) a este problema era radical: o mal deve ser extirpado mediante o divórcio. Por que, então, Neemias se satisfaz com uma solução bem mais branda: simplesmente uma confrontação forte e a exigência de um juramento no sentido de não se repetir o delito (Ne 13.23ss.)? Com o precedente de Esdras, poderia ter montado um tribunal e mandado dissolver estes casamentos e muitos outros. A resposta poderia ser que a seqüência de eventos está errada, e que Neemias foi o primeiro a encontrar o problema? Neste caso, foi tentada uma abordagem improvisada e local, achada insuficiente, e substituída pela ação legal de Esdras — uma progressão plausível.

Um argumento adicional, que tem muito peso para alguns escritores, é que o relato bíblico dificilmente se harmoniza com a imensa reputação de Esdras. Nas palavras de John Bright:

“ . . . qualquer teoria que coloca as reformas de Esdras (Esdras, caps. 9 – 10) antes das de Neemias inevitavelmente envolve a conclusão de que Esdras fracassou, de uma maneira ou de outra. . . . Para mim é inacreditável que Esdras tenha sido um fracasso. Não somente a Bíblia não o retrata como tal, mas também todo o decurso do judaísmo foi determinado pela obra dele. Teria isso sido assim, e a tradição teria feito dele nada menos do que um segundo Moisés se ele tivesse sido um fracasso? Foi, porém, um fracasso se suas reformas antecederam as de Neemias.”³³

Acho estes dois argumentos surpreendentes. Quanto ao primeiro,

33. J. Bright: *A History of Israel* (SCM,⁴ 1972), pág. 394.

há uma certa eficiência na idéia de um progresso desde o imediato tratamento de um problema a nível local, e a solução que Esdras deu a nível nacional e através dos tribunais. Assim é simplificar exageradamente. Se vamos comparar as reformas de Esdras e as de Neemias, não basta contar o número de pessoas envolvidas ou olhar os precedentes legais. Em primeiro lugar, estamos diante de duas personalidades diferentes, com seus estilos de ação, e, depois, de uma situação humana muito mais complexa de que alguns pontos de leis criadas por precedentes. A cirurgia maior de Esdras foi realmente muito eficiente; mas o que se diz do dilúvio de divorciados e de crianças desarraigadas que lançou no meio da sociedade? Qualquer reformador subsequente teria de escolher entre uma repetição disto e a alternativa de tentar fazer menos na esperança de realizar mais. Qual destes cursos de ação se constituiria no menor dos males deve ter ficado longe de ser evidente em si mesmo.

O segundo argumento — de que se Esdras antecedeu a Neemias deve ser desconsiderado por ser um fracasso — tem igual falta de realismo, porque não leva em conta as correntezas paralelas que qualquer reforma colocará em movimento, e sem os efeitos de erosão do tempo. Toda reforma produz seus insatisfeitos, tende a perder seu ímpeto, e dentro em breve vê-se confrontada com uma nova geração a ser convertida. Aqueles que argumentam que Esdras não foi nenhum “segundo Moisés” se seu povo recaiu nos seus próprios costumes antigos devem ter esquecido a história do Moisés original. Seria, na realidade, difícil mencionar pelo nome qualquer reformador ou salvador cuja obra não foi, neste sentido, um fracasso; mas ninguém culpará o reformador pela inconstância do seu rebanho.

d. Sincronismos com a família do sumo sacerdote

Este argumento em prol da inversão da ordem tradicional dos eventos é muito simples, nas suas linhas gerais, se seus fatos forem corretos. Assevera que, enquanto Eliasibe era o sumo sacerdote quando Neemias veio para Jerusalém (Ne 3.1), o neto de Eliasibe, Joanã, era o sumo sacerdote quando veio Esdras. Se for assim, Esdras projeta-se, talvez para duas gerações posteriores a Neemias, em vez de ser treze anos anterior. Além disto, sabemos pelos papiros de Elephantina³⁴ que o sumo sacer-

34. Ver acima, págs. 143ss.

dote em 410 a.C. chamava-se Joanã.

Apesar disto, as evidências em prol das colunas centrais deste argumento são fracas. Estas colunas são a suposição dupla de que o sumo sacerdote de Esdras era Joanã, e que Joanã era neto de Eliasibe.

Respondendo em primeiro lugar à segunda e menos importante das suposições, o fato é que Joanã é mencionado como sendo filho de Eliasibe, não seu neto, nas duas declarações bíblicas do seu relacionamento (Ed 10.6; Ne 12.23).³⁵ É verdade que “filho” pode ser usado genericamente acerca de qualquer descendente, mas este não é seu significado primário, e aqueles que o entendem aqui como sendo “neto” devem pressupor também que em Neemias 12.11 “Jônatas” (“Javé deu”) é um erro ortográfico para Joanã (“Javé demonstrou misericórdia”). Estes dois nomes são bem distintos entre si, ao passo que Joanã e o grego Joanes são variantes de um só apelativo, a origem do nosso nome João.³⁶ Esta parte do argumento baseia-se, portanto, num significado secundário (“neto”) e numa emenda textual sem apoio, visto que a LXX e as outras versões antigas apóiam o texto hebraico de Neemias 12.11, com o nome Jônatas, e não Joanã.

A outra pressuposição, a principal, é que Joanã já era sumo sacerdote no primeiro ano de Esdras em Jerusalém. Sua base é o fato de que Esdras, depois do seu dia de lamentação pública fora do Templo, passou a noite “na câmara de Joanã, filho de Eliasibe” (Ed 10.6). Sobre isto, Rowley faz o seguinte comentário:

“No contexto dos eventos narrados neste capítulo, não se esperaria que Esdras estivesse convivendo com oficiais e jovens subordinados, mas, sim, com o sumo sacerdote, e . . . é mais provável

35. Sobre as liberdades tomadas com estes textos em certas versões modernas, ver a nota de rodapé de Ne 12.22.

36. Tomando os dados bíblicos por certos, vemos que Eliasibe tinha dois filhos: Joiada (Ne 12.10) e Joanã (Ed 10.6; Ne 12.23). Joiada, conforme parece, foi sucedido, não pelo seu filho Jônatas mas, sim, por seu irmão, Joanã (Ne 12.22), e Joanã pelo neto de Joiada, Jadua (Ne 12.11, 22). Não somos informados sobre o que impediu Jônatas de suceder a seu pai, Joiada – a não ser que, possivelmente, Ne 13.28 indique a resposta, *i.é.*, que Jônatas foi o renegado expulso por Neemias. Mas isso não é mais do que uma possibilidade entre um número considerável de fatos desconhecidos.

que tenha sido como sumo sacerdote que Joanã o recebeu na sua câmara.”³⁷

Se Joanã for considerado neto de Eliasibe (ver acima) em vez de seu filho, realmente teria sido “um mero rapaz,” conforme a expressão de Ryle,³⁸ em 458 a.C.; mas esta é uma suposição insegura, conforme já vimos. Se é que devemos nos ater rigorosamente à evidência, Esdras usou a câmara de *Joanã, filho de Eliasibe* — não mencionando Joanã como sumo sacerdote, nem como o filho do filho de Eliasibe, conforme pedem que imaginemos. Além disto, a idéia de que Esdras teria desprezado o convívio com outra pessoa senão o sumo sacerdote obviamente não ocorreu ao autor bíblico, mas somente a estudiosos subseqüentes, cujo entendimento da escala de valores de Esdras e de todas as circunstâncias relacionadas seja talvez menos do que perfeito.

Nas obras recentes, na realidade, até mesmo aqueles que favorecem uma data posterior para Esdras tendem a tratar este episódio como uma parte inconclusiva do seu argumento. O resumo de Coggins é judicioso: “Em resumo, podemos concluir que este versículo se encaixa bem na teoria que coloca Esdras cerca de cinquenta anos depois de Neemias, mas está longe de estabelecê-la.”³⁹ Este veredito, ou algo semelhante, não se confina a esta parte do argumento, nem a um só autor. Tem paralelos nos resumos feitos da totalidade da questão de Esdras-Neemias por uma variedade de escritores que, embora estejam profundamente comprometidos com a cronologia revisada, consideram-na mais do que provável, porém menos do que comprovado.⁴⁰

Dos quatro sustentáculos principais do argumento em prol da prioridade de Neemias, podemos agora nos voltar para alguns pontos suple-

37. *The Servant of the Lord*, pág. 146.

38. Ryle, porém, tira uma conclusão diferente da de Rowley, a saber; que o escritor está identificando a câmara para seus leitores referindo-se ao seu ocupante nos dias deles. Cf., semelhantemente, F. Ahlemann, *ZAW* 59 (1942/3), pág. 98.

39. Coggins: págs. 63-64.

40. Ver, e.g. M. Noth: *The History of Israel* (Black,² 1960), pág. 320; H. H. Rowley: *Men of God*, págs. 232; J. Bright: *A History of Israel*, pág. 380, e a maioria dos comentários modernos. Recentemente, no entanto, a cronologia tradicional tem achado nova aceitação: ver os artigos de Kellermann e Klein anotados na pág. 166, n. 23.

mentares que talvez digam respeito à questão, mas os quais, conforme concorda a maioria, têm pouco peso e podem ser argumentados — na melhor das hipóteses — a favor de qualquer dos dois lados.

1. John Bright (*A History of Israel*, pág. 394) considera “os primeiros anos conturbados do reinado de Artaxerxes I” um período dificilmente crível para a viagem de Esdras, feita sem escolta mas bem-sucedida, da Babilônia para Jerusalém. Mediante o cálculo meramente humano, esta pode ser a verdade; mas mesmo neste nível não é a verdade inteira, visto que os distúrbios nas fronteiras do império teriam provavelmente impellido Artaxerxes a fortalecer as agências da lei e da ordem onde quer que pudesse; com esta finalidade, enviou Esdras para Judá. Quanto a Esdras, a recusa de uma escolta era um ato de fé, conforme ele nos conta, e deve ser julgada como tal. É curioso ver um defensor tão zeloso da estatura espiritual de Esdras, como o é John Bright (ver acima, seção 3) estabelecendo este limite àquilo que Esdras teria ousado fazer para comprovar ao rei sua posição religiosa (Ed 8.21-23).

2. Esdras estava cercado por multidões em Jerusalém no ano da sua chegada, mas Neemias achou a cidade com poucas casas e poucos habitantes (Ne 7.4), e tomou medidas para repovoá-la. Portanto, se Esdras tivesse uma data posterior à de Neemias teríamos tido uma progressão firme de uma cidade vazia para uma cheia. O conceito é atraente, mas inconclusivo, visto que, em primeiro lugar, a “mui grande congregação” (Ed 10.1) não é descrita como sendo dos habitantes locais. “Ajuntou-se a ele de Israel” — indica, pelo contrário, as multidões que vieram ao Templo das aldeias em derredor. Em segundo lugar, mesmo se a própria Jerusalém fosse populosa em 458 a.C., já em 445 sofrera o desastre repentino que trouxe Neemias da Pérsia para reedificar as ruínas. Nada há aqui que exija uma cronologia revisada.

3. As ações de graças de Esdras por “um muro de segurança em Judá e em Jerusalém” (Ed 9.9) às vezes têm sido tomadas como referência ao muro da cidade, feito por Neemias. Poucos estudiosos, no entanto, ou talvez nenhum, usaria isto agora, uma vez que há vários indícios de se tratar meramente de uma figura de linguagem. Esta é indicada, primeiramente, pela menção de Judá, que naturalmente não tinha nenhum muro literal em derredor dele; em segundo lugar, pela palavra heb. traduzida “muro” aqui (*gāḏēr*, não a *hômá* de Ne 1.3, etc.), que muito raramente é empregada para o muro de uma cidade; em terceiro lugar, pelo fato de que Esdras, na mesma frase, também agradeceu a Deus por “um prego (*ARA estabilidade*) no seu santo lugar” (9.8) — que ninguém enten-

de literalmente. Com razão, portanto, a RSV traduz “prego” e “muro” como “posição segura” e “proteção,” e outras versões tomam uma decisão semelhante.⁴¹

4. Neemias nomeou quatro tesoureiros sobre os depósitos (Ne 13.13), mas Esdras, conforme foi indicado, achou quatro tesoureiros já no cargo quando chegou (Ed 8.33) – o que pode ser entendido no sentido de Neemias ter sido o pioneiro destas disposições. Conforme indica Bright, no entanto, esta conclusão não procede de modo algum, visto que Neemias “pode simplesmente ter preenchido um cargo existente com homens honestos.”⁴²

5. Algumas inferências têm sido tiradas das listas de nomes associadas com os dois reformadores; mas nenhuma delas pode ser mais do que uma tentativa, visto haver poucos nomes dos pais para tornarem certas as identificações. Tanto Esdras quanto Neemias tinham tratos com homens chamados Mesulão (e.g. Ed 8.16; Ne 3.4), Hasabias (Ed 8.19; Ne 3.17), Hatus (Ed 8.2; Ne 3.10), Jozabade (Ed 8.33; Ne 11.16), Malquias (Ed 10.31; Ne 3.11) e Meremote (Ed 8.33; Ne 3.4, 21). Destes, no entanto, somente os dois últimos têm os nomes dos pais fornecidos nos dois contextos – e Malquias, dos filhos de Harim, pode ser um membro de qualquer de dois grandes clãs (cf. Ne 7.35, 42 para estes). Sendo assim, somente Meremote pode ser positivamente ligado a Esdras e Neemias igualmente. Desta situação, duas conclusões precárias foram tiradas. A primeira é que, porque não se pode *comprovar* que alguns dos que regressavam à pátria que voltaram com Esdras eram idênticos aos seus homônimos entre os edificadores de Neemias, é, portanto, seguro sustentar que nenhum deles participou daquela operação; e, além disto, que é possível que absolutamente nenhum deles tenha estado em Jerusalém com Neemias.⁴³ Este argumento, naturalmente, está seguro contra refutações, mas não é uma evidência. Não é sequer um argumento do silêncio, mas somente da ambigüidade. E o próprio silêncio teria tido menos peso aqui do que usualmente, visto que em Esdras 8 apenas trinta e três dos 1.787 que regressaram à pátria são mencionados pelos seus nomes.

41. A NEB, no entanto, retém “muro” mas acrescenta as palavras explicativas “de defesa.”

42. J. Bright: *A History of Israel*, pág. 394.

43. Cf. H. H. Rowley: *The Servant of the Lord*, págs. 156ss.; H. L. Ellison: *From Babylon to Bethlehem* (Paternoster, 1976), pág. 40.

A segunda inferência diz respeito a Meremote, o único contemporâneo de Esdras adequadamente atestado bem como de Neemias. Rowley argumenta que sua dupla tarefa de edificação para Neemias (Ne 3.4, 21) sugere juventude e vigor no ano de 445, ao passo que seu cargo de tesoureiro do Templo em Esdras 8.33 indica uma idade mais madura, concebivelmente numa data avançada como 398 a.C., o sétimo ano de Artaxerxes II (Rowley, *ibid.*). A inferência certamente pode ser argumentada, mas é proposta primariamente para livrar as novas datas de Esdras da refutação, e é um pouco ingênua ao supor que os construtores em Neemias 3 tinham de ser suficientemente jovens para pessoalmente fazerem parte integrante do trabalho manual. A lista, que começa com o sumo sacerdote e menciona pelo nome certo número de oficiais, indica, pelo contrário, os homens que eram responsáveis pelos vários setores. Se houver aqui alguma diferença, a tarefa dupla confiada a Meremote subentenderia sua maturidade ao invés da sua juventude.⁴⁴

6. Pode-se pensar que Neemias levou a efeito a maior parte das suas reformas no estilo um pouco improvisado de um pioneiro, e que foi influenciado mais por Deuterônômio (alegadamente um produto relativamente antigo do desenvolvimento da lei) do que pelo restante da lei. Este fato, também, talvez indique que antecedeu a Esdras, especialmente se Esdras introduziu um livro da lei aumentado. Podemos obter esta impressão de Neemias por causa do seu caráter de leigo, mas, mediante uma inspeção mais apurada, verifica-se que (conforme indicaram W. M. F. Scott⁴⁵ e outros) quatro dos seus cinco ataques contra abusos, conforme são registrados no capítulo final, eram atos de implementar a aliança de Neemias 10, que surgiu da sessão de ensinamento de Esdras. Brockington argumenta de modo semelhante, embora esteja disposto a fazer de Neemias, mais do que Esdras, o responsável pelo conteúdo daquela aliança (*i.é.*, para os pormenores de Ne 10.30-39). Mas seja quem for que o redigiu, aquele documento expressa ensina-

44. W. Th. In der Smitten (*Esra*, pág. 133, n. 125) argumenta contra Rowley, no sentido de que se Urias ben Hacoiz tinha idade sacerdotal por ocasião da volta de Zorobabel, as datas de Rowley o fariam incrivelmente velho na ocasião do nascimento de Meremote. Isto, no entanto, toma por certo mais do que diz Ed 2.61.

45. W. M. F. Scott, "Nehemiah-Ezra?" *ET* 58 (1946-47), págs 263-7.

mentos tirados da lei como um todo, não simplesmente de Deuteronômio.⁴⁶ Esta linha de argumento, em resumo, é inconclusiva quanto à cronologia.

Concluindo, parece razoável dizer que nenhuma das objeções, maiores ou menores, à ordem bíblica dos eventos é compulsiva, e indicam que nada mais forte do que a probabilidade é realmente alegada pela maioria dos estudiosos para qualquer uma das reconstruções sugeridas. Sendo este o caso, a narrativa que já possuímos certamente deve ter precedência sobre as narrativas que não temos. E à parte do direito prioritário do real sobre o hipotético, nada daquilo que discutimos tem peso suficiente para contrabalançar a vasta improbabilidade de que nosso autor, tão dedicado aos pormenores, e com acesso aos registros das suas personagens principais, escritos na primeira pessoa, não tinha idéia de como estes homens se relacionavam entre si, ou deixaram de se relacionar, nem de quem antecedeu a quem. É uma improbabilidade que é aumentada pela necessidade de acreditar que seu livro, embora esteja em falta berrante numa questão de conhecimento comum, era aceito como escritura sagrada por uma comunidade para a qual Esdras e Neemias eram os mais recentes dos seus grandes homens, e entre os mais honrados. Em contraste com estas dificuldades, os livros canônicos em discussão, estudados com a devida consideração pela área considerável da nossa ignorância e da reticência deles, não apresentam problemas comparáveis com aqueles que assediam suas alternativas.

V. O LIVRO DA LEI DE ESDRAS

Desde a chamada “revolução copernicana” na crítica vétero-testamentária, mediante a qual a lei mosaica veio a ser considerada (pelo menos na sua forma final) um produto do exílio ou do período persa subsequente, pessoas interessadas têm se voltado em direção ao livro que Esdras trouxe consigo da Babilônia. Este (perguntava-se) poderia ter sido o Pentateuco, recém-completado?

Responder, juntamente com Neemias 8.1, que, pelo contrário, era “o livro da lei de Moisés, que o SENHOR tinha prescrito a Israel,” é,

46. Cf. Brockington, págs. 34, 186, que conclui que “podemos inferir disto que a totalidade do Pentateuco já era conhecida na Palestina antes de ter sido publicamente lido por Esdras e aceito pelo povo reunido numa congregação.”

conforme se sente comumente, liquidar de modo muito simples uma pergunta interessante – não somente tendo em vista o conceito largamente sustentado do desenvolvimento do Pentateuco através das tradições do sul (“J”), do norte (“E”), da literatura reformada conhecida como “D” (= Deuterônômio) e matéria dos círculos sacerdotais de Jerusalém (“P”), mas também tendo em vista o impacto esmagador que a leitura dele teve sobre seu auditório, e dalgumas variações aparentes entre aquilo que o Pentateuco prescreve e aquilo que os contemporâneos de Esdras passaram a fazer.

U. Kellermann, expondo o seu próprio ponto de vista acerca desta questão,⁴⁷ alistou quatro respostas principais que os críticos bíblicos têm dado a esta pergunta.

1. O livro que Esdras leu é visto como sendo *o Pentateuco inteiro*, virtualmente na etapa final da sua evolução. Dentro deste ponto de vista geral, no entanto, as opiniões diferem quanto a ele ter vindo como inovação, ou não. Rudolph, por exemplo, observa que mesmo se a lei impressionou os ouvintes como sendo alguma coisa nova (a julgar pelo profundo efeito que teve sobre eles) não precisava ter sido nova em si mesma, mas meramente pouco conhecida por causa de ter sido negligenciada em tempos recentes; ao passo que Mowinckel argumenta, a partir de um ângulo diferente, que uma ocasião grandiosa pode revestir as palavras mais familiares com novo poder, e ressalta que em questões de religião raras vezes as inovações são bem recebidas.⁴⁸ Além disto, tem sido observado freqüentemente que os samaritanos dificilmente teriam aceito o Pentateuco como sendo canônico (pois rejeitavam até mesmo os profetas), se tivesse chegado a eles diretamente pela mão de Esdras.⁴⁹ Ainda mais: muitos já indicaram que se a comissão que Esdras recebeu de Artaxerxes toma por certo que a lei em seu poder na Babilônia seria reconhecida em Judá como portadora de autoridade divina e não apenas imperial; portanto, embora talvez tenha havido diferenças de prática a serem resolvidas entre as comunidades babilônicas e palestina, Mowinckel, entre outros, vê a lei de Esdras como revisão dalguma coisa já geralmente conhecida e reconhecida.⁵⁰ A partir de um outro ângu-

47. U. Kellermann: “Erwägungen zum Esragesetz,” *ZAW* 80 (1968), págs. 373-385.

48. Ver Rudolph: pág. 149; S. Mowinckel: *Studien zu dem Buche Ezra-Nehemia*, III (Oslo, 1965), págs. 129ss.

49. Cf. e.g., Ackroyd: pág. 298; Brockington: pág. 23.

50. Mowinckel: *op. cit.*, esp. págs. 133ss.

lo, Galling vê esta cerimônia pública no contexto das proclamações litúrgicas da lei, cujo propósito tradicional não era promulgar alguma nova legislação mas, sim, realizá-la (i.é, trazer poderosamente para o presente) aquilo que existira havia muito tempo.⁵¹

Entre aqueles que, por outro lado, deduzem que o Pentateuco de Esdras impôs um novo regime sobre os ouvintes, H. Cazelles vivifica o cenário pela sua originalidade. Este escritor faz muito questão das disposições em Êxodo e Levítico que visam o tratamento igual do estrangeiro residente (*gēr*) e o nativo (*'ezrah*). Considera que esta é matéria especialmente incluída para sanar as divisões no judaísmo do século V entre os ex-exilados (que considera como sendo os “estrangeiros residentes”) e os que permaneceram no país (os “nativos”). Segundo seu ponto de vista, Neemias, antecedendo a Esdras, aprofundara tanto as divisões entre o partido do norte e o do sul (sendo que os dois bem poderiam apelar a Deuteronômio para sua vindicação, fazendo com que aquele livro não tivesse utilidade para sanar suas disputas), que as autoridades persas resolveram comissionar os judeus leais na Babilônia para produzirem uma nova codificação das tradições religiosas, para enfrentar esta situação. Era com esta codificação que Esdras foi enviado para Jerusalém, no devido tempo.

J. G. Vink saudou esta idéia como sendo uma introspecção brilhante, mas excentricidade seria uma palavra melhor para ela — suspeita esta que é confirmada quando vem à tona o fato de que Cazelles e seus apoiadores mais calorosos não estão de acordo quanto à identidade pretendida para os “estrangeiros residentes” e os “nativos” que são justamente aqueles que formam a razão de ser fundamental da hipótese.⁵²

2. Um segundo ponto de vista é que o livro de Esdras era o chamado *Código Sacerdotal*, i.é, as leis em Êxodo, Levítico e Números que a crítica do Pentateuco isola como tendo sido transmitida dentro da hierarquia de Jerusalém. Embora haja concordância geral de que matéria antiga está engastada nela, os estudiosos críticos calculam usualmente que esta coletânea foi editada na Babilônia, ou durante o exílio ou no

51. K. Galling: *Studien zur Geschichte Israels im persischen Zeitalter* (Mohr, 1964), pag. 181.

52. Ver H. Cazelles: “La Mission d'Esdras,” *VT* 4 (1954), págs. 113-140 (esp. págs. 120-122). A influência deste artigo pode ser vista em P. Grelot: *VT* 6 (1956), págs. 174-189; J. G. Vink, *OTS* 15 (1969), págs. 1-144.

século seguinte a ele. É, portanto, uma especulação tentadora de que a missão de Esdras era introduzir esta matéria e ganhar aceitação para ela. Segundo este ponto de vista, a conclusão do Pentateuco, com suas narrativas e leis finalmente editadas por este mesmo círculo sacerdotal, ainda não havia ocorrido nos dias de Esdras.⁵³

3. Uma linha mais cautelosa foi adotada por, e.g., Kittel, von Rad e Noth, que viram a lei de Esdras como sendo uma compilação de matéria de leis, a maior parte das quais conseguiu entrar no Pentateuco, mas cuja origem é variada e nem sempre identificável. Von Rad, por exemplo, indica que em Neemias 10 há alguns regulamentos que correspondem à matéria "p", alguns a outras fontes dentro do Pentateuco, e alguns que não têm paralelo algum ali.⁵⁴

4. O quarto grupo de Kellermann, com o qual se associa pessoalmente com algumas reservas, identifica o documento de Esdras como sendo basicamente *a lei do Deuteronomio*.⁵⁵ Kellermann, no entanto, critica a maioria dos seus antecessores em todos estes grupos por sua falta em discriminar entre evidências bíblicas admissíveis e, segundo seu modo de ver, inadmissíveis. Pelo seu ponto de vista, a única origem de informações sólidas acerca de Esdras é a carta de Artaxerxes em Esdras 7.12-26, possivelmente junto com o inventário em 8.26-27. O restante é visto como sendo *midrash*, i.é., a elaboração piedosa, porém parcial, destes dados e talvez dalguma tradição oral escassa. E a última palavra sequer foi deixada com o Cronista, mas, sim, à voz dissidente de um edi-

53. Esta posição acha menos apoiadores hoje do que nos dias anteriores da crítica. Kraus argumenta numa tentativa a seu favor (*Worship in Israel* [Blackwell, 1966], págs. 234-5, n. 121), e Fohrer não a exclui totalmente (*Introduction to the Old Testament* [Abingdon, 1968], pág. 185; mas ver pág. 192).

54. G. von Rad: *Das Geschichtsbild des chronistischen Werkes*, BWANT 54 (Stuttgart, 1930), págs. 40ss.

55. Cf. R. A. Bowman: *Interpreter's Bible*, III (1954), pág. 734; L. E. Browne: (Peake; págs. 376-7). Kellermann inclui W. M. F. Scott: *ET* 58 (1946/7), mas o compreendeu erroneamente. Num argumento *a fortiori* Scott se refere ao ponto de vista de Browne, mas seu próprio ponto de vista é de que Esdras introduziu uma nova lei (pág. 266).

tor ainda posterior, o “Redator Pós-Cronista.”⁵⁶

Com base nestes poucos versículos aprovados, Kellerman argumenta que Deuteronômio era (basicamente) o livro da lei de Esdras, pela razão de que o rei supôs que esta lei já era a norma aceita em Judá, e que entre os possíveis candidatos para este papel o Livro da Aliança tinha sido substituído por Deuteronômio, o chamado Código da Santidade (Lv 17-26) era exageradamente especializado e recente na sua compilação para ter adquirido semelhante posição, e o chamado Código Sacerdotal, que segundo seu ponto de vista não desempenhou papel algum no pensamento de Malaquias ou Neemias, dificilmente poderia ter sido o código de Esdras, que foi contemporâneo de Malaquias e antecessor de Neemias.⁵⁷ Para ele, “P” foi provavelmente introduzido como expressão de forte oposição à influência de Neemias, cerca do tempo do Papiro da Páscoa de Elephantina (419 a.C.), mais ou menos quarenta anos após a missão de Esdras.

Esta rejeição da totalidade das narrativas de Esdras, menos cerca de quinze versículos, tem parecido um pouco excessiva para estudiosos que praticam a mesma técnica com mais atenção; mas não é de se estranhar que uns poucos escritores levaram o processo mais um passo a frente. O Kaiser considera até mesmo Esdras 7.12-26 como sendo não-autêntico e descreve o autor bíblico como sendo o “inventor” da história de Esdras.⁵⁸ Não é, de modo algum, o primeiro a fazer assim, visto que C.

56. U. Kellermann: *Nehemia: Quellen, Uberlieferung und Geschichte, Beihefte zur ZAW* 102 (1967), págs. 68-69. Ver também seu artigo, citado acima, em *ZAW* 80 (1968), esp. págs. 379-380. A atitude de Kellermann para com a matéria original, e seu ponto de vista de que Deuteronômio era a lei de Esdras, é apoiado substancialmente por W. Th. In der Smitten: *Esra: Quellen, Uberlieferung und Geschichte*, págs. 124-130.
57. Kellermann argumenta pormenorizadamente em favor da prioridade temporal de Esdras sobre Neemias, em *ZAW* 80 (1968), págs. 55-87.
58. O. Kaiser: *Introduction to the Old Testament* (trad. ing., Blackwell, 1970), pág. 181.

Torrey já falava assim em 1896 em termos ainda mais fortes.⁵⁹ Com este ponto de vista, é natural que a identidade da lei de Esdras torne-se um assunto de pesquisa sem razão de ser.

5. A esta altura, onde o ceticismo histórico chegou ao fim da estrada, podemos recuar diante de alguma das posições intermediárias que notamos, ou seguir o caminho alternativo de aceitar o relato por aquilo que declara ser. Esta aceitação tem a força da simplicidade, porque ninguém disputa o fato de que, conforme a expressão de Mowinckel: “o próprio autor não duvidou por um momento sequer de que o respectivo livro da lei, ‘da lei de Moisés, que o SENHOR tinha prescrito a Israel,’ era o livro conhecido da lei que, para ele e seus contemporâneos, existira e era conhecido desde os dias de Moisés.”⁶⁰

Dentro dos livros de Esdras e Neemias em si mesmos, não há obstáculos sérios contra a aceitação deste conceito do assunto, porque as poucas dificuldades que foram citadas são mais aparentes do que reais. Uma de tais objeções é que Neemias é surpreendentemente silencioso no que diz respeito ao Dia da Expição, que devia cair no décimo dia do sétimo mês, seguido por Tabernáculos do décimo-quinto dia (Lv 23.27, 34). Mas nossa falta de informações acerca dos eventos entre o segundo e o décimo-quinto dia, nesta ocasião, não dá o direito de supormos que nada aconteceu no décimo dia, e depois tratar esta suposição como evidência de que as datas festivas em Levítico 23 ainda não eram conhecidas!⁶⁴ Ver, também, o comentário sobre Neemias 8.16-17.

Outra alegada inconsistência com a lei é o imposto por cabeça de um terço de um siclo (Ne 10.32) em vez da metade de um siclo prescrita em Êxodo 30.11-16. Este problema também é ilusório, visto que a metade de um siclo era um resgate, cobrado somente quando um censo

59. C. C. Torrey: *The Composition and Historical Value of Ezra-Nehemiah* (Giessen, 1896), esp. págs. 58ss.

60. Mowinckel: op. cit., pág. 133; cf. pág. 136.

61. L. E. Browne (*Peake*, pág. 377a) conjectura infundadamente que porque as instruções para a Festa dos Tabernáculos foram descobertas no segundo dia do mês (Ne 8.13-14), a própria festa foi realizada naquele dia – a despeito do intervalo subentendido em Ne 8.15 para a proclamação generalizada e para os preparativos, e a despeito da implicação de Ne 9.1 de que no dia 24 do mês da festa em Jerusalém, de duração de oito dias, havia terminado recentemente.

era feito, ao passo que a soma menor prometida em Neemias 10 era um pagamento anual. O fato de que este imposto mais tarde foi elevado para a cifra que achamos em Êxodo (Mt 17.24) não pode ser usado para fazer a lei do Êxodo posterior a Neemias, porque o imposto do Templo permaneceu como uma taxa anual, sem relacionamento com o resgate senão no seu montante e no seu uso para as despesas da adoração.

Conforme notamos logo de início, uma objeção mais geral à antigüidade da lei de Êxodo às vezes é tirada do desejo forte da congregação de ouvi-la, e do seu efeito poderoso sobre os membros, como se fosse alguma coisa original e nova. Já vimos algumas respostas para isto (pág. 180), e também sugeri noutro lugar (pág. 25) que não precisamos olhar além das escrituras em derredor para acharmos os ingredientes desta explosão de preocupação — com o quadro pintado por Malaquias de uma geração espiritualmente faminta e decepcionada, seguido pelo golpe certo de Esdras contra a consciência deles no que diz respeito à questão do divórcio, e mais recentemente pela seqüência de desastre e repentino ressurgimento descritos em Neemias 1-6. Mas por mais excelentes que estes fatores tenham sido como preparativos para a palavra de Deus, o elemento decisivo era, conforme sugiro, não esta lenha mas o fogo do céu — porque dificilmente se pode explicar a convicção do pecado, o regozijo, as longas sessões de instrução em Neemias 8-10, confissão e louvor, coroados pelo ato de dedicação, a não ser em termos de um movimento do Espírito Santo. Estas são as marcas dos movimentos que agora chamamos de despertamentos ou reavivamentos. Em tais casos raramente é a novidade daquilo que é dito ou feito que se destaca ou que está presente, mas, sim, o contrário: o impacto repentino de verdades antigas sobre ouvintes que estão novamente receptivos.

Ainda pode ser objetado que, qualquer que tenha sido a crença destas pessoas acerca dele, o Pentateuco não era (a não ser no germe) a palavra do Senhor a Moisés, mas, sim, o depósito de uma história longa e variada, que somente chegara até à forma que agora revelava dentro do período da vida desta congregação ou dos seus antecessores recentes. Esta opinião, de larga aceitação, no entanto, é o produto final de uma abordagem naturalista que, ao meu ver, não pode deixar de distorcer o Pentateuco (ou qualquer outra Escritura), visto que conscientemente exclui do seu cálculo inicial a única coisa que separa estes escritos de todos os demais: a atividade direta, e que a tudo permeia, de Deus na sua produção. Este fator não é incidental, mas, sim, integral; deixá-lo fora de consideração, até mesmo temporariamente, não é o mesmo

que remover alguma camada externa para chegar à estrutura subjacente do Pentateuco. É rasgar em pedaços a construção inteira, sem possibilidade de reajuntá-la sem danos, conforme a crítica do pentateuco tem amplamente demonstrado. Porque se (tomando um exemplo básico) as leis do livro central do Pentateuco são realmente o que “o SENHOR disse a Moisés” — conforme quase todos os capítulos de Levíticos se dão ao trabalho de reiterar — e se, além disto, foram faladas no monte Sinai quase quarenta anos antes dos discursos de Deuteronômio (Lv 27.34; Dt 1.3) logo, as conclusões da crítica moderna (de que Deuteronômio deve anteceder boa parte do Êxodo e Números e a totalidade de Levítico, e de que o Senhor, se Ele ditou o sentido geral destas leis, falou-as não a Moisés, mas aos seus sucessores remotos) oferecem-nos, não uma recuperação da obra original, mas, sim, uma caricatura dela. Semelhante Pentateuco revisto não é meramente maculado: está em desordem quase total.

Se assim for o caso, conforme creio que é, boa parte do debate atual sobre o livro da lei de Esdras está fora de propósito. Pode-se debater legitimamente, ainda que de modo inconclusivo, quanto, ou quanto pouco do Pentateuco Esdras leu naquelas ocasiões,⁶² mas não quanto já existia ou já era a última nova da Babilônia. O que a congregação pediu foi “o livro da lei de Moisés, que o SENHOR tinha prescrito a Israel.” Foi um bom pedido. Mereceu uma resposta honesta, e, sem dúvida, a recebeu.

VI. ESDRAS—NEEMIAS COMO HISTÓRIA

Embora muitos estudiosos de todas as crenças tratem as listas, cartas, decretos e memórias básicos destes dois livros como tendo sido extraídos de documentos genuínos, e o uso deles pelo autor bíblico

62. Por aquilo que vale, podemos notar referências nos capítulos seguintes, Ne 9-13, a todos os cinco livros de Moisés: *i.é.*, às narrativas de Gn. Êx, Nm, Dt, em Ne 9.6-22, e à matéria jurídica em, *e.g.*, Êx 13.2 (primogênitos e primícias, Ne 10.36); em Lv 23.40 (ramos para a Festa dos Tabernáculos, Ne 8.15); em Nm 18.26 (o dízimo dos dízimos, Ne 10.38); em Dt 23.3-5 (os amonitas e os moabitas, Ne 13.1-2) — tomando um único exemplo de cada livro: Êx, Lv, Nm e Dt.

como sendo sóbrio e verídico, certo número dos seus antecessores e colegas têm considerado os primeiros como não fidedignos, e os últimos como tendenciosos.

Olhando primeiramente o período do retorno e edificação do Templo, podemos notar que R. Mosis é alguém que (de modo algo excepcional) desconsidera o decreto de Ciro em Esdras 1.2-4 como sendo espúrio, e que considera como artificial o relato de um retorno substancial do exílio e de um começo imediato da reconstrução do altar e do Templo, no início daquele reinado.⁶³ O Cronista, alega ele, criou um *midrash* (um estudo expositivo um pouco livre) sobre os decretos em Esdras 6.3-5 e 7.11ss., e, de modo semelhante, combinou livremente o retorno com a reedificação, adaptando para seu propósito as datas que achou em Ageu e Zacarias e no documento aramaico que é conservado em Esdras 4.6 – 6.18. Uma revisão igualmente arrasadora da seqüência dos eventos relatados por nosso autor é levada a efeito por S. Talmon que, tendo isolado as unidades literárias das quais parece que Esdras-Neemias foi construído, passa (conforme diz) a “reavaliá-las e reordená-las.” Por exemplo, no relato do retorno do exílio, destaca a frase “No segundo ano” (Ed 3.8) do seu contexto, onde indica uma data de c. de 537 a.C., para identificá-la com “o segundo ano de Dario” quase uma geração mais tarde (Ed 4.24; Ag 1.1; Zc 1.1), i.é, o ano 520 a.C., com efeitos devastadores sobre a narrativa conforme agora a temos. Com igual confiança transfere Esdras 6.19-22a para seguir 10.44, e assim obtém (ou, no conceito dele, restaura) uma seqüência esmerada de datas, desde o nono mês de um ano (Ed 10.9), para o primeiro dia do ano seguinte (10.17), e assim para a Páscoa, celebrada uma quinzena mais tarde (6.19). Esta progressão suave, no entanto, oculta consideráveis façanhas de agilidade. Manipula a história numa lacuna de 58 anos, e depois tem de convencer-nos de que a “alegria” que irradiava esta Páscoa (6.22) surgiu, não da dedicação do Templo (6.16ss.), mas, sim, da dissolução feita por Esdras de uma centena de casamentos (10.16-44). Estes são apenas dois dos reajustes propostos,⁶⁴ mas podem servir de amostras e meios para comparar a credibilidade à primeira vista do relato existente

63. R. Mosis, *Untersuchungen zur Theologie des chronistischen Geschichtswerke* (Herder, 1973), págs. 209ss., 220-1.

64. Ver S. Talmon, art. “Ezra and Nehemiah,” *IDB Supplementary Vol.* (1976), esp. págs. 321ss.

com a algumas das suas alternativas.

Chegando às missões de Esdras e Neemias (Ed 7 – Ne 13), encontramos imediatamente a questão muito debatida de se o relato canônico colocou os reformadores na ordem certa ou errada. Tem implicações importantes no que diz respeito ao autor bíblico como historiador. Estava certo, ou confuso? E se conhecia os fatos, respeitou-os ou forçou-os a dizer aquilo que ele queria? A questão cronológica é discutida com alguns detalhes nas págs. 165 ss. Mas a especulação foi muito além deste campo limitado, em três direções, pelo menos. Em primeiro lugar, procurando saber o conceito do autor bíblico dos dois reformadores; em segundo lugar, a natureza e o valor das memórias de Esdras e Neemias; e em terceiro lugar, o ponto de vista e propósito globais do autor.

1. *Os dois reformadores.* O ceticismo de C. C. Torrey e, mais recentemente, de O. Kaiser, quanto à própria existência de Esdras (ver acima, pág. 183-4) é uma raridade, mas certo número de estudiosos desconfiam do retrato dele pintado pela Bíblia. Para W. Th. In der Smitten, por exemplo, aquilo que a Escritura nos mostra é principalmente o Esdras um pouco idealizado, admirado cada vez mais por gerações posteriores. Sendo assim, o Cronista⁶⁵ reinterpreto sua posição daquela de um oficial, ou servidor público, para a de um estudioso bíblico, ao acrescentar ao título “escriva” a frase “versado na lei de Moisés” (Ed 7.6). Talvez, também o traz para Jerusalém doze anos antes de Neemias a fim de dar-lhe o prestígio de um pioneiro. Seguindo esta fantasia, In der Smitten vê a data atribuída à leitura da lei por Esdras (e isto por exigência popular), que ocorre imediatamente após o triunfo pessoal de Neemias, como simplesmente outro artifício literário do Cronista. Qual seria o melhor meio, pergunta ele, para ser possível colocar Neemias na sombra do que interromper suas memórias com um bloco de matéria (Ne 8-10) que dá a Esdras a notoriedade? Neemias é reduzido, considera ele, por estes meios, a um mero construtor e organizador, cujo papel

65. A maioria dos escritores sobre estes livros entende por este termo o autor dos livros das Crônicas, a quem também considera como sendo o autor de Esdras e Neemias. Onde emprego o termo para o autor destes últimos dois livros, emprego-o somente como sinônimo para “historiador” ou “autor,” por razões dadas às págs. 154-5

era preparar a situação para o gigante espiritual que era seu “oposto antípode.”⁶⁶

Nisto, In der Smitten segue em grande medida a liderança de Kellermann que considerava que o Cronista tinha fortes razões para esvaziar a figura de Neemias e reduzir sua obra a uma mera sombra da obra de Esdras, por este método de mudança do cenário. Não somente as realizações físicas devem ser ofuscadas pelas realizações espirituais de Esdras, mas até mesmo suas reformas religiosas devem ser transferidas para um pós-escrito (Ne 13), para darem a impressão de serem nada mais do que a “aliança fiel” do capítulo 10, a obra de Esdras.⁶⁷ Se protestarmos que o texto não apóia esta acusação de escrever a história com preconceitos (visto que Ne 8.9 mostra Neemias desempenhando um papel importante na leitura da lei, e Ne 10.1 mostra-o na primeira posição na lista de signatários da “aliança fiel”), certo número de vozes modernas responderá que estas menções de Neemias são, sem dúvida, as inserções de um redator subsequente que estava resoluto no sentido de corrigir a versão dos eventos dada por seu antecessor. Este redator hipotético passa, então, a receber de alguns críticos uma data da era dos macabeus, cerca de 150 a.C.⁶⁸

Os motivos para estas mudanças e contra-mudanças que são postulados serão discutidos na seção final (3, abaixo). Entrementes, podemos notar algumas opiniões que são ostensivamente duas fontes em primeira mão para os historiadores: os relatos na primeira pessoa que se acham em Esdras e Neemias.

2. *As memórias de Esdras e Neemias.* Estas passagens, escritas na primeira pessoa, estão alistadas nas págs. 151-2 e há uma breve discussão nas págs. 154ss. acerca do seu relacionamento com o livro como um todo.

A opinião crítica, que prontamente aceita as memórias de Neemias como sendo autênticas, hesita sobre as de Esdras, ou as descarta, sendo que alguns estudiosos as tratam como sendo mera invenção mode-

66. W. Th. In der Smitten: *Esra: Quellen, Überlieferung und Geschichte*, esp. págs. 65-66.

67. U. Kellermann: *Nehemia: Quellen, Überlieferung und Geschichte*, Beihefte zur ZAW 102 (1967), págs. 69, 90-92.

68. Ver. e.g., S. Mowinckel: *Studien, I*, págs. 45ss.; U. Kellermann: *op. cit.*, pág. 105; J. G. Vink: *OTS* 15 (1969), págs. 28-30.

lada pelo Cronista conforme as de Neemias, ao passo que outros concedem que foram derivados de Esdras em última análise, mas que foram consideravelmente modificadas na redação. Até mesmo Neemias, no entanto, embora seja aceito como o escritor do seu próprio registro, não escapou à suspeita de remexer os fatos, porque Kellermann acha necessário fazer uso da “crítica da tendência” — ou seja: identificar a impressão que o escritor deseja criar, e levá-la devidamente em conta, calculando que pelo menos suprimiria aquilo que não era favorável ao argumento dele, mesmo se não contasse mentira alguma. Kellermann, na realidade, faz a conjectura de que numa ocasião, se não em qualquer outra (Ne 6.10ss.) Neemias foi além da supressão, para encobrir um incidente politicamente embaraçoso com uma coletânea de mentiras.⁶⁹ Resta-nos uma escolha entre aceitar a palavra de Neemias acerca daquilo que aconteceu e a de Kellermann acerca daquilo que poderia ter acontecido, com uma advertência geral deste último contra nos posicionarmos muito prontamente ao lado de Neemias nas suas discussões com seus oponentes.

Surge, assim, a questão do motivo de Neemias em registrar estas coisas. São simplesmente memórias, ou algo mais? Certo número de respostas tem sido oferecido a esta pergunta.

Mais de um escritor tem visto uma semelhança entre a narrativa de Neemias e várias inscrições memoriais dos tempos antigos, sejam reais, votivas ou funerárias. Mowinckel⁷⁰ lembrou-se dos monumentos dos reis do oriente próximo, e calculou que a substância do relato de Neemias não era longa demais para ser inscrita numa estela pouco maior do que a bem-conhecida Pedra Moabita do rei Mesa.⁷¹ Sugeriu que a promessa que Deus deu aos eunucos de que teriam um memorial na Sua casa (Is 56.4-5) inspirou Neemias a compor esta peça para ser erigida no Templo. Esta é uma conjectura engenhosa, porque mesmo à parte da falta de prova de que Neemias era um eunuco (ver sobre Ne 1.11) ou de que desejava um monumento público, há um contraste berrante entre tais inscrições jactanciosas e seu relatório sóbrio e eficiente.

69. U. Kellermann: *Nehemia*, págs. 88, 179ss.

70. S. Mowinckel: *Studien*, II, e.g., págs. 81-82.

71. Reconhece, no entanto, que com quase sete vezes mais o número de letras a serem encaixadas, a escrita teria de ser menor e mais compacta, e o pilar teria de ter quatro lados.

Pode-se sentir que mais perto do âmago da questão está a comparação de von Rad entre estas memórias e algumas inscrições em túmulos e templos de sacerdotes e oficiais egípcios contemporâneos de Neemias e de posição semelhante à dele, relatando sua fiel execução dos deveres, seu altruísmo (não muito diferente daquele de Neemias em Ne 5.14ss.) e, nalguns casos, suas medidas tomadas para retificar abusos religiosos (cf. Ne 13).⁷² Visto que o objetivo de tais memoriais egípcios era o reconhecimento por Deus e também pelos homens, alguns deles dirigem-se diretamente ao leitor, além de proferir uma oração em prol da lembrança divina — ao passo que Neemias somente faz esta última. Embora von Rad, se o compreendo, não veja a composição de Neemias como tendo a intenção de ser uma placa memorial, mas, sim, como um rolo a ser depositado no Templo (cf., sugere ele, Sl 40.7), parece que exagera seu argumento nalguns dos alegados sinais da influência egípcia que aduz (e.g., a expressão: “o meu Deus me pusera no coração. . .” 2.12; cf. 7.5; e até mesmo — embora como uma tentativa — o relato de Neemias acerca da pressão que estava sobre ele de dia e de noite). Mas reconhece mesmo a qualidade distintiva da matéria bíblica, especialmente na ênfase que Neemias dá à orientação individual, seu espírito de oração, e sua confiança robusta de que Deus não desampará Seus servos. A vivez dos detalhes, a franqueza, a preocupação com Deus mais do que com os leitores, ressaltam-se em novo contraste com os auto-retratos mais generalizados e sentenciosos dos egípcios.

No entanto, em vez de escrever tendo em mente a posteridade, pode ser que Neemias estivesse compondo sua defesa contra calúnias que estavam ameaçando sua posição? Kellermann, notando algumas variedades deste conceito do documento (como uma apologia para a apresentação a Artaxerxes, ou como um exemplo das orações dos que são falsamente acusados, conforme se acham no Saltério) vê-o como uma combinação de uma apologia diante dos homens e um apelo diante de Deus, pedindo a vindicação, num contexto em que falsas testemunhas certamente desacreditariam sua versão dos eventos, e em que os sacerdotes não o ajudariam a apresentar sua oração no Templo. Devia, portanto, confiar na “lembrança” de Deus sem mediação, *i.é.*, a intervenção em seu favor.⁷³

72. ZAW 76 (1964), págs. 176-187.

73. U. Kellermann: *Nehemia*, págs. 76ss., esp. pág. 85.

Embora um argumento razoável possa ser feito em prol dalguns destes pontos de vista, é importante nos lembrarmos de que a evidência em prol de qualquer um deles é muito tênue: uma semelhança aqui e ali com outros escritos, ou uma indicação de lutas entre partidos, e, portanto, de boatos que exigiram uma resposta. Examinaremos esta última consideração na seção seguinte, mas, por enquanto, vale a pena refletir que a hipótese mais óbvia muito possivelmente pode ser a mais forte — a saber: que Neemias escreveu estas coisas tão espontaneamente quanto fazia todas as demais coisas. Que suas memórias (usando este termo conveniente) têm um sabor peculiar é quase o único aspecto sobre o qual parece que todos os estudiosos estão de acordo; e podemos acrescentar a isto o fato de que Neemias era um dos mais organizados e piedosos que se pode achar na Escritura. Como tal, parece que lhe seria bem típico conservar um registro dos seus feitos, e que o fizesse na forma de um relatório ao seu Mestre divino. Parte da sua matéria parece ter sido escrita no meio dos eventos (ver o comentário sobre Ne 4.4, 5); e o homem que proferiu uma oração a Deus como uma flecha entre ouvir a pergunta do rei e responder a ela (2.4) é reconhecivelmente aquele cuja oração “Lembra-te de mim!” pontua e termina seu relato escrito sobre a missão que cumpriu.

3. *O propósito do historiador.* Provavelmente a maioria dos leitores, e certamente o presente escritor, achariam que registrar a reedificação da vida e das instituições de Israel no primeiro século depois do exílio, no meio de um mundo gentio parcialmente inimigo, parcialmente protetor e dominador, parcialmente sedutor, e demonstrar a providência de Deus ao levantar os líderes que manteriam Israel fiel à sua vocação como um povo à parte, centralizado no Templo, na cidade e na lei de Deus, era o principal alvo e realização do autor bíblico. Alguns estudiosos, no entanto, lêem quase mais as entrelinhas do que a própria narrativa, e chegam a uma reavaliação radical, primeiramente das cenas apresentadas e, em segundo lugar, do caráter e do propósito fundamental deste par de livros.

Em certo número de estudos tornou-se uma preocupação central descobrir aqui os sinais de contínuos conflitos partidários no judaísmo pré-cristão, tanto no germe, *i.é.* nos eventos que são o assunto de Esdras-Neemias, e, mais plenamente, na sua apresentação feita pelo editor. Pode ser esclarecedora, mas também pode ser exagerada. A pessoa começa a ver tudo em termos de um conflito entre as aspirações de um partido, que pode, a grosso modo, ser chamado messiânico ou sionista (alimen-

tado, sugere-se, pelas profecias calorosas de passagens tais como Is 60-62), e o ponto de vista mais estático do elemento sacerdotal e dos que estavam bem de vida, que não viam razão para procurar por demais zelosamente uma nova era nem para manter-se à distância dos seus vizinhos influentes. Certamente, não se pode ler estas narrativas sem encontrar alguma tensão entre os mundanos e os que não se entregavam ao meio-termo, mas está suficientemente declarada no registro sem forçá-lo a produzir ainda mais.

Por exemplo (conforme primeiramente foi proposto por Sellin em 1898, e retomado em intervalos por outros) vai além da evidência retratar Zorobabel como alguém fogoso que procurou estabelecer o rei davídico, para então ser suprimido e, portanto, desaparecer da narrativa depois de Esdras 5.2. De modo semelhante, é tentador construir a partir de uma profecia tal como Jeremias 33.14-26 uma história de esperanças messiânicas que fracassaram com Zorobabel mas cujas chamas foram reanimadas com a vinda de Neemias;⁷⁴ mas, outra vez, há falta de fatos para apoio. Kellermann, no entanto, tem confiança de que é possível achar a pista da existência de um partido messiânico em Jerusalém não somente nos dias de Zorobabel (cuja eclipse, pensa H. Gese, extinguiu a expectativa da vinda do Príncipe (*nāšī'*) de Ezequiel 44.1-3, etc.),⁷⁵ mas também como uma força poderosa nos dias de Neemias. Neste modo de entender os eventos, embora não se pense que Neemias encorajasse as esperanças ligadas a ele, concebe-se que ele era um davídico — porque Kellermann vê sua alusão “à cidade dos sepulcros dos meus pais” como sendo um indício da sua descendência real (Ne 2.5; cf. Ez 43.7-8), confirmado mais tarde pela acusação de Sambalá acerca de uma tenta-

-
74. A profecia é uma promessa de um trono de Davi e de um sacerdócio levítico que nunca faltarão. Com a pressuposição de que semelhante oráculo teria se desenvolvido numa situação que a exige, pode-se construir um âmbito imaginado de expectativas desapontadas e de uma necessidade de se ter segurança a respeito do Messias e/ou o sacerdócio; e, finalmente, pode-se procurar uma situação histórica para se encaixar estes aspectos. A profecia é datada de acordo com isto e atribuída a um profeta diferente daquele que é seu autor tradicional. Neste caso, o consenso crítico coloca-o na era pós-exílica. Será visto, penso eu, que todos os elos nesta corrente são pressuposições, por mais segura que alguém possa julgar que qualquer uma delas seja.
75. H. Gese: *Der Verfassungsentwurf des Ezechiel*, Beiträge zur historischen Theologie, 25 (1957), pág. 119.

tiva de tomar o trono (Ne 6.6-7) e pela iniciativa de Neemias no sentido de proclamar um cancelamento das dívidas (assim como a iniciativa do rei Zedequias na questão dos escravos em Jr 34.8ss.; cf. Ne 5.6ss.). Estes são apenas fragmentos de evidência, mas nesta base Kellerman reescreve radicalmente a história da tentativa de Semaías no sentido de atrair Neemias para dentro do Templo (6.10ss.). Esta agora torna-se um complotô para coroá-lo secretamente; e embora a trama falhasse por causa da recusa de Neemias, ajuda a desacreditá-lo. Desta maneira, sua volta para a Babilônia depois de doze anos (Ne 5.14; 13.6) é interpretada, segundo esta teoria, como sendo sua chamada de volta para responder a acusações de deslealdade ou da falta de governar pacificamente. Além disto, suas chamadas memórias são consideradas como sendo a defesa que preparou, e seus apelos interpostos a Deus indicam que pode confiar em pouco apoio humano quando chega diante do tribunal. Quanto ao seu segundo período como governador (Ne 13), que pareceria contradizer esta versão daquilo que aconteceu, Kellermann o descarta como sendo uma invenção editorial. O cap. 13, considera ele, deve ser modificado e colocado perto do início do livro, para descrever aquilo que Neemias esperava quando chegou em Jerusalém na primeira vez.

Como se esta reinterpretção dos dados não fosse suficiente, Kellermann faz distinção, conforme vimos acima (pág. 189), entre duas estimativas editoriais de Neemias. Uma delas foi a de um redator do século II a.C. que o via como um sucessor de Zorobabel e um precursor dos sacerdotes-reis hasmoneanos — o fundador tipo sacerdote da comunidade cultural do exílio, e o fundador tipo rei do estado pós-exílico. A outra estimativa foi a do Cronista, que dispôs suas matérias de tal maneira que fosse ofuscado a cada ponto por Esdras, reduzindo-o a pouco mais do que um mestre de obras para os persas.⁷⁶

Já mencionamos de passagem alguma divisão de opinião sobre Esdras e sua missão (págs 165-179), e demos uma simples amostra de um grande debate; mas a presente seção não se ocupa tanto com as personagens e os eventos em si mesmos quanto com a maneira segundo a qual são tratados no relato bíblico. Quais são os pontos de vista e alvos que supostamente formaram estes livros? Até que ponto estamos tratando de eventos e seqüências reais, e de uma interpretação verídica; e até que

76. U. Kellermann: *Nehemia*, esp. págs. 89-111; 174-204.

ponto, se for o caso, de um quadro retocado visando os interesses das facções rivais?

Algumas das vozes mais influentes — embora nem todas, realmente — responderiam imediatamente que boa parte daquilo que passa aqui por história não é um registro mas, sim, uma retroprojeção: ou seja: uma descrição do presente disfarçada de passado, para dar às práticas correntes o prestígio da antigüidade e da associação com grandes nomes; e, além disto, é necessário discernir aqui não somente a abordagem partidária de um único historiador como também (conforme já vimos) a discordância de um revisor subsequente, que pertencia a outra era e a outro partido.⁷⁷

O exemplo predileto destes dois fenômenos sugeridos — a retroprojeção e as histórias rivais — é a leitura da lei em Neemias 8, que já nos ocupou em conexão com outro assunto (ver acima, págs 179-186). Visto que alguns dos procedimentos daquele grande dia também são achados no culto da sinagoga (tal qual a bênção antes da leitura, e a congregação se pondo em pé para a exposição da lei), pode ser argumentado que o Cronista estava apenas atribuindo seus próprios costumes a uma era anterior e mais ilustre. Suspeita-se também, conforme já foi mencionado, que lavrou tentos para seu partido ao interromper rudemente o clímax das memórias de Neemias que se aproximava, encaixando este bloco de matéria que o desconsidera para favorecer a Esdras (Ne 8-10) — matéria esta que deveria ter completado Esdras 8 ou Esdras 10.

Se indicarmos que Neemias realmente não é desconsiderado aqui, mas, sim, está presente, e em destaque (Ne 8.9; 10.1), a resposta será ou que estas declarações são erros de copista (duas vezes) ou que são a obra do redator pró-hasmoniano mencionado acima (pág. 189), como correção da tendência do Cronista. Não são evidências daquilo que aconteceu (estamos seguros), mais do que a versão rival.

Realmente, o ceticismo às vezes é tão extremo que cai numa implausibilidade da qual parece ter consciência um pouco ansiosa. Um dos autores nos adverte, por exemplo, contra a possibilidade de sermos cativados pela vividez de Esdras 3.13 (os gritos misturados de alegria e de lamentação), e somos instruídos a entender que se trata do artifício

77. Cf., entre muitos, R. Mosis: *op. cit.*, págs. 14, 229; K. —F. Pohlmann: *Studien zum dritten Esra* (Göttingen, 1970), págs. 136, 151ss.; W. Th. In der Smitten: *op. cit.*, pág. 67; U. Kellermann; *op. cit.*, pág. 29; J. G. Vink; *OTS* 15 (1969), pág. 33.

do Cronista para enfatizar as limitações do segundo Templo. Não deve ser fatal.⁷⁸ Outro escritor fica embaraçado pela credibilidade das “grandes chuvas” que encurtavam os procedimentos em Esdras 10.13. Este “pormenor pitoresco acerca da chuva” só serve para nos lembrar “da literatura apocalíptica”, e para contribuir à conclusão de que “os dois capítulos a respeito das medidas de Esdras na questão dos casamentos mistos são inautênticos e lendários,” que apenas lança luz sobre “a minoria judaica tão oprimida no período dos Macabeus.”⁷⁹

Entre este grau de descrença e o comparativo conservadorismo dalguns comentários recentes há uma grande diferença; mesmo assim, quanto à convicção básica do que o Cronista (assim-chamado) enfeitou e redesenhou o passado segundo as cores e os contornos da sua própria era, há pouca discordância entre os estudiosos críticos. Aquilo que parece ser história é, portanto, considerado teologia ou eclesiologia partidária, usando o passado a serviço do presente ou, mais exatamente, a serviço do partido hierático contra os zelotes, e (com o redator) de volta para os interesses destes últimos.

É, porém, da máxima importância reconhecer que esta baixa estimativa do conteúdo fatal de Esdras-Neemias não se baseia, em última análise, em improbabilidades intrínsecas da história contada ali. Este ou aquele pormenor pode impressionar a um determinado estudioso como sendo provável, e a um outro como sendo improvável; mas um sentido perfeitamente bom pode ser feito da totalidade da seqüência, inclusive o trecho muito atacado de Neemias 8-10 na posição em que o achamos. As raízes deste ceticismo acham-se noutra lugar e muito mais profundas, a saber: na crítica do pentateuco conforme ela é geralmente praticada. Devemos finalmente, correndo o risco de sermos monótonos, voltar a ela.

Se adotarmos o ponto de vista de que o código integral das chamadas leis sacerdotais do Pentateuco e dos coros e guildas esmerados que serviam o Templo foram o produto, não de Moisés e Davi, mas, sim, da era pós-exílica, então devemos tratar os livros de Crônicas, Esdras e Neemias (quer sejam da mesma autoria, quer não), como história drasticamente falsificada. Não há alternativa, porque estes livros nos apre-

78. R. Mosis: *op. cit.*, pág. 221.

79. J. G. Vink: *OTS* 15 (1969), pág. 33.

sentam estas instituições, aparentemente bem conhecidas por muitos séculos antes do exílio, e reedificadas nos alicerces professadamente antigos tão logo quanto possível após dito período. Crônicas dedica muitos capítulos à fundação das guildas por Davi, e nos dá, conforme fazem Esdras e Neemias, uma abundância de nomes e de extratos das rotas dos deveres para fornecer nenhum mero esboço de uma comunidade imaginada ou ideal, mas, sim, o que declaradamente é uma fatia transversal da vida nos átrios do Templo e das tradições levíticas, como sendo pontos da história onde a maioria dos esquemas da crítica do do pentateuco não lhes permite semelhante existência. O livro de Esdras nos apresenta quase no início um registro onde os sacerdotes e os levitas, longe de ainda não terem diferenciação entre si, aprecem como ordens já há muito distintas e estabelecidas, conscientes das suas provas separadas de descendências; ao passo que certas famílias entre os levitas são, por longa tradição, cantores ou porteiros; e depois disto, a história que se desdobra mostra-os agindo, não por uma liturgia em evolução, mas, sim, “como está escrito na lei de Moisés” e “segundo as determinações de Davi, rei de Israel” (Ed 3.2, 10).

Confrontada com esta evidência, a pessoa pode ou aceitar sua confirmação da antigüidade do Pentateuco, ou concluir, juntamente com a maioria dos estudiosos dos quais demos exemplos, que Crônicas, Esdras e Neemias (e o próprio Pentateuco) são o que o Novo Testamento chamaria com franqueza de “fábulas engenhosamente inventadas” (2 Pe 1.16). Deve-se resistir a tentação de colocar a questão de forma mais suave. Não há mérito em erguer memoriais aos profetas aos quais desmembramos. Se, porém, (conforme creio) estes livros são “verdadeiros, e totalmente justos”, então seu registro das leis e dos caminhos de Deus, e da Sua providência em levar Seu propósito até ao cumprimento, pode nos falar tão enfaticamente quanto falou aos primeiros participantes destes eventos originais.

COMENTÁRIOS BÍBLICOS

DA SÉRIE CULTURA BÍBLICA

Estes comentários são feitos de modo a dar ao leitor uma compreensão do real significado do texto bíblico.

A Introdução de cada livro dá às questões de autoria e data, um tratamento conciso mas completo.

Isso é de grande ajuda para o leitor em geral, pois mostra não só o propósito como as circunstâncias em que foi escrito o livro.

Isso é, também, de inestimável valor para os professores e estudantes, que desejam dar e requerem informações sobre pontos-chave, e aí se vêem combinados, com relação ao texto sagrado, o mais alto conhecimento e o mais profundo respeito.

Os Comentários propriamente ditos tomam respectivamente os livros estabelecendo-lhes as seções e ressaltando seus temas principais. O texto é comentado versículo por versículo sendo focalizados os problemas de interpretação. Em notas adicionais, são discutidas em profundidade as dificuldades específicas.

O objetivo principal é de alcançar o verdadeiro significado do texto da Bíblia, e tornar sua mensagem plenamente compreensível.

EDIÇÕES VIDA NOVA
EDITORA MUNDO CRISTÃO